

A Geografia na Contemporaneidade 3

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

A Geografia na Contemporaneidade 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| G345 | A geografia na contemporaneidade 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-439-9 DOI 10.22533/at.ed.399190307 1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a A Geografia na Contemporaneidade (Volume 3), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quinze capítulos de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições da Educação Básica e Superior, bem como de centros de estudos e pesquisas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir dos seguintes enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes, as quais estão materializadas nos sete primeiros capítulos da Coletânea. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores e uma breve leitura sobre às bases do pensamento geográfico brasileiro.

Na sequência as contribuições tratam dos estudos das redes, políticas públicas relacionadas às obras viárias, geoturismo, patrimônio geológico-geomorfológico e os estudos climatológicos aplicados ao conhecimento geográfico e socioambiental.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO CINEMA: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA | |
| Gustavo Henrique Cepolini Ferreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903071 | |
| CAPÍTULO 2 | 16 |
| QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA) | |
| Tânia Olinda Lima | |
| Denes Luís Reis Pedrosa | |
| Rogério Nogueira de Mesquita | |
| Claudia Cleomar Ximenes | |
| Danúbia Zanotelli Soares | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903072 | |
| CAPÍTULO 3 | 33 |
| VENDA DO ZÉ MAJOR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA DA PEDRA LISA | |
| Geslayne Dias da Silva | |
| Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa | |
| Edevaldo Aparecido Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903073 | |
| CAPÍTULO 4 | 45 |
| MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA | |
| Lucas Ramos de Matos | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903074 | |
| CAPÍTULO 5 | 58 |
| AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS REFLEXOS AMBIENTAIS NA PAISAGEM RURAL PARANAENSE | |
| Sergio Fajardo | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903075 | |
| CAPÍTULO 6 | 66 |
| ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA | |
| Daiane Carla Bordulis | |
| Márcio Freitas Eduardo | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903076 | |
| CAPÍTULO 7 | 79 |
| EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS) | |
| Crislaine Souza Almeida | |
| Silvana de Abreu | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903077 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 91 |
| O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO EM GEOGRAFIA | |
| Márcio Estrela de Amorim | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903078 | |
| CAPÍTULO 9 | 106 |
| ITINERÁRIOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: POSSIBILIDADE FORMATIVA | |
| Diêgo Souza Albuquerque | |
| Luiz Eduardo do Nascimento Neto | |
| Mariana Priscila de Assis | |
| DOI 10.22533/at.ed.3991903079 | |
| CAPÍTULO 10 | 121 |
| INTRODUÇÃO ÀS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO | |
| Darlan Fabiane | |
| DOI 10.22533/at.ed.39919030710 | |
| CAPÍTULO 11 | 129 |
| O ESTUDO DAS REDES COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO ESPACIAL | |
| Lucas Ponte Mesquita | |
| Juçara Spinelli | |
| DOI 10.22533/at.ed.39919030711 | |
| CAPÍTULO 12 | 146 |
| ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP | |
| Fellipe de Oliveira Barbosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.39919030712 | |
| CAPÍTULO 13 | 154 |
| MESTRE ÁLVARO E O GEOTURISMO | |
| Gustavo Henrique Teixeira da Silva | |
| Jane Dias | |
| Luiza Leonardi Bricalli | |
| DOI 10.22533/at.ed.39919030713 | |
| CAPÍTULO 14 | 162 |
| A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO NO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DÉCADAS DE 1950 A 2000 | |
| Any Marise Ortega | |
| Alex Ubiratan Goossens Peloggia | |
| DOI 10.22533/at.ed.39919030714 | |
| CAPÍTULO 15 | 177 |
| A CLIMATOLOGIA APLICADA AO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOAMBIENTAL | |
| Reinaldo Pacheco dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.39919030715 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 190 |

GEOGRAFIA AGRÁRIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO CINEMA: ALGUMAS INDICAÇÕES PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual de Montes Claros - MG

AGRARIAN GEOGRAPHY AND AGRARIAN QUESTION IN THE CINEMA: SOME INDICATIONS FOR GEOGRAPHY CLASSES IN BASIC EDUCATION

RESUMO: Este ensaio sistematiza algumas indicações cinematográficas inerentes à Geografia Agrária, bem como a Questão Agrária brasileira e mundial, a partir de um breve recorte teórico advindo dos estudos da Geografia Agrária Crítica e seus desdobramentos, ao interpretar os distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, foram relacionados alguns temas históricos e atuais em consonância com as possibilidades para utilização dos filmes e documentários nas aulas de Geografia, sobretudo, na Educação Básica. Trata-se, portanto, de uma proposta em construção que apresenta algumas temáticas em diálogo com o currículo escolar e a mediação dos professores, utilizando-se do cinema como um recurso audiovisual capaz de desvendar e compreender parte da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Agrária. Questão Agrária. Cinema. Documentários. Ensino de Geografia.

ABSTRACT: This essay deals with some cinematographic indications regarding Agrarian Geography, as well as the Brazilian and world agrarian question, from a brief theoretical clipping, conceived from studies of critical Agrarian Geography and their unfolding, while interpreting the different stages of capitalism development. Thus, some historical and current themes are seen as possibilities for the use of films and documentaries in Geography classes, especially in basic education. It is, therefore, a proposal still in construction that presents some themes which dialogue with the school curriculum mediated by teachers, using the cinema as an audiovisual resource capable of unveiling and understanding part of the reality.

KEYWORDS: Agrarian Geography. Agrarian Question. Movie Theater. Documentaries. Teaching Geography.

1 | INTRODUÇÃO

“Para nós, geógrafos e professores de Geografia, o filme tem importância por que pode servir de mediação para o desenvolvimento das noções de

Como ponto de partida, é importante fazer algumas indagações: qual é o papel da indústria cinematográfica e conseqüentemente das vantagens e desvantagens adquiridas ao inserir os recursos audiovisuais nos planejamentos e currículos escolares?

No que se refere à indústria cultural temos que compreender seus inúmeros interesses diante do mercado, ou seja, aos vínculos econômicos, nos quais se baseiam as produções cinematográficas.

Expressam, portanto, mesmo de forma indireta e subliminar, interesses específicos, que simultaneamente iludem e exprimem sentimentos de um dado momento histórico no qual foi realizado; portanto, vão além da fonte de cultura e informação (CAMPOS, 2006).

Ao promover qualquer atividade de conhecimento cultural, técnico, científico, é preciso ter clareza sobre a abordagem das teorias da aprendizagem. Isso significa que precisamos saber não apenas os caminhos e procedimentos a serem utilizados, mas também nossas concepções para auxiliar os educandos na formulação de novos saberes.

As teorias da aprendizagem que têm sido mais significativas no pensamento psicológico são: comportamentista, cognitivista e socioconstrutivista (CARVALHO, 2007). Essa última visa um comprometimento com a cultura e os processos sociais em que ela é produzida, o que em partes nos auxilia no entendimento das contradições socioespaciais e territoriais.

A utilização dos recursos audiovisuais exige alguns critérios para estar em dia com as tecnologias (como por exemplo, os filmes longos) e também para suprir a ausência de docentes em sala de aula. A mediação dos assuntos abordados precisa ser trabalhada antes, no decorrer e também após a exibição.

Dessa maneira, se faz necessário uma consonância entre o planejamento do professor, a proposta curricular da instituição, os Parâmetros Curriculares Nacionais e, mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular¹.

Na sala de aula, uma possibilidade aparentemente mais útil são os documentários ou curta de ficção, os quais podem ser discutidos com auxílio de mapas, textos, poemas, músicas e questões reflexivas sobre o quadro conceitual trabalhado.

1 Em 26 de junho de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.006, a qual acrescenta à LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigação de exibir filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica. A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais (Adaptado de: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13006-26-junho-2014-778954-publicacaooriginal-144445-pl.html>>. Acesso em: 14 out. 2018).

Como nosso objetivo é estudar a abordagem da Geografia Agrária e questão agrária brasileira e suas nuances no bojo da mundialização, podemos trabalhar também com gráficos, tabelas e imagens sobre as diferentes paisagens rurais e conflitos materializados no campo brasileiro.

Assim, pode-se inferir que o cinema, como uma linguagem específica, possui inúmeras aplicações em diferentes contextos, espaços e tempos. Dessa forma, cinema e educação possuem uma ligação indiscutível. Todavia, essa linguagem centenária foi tardiamente reconhecida como elemento educativo e, por vezes, utilizada de forma inadequada no processo educativo formal.

Por isso, reafirmar que:

Trabalhar com cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada, pois o cinema é o campo no qual a estética, o lazer, a ideologia e os valores sociais mais amplos são sintetizados numa mesma obra de arte. Assim, dos mais comerciais e descomprometidos aos mais sofisticados e “difíceis”, os filmes têm sempre alguma possibilidade para o trabalho escolar (NAPOLITANO, 2015, p. 11-2).

Nessa perspectiva, deve-se compreender o cinema como uma mídia materializada no cotidiano da sociedade, e, portanto, não pode ser ignorado pela escola. No contexto geográfico, é possível provocar novas situações de aprendizagem para os estudantes e professores, ou seja, deve-se utilizar a imagem cinematográfica à serviço da investigação e da crítica a respeito da sociedade a partir de uma ampla leitura do mundo (BARBOSA, 2004).

Geografia Agrária: Algumas Leituras

A Geografia Agrária não se restringe apenas a conceituação e a distinção dos espaços agrários, uma vez que ela busca compreender as contradições da produção e organização territorial sobre os modos de produção capitalista e também as alternativas construídas historicamente, tais como:

1. Produção coletiva;
2. Agroecologia;
3. Agricultura orgânica e agroecológica;
4. Permacultura;
5. Cooperativas e sindicatos rurais;
6. Sistemas agroflorestais;
7. Sistemas agropastoris;
8. Agricultura camponesa e capitalista/agronegócio;
9. Comunidades tradicionais e modo de vida camponês;
10. Luta pela terra, reforma agrária, regularização fundiária, entre outros.

Também é preciso acrescentar, as transformações históricas nas relações

de produção e de trabalho no campo brasileiro, além dos movimentos sociais/ socioterritoriais de luta pela terra e *Reforma agrária*.

Segundo Paulino (2007), a Geografia Agrária surge como dissidência entre os estudos agrícolas e agrários, o que em partes diferencia as correntes teórico-metodológicas. Cita ainda, o papel de Orlando Valverde nesse processo de ruptura, ao se comprometer com as mudanças sociais, as quais assinala a abrangência da questão agrária sob a questão agrícola.

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, afirma que:

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2001, p. 23).

Fernandes (2001) afirma também que a questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. Por essa razão, pode-se amenizar os conflitos, mas não é possível solucioná-los totalmente.

É, portanto, no interior desses conflitos que o campesinato se reproduz, e nesse fazer produz alimentos, cultura e equidade social. É a ética camponesa, uma ordem moral avessa às barbáries do grande capital.

O cinema em muitos casos nos revela tal situação, “[...] ao estabelecer relações entre o visível e o invisível o cinema constitui uma interação entre o ver imediato e sua significação [...]” (BARBOSA, 2007, p. 115), na qual podemos considerar como histórica.

Em outras palavras, o cinema transcende o diálogo das representações e códigos, propiciando assim, novos saberes e utopias para além da sociedade da informação.

Suzuki (2006) indica algumas das perspectivas que vem norteando os trabalhos na Geografia Agrária, em destaque:

1. luta pela terra e *reforma agrária*;
2. movimentos sociais no campo;
3. novas territorialidades, sustentabilidade e fronteiras;
4. expansão das atividades no campo;
5. relação de produção capitalista com a modernização da agricultura e complexos agroindustriais;
6. êxodo rural;
7. relações de trabalho e gênero;
8. relação entre produtor agrícola e indústria;
9. terceirização na agricultura;
10. comunidades tradicionais etc.

Cabe acrescentar, a diferenciação entre territorialização do capital e monopolização do território, ambas as propostas por Oliveira (1999) que contribuiu de forma significativa no entendimento do significado do trabalho subordinado à lógica de reprodução capitalista.

Desse modo, as proposições sobre a questão agrária assim como a de agricultura camponesa e campesinato ganham espaço nas discussões acadêmicas, revelando que são questões não resolvidas no caso brasileiro.

Vale salientar que esse entendimento consolidou nas últimas três décadas uma Geografia Agrária do Campesinato sob orientação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a qual compreende a produção camponesa por uma perspectiva e direcionamento amplo da renda oriunda do campo e da agricultura.

Marques (2018), reafirma que a Geografia Agrária Crítica rompe com parte dos ideários anteriores da Geografia Agrária Clássica, os quais estavam vinculados sobremaneira, na análise: 1 - da distribuição espacial da produção agrícola e do sentido e da racionalidade em que ela se baseia; 2 - do uso da terra e dos sistemas agrícolas, do ponto de vista das técnicas, dos itinerários empregados e de sua relação com o calendário agrícola e a paisagem rural, e 3 – das comunidades rurais em sua tradição, particularidades regionais, evolução histórica e dinâmica contemporânea.

Para complementar as análises listamos, a seguir, alguns filmes e documentários para aprofundar o arcabouço teórico e cultural enfatizando a Geografia Agrária e Questão Agrária. Além destes, existem outros títulos que corroboram na difusão dos saberes agrários em diferentes escalas.

Nesse contexto, salienta-se que em qualquer filme existem várias formas de interpretação, análise e reflexão; cabe ao professor selecionar ou destacar um conjunto de cenas e trechos em consonância com os objetivos pedagógicos, sem deixar, é claro, de apreciar e indicar o filme completo e outros na mesma temática (CAROLA, 2010). Dito isso, é necessário fazer a “revelação” do mundo pelo audiovisual e também nas demais leituras que o constituem. É preciso decifrar o sentido social e territorial inserido no cinema!

Luta histórica pela terra no Brasil²

- - **O Cangaceiro**. Direção: Lima Barreto. Brasil, 1953, 105 min. O bando de cangaceiros do capitão Gaudino semeia o terror pela caatinga nordestina. A professora Maria Clódia, raptada durante um assalto do grupo, se apaixona pelo pacífico Teodoro. O forte amor entre os dois gera grande conflito entre a turma. <<http://www.adorocinema.com.br>>. Acesso em: 9 out. 2017.
- - **Sinhá moça**. Direção: Tom Payne e Oswaldo Sampaio. Brasil, 1953, 120 min. No auge da escravidão no Brasil, uma história de amor de luta pela liberdade com o brilho de um elenco formidável e a técnica incomparável da

2

Os filmes e documentários estão indicados de acordo com data das produções cinematográficas.

Cia Vera Cruz. Grande sucesso de bilheteria e boa recepção internacional. Sinhá Moça, filha de um grande fazendeiro possuidor de muitos escravos, se rebela contra o pai, briga pela causa dos escravos, os quais acabam por entrar em luta sangrenta contra seus algozes. Um advogado, que se apaixona por ela, procura organizar a campanha abolicionista. <<http://www.interfilmes.com>>. Acesso em: 9 set. 2009.

- - **Deus e o diabo na Terra do Sol.** Direção: Glauber Rocha. Brasil, 1964, 115 min. Trata do Nordeste, do messianismo e do cangaço. Um casal de camponeses mata o patrão, une-se a um místico, depois ao cangaceiro Corisco e enfrenta um matador de cangaceiros (Antonio das Mortes). Um dos filmes mais representativos do Cinema Novo e de Glauber (CAMPOS, 2006, p. 12).
- - **A guerra dos pelados** (baseado em fatos reais). Direção: Sylvio Back. Brasil, 1970, 98 min. Em 1913, no interior de Santa Catarina, concessão de terras para exploração de seus recursos pela empresa estrangeira gera revolta dos expropriados. Reunidos em torno de um reduto messiânico, os “pelados” reagem, gerando violento conflito com o exército.<<http://meta-midias.blogspot.com/2009/07/guerra-dos-pelados-sylvio-back-1970.html>>. Acesso 3 ago. 2018.
- - **Cabra marcado para morrer.** Direção: Eduardo Coutinho. Brasil, 1984, 119 min. Mostra a trajetória de um líder rural brasileiro - liga camponesa de Sapé (Paraíba), na década de 1960; ilustra os conflitos pela terra no país. O filme era rodado no Nordeste brasileiro, quando estourou o golpe de 1964. Retomou o projeto em 1981, retornando aos mesmos lugares e entrevistando as mesmas pessoas, **para verificar o que tinha ocorrido com elas.** (CAMPOS, 2006, p.14).
- - **Quilombo.** Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1984, 119 min. Em torno de 1650, um grupo de escravos se rebela em um engenho de Pernambuco e ruma ao Quilombo dos Palmares, onde uma nação de ex-escravos fugidos resiste ao cerco colonial. Entre eles, está Ganga Zumba, príncipe africano e futuro líder de Palmares, durante muitos anos. Mais tarde, seu herdeiro e afilhado, Zumbi, contestará as idéias conciliatórias de Ganga Zumba, enfrentando o maior exército jamais visto na história colonial brasileira. <<http://www.adorocinema.com.br>>. Acesso em: 9 out. 2007.
- - **A marvada carne.** Direção: André Klotze. Brasil, 1985, 80 min. Adaptação da peça de Carlos Alberto Soffredini. Retrata a vida caipira (as relações sociais, a agricultura de subsistência etc.) através, do casamento de um caipira com uma moça que teria como dote um boi inexistente. O que o caipira mais deseja é comer carne de boi e esta foi uma das formas de fazê-lo casar. Como é um desejo de anos, ele resolve migrar para a cidade grande para satisfazê-lo. O filme também mostra os problemas de adaptação em uma cidade como São Paulo (CAMPOS, 2006, p. 12).
- - **Contestado: a guerra desconhecida.** Direção: Enio Staub. Brasil, 1986, 60 min. Média metragem nacional sobre este conflito no sul do país. Entrevistas, filmes e fotografias do período do conflito, ocorrido em Santa Catarina, no início do século XX (CAMPOS, 2006, p. 13).
- - **Guerra de Canudos.** Direção: Sérgio Resende. Brasil, 1997, 169 min.

Com inspiração em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, relembra de modo ficcional as batalhas que ocorreram no final do século XIX em Canudos, no sertão baiano (CAMPOS, 2006, p. 13).

- **Gaijin – Os caminhos da liberdade.** Direção: Tizuka Yamazaki. Brasil, 1980, 112 min. Sobre a vinda de imigrantes japoneses para o trabalho nas fazendas de café no interior do estado de São Paulo. Por meio de uma história de amor (entre uma imigrante japonesa e um imigrante italiano), aborda a condição de vida destes colonos e a relação dos colonos japoneses com italianos e nordestinos (CAMPOS, 2006, p. 12).
- - **Lavoura Arcaica.** Direção: Luiz Fernando Carvalho. Brasil, 2001, 171 min. Lavoura Arcaica é uma versão ao avesso da parábola do filho pródigo. André é o filho desgarrado. Pedro, seu irmão mais velho, recebeu da mãe a missão de trazê-lo de volta ao lar. Entregue a uma enorme solidão, no pequeno quarto de uma pensão interiorana, Pedro encontra o irmão. Por intermédio das lembranças de André, conhecemos os motivos de sua fuga. Cedendo aos apelos da mãe, André retorna à casa em que a família já preparava a festa da sua chegada. “Lavoura Arcaica”, drama lírico e trágico da eterna luta entre a tradição e a liberdade. <<http://www.interfilmes.com>>. Acesso em: 9 set. 2009.
- - **Morte e vida Severina.** Direção: Zelito Viana. Brasil, 1977, 85min. A tradicional saga dos nordestinos do sertão em direção ao mar, em busca de trabalho. Severino atravessa o agreste e a zona da mata para fugir da seca e encontrar, em Recife, uma vida melhor. Misto de documentário e ficção de caráter social que discute a problemática popular nordestina. Baseado no poema de João Cabral de Melo Neto e musicado por Chico Buarque. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2018.
- - **O quatrilho.** Direção: Fábio Barreto. Brasil, 1994, 120 min. Rio Grande do Sul, 1910. Em uma comunidade rural composta por imigrantes italianos, dois casais muito amigos se unem para poder sobreviver e decidem morar na mesma casa. Mas o tempo faz com que a esposa de um se interesse pelo marido da outra, sendo correspondida. Após algum tempo, os dois amantes decidem fugir e recomeçar outra vida, deixando para trás seus parceiros, que viverão uma experiência dramática e constrangedora, mas nem por isto desprovida de romance. <<http://www.meucinemabrasileiro.com/filmes>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **O auto da Compadecida.** Direção: Guel Arraes. Brasil, 2000, 104 min. Baseado em Ariano Suassuna. No vilarejo de Taperoá, sertão da Paraíba passa uma engraçada história com os protagonistas Chicó e João Grilo, os quais lutam pelo pão de cada dia e atravessam por vários episódios enganando a todos da pequena cidade em que vivem. No plano de fundo temos o cangaço institucionalizado no nordeste e a relação de compadrio existente, propicia ainda uma leitura da paisagem sertaneja e da Igreja Católica naquele contexto. <<http://www.adorocinema.com.br>>. Acesso em: 9 out. 2007.
- - **O menino da porteira.** Direção: Jeremias Moreira. Brasil, 2009, 90 min. Regravado após trinta e um ano, retrata a vida de um boiadeiro e de um menino que criam um forte laço de amizade. Ambos percebem, ainda nos anos 50, no vilarejo do Rio Bonito as injustiças que ocorrem na região devido à

ganância do major Batista, dono da Fazenda Ouro Fino. O preço do gado é ordenado pelo major por meio da coerção dos seus capangas. <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=511>> . Acesso 10 fev. 2019.

Movimentos socioterritoriais e a reforma agrária:

- - **O canto da terra.** Direção: Paulo Rufino. Brasil, 1991, 100 min. Aborda o desenvolvimento da concentração brasileira desde suas origens até a explosão de violência no campo nos dias de hoje. O filme está estruturado em 3 blocos: enfoca o problema fundiário e o tema da terra, estuda a economia agrícola e apresenta a violência gerada pela concentração de terra. <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=511>>. Acesso em: 9 fev. 2018.
 - - **Corumbiara: o massacre dos camponeses.** Direção: Helena Angélica de Mesquita (pesquisa, organização, produção e texto). Edição: Marcos Santos/MS Produções. Goiás, 2000, 42 min. O objetivo do documentário é ativar a discussão a respeito da luta pela terra e, em especial sobre o massacre dos camponeses ocorrido em 09 de agosto de 1995 em Corumbiara, estado de Rondônia. Pretende ainda, ser um recurso didático para professores e alunos haja vista a escassez de informações sobre o tema, que muitas vezes são filtrados. Analisa o papel do Estado por meio do acesso à terra; são imagens dos dias 08, 09 e 10 de agosto de 1995 sem montagens e sem cortes. É um relato com cunho científico, e de grande relevância social, visto a produção e organização territorial brasileira e a impunidade dos policiais, empresários e latifundiários envolvidos. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-41.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.
 - - **Filhos do assentamento.** Direção: Alessandra Sabbatini; Eduardo Paranhos; Eulâmpio Vianna e Roberta Piza. Brasil: Campinas, 2003, 20 min. Projeto Experimental apresentado na Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas, analisa a trajetória dos filhos dos assentados do 1º Assentamento do MST no estado de São Paulo, em Sumaré.
- **Terra para Rose (1987).**
 - **O sonho de Rose – 10 anos depois (2001).**
 - **Engenho Prado – Uma guerra de baixa intensidade na Zona da Mata (2003).**
 - **Cadê Profiro? (2004).**
 - **O pontal do Paranapanema (2005).**
 - **Soja, em nome do progresso (2005).**
 - **Expedito: em busca de outros nortes (2006).**
 - **Armas não atiram rosas (2007).**
 - **Fruto da Terra (2008).**
 - **Ser da Terra (2010).**

Amazônia e os conflitos no campo:

- - **Chico Mendes: eu quero viver.** Direção: Adrian Cowell³. Documentário. Produção: Verbo Filmes. Brasil: São Paulo, 1989, 55 minutos. “Meu sonho é ver toda esta floresta conservada, porque nós sabemos que ela pode garantir o futuro de todas as pessoas que vivem nela. E não é só isso. Eu acredito que em alguns anos a Amazônia pode se tornar uma região economicamente viável, não apenas para nós, mas para a nação, toda da humanidade e todo o planeta. Não quero flores em meu funeral porque sei que elas seriam tiradas da floresta. Só desejo que meu assassinato sirva para por fim à impunidade de pistoleiros que são protegidos pela Polícia Federal do Acre. Se um mensageiro descesse do céu e garantisse que minha morte ajudaria a fortalecer nossa luta, ela até valeria a pena. A experiência nos ensina o contrário. Não é com grandes funerais e manifestações de apoio que iremos salvar a Amazônia. Eu quero viver [...]” (Citação de Francisco Mendes Filho, líder nacional dos seringueiros e presidente dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-AC. Assassinado no dia 22 de dezembro de 1988 a mando de latifundiários da região.) (COWELL, 2010, s.n)
- - **Nas cinzas da floresta.** Direção: Adrian Cowell. Brasil, 1990, 52 min. Com a construção da BR 364, em Rondônia e da ‘estrada de penetração’ 462, o filme traça um panorama abrangente, apresentado por José Lutzenberger, de como a política do governo brasileiro para ocupação da Amazônia na década de 1980 levou à degradação de enormes áreas de floresta neste estado. <<http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **Amazônia em chamas** (The Burning Season). Direção: John Frankenheimer. EUA, 1994, 128 min. O filme retrata a história de Chico Mendes, o líder seringueiro da região de Xapuri, no Acre, em sua luta em defesa dos povos da floresta e dos recursos naturais amazônicos. Sinopse oficial: “Quando os empresários olharam para a Amazônia, eles viram dinheiro, oportunidade e o futuro. Nada poderia impedi-los de realizar seus objetivos. A não ser Chico Mendes. Desde sua infância, Chico Mendes foi testemunha das brutalidades cometidas contra seringueiros, explorados por seus patrões. Ainda jovem, decidiu dedicar-se a uma luta em favor de justiça para o povo de sua região. De pequenas discussões com criadores de gado, passando pela liderança de seu sindicato, a uma campanha internacional contra a devastação da floresta amazônica, Chico Mendes acreditava no diálogo e em soluções sem violência. Acabou transformando-se em uma figura de importância nacional, um herói local, e um peso ainda maior para seu inimigos... até que uma emboscada marcou o fim de sua vida de dedicação e esperança”. <http://www.juventudeverdesp.org.br/jvsvp/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=39> . Acesso 3 ago. 2009.
- - **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** Direção: Thieres Mesquita. Brasil, 2005, 90 min. É um registro rico, elaborado por especialistas que percorreram a BR-163 revelando suas várias faces: agrobusiness, conflito pela posse da terra, complexidade social, ambiental e

econômica. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

- **Soja: em nome do progresso.** Direção: Greenpeace. Brasil, 2006, 15 min. O documentário mostra os impactos socioambientais que a expansão da fronteira da soja está causando na região de Santarém, no estado do Pará. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **Mataram Irmã Dorothy.** Direção: They Killed Sister Dorothy e Daniel Junge. EUA, 2009, 94 min. Em fevereiro de 2005, a irmã Dorothy Stang, de 73 anos, foi brutalmente assassinada. Ativista na defesa do meio ambiente e das comunidades carentes exploradas por madeireiros e donos de terra na Amazônia, a freira americana foi executada com seis tiros no interior do Pará. O documentário revela os bastidores do julgamento dos assassinos de Dorothy e investiga as razões de sua morte e seus verdadeiros mandantes. Por trás do drama criminal, vem à tona o legado de seu trabalho humanitário na floresta brasileira. <<http://www.interfilmes.com>>. Acesso em: 9 set. 2009 .
- - **Nas terras do bem virá.** Direção: Alexandre Rampazzo. Brasil, 2007, 110 min. Este longa metragem “costura” vários casos de conflitos envolvendo migrantes de regiões pobres, fugitivos da seca, que caíram no trabalho escravo, perderam suas terras, foram assassinados e viram assassinar seus líderes. Casos de um povo que cansou de migrar em busca da sobrevivência e decide lutar para conseguir um pedaço de terra, deixar de ser escravo e manter viva a última grande floresta tropical do planeta. Gravado em 29 cidades de cinco estados do norte e nordeste brasileiro, o documentário aborda entre outros assuntos, o modelo de colonização da Amazônia, o massacre de Eldorado do Carajás, o assassinato da missionária Dorothy Stang e o ciclo do trabalho escravo. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

- **Brincando nos campos do Senhor (1991).**
- **Bioenergia: vida ou morte da agricultura familiar na Amazônia? (2004).**
- **O grão que cresceu demais (2005).**
- **Chico Mendes – O Preço da floresta (2008).**
- **Matando por terra (1990/2011).**

Terras indígenas e os conflitos territoriais:

- **A tribo que se esconde do homem (1970).**
- **O reinado na floresta (1971).**
- **A lenda de Ubirajara (1975).**
- **Terra dos índios (1980).**
- **Xingu (1985).**
- **Avaeté, a semente da vingança (1985).**
- **A missão (1986).**
- **Na trilha dos Uru Wau Wau (1990).**

- **Fragmentos de um povo (1999).**
- **A BR 156 e os povos indígenas (2007).**
- **À sombra de um delírio verde (2011).**
- **Sagrada terra especulada (2011).**
- **Xingu (2011).**
- **Aldeia Rio Azul (2013).**

Alimentação, agroecologia, agrotóxicos e saúde pública

- - **Biocombustível.** Direção: Jakob Gottschau. Dinamarca, 2005, 28 min. No início dos anos vinte, a liderança americana do petróleo e indústria automobilística ajudou a gasolina virar o combustível mais eficiente. No momento, uma liderança venenosa já conhecida, prejudicial ao sistema nervoso – especialmente para crianças. Rapidamente a liderança compete a outros aditivos inofensivos, e o benefício da indústria de petróleo está aumentando nestas décadas. Mas cem mil toneladas de liderança são esparramadas em volta do mundo e causa danos a milhões de pessoas. A liderança da gasolina tem, literalmente, feito de nós um pedaço mais turvo. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **Combustível ou comestível.** Direção: Ludmila Ferolla e Giuseppe Bizzarri. Brasil, 2015, 25 min. Documentário sobre a produção do etanol, com entrevistas de Roberto Ardenghy, Superintendente da Agência Nacional de Petróleo (ANP); Carlos Lessa, economista, ex-presidente do BNDES e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e João Pedro Stédile, economista e dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). <http://www.armazemmemoria.com.br/cdroms/videotecas/MS-T/00ArmazemMemoria/Tema/01_catalogos/00_catalogogeral.html>. Acesso em: 10 out. 2018.
- - **Cruzando o Deserto verde.** Direção: Fase/Movimento Alerta contra o Deserto verde. Brasil, 2002, 56 min. A expressão Deserto verde surgiu de uma profecia lançada no final dos anos 60, quando as fábricas de celulose invadiram o norte do Espírito Santo e o Sul da Bahia, provocando impactos no meio ambiente e na vida de milhares de habitantes daquela região, reúne depoimentos denunciativos de um processo de implantação que não respeitou nem a cultura nem o território de tribos indígenas, quilombos, pescadores e produtos rurais, desarticulando seu modo de vida e provocando a destruição de rios e da Mata Atlântica, restando apenas um grande deserto verde. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/dicasdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- **No mundo de 2020 (1973).**
- **Terra para viver (1988).**
- **A corporação (2003).**
- **Fome de soja (2004).**
- **O futuro da comida (2004).**
- **A carne é fraca (2005).**
- **Nós alimentamos o mundo (2005).**

- Transgênicos – a manipulação dos campos (2005).
- Expressões agroecológicas (2006).
- Resistir e saber cuidar (2006).
- Morrendo por não saber (2006).
- TranXgênia: a história do verme e o milho (2006).
- O silêncio das abelhas (2007).
- A Revolução das Bocas (2007).
- A alimentação é importante (2008).
- Carne, uma verdade mais que inconveniente (2008).
- Comida, S.A. (2008).
- Neste chão tudo dá – semeando conhecimento e colhendo resultados (2008).
- O mundo segundo a Monsanto (2008).
- Sabe da verdade sobre o leite? (2008).
- A bela verdade – A cura do câncer (2009).
- Dirt! The Movie (2009).
- Alimentação Sustentável – Multimistura (2009).
- Combustível ou comestível (2010).
- Projeto PANCs (Plantas Alimentícias Não-Convencionais) – Soberania Alimentar e Biodiversidade Palpável (2010).
- Troque a faca pelo garfo (2011).
- Ciclovida (2010).
- O câncer é um negócio sério (2010).
- Terra em transformação – agronegócio ou agroecologia (2010).
- À sombra de um delírio verde (2011).
- O veneno está na mesa (2011).
- O veneno nosso de cada dia (2011).
- Gordo, doente e quase morto (2011).
- Vitamina D – por uma outra terapia (2012).
- As colheitas do futuro (2012).
- Muito além do peso (2012).
- Roleta russa genética – A aposta de nossas vidas (2012).
- Sementes da liberdade (2012).
- Três mitos sobre a agroecologia – animação (2012).
- Brasil orgânico (2013).
- Nuvens de veneno (2013).
- O veneno está na mesa II: agroecologia para alimentar o mundo com soberania para alimentar os povos (2014).

Relação de trabalho e migração no campo

- - **Califórnia à brasileira.** Direção: Beto Novaes. Produção: IDACO. Brasil: São Paulo, 1991, 24 min. É um magnífico documentário sobre a realidade dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto (SP). Apresentada, em 1990, como a Califórnia Brasileira, a região é uma das mais ricas e desiguais do país. Segundo reportagem da Rede Globo, graças aos empresários (especialmente os ligados a indústria do açúcar e do álcool), esta seria uma região moderna, rica, sem janelas e pobreza. Califórnia à Brasileira apresenta uma outra versão desta realidade. Os cortadores de cana descrevem suas precárias condições de vida e os mecanismos de super exploração aos quais são submetidos. As imagens da violenta repressão policial na histórica greve de Guariba (1984) – cidade dormitório de Ribeirão Preto – são inquietantes. Califórnia à Brasileira é um convite a reflexão sobre as lutas e práticas sindicais no meio rural. Um convite à reflexão sobre as consequências da modernização tecnológica no campo e as estratégias patronais para exploração e dominação dos trabalhadores. É, por fim, um convite à reflexão sobre o que é apresentado pelos meios de comunicação e sobre a dura realidade que apenas a voz dos trabalhadores é capaz de descrever. <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/di-casdefilmes.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **As andorinhas vêm cá, nem lá.** Direção: Maria Aparecida Moraes Silva. Produção: Idem. Brasil: São Paulo, 1991, 30 min. Baseado em pesquisa da diretora do documentário, relata a situação social dos camponeses migrantes do Vale do Jequitinhonha – MG para a região de Ribeirão Preto-SP, para o trabalho no corte de cana e colheita de café no início de 1990.
- - **Engenho Prado.** Direção: Telephone Colorido e CPT. Brasil: Pernambuco, 2003, 33 min. A Constituição Federal preconiza que a terra que não esteja cumprindo sua função social, ou seja, improdutiva, pode ser objeto de desapropriação para fins de Reforma agrária. Partindo desse contexto é que agricultores que, depois de sete anos plantando sobre o que era antes terra improdutiva há 25 anos, tiveram seus roçados, residências, escola, cozinha comunitária, viveiros queimados, sem falar dos amigos mortos por matadores de aluguel. Existe ainda, um outro documentário complementar ao primeiro, nesse podemos verificar a atual situação dos camponeses, além do monopólio da “TV Tribuna” de João Santos, o agressor latifundiário. <<http://docverdade.blogspot.com/2009/09/engenho-prado-guerra-de-baixa.html>>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **Bagaço.** Direção: CPT/Rede Social - org. Brasil, 2006, 25 min. O documentário Bagaço mostra a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras na indústria da cana em Pernambuco. O vídeo retrata o cotidiano do trabalho no corte da cana, as violações de direitos, a destruição ambiental e a inviabilidade de um modelo de produção baseado no latifúndio e na super exploração do trabalho. <http://www.armazemmemoria.com.br/cdroms/video-tecas/MST/00ArmazemMemoria/Tema/01_catalogos/00_catalogogeral.html>. Acesso em: 10 out. 2017.
- - **Soluções e soluções.** Direção: Edu Felistoque. Brasil, 2000, 90 min. So-

bre a seca no nordeste e a grande propriedade fruto de uma situação histórica.

- - **Tapete vermelho.** Direção: Luiz Alberto Pereira. Brasil, 2006, 100 min. Um homem parte em viagem com sua esposa e filho para cumprir uma promessa: mostrar ao garoto um filme de Mazaropi em uma sala de cinema. <http://www.portaldecinema.com.br/Filmes/tapete_vermelho.htm>. Acesso em: 9 fev. 2010.
- - **Vidas secas.** Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil, 1963, 103 min. Narra a história de uma família de retirantes nordestinos que foge da seca. Bastante fiel ao livro, mostra a caminhada sempre em busca de um local para ficar. Existe o período de tempo bom – no qual a família permanece em uma fazenda – até a estiagem, a ausência de inverno, quando ela se põe a caminho novamente. Do romance de Graciliano Ramos (CAMPOS, 2006, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas indicações poderão “nortear” ou mesmo “sulear” as aulas e eventuais projetos com o cinema em diferentes níveis educacionais. Trata-se, portanto, de algumas sugestões para compreender a questão agrária no bojo da Geografia Agrária e suas múltiplas leituras a partir do Brasil e da mundialização do capital. Pois, “O cinema não é, portanto, um registrador da realidade; é uma construção de códigos, convenções, mitos e ideologia da cultura de quem os realiza” (CAMPOS, 2006, p.05).

Assim, urge reconhecer o cinema como prática social, desvendando as concepções de mundo, de identidade e territorialidades presentes, ou seja, da construção do cinema como uma experiência crítica como apregoado por Alves (2010).

Por fim, cabe salientar que o cinema na sala de aula mantém aderência com os currículos escolares e pode fomentar inúmeras leituras sobre os contextos estudados, bem como fomentar estudos dirigidos especialmente produzidos para auxiliar no trabalho do professor. Nesse sentido, as análises provenientes da Geografia Agrária devem ser contextualizadas em consonância com as imagens e recortes cinematográficos, de uma sociedade de classes com diferentes contradições e conflitos materializados na realidade. Dessa maneira, as indicações realizadas nesse ensaio visam contribuir com o uso do cinema nacional nas aulas de Geografia, por isso, essa difusão seguirá em contribuições vindouras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Tela crítica: a metodologia.** Bauru: Praxis, 2010.

BARBOSA, Jorge Luiz. Geografia e Cinema: Em Busca de Aproximações e do Inesperado. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A Geografia na sala de aula.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 109-133.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Cinema, Geografia e Sala de Aula. **Estudos Geográficos**, v. 04, n. 01, 2006.

CAROLA, C. R. Meio ambiente. In: PINSKY, C. B. **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2010.

CARVALHO, R. I. B. **Universidade midiaticizada**: o uso da televisão e do cinema na educação superior. Brasília: Senac, 2007.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **A obra cinematográfica de Adrian Cowell**: legado de resistências e territorialidades para a Amazônia. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFLCH, USP, São Paulo, 2018.

MARQUES, Marta I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.) **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PONTUSCHKA, Nídia Nacb; PAGANELLI, Tomoko Lídia; CACETE, Núria Hanglei. A linguagem cinematográfica no ensino de Geografia. In:_____. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 261-283.

SUZUKI, J. C. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

QUEM TE DARÁ A TERRA SE NÃO FOREM TUAS MÃOS: PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I (PRESIDENTE MÉDICI-RONDÔNIA)

Tânia Olinda Lima

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Ariquemes – Rondônia

Denes Luís Reis Pedrosa

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Porto Velho – Rondônia

Rogério Nogueira de Mesquita

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Bujari – Acre

Claudia Cleomar Ximenes

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Pimenta Bueno – Rondônia

Danúbia Zanotelli Soares

Universidade Federal de Rondônia – Unir,
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
PPGG
Ariquemes – Rondônia

rural é perceber a sua interação com as partes antes de olhar o todo, é entender como maneja a terra, utiliza a água, como planta a semente, sua organização social com a comunidade, e ainda com o mercado, ao ponto de compreender sustentavelmente este meio rural. Portanto, aprofundar o entendimento e as discussões acerca da produção do espaço efetivado a partir do processo de implantação de assentamentos de reforma agrária no Estado de Rondônia, e mais especificamente em Presidente Médici, no Projeto de Assentamento Chico Mendes I, tornando-se socialmente relevante, principalmente para os camponeses envolvidos nos espaços investigados, à medida que o conhecimento construído permite engendrar ações de fortalecimento do movimento da consolidação da conquista e permanência da luta. Por isso, para melhor compreender estas relações sociais no Assentamento Chico Mendes I é crucial compreender o processo histórico de luta e enfrentamentos dos assentados, assim como identificar o papel do camponeses como protagonista daquela realidade, entendendo como suas respectivas atuações resultam na construção de um rural com problemas e demandas, todavia, este atua para que consiga desenvolver suas atividades para a geração de renda e auto sustento, seja aprendendo por meio dos conhecimentos geracionais, seja com as dificuldades do

RESUMO: O enfrentamento de conquista pela terra, especialmente para o campesinato, representa autonomia, interrompendo uma história de exclusão social. Por isso, pensar no campesinato em áreas de assentamento

cotidiano em produzir no campo, que por muitas vezes está baseado numa assistência deficiente e ausência de acesso às políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento Rural; Campesinato; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Reforma Agrária.

ABSTRACT: The confrontation of conquest by the land, especially for the peasantry, represents autonomy, interrupting a history of social exclusion. Therefore, to think of the peasantry in rural settlement areas is to perceive their interaction with the parties before looking at the whole, is to understand how they manage the land, use water, how to plant the seed, their social organization with the community, and with the market, to the point of sustainably understanding this rural environment. Therefore, to deepen the understanding and the discussions about the production of the space effected from the process of implantation of settlements of agrarian reform in the State of Rondônia, and more specifically in Presidente Médici, in the Project of Settlement Chico Mendes I, becoming socially relevant, especially for the peasants involved in the spaces investigated, as the knowledge built allows engendering actions to strengthen the movement of consolidation of the conquest and permanence of the struggle. Therefore, in order to better understand these social relations in the Chico Mendes I settlement it is crucial to understand the historical process of struggle and confrontation of the settlers, as well as to identify the role of the peasants as protagonists of that reality, understanding how their respective actions result in the construction of a rural with problems and demands, however, it acts so that it can develop its activities for the generation of income and self-sustenance, be it through generational knowledge or the daily difficulties of producing in the field, which is often based on a poor assistance and lack of access to public policies.

KEYWORDS: Rural Settlement; Peasantry; Social Movements; Public Policy; Land Reform.

1 | INTRODUÇÃO

A produção do espaço humano ou social, toma-se como referência neste trabalho ao passo que buscamos dialogar com a concepção de que produzir e produzir espaço são atos indissociáveis (SANTOS, 2008), por isso, este artigo busca efetivar uma análise sobre as relações sociais, destacando o processo histórico da constituição do Projeto de Assentamento Chico Mendes I, no município de Presidente Médici - Rondônia.

Portanto, busca-se pensar o espaço enquanto relações sociais vivenciadas nas propriedades rurais, entre as famílias assentadas e sujeitos externos à comunidade que participam, direta e indiretamente, dos processos econômicos e sociais no assentamento. Nesse sentido a ciência geográfica tem como objeto de estudo o espaço geográfico ou espaço humano, produzido a partir das relações sociais e destas com o meio.

As áreas de reforma agrária, por exemplo, os Projetos de Assentamento, constituem uma porção de espaço geográfico resultante da relação da sociedade com a natureza, produzido através da ação engendrada por diferentes sujeitos sociais. Nesta perspectiva, através do ato de produzir, mediante as técnicas e trabalho, o homem automaticamente está produzindo espaço.

Santos (2008) ressalta que o espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social que constitui a morada do homem, pois é seu lugar de reprodução da vida e do trabalho. Sendo assim, através da produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural “é por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2008, p.203).

No Projeto de Assentamento (PA) Chico Mendes I este processo de produção do espaço e transformação da natureza é muito dinâmico e complexo. A área onde foi implantado, antes recoberta intensamente por vegetação, foi transformada através do trabalho humano, uso de tratores e outros instrumentos de trabalho.

Os assentados participaram deste processo inicial de transformação. A partir da ocupação, novas produções e relações sociais foram sendo efetivadas: as casas, as roças, associações e obras de infraestrutura (escolas, igrejas, estradas, energia elétrica, poços, entre outras) foram construídas, os lotes foram formados, novas culturas foram sendo incorporadas.

Apesar de abordar as concepções de espaço social, destaca-se que este processo é contínuo e dialético, transcende a simples produção e configura a reprodução espacial. Neste sentido, concorda-se com Moreira, (2006) ao colocar que a produção é reprodução, pois o próprio espaço é condição de reprodução. A referida reprodução é viabilizada pelo consumo produtivo, onde parte do que é produzido será destinada a dar continuidade ao processo, caracterizando as condições materiais do trabalho, meios de produção ou condições de reprodução.

2 | ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM RONDÔNIA

No processo de compreensão da estrutura fundiária do Estado de Rondônia, também nos deparamos com questões conflitantes, principalmente após 1975, quando o governo federal privilegiou aquisição de terras em favor dos grandes proprietários, indo de encontro aos anseios e às necessidades do crescente fluxo demográfico, que almejava um pequeno pedaço de chão, de modo a garantir sua reprodução enquanto camponeses (NUNES, 1996).

Rondônia entre o período de 1970 a 2016 implantou diversos Projetos de Assentamentos incorporando áreas ao Programa de Reforma Agrária, todavia, ao adentrar no contexto geopolítico da estrutura fundiária em Rondônia, percebe-se, inúmeros conflitos no campo, resultando em diversas mortes e poucas prisões nesse processo de colonização e ocupação de terras no Estado.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT desde 1970 realiza uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e violência no campo, em sua última edição (2016) aponta que Rondônia foi responsável por 34,4% das mortes em conflitos agrários no Brasil, portanto, o problema de terras em Rondônia é grave e antigo (CPT, 2017).

Segundo o INCRA (2016), Rondônia tem 106 áreas em situação de disputa, em 23 municípios, ao todo são 8.759 famílias acampadas, sendo 25% enquadradas em “alto grau de risco de conflitos graves”, pois 80% desses acampamentos estão em fazendas que não têm o título definitivo, do total de imóveis ocupados, 75% dependem de ação direta do Programa Terra Legal para futura destinação à reforma agrária, e 25% demandam atuação do INCRA (LIMA e LOCATELLI, 2017).

O INCRA assentou entre 1970 e 2016 um total de 46.564 camponeses, no entanto, o Estado de Rondônia possui um total de 16.369.615 hectares de terras públicas divididas em 92 glebas públicas, tendo assim 64% de terras destináveis e 36% de áreas não destinadas (5.923.892 hectares) (RIBEIRO, COSTA SILVA, SANTOS, 2016, p.19).

Segundo dados do Relatório de Desempenho do Terra Legal 2009-2014 (BRASIL-MDA, 2014), Rondônia é um dos estados que menos avançou no processo de georreferenciamento das glebas públicas federais e das parcelas de terras.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (SIPRA, 2017) disponibiliza informações a respeito dos imóveis rurais cadastrados, Rondônia possui 234 imóveis numa área de 17.606.084,20 hectares de titularidade pública e 107.333 imóveis no total de 12.286.961,31 hectares de titularidade particular.

Vinculado ao Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA (SIPRA, 2017) em Rondônia estão 224 projetos de assentamento com um total de 38.947 famílias assentadas, numa área de 6.202.021,394, todavia, a capacidade é para 66.121 famílias.

A distribuição desses assentamentos se encontra disperso pelo Estado de Rondônia, seu planejamento espacial e a organização das moradias nos assentamentos são diferenciados, contudo, deve-se levar em consideração aspectos produtivos e o uso de recursos naturais presentes no local no momento de definição das formas e modelos de parcelamento dos lotes.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST busca em seus assentamentos um mecanismo sistêmico de pensar o espaço, ou seja, a vida no centro do projeto. Esta maneira estratégica empregada influencia e estimula o convívio e relações sociais, contribuindo para se pensar novas formas de relacionar produção e aproveitamento de recursos naturais.

Diferentemente da propriedade fundiária capitalista, Wanderley (2009) traz em seu livro “O mundo Rural um espaço de vida” uma reflexão sobre a propriedade da terra, destacando que a propriedade fundiária capitalista explora, até o esgotamento, a fertilidade natural do solo, geralmente em grandes extensões de terras sob a forma de equipamentos e insumos agrícolas, portanto, a propriedade fundiária nestes moldes

é, assim, o elemento central, através do qual se efetua a dominação indireta do capital na agricultura.

No caso dos camponeses estes podem se organizar para explorar individual ou coletivamente, através de cooperativas ou grupos avançados de autogestão “muitas combinações são possíveis entre os diversos tipos de propriedades e os diversos tipos de exploração” (VEIGA, 1986, p.34).

Logo, áreas de implantação de PA passam por uma nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades. “São realizadas alterações na conformação do espaço local, no sistema produtivo e nas relações sociais, de forma a viabilizar a implantação do assentamento” (BERTOLINI e CARNEIRO, 2007, p. 204).

Desta maneira a estrutura fundiária do Estado de Rondônia desde seu processo de colonização e implantação dos projetos de Reforma Agrária tem contribuído para atual conjuntura socioespacial no campo, percebe-se que dispõe de diversas áreas sob o gerenciamento do capital, contribuindo para a violência e massacre no campo. O crescimento do agronegócio está sufocando as propriedades dos camponeses, impulsionando um modelo único e centralizado de produção e relação social.

3 | CAMPESINATO E ASSENTAMENTOS RURAIS

A atuação do MST em Rondônia teve início em 1980, sendo que a luta pela terra no Estado se dava espontaneamente, ao passo que grupos de camponeses se organizavam para ocupar áreas de interesse. Contudo, setores da igreja tanto católica quanto luterana e sindicatos de trabalhadores rurais os apoiavam. A articulação desses diferentes grupos consistia basicamente na conquista pela terra, cuja a legitimidade era assegurada pelo trabalho realizado nela (SOUZA, 2011).

A partir desse trabalho conjunto, sendo os militantes do MST responsáveis pelo mapeamento das áreas de interesse para serem ocupadas, ocorreram diversas tentativas de ocupação de terras, e o sucesso de algumas delas projetou o MST como uma força política relevante no Estado (MORISSAWA, 2001). Desde então o movimento tem ampliado seu campo de atuação, territorializando-se em pontos estratégicos em diferentes regiões do Estado de Rondônia.

Assim era ocupado e reocupado pelos camponeses diversas áreas até a conquista do assentamento. Desse modo acontece a territorialização da luta pela terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os camponeses vão construir uma nova comunidade. A luta pela terra leva a territorialização porque com a conquista de um assentamento, abre-se perspectivas para a conquista de um novo assentamento (FERNANDES, 2000).

Sobre a organização das moradias em assentamentos rurais Bertolini e Carneiro (2007, p. 206) têm contribuído na compreensão desse planejamento espacial, colocando que as moradias podem estar situadas nos lotes individualmente ou em

agrovilas. Usualmente nos assentamentos da reforma agrária em Rondônia, verifica-se algumas experiências de núcleos de moradias, comumente chamados de *raio de sol* devido ao formato de alguns núcleos.

Difere-se de agrovila pelo fato das casas serem construídas nos lotes. O assentamento é parcelado em lotes individuais com desenho que facilite a proximidade entre as diversas moradias. Dentro dele, existem vários núcleos de 10 a 15 famílias, em média, cujo tamanho varia de acordo com a topografia, a hidrografia e as estradas existentes. No interior de cada núcleo, reserva-se uma área coletiva para aquelas famílias. A área comunitária de todo o assentamento localiza-se num local central, podendo estar inserida no interior da área de um dos núcleos (BERTOLINI e CARNEIRO, 2011).

Scopinho (2009) aponta o momento da demarcação dos lotes como importante, pois, trata-se da definição da geografia do assentamento, que envolve um processo organizativo intenso, repleto de negociações entre as famílias a respeito de como querem viver. Portanto, a ideia é que o assentamento seja um espaço de convivência diferenciado no mundo rural, deve ser o lugar da contraposição ao modelo agrário tecnicista e especializado, portanto, sua organização é também uma forma de dizer algo diferente (NOBREGA, 2013).

A exemplo da viabilidade desses núcleos de moradias Nobrega (2013) aponta em sua pesquisa o Assentamento 14 de Agosto que é composto por agrovila, onde as famílias se beneficiaram do modelo que permitiu, uma maior aproximação entre os camponeses.

“Essa maneira de dispor as casas possibilitou uma convivência maior entre as pessoas do que entre aquelas que permaneceram cada uma em seu lote maior” (NOBREGA, 2013, p.92), “assim as relações de vizinhança e também de parentesco se estenderam por toda a agrovila, certamente agregando mais força à luta por aquele pedaço de terra que ainda não era oficialmente deles” (NOBREGA, 2013, p.93).

Fabrini (2008) observa que na luta pela terra, a dimensão territorial tem papel fundamental na resistência aos esquemas de dominação capitalista. Nesse sentido percebemos que o camponês-assentado trava uma luta para além da terra. Nobrega (2013, p.93) mostra que o Assentamento 14 de Agosto propôs uma nova dinâmica na disposição dos lotes como mecanismo de resistência a dominação capitalista:

Por estarem localizados no seio do latifúndio rondoniense, o embate que travaram foi além da luta pela terra: passaram a produção de um contra-discurso sobre a terra entendida enquanto espaço de reprodução social do grupo, muito distante da mercantilização. Ao instituírem uma terra coletiva de trabalho opõem-se a visão comum de terra como mercadoria ou a visão do campo como residência para turismo. O campo é habitado e vivido a terra é uma herança de todos, não apenas da família.

Fontes et al., (2015) afirma que o fortalecimento dos territórios camponeses na disputa contra a agricultura capitalista perpassa pelas estratégias camponesas de resistência e recriação de sua cultura e modo de vida. Essa realidade pressupõe uma

unidade de contrários, à medida que se observa o avanço da agricultura moderna nos territórios camponeses, desterritorializando, retirando sua autonomia e cultura, antagonicamente, eles se organizam, constroem alternativas buscando meios de sua própria existência, recriação, autonomia e resistência.

Dessa forma, produz-se ações de apropriação do espaço, se territorializando, desenvolvendo relações sociais, produtivas, políticas e econômicas, e criando um campo de poder.

José de Souza Martins (1981) explica que a expansão do capitalismo no campo se dá pela sujeição da renda territorial ao capital, seja comprando terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital realiza a sujeição da renda da terra, que é a condição para sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Na subordinação da produção do campesinato a propriedade e posse da terra continuam em mãos camponesas, o trabalho se mantém de base familiar, porém o capital cria as condições para extrair o excedente econômico.

Quando os camponeses migraram para Rondônia e realizou-se as primeiras ocupações nas áreas de assentamento essas famílias traziam consigo o desejo de produzir, de fazer a terra prosperar aplicando naquele lugar seus conhecimentos e tradições na busca da reprodução dos seus espaços vivenciados, ou seja, reproduzir as experiências trazidas na “bagagem”.

Por isso, discutir o papel do campesinato na luta pela terra e sua luta na terra consiste em compreender as relações sociais existentes em seu território, para isso, coloca-se a necessidade de entender seu processo histórico e os percalços dos distintos projetos de rumos da sociedade, ou seja, o projeto político do capital versus o projeto do campesinato e remete à dicotomia, de um lado a realização do projeto de soberania alimentar e autonomia camponesa e o outro se apresenta por meio do processo de subordinação dos camponeses ao capital.

4 | CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E DE FORMAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CHICO MENDES I

A história da ocupação da Fazenda Dois Jacys, do Senhor José Milton de Andrade Rios, teve início no dia 24 de junho de 1996, tal fazendeiro era conhecido, devido diversos conflitos litigiosos com colonos e indígenas. Além de ser acusado por diversas mortes de seringueiros e do Advogado Agenor Carvalho, conhecido como “advogado dos pobres”.

Como as famílias de sem-teto e sem-terra viviam desamparadas, Agenor ao se estabelecer numa pequena sala no centro da capital rondoniense, foi logo procurado por famílias de sem-terra e sem-teto, que não conseguiam advogados para pleitear os seus direitos.

A grilagem de terras ultrapassava os limites do imaginável naquela época, e era

comum a polícia tomar espingardas dos posseiros, mas permitir arsenais completos em mãos de fazendeiros. Agenor acusava o fazendeiro José Milton de Andrade Rios de guardar um estoque de armas pesadas no Seringal Muqui. O que lhe custou a morte, Agenor, foi assassinado com um tiro de revólver 38 no coração, no quarto de sua casa, em 9 de novembro de 1980.

Porém, mesmo em meio a toda violência e massacre existente no campo, a igreja católica juntamente com os sindicatos rurais e o MST contribuíram no processo de ocupação da fazenda e chamada das famílias que necessitavam de terra. Era todo um procedimento organizativo, de modo que alguns membros começaram a fazer parte das lideranças do acampamento. Segundo depoimentos, o próprio fazendeiro se reuniu com as famílias manifestando a vontade de vender a terra, por isso, não houve problemas com pistolagem no acampamento.

No início, apenas os homens ocuparam a fazenda, mas via-se algumas mulheres, depois de alguns meses notando que não havia perigo, dirigiu-se para área o restante de mulheres e crianças, onde atualmente se localiza a Agrovila 1, no lote da Dona Josefa Gomes de Souza. Naquela época a condição financeira era difícil, pois, a maioria não dispunha de transporte próprio, então para se deslocar para a cidade ou até ao acampamento era a pé ou de carona.

A situação era difícil, hoje com o que tenho, vejo que naquele tempo eu passava fome, mas, como eu não era acostumado com a melhora, eu já vinha naquela vida, para mim a vida era boa ali dentro também, não era ruim, faltava uma mistura, você corria e matava uma caça, e fomos até vencer, ver figura 1.



FIGURA 1 – PERÍODO EM QUE OS CAMPONESES ESTAVAM NO ACAMPAMENTO.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo.

Os barracos antes das mulheres e crianças chegarem era de lona, depois houve a derruba e limpeza da área, madeiras foram cerradas para construir os barracos, distanciados entre dois em dois metros. Alguns dispunham de um banheiro simples dentro de casa para tomar banho com a ajuda de baldes de água, puxados de poços,

mas nem todos dispunham, apenas aquele que ajudava a cavar poderia usufruir, contudo senão ajudasse ficaria sem água (FIGURA 2).



FIGURA 2 – BARRACOS DOS CAMPONESES NA ÉPOCA DO ACAMPAMENTO.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo.

O banheiro para outras necessidades era comunitário, o que causava problemas, pois, nem todos ajudavam na limpeza.

O poço de água nem todos podiam furar, senão iria virar buraco puro, então se você ajudava a cavar podia usar junto, senão ajudava o cabra podia negar. Se queria tomar um banho tinha que fazer um banheirinho dentro de casa, para tomar banho de baldinho, o interior dos barracos era simples (FIGURA 3). O banheiro para fazer as necessidades da gente tinha uns que ajudava a lavar o banheiro tinha outros que não, virava uma imundície, era um monte de fossa.



FIGURA 3 – IMAGENS DOS INTERIOR DOS BARRACOS.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo.

As mulheres, na maioria do tempo, não tinham a presença de seus maridos, pois, havia a necessidade de trabalhar fora, pois, no acampamento plantava-se o básico para consumo: arroz, feijão e mandioca, a carne advinha da caça e pesca que os homens capturavam. Outros alimentos haviam necessidade de comprar na cidade, o governo doava cestas básicas, como é relatado:

Dentro do acampamento tinha uma cantina, onde doava cesta básica, quando

chegava o dia de distribuir aquelas coisas era uma fila imensa, o feijão que vinha nós chamávamos de 'feijão bala', 'era comer e matar', porque o bicho não cozinhava nem de nojo, era três dias no fogo e não cozinhava, era doado pelo governo. Doavam arroz também, de vez enquanto um pedaço de sabão, o resto a gente se virava, tinha umas pessoas que não pegavam, mas era difícil, na época que eu fiquei no acampamento se eu peguei cesta básica foi três vezes, meu esposo comprova, ele não parava, andava pelas linhas e trazia, a vida lá já era difícil e comer aquilo lá ainda mais.

No dia 17 de fevereiro de 1997, lideranças do acampamento participam da Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, o objetivo era chegar em Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre de Corumbiara. Os Sem-Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil, o percurso de cada ponto foi de cerca de 1.000 km, chegando em Brasília foram recebidos por 100 mil pessoas, além de chamar atenção para a urgência da Reforma Agrária, a marcha visava pedir a punição aos responsáveis pelos massacres, e celebrar pela primeira vez o Dia Internacional de Luta Camponesa.

Saímos de Rondonópolis dia 17 de fevereiro de 1997 chegando em Brasília dia 17 de abril do mesmo ano a pé, caminhamos 1.000km, uma marcha reivindicando. Entre mobilizações no INCRA em prefeituras e tantas outras coisas para se conseguir a conquista da terra com a pressão da organização, então as pessoas falam 'ah você ganhou essa terra', nós não ganhamos essa terra, ela foi conquistada a partir muita luta, e essa terra foi conseguida através de uma aquisição, o governo pagou ao fazendeiro, ela foi comprada (R\$7.000,00 o hectare de terra nua – era tudo mata), e no final pagamos ela através do título da terra.

No acampamento tinha um espaço improvisado, feito de palha onde acontecia as celebrações e a escolarização das crianças, a Senhora Nelci Cerino da Rosa Moreira era a responsável pelas crianças, a mesma relata que:

Quando chegava a sexta-feira eu saía com as crianças deixando nas casas, mas ainda tinha uns 8 que dormia no meu barraco, mas era bom, não sei se teria animo para fazer tudo de novo, mas se for preciso faria novamente. No final de 1997 início de 1998 o pessoal que vinha para a agrovila 1 e 2 deixava as crianças estudando na escola do acampamento e eu tinha que ficar morando lá num barraquinho como meus filhos. Meu marido trabalhava na agrovila 1 e 2, e eu lá dando aula para os outros, assim fiquei o restante do ano lá.

Mesmo com todo esse sofrimento as famílias continuavam acampadas em busca de uma oportunidade de aquisição de terra, por isso, em março de 1997, várias famílias se deslocaram a Sede do INCRA em Porto Velho:

Março de 1997 fomos para Porto Velho numas 500 pessoas ficamos acampados uns três meses na Sede do INCRA, inclusive eu dava aula numa sala do Inca para os meninos que estavam lá acampados, só saímos de lá com o pessoal da NUPLAN que foi a empresa que veio cortar os lotes.

Em novembro de 1997 conseguiram a emissão de posse da terra, mas apenas para uma parte da terra, então foi mais um ano para conseguir garantir lotes para as 242 famílias:

Então no processo de 1 ano e 8 meses de embate conseguimos a liberação da

área, até mesmo porque o fazendeiro também estava doido para vender. O dono dessas terras era um grande latifúndio, porque no início em Rondônia o Governo passava grandes áreas de terra para quem queria ser seringueiro ou em título de apropriação, no intuito do dono desmatar e fazer da terra produtiva, gerando emprego e renda, mas eles não faziam, só pegava a terra, inclusive tem muitos que fazem isso até hoje, assim como José Milton que tinha uma área disfarçada de seringal, pois na verdade ele só queria se apropriar da terra. Se olhar antigamente aqui nem seringa tinha, algumas árvores na beira do rio, mas isso não justificava nada e essa área dele ia desde a beira do Rio Machado até Alvorada do Oeste (6.000 alqueires). Quando nós ocupamos essa área ele já tinha vendido uma parte, essa área ia daqui até na 6ª linha que também foi ocupado pelo movimento, em novembro de 1997 foi dada a emissão de posse da área, mas só saiu uma parte, então foi mais um ano para liberar e concluir o assentamento das 242 famílias.

Quando a empresa NUPLAN LTDA responsável pela fotogrametria, cartografia e topografia demarcou os lotes, iniciou-se o processo de distribuição das famílias pelas lideranças do acampamento, utilizando-se de sorteio cada assentado foi direcionado para suas respectivas propriedades:

Quando foi cortada a terra juntou todo mundo, principalmente os coordenadores dos grupos, tinha que ter para controlar o povo, senão virava bagunça. Criamos os nomes das agrovilas e decidimos a quantidade de lotes. Ponhamos duas crianças para sortear os nomes com os números. Foi dentro de dois chapéus, a criança pegava sorteava o nome da agrovila, depois o nome do coordenador, depois fazia outro sorteio, já que cada grupo sabia para onde iria, o outro sorteio era parecido, mas agora com o número do lote e nomes dos assentados, foi feito assim para cada agrovila (FIGURA 4).



FIGURA 4 – CAMPONESES EM SEUS LOTES INICIANDO A DERRUBADA PARA CONSTRUÇÃO DE SUAS CASAS E ROÇA.

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Correia de Melo e Delci Cerino da Rosa.

Depois que cada um pegou seu lote, iniciou-se outro processo que foi a aquisição de energia elétrica, escola, estrada, posto de saúde, crédito:

Depois do processo de assentamento você chega na terra e vê que seu problema não está resolvido, porque o que adianta pegar um cidadão que está ali no acampamento a dois ou três anos nas últimas, que a situação na época era muito difícil financeiramente e tudo, e colocar ele na terra sem nenhum recurso sem nada, então foi outro processo de luta para ir atrás de crédito, porque não foi ninguém que veio trazer aqui para nós, a construção de estradas foi outro processo de busca no INCRA, a energia também, mas na época havia uma organização muito forte, a gente se empenhava nisso, eu mesmo esse lote aqui era abandonado, eu

ficava tempo todo no mundo atrás, mas enquanto em outros lugares levou 10 ou 20 anos para chegar energia, aqui conseguimos colocar dentro de 2 anos, fomos atrás de escola, mas o governo não estava nem aí.

Documentos disponibilizados pelo SIPRA, menciona que entre 1998 e 1999 existiam duas associações no PA, a organização das famílias se baseava no associativismo, ambas com característica mista de associados, a primeira com 25 membros atuantes, fundada em 10 de novembro de 1998, com o nome Associação dos Trabalhadores Rurais da Agrovila Pe. Ezequiel – ASTRAPE, presidida pelo Senhor Derci Rocha Pereira, e a outra Associação dos Produtores Rurais Para a Reforma Agrária Pequena Vanessa – APRAPV fundada 27 de junho de 1999, presidida pelo senhor Valdecir Alves Moreira, com 27 associados, mas para alguns entrevistados não atingiu muito as expectativas da comunidade:

A associação existiu desde o começo, mas essa questão de associativismo ela no processo de organização e busca de melhorias na propriedade não contribuiu muito, porque a força da associação em si ela é forte quando se tem uma produção organizada, só o processo organizativo ali de busca ela é muita pequena, diferente de um movimento social que tem vários setores e municípios envolvidos. Geralmente tem conquista que é de esfera estadual e nacional não adianta você ir ali na prefeitura brigar por um postinho de saúde desse que ele não vai poder fazer nada, então a briga é muito maior, então ela se resume num mundinho muito pequeno, aí vem os políticos que se apropria, vem as brigas internas, então sinceramente nós temos uma associação desde o primeiro dia que entramos aqui, não conseguimos muita coisa com ela, teve muita confusão interna, nela tem uma máquina pequena de arroz que custava uma mixaria e conseguimos comprar, limpava o arroz e um triturador, nós não conseguimos um trator.

Portanto, para os assentados existe um descaso pelo Governo, que mesmo num processo organizativo, dificilmente se consegue infraestruturas básicas para atender a comunidade. Um exemplo prático desse descaso encontramos no relato dos camponeses ao mencionar que construíram provisoriamente, uma escola para que seus filhos pudessem estudar, a madeira foi retirada a partir de derrubadas nos lotes, assim como para a construção da sede da associação criada em 1998 (FIGURA 5).



FIGURA 5 – ESCOLA CONSTRUÍDA PELOS CAMPONESES PARA SEUS FILHOS ESTUDAREM.

Fonte: Acervo pessoal de Delci Cerino da Rosa.

Durante o período de assentamento houve problemas com venda de terras por

alguns assentados, mas, estes foram punidos pelos membros da comunidade:

Existe uma crítica à venda de terra nos assentamentos isso também não era uma política que defendíamos nós éramos contra. Inclusive no início chegamos a tirar gente que vendeu terra, mas o próprio INCRA pegou e trouxe o cara de novo e colocou na terra, porque nós achávamos que não deveria acontecer isso, mas com todo esse processo da crise chega um ponto que não entra mais em discussão.

Existe relato de que quando os assentados iniciaram o processo produtivo em seus lotes, com a implantação de lavoura, não se conseguiu alcançar o retorno de produtividade esperada, pois, o solo não era adequado para a agricultura, além disso, alguns lotes no período de chuva submergia a maior parte pela elevação do nível dos córregos e do Rio Muqui:

Hoje aqui é tudo pasto, mas não é porque nós quisemos, não era a ideia, mas sim de ter uma propriedade diversificada, sempre defendemos essa ideia, porque a gente entendia que ela traria mais renda, tivemos problemas, parte do assentamento a terra é inferior, não é apropriada para agricultura, ai quebramos a cara nos primeiros anos, derrubamos e fomos plantar café, cacau e outras lavouras e não respondeu, não foi feita uma correção na terra, nada de assistência técnica então nós apenas só trabalhamos, ai de tanto bater viu que não tinha jeito então foi mudando para pasto e leite, foi onde a maioria da renda do assentamento hoje é o leite, onde as pessoas deram uma equilibradinha e tal, mas quem teimou às vezes vendeu a propriedade porque chegou num ponto que financeiramente tinha quebrado (FIGURA 6).



FIGURA 6 – DERRUBADA PARA INICIAR O PLANTIO DAS LAVOURAS.

Fonte: Acervo pessoal de Delci Cerino da Rosa.

Aqueles que ainda tinha perseverança e já possuía terra, continuava na luta, mas para ajudar outros companheiros, a exemplo disso, são as lideranças do Assentamento Chico Mendes, deixando suas casas provisoriamente para contribuir na posse de terras por outras famílias na Fazenda Gladys William localizada na região de Nova Brasilândia, noroeste de Rondônia:

Depois de assentado fomos contribuir para assentar outras famílias na Fazenda Gladys William, tivemos problemas com pistoleiros até mortes, mas o povo está assentado lá. Essa questão varia muito de região para região, no Cone Sul, Corumbiara é muito mais complicado, porque os fazendeiros são organizados. E

hoje até o movimento está mais fraco mais devagar devido as áreas que sobraram os fazendeiros estão superprotegidos, e ainda tem a impunidade, não acontece nada, ultimamente teve uma ação na Nova Vida onde ninguém foi punido e aquela área está lá parada.

Após anos de luta no Assentamento Chico Mendes, Agrovila 3, conseguiu-se uma escola para atender as crianças da região, em 2003, foi inaugurada, isso porque os alunos entraram sem a permissão do Governo:

Eu trabalhei numa escolinha rodeada de folha de coqueiro, aqui no meu sitio na Agrovila 3, porque tinha um poço bom e a gente precisava de água, fiquei 1 ano dando aula ali e servia como igreja também, depois reunimos, os pais tiraram madeira de motosserra e fizeram ali perto de onde é a igreja uma escola de 4x5 onde fiquei mais dois anos em 2003 fizeram a escola que temos hoje, mas não autorizaram nossa entrada porque tinha que esperar o governador vim para inaugurar e fazer uma festona, nessa escola tinha energia e eu na outra sofrendo, daí teve um dia que reunimos o pessoal da associação e disse 'gente eu sou obrigada a ficar nessa escolinha com essa escolona ai?' Ai eles falaram 'você quem decide', ai falei 'molecada' era uns 45 alunos na época era cedo e tarde, falei 'vamos pegar as cadeirinhas e mesas e vamos abrir uma sala daquela que vamos estudar lá' ai fomos, entramos ai falei 'agora pode chover que não cai', logo depois que já estávamos estudando na escola eles foram fazer o tal do churrasco para inaugurar, ai falei 'nós já inauguramos! '.

Atualmente a escola atende do pré-escolar até o 9º ano, tinha um projeto de ampliação, visando o ensino médio, todavia, com aulas apenas uma ou duas vezes por semana:

Realizou-se uma reunião com a comunidade, mas, a disseram que ficaria muito mais caro pegar um professor com carro e trazer aqui, do que passar um ônibus e levar para a cidade, e claro que toda vida trabalhamos para ver se tinha educação no campo, sobretudo, porque não é o aluno que tem que se adaptar a escola, mas a escola se adaptar ao aluno. Então a gente buscava isso, pois se o aluno é daqui ele tem que trabalhar no outro dia, então ele estudando aqui ele chegaria mais cedo em casa e já poderia ir descansar para trabalhar no outro dia. Estava quase dando certo, mas tinham alguns alunos que preferiam ir para a cidade.

Compreender esse processo de luta pela terra consiste em observar cada relato, dando voz aos camponeses, e atenciosamente analisar cada fala, cada momento, que para eles é algo que tocou sua vida profundamente, mesmo sendo uma vida sofrida, em nenhum momento comentaram que se arrependeram, pois, estar no movimento em busca de um território e vivenciá-lo foi uma grande conquista. Cada barraco contava uma história, história de 'vida melhor', e assim continua até a contemporaneidade, dentro de seus lotes, cada dia é uma nova conquista, problemas haverá, mas não desistem seguindo na caminhada!

5 | CONSIDERAÇÕES

Mas muitos assentamentos foram criados em áreas de difícil acesso e de baixa fertilidade do solo, contribuindo para novas migrações. Ocasionalmente diversos conflitos

agrários entre os camponeses e fazendeiros, por isso, destacamos a importância dos trabalhos da CPT, nesse processo de denúncia e apoio aos camponeses.

Que juntamente com o MST possibilitou não apenas o acesso a moradia aos camponeses nos assentamentos rurais, mas também o planejamento sistêmico do espaço social nesses projetos. Mecanismo estratégico que influenciou e estimulou as relações sociais desses sujeitos, contribuindo para se pensar novas formas de produção e reprodução dessas famílias em suas comunidades. Tais áreas contemplavam uma nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades, logo, alterações na conformação do espaço local.

Por isso, Martins (1981) e Fernandes (1996) colocam essa singularidade do campesinato na sua maneira de criar e recriar os seus espaços, a terra, numa relação social na busca da sua autonomia, típica de seu modo de vida, territorializando-se.

Quando os camponeses migraram para Rondônia e realizou-se as primeiras ocupações nas áreas de assentamento essas famílias traziam consigo o desejo de produzir, de fazer a terra prosperar aplicando naquele lugar seus conhecimentos e tradições na busca da reprodução dos seus espaços vivenciados, ou seja, reproduzir as experiências trazidas na “bagagem”.

Por isso, discutir o papel do campesinato na luta pela terra e sua luta na terra consiste em compreender as relações sociais existentes em seu território, para isso, coloca-se a necessidade de entender seu processo histórico e os percalços dos distintos projetos de rumos da sociedade, ou seja, o projeto político do capital versus o projeto do campesinato e remete à dicotomia, de um lado a realização do projeto de soberania alimentar e autonomia camponesa e o outro se apresenta por meio do processo de subordinação dos camponeses ao capital.

No caso do Projeto de Assentamento Chico Mendes I constituído na então Fazenda Dois Jacys, do Senhor José Milton de Andrade Rios, em junho de 1996, as famílias contaram com a colaboração do MST, Sindicato Rural e igreja católica. Esses camponeses provinham de várias regiões do Brasil, principalmente, do Sul e Sudeste.

Durante o período de acampamento essas famílias passaram fome e medo, puderam experimentar as contradições, articulações, conflitos e o descaso pelo setor público, contudo, a vontade de possuir uma terra para chamar de casa não foi arrancada de seus sonhos, por isso, não se acomodaram, iniciando novamente o processo de luta, foram dois anos para que se consolidasse o Projeto de Assentamento.

No convívio com as outras famílias fizeram com suas próprias mãos suas moradias, escola e outras benfeitorias. O INCRA nesse processo de implantação do assentamento foi de fundamental importância, juntamente com a articulação dos movimentos sociais, a partir da organização dos assentados.

Compreender essas dinâmicas e estratégias de produção e reprodução nos assentamentos rurais nos coloca a refletir sobre os principais problemas enfrentados por esses camponeses, suas vivências e experiências que estão face a face as lógicas ditadas pelo mercado, por muitas vezes ficam à mercê de políticas públicas que não

atendem suas demandas e tentam molda-los as dinâmicas do capital.

Desse modo a luta na terra, é a luta cotidiana dos camponeses trabalhando para produzir, gerando demandas voltadas a organização desses sujeitos rumo a uma autonomia e resistência às dinâmicas do mercado. Logo, é a luta na terra que decreta o fim ou a continuidade atuante do movimento social na luta contra as diversas frações do capital, e de maneira efetiva, sua territorialização.

Contudo, mesmo sendo observado a influência dos agentes externos sobre os camponeses no modo de produzir e nas suas relações sociais, estes no interior de cada lote tentam por meio de seus saberes empíricos produzir seu próprio alimento e gerar renda sob o suor derramado sol a sol, dia a dia na busca incessante de territorializa-se na sua terra.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. **Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno.** Revista Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.202-226, fev. 2007.

BRASIL. MDA. **Relatório de Desempenho 2009/2014 e Plano de Metas 2014/2019.** 2014. Brasília: MDA. Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia legal – Serfal. 34p.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2016.** Goiânia: CPT Nacional, 2017. 232 p.

FABRINI, J.E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. Em: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FONTES, M. A.; RABANAL, J.E.M ; FILHO, E.S.R ; SIQUEIRA, P.Z.R ; SOUZA, F.A ; Ferreira, K.C . **Campesinato, agroecologia e reforma agrária: a metodologia de camponês a camponês no sul de Sergipe, Brasil.** In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA: POR UNA AMÉRICA LATINA UNIDA E SUSTENTABLE, 15, 2015, Havana. Anais do XV Encontro de Geógrafos de América Latina: Por una América Latina unida e sustentable. Havana, Cuba: Editora da Universidad de la Havana, 2015. p. 985-998.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Titulação.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acesso em: 07 Fev. 2018.

LIMA, T. O.; LOCATELLI, M. **O sangue que escorre nas mãos da cúpula capitalista: conflitos agrários no estado de Rondônia.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8, 2017, Curitiba. Anais... Curitiba, 2017. p. 1-15.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. v. 1. 233p.

MOREIRA, Rui. **O que é geografia.** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 48).

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001. 256 p.

NOBREGA, J. S. **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e pannels no Coletivo 14 de Agosto, em Rondônia.** 2013. 277 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, D. D. **RONDÔNIA: ocupação e ambiente.** *Revista Presença, Porto Velho-RO.* 1996. Disponível em: <<http://www.revistapresenca.unir.br/boletim.html>>. Acesso em: 15 Dez. 2018.

RIBEIRO, A. F. A.; COSTA SILVA, R. G.; SANTOS, J. L. **Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do programa terra legal e expectativas socioterritoriais.** *Revista Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 29, p. 1-19, 2016.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCOPINHO, R.A. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais.** *Revista Psicologia e Sociedade*, São Carlos, v.19, n. 1, p.84-94, Jul./Nov. 2007.

SIPRA. SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **Acordão TCU 753/2008.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-t-tulos-de-benefici-rios-da-reforma-agr-ria/sr-17---roraima/sr-17-ro.pdf>> Acesso em: 07 Fev. 2018.

SOUZA, M.M.O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010).** 2011. 358f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária.** 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 88 p.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambú. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1996. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>>. Acesso em: 01 fev 2019.

VENDA DO ZÉ MAJOR: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA CAMPONESA DA PEDRA LISA

Geslayne Dias da Silva

Universidade Estadual de Goiás, Campus
Quirinópolis, Quirinópolis – Goiás

Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa

Universidade Estadual de Goiás, Campus
Quirinópolis, Quirinópolis – Goiás

Edevaldo Aparecido Souza

Universidade Estadual de Goiás, Campus
Quirinópolis, Quirinópolis – Goiás

RESUMO: O presente artigo expõe um estudo sobre o desenvolvimento do agronegócio e da expansão da fronteira agrícola em Quirinópolis, GO, analisa os impactos socioculturais da introdução desse sistema em uma comunidade camponesa e na Venda do Zé Major, local da pesquisa. Os objetivos aventados no desenvolvimento dessa pesquisa foram: Avaliar o impacto do desenvolvimento tecnológico e agropecuário da comunidade Pedra Lisa; realizar pesquisa de campo, através de entrevista por meio de um questionário com 29 perguntas, aplicado aos moradores da comunidade e com o proprietário da venda, foi também utilizado material fotográfico do local e também um estudo bibliográfico. Foi evidenciado que a comunidade Pedra Lisa é um local que promove a cultura, por se tratar de um ambiente ainda com resíduos camponeses, de técnicas tradicionais, mesmo que com algumas

ressignificações para inserirem-se nas lógicas do agronegócio.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura camponesa; Quirinópolis; Pedra Lisa.

ZE MAJOR'S SALE: A SPACE FOR RESISTANCE AND FARMER'S PERMANENCE AT PEDRA LISA COMMUNITY

ABSTRACT: The present article presents a study about the development of agribusiness and the expansion of the agricultural frontier in Quirinópolis, GO, analyzes the socio - cultural impacts of the introduction of this system in a peasant community and at the Zé Major's sale, the place where the research has happened. The objectives pursued in the development of this research were: To evaluate the impact of the technological and agricultural development of the Pedra Lisa community; conducting field research, through an interview with a questionnaire with 29 questions, applied to the residents of the community and with the sale's owner, was also used photographic material of the place and also a bibliographic study. It has been evidenced that the Pedra Lisa community is a place that promotes the culture, because it is an environment still with peasants residues, of traditional techniques, even if with some re-significances to insert themselves in the logics

of agribusiness.

KEYWORDS: Peasant agriculture; Quirinópolis; Pedra Lisa.

1 | INTRODUÇÃO

A expansão da fronteira agrícola na região Centro-Oeste, mais especificamente em Goiás foi um processo antigo que desencadeou vários impactos não só político-econômico, mas também sociocultural. De acordo com Carrijo (2008) em Goiás esse processo ocorreu em meados da década de 1970, quando o governo investiu valores significativos para uma maior valorização econômica da Região Centro Oeste, ocupação do Cerrado e tecnificação do território.

Essa expansão é resultado do pacote da Revolução Verde, em que o país, para expandir economicamente, baseou sua produção no pacote estadunidense de tecnologias, nos quais propiciou que solos considerados inférteis se tornassem os maiores produtores de alimentos do país, como é o caso de Goiás, com significativa produção de soja, cana de açúcar, grãos entre outros.

Os impactos dessa expansão de uma agricultura moderna na agricultura camponesa, com práticas tradicionais, foram vastos, culturalmente, ideologicamente e também economicamente. Pequenos produtores que não se adequaram ao modelo tiveram que desapropriar ou adotar novas práticas frente a essa tecnificação. A comunidade tradicional, em geral, é símbolo de cultura, pois engendra práticas adquiridas ao longo do tempo, transmitida de geração para geração e vivenciadas em grupo.

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. [...] os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios (CIMOS – MPMG, 2018, p. 12).

Martins e Cleps Junior (2012, p.137), afirmam que “o território é indissociavelmente material e imaterial. Mas é na apropriação do material que o imaterial é forjado”. Também Martins e Cleps Junior (2012) percebem um território simbólico e funcional como base de representação das identidades e como concretização de um modo de vida. Para eles são “acumulações de experiências e espaços temporais construídos a partir da relação entre homens e sua reprodução junto à natureza” (MARTINS e CLEPS JUNIOR, 2012, p. 135).

Mendonça e Thomaz Júnior (2011) escrevem que a relação entre os camponeses e a territorialidade é construída na defesa dos territórios de vida, o que significa que a ressignificação passa, conseqüentemente, pelas estruturas culturais das famílias, que, segundo Duarte (2008, p. 186-187) são “diferentes leituras, que partem de dinâmicas territoriais em múltiplas estâncias: econômicas, políticas e culturais”.

As dimensões sociais do território (economia, política e cultura) estão no mesmo nível. Porém, ora uma(s), ora outra(s) dimensão(ões), em cada lugar e momento e/ou período histórico, pode(m) predominar diante das demais. O que muda e/ou permanece, para cada relação espaço-tempo, é o arranjo territorial, através das formas espaciais, das relações e dos significados que esse arranjo assume (SAQUET, 2011, p. 88).

No caso de Pedra Lisa o território camponês estabelece vínculos com as práticas cotidianas: as divindades, as festas tradicionais, os costumes e especialmente a venda do Zé Major, área de estudo dessa pesquisa. A venda supracitada é uma espécie de comércio rústico responsável por suprir as necessidades básicas dos moradores da região e que, de certa maneira, constitui-se um ambiente atrativo para diversos moradores da localidade e externos, uma vez que quando acontecem festividades típicas da região, muitos se deslocam àquele ambiente para desfrutar dos momentos festivos realizados pela população, contribuindo, dessa forma, como um acréscimo ao acervo cultural de Quirinópolis. Sendo assim, fez-se necessário um estudo aprofundado para compreender as contribuições que esse comércio e a diversidade cultural acrescentaram ao desenvolvimento e permanência desse grupo.

A questão é que a introdução do agronegócio no campo modifica o modo de vida camponês e suas práticas socioeconômicas. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi avaliar o impacto de desenvolvimento tecnológico e agropecuário da comunidade Pedra Lisa, que ainda mantém modos de vida camponesa, que se localiza no sul do município. O estudo foi realizado em 2017 no município de Quirinópolis, na comunidade denominada Pedra Lisa, uma das 21 regiões estabelecidas pelo município que, segundo Souza (2015), essa é uma divisão regional criada pela Prefeitura para planejar melhor as políticas públicas de infraestrutura para a população do espaço rural. O local possui características do Cerrado tendo exíguos espaços preenchidos pela vegetação da Mata Atlântica.

A pesquisa de campo foi realizada no mês de Julho, utilizando o método qualitativo como principal ferramenta metodológica. Além disso, esmerou-se da pesquisa bibliográfica, entrevista por meio de um roteiro semiestruturado constituído por 17 perguntas subjetivas, com o proprietário da Venda, e 12 perguntas para alguns moradores da comunidade, por intermédio de questionário estruturado, com questões objetivas, sendo também pesquisado o acervo fotográfico pessoal dos pesquisados. O interesse por esse trabalho partiu de uma abordagem cultural numa perspectiva de avaliar o embate do agronegócio àquele local e as transformações sofridas ao longo do tempo, assim como a importância da preservação de práticas tradicionais de uma comunidade local, em particular, a venda do Zé Major, área de estudo desta pesquisa.

2 | ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COMUNIDADE PEDRA LISA: A VENDA DO ZÉ MAJOR COMO ELO DE SOCIABILIDADES

As pessoas que moram na comunidade Pedra Lisa são originárias de Uberaba, Minas Gerais, quando, em 1910, vieram três famílias para essa região, e a partir dessas se formaram outras. De acordo com Souza (2015, p. 14) “algumas das pessoas são nascidas ali, por pertencer a família original [...], ou seja, desde quando o Sr. Joaquim Alves da Silva comprou a fazenda, em torno de 1910 trazendo sua família de Uberaba/MG, onde vivia. Essas construíram suas vidas sociais nesse lugar”.

A partir daí surgiu a comunidade, que inicialmente contava com elementos tradicionais camponeses, práticas culturais transmitidas para gerações posteriores, mas com o tempo foram sendo substituídas, ou se transformando. As primeiras práticas econômicas para o autoconsumo familiar eram a agricultura em consonância com a pecuária (atualmente predomina a produção leiteira nas propriedades camponesas). Posteriormente foram cedendo espaço, de forma gradativa, para atividades com gado de corte introduzida no local, sobretudo em médias propriedades e, mais recentemente, com força inigualável, instalaram-se as usinas de açúcar e álcool, com o discurso de proporcionar o “desenvolvimento”, empregando muitos moradores, inclusive da comunidade Pedra Lisa, evidenciado na fala de uma moradora local:

É tem o bom e tem o ruim, no sentido assim de emprego foi muito bom, que hoje as pessoas aqui não tá empregado quem não quer mesmo, porque oportunidade tem, agora na parte do desmatamento isso ai eu não acho que foi uma coisa muito boa porque a gente tá vendo que tá destruindo tudo, (Informação verbal, 2017).

Os povos tradicionais são grandes exemplos de cultura, pois tem tradições, comportamentos e práticas específicas de cada comunidade ou grupo social. Alguns grupos tradicionais brasileiros podem ser encaixados como sinônimos de cultura, como os indígenas (em Goiás existem três povos, os Tapuia, os Karajá e os Avá-Canoeiro), quilombolas (em Goiás os Kalunga são os maiores), os ribeirinhos, camponeses, ciganos e algumas tribos urbanas (como os emo, panks, nerds). Nessa pesquisa o grupo tradicional analisado foram os camponeses, pessoas que vivem a vida de forma simples e no espaço rural.

Nesse sentido, a “modernidade” vem materializando no campo, o que para muitos é visto como um fenômeno maléfico, pois alterou o modo de vida e a cultura camponesa, forçando algumas ressignificações interferindo também nas práticas locais, pois algumas atividades foram deixadas de lado para serem introduzidas outras. Esse processo iniciou-se a partir da Revolução Verde.

Os impactos da introdução do capitalismo no campo, de maneira geral foram vastos, além da cultura ter sido transformada, houve o processo de desterritorialização, que é a migração campo-cidade, a partir da expulsão camponesa do espaço rural, a maioria dos pequenos produtores não se adequaram às transformações modernas, ou não tinham subsídios técnicos e financeiros suficientes para permanecerem no

campo, por isso foram obrigados a mudar para cidade.

Além do fenômeno descrito, aconteceu também o endividamento de muitos proprietários que não tinham condições de competir com as grandes empresas produtoras de alimentos, que contraíram empréstimos, se endividaram e hipotecaram suas terras, perdendo-as para os bancos. Também esse processo promoveu o caos social, causando alto índice de desemprego, pois muitas pessoas foram substituídas por máquinas, e, uma vez que os camponeses não possuíam qualificação profissional suficiente para manusear os maquinários, foram rejeitados para essas atividades, fato esse que foi se acirrando gradativamente devido ao avanço dos modelos globais instaladas no país nesse período.

Essa empreitada de modernização do campo alcançou também a comunidade Pedra Lisa, visto que esta sofreu com os impactos do agronegócio, instalado naquele local. Muitas práticas foram corrompidas, e alguns moradores deixaram aquele ambiente em busca de “infraestrutura” na área urbana, além da degradação ambiental que evoluiu com a chegada das usinas àquela região. Jesus, Calaça e Silva (2013, p. 216) afirmam que “a expansão e apropriação das terras pelo agronegócio vem promovendo alterações nos diferentes espaços e no modo de vida dos camponeses”.

Esse processo é notório a partir das entrevistas realizadas com moradores da comunidade, que deixaram claro que tudo se modificou após a instalação das usinas de álcool. Em alguns aspectos eles consideram benéficos, como a oportunidade de empregos para a população das regiões mais próximas. Já outros nem tanto, como por exemplo as plantações ou algumas plantas frutíferas de alguns grupos que não são mais possíveis por não resistirem aos agrotóxicos pulverizados pela usina nas plantações de cana de açúcar, apresentando sinais de doenças (Figura 01) uma vez que as lavouras da cana chegam bem próximas às propriedades dos moradores.



Figura 01- Frutas apresentando sinais de doenças, provenientes do uso do agrotóxico pulverizado na cana-de-açúcar e levado a quilômetros pela ação do vento.

Fonte: SOUZA, 2015.

Esse fenômeno ocorre porque muitos proprietários arrendaram suas terras para a usina por acreditarem na obtenção de melhor renda, e isso permitiu que a agroindústria avançasse com suas lavouras naquela comunidade, contaminando também as plantações dos camponeses que ainda resistem pela permanência com suas atividades leiteira e de produção de consumo.

Pra alguma coisa foi bom, as usinas, mais hoje futuramente tá ruim né? Pra dá, vamos supô, mamão hoje já não dá, a cajá-manga não vinga mais, as pimenta, vamos supô, [...] tá carregadinha, mais pra dá se você não tiver com remédio direto, ou igual agora fui lá comprei um pedaço de fumo e piquei na água pra matar o pulgão, os pé de pipino tá tudo carregadim, tá bunito mais tava tudo morrendo, enferrujando, nada de trem de horta dá (Informação Verbal, 2017).

As famílias tiveram que se adequar às práticas impostas pela “modernidade”, como por exemplo o uso de aparelhos elétricos e eletrônicos (celular, máquina de lavar roupas, antena parabólica, televisão), assim como a substituição do trabalho que antes era braçal, já que grande parte dos assalariados rurais foram para na área urbana em busca de outras condições de vida já que no campo os postos de trabalhos tradicionais estavam desaparecendo.

Essas mudanças enfraqueceram, de certa forma, a cultura e a práticas rurais, no entanto, não foi suficiente para extinguir esse grupo social, pois a partir dos áudios nas entrevistas ficou evidente a resistência do campesinato naquela comunidade e, juntamente com ela, a presença de resíduos sociais dos saberes e dos costumes camponeses daquela população. Corrobora Souza (2015):

Atualmente, por mais que a modernização da produção no campo tenha desterritorializado famílias de camponeses, muitas, sobretudo em Pedra Lisa, permanecem nos seus sítios com a produção de leite, alimentos para consumo direto, [com objetivo de] defender o patrimônio cultural e perpetuar a própria existência, (SOUZA, 2015, p. 17).

Os resíduos sociais mais sinalizados são o modo de vida simples e tradicional que há nos preceitos de algumas famílias, como o jeito de viver, as práticas, o cotidiano e a religiosidade que ainda cultuam. Exemplos específicos dessas práticas são evidenciados pelo hábito de tirar leite de manhã cedo; a receptividade das famílias e o acolhimento; a fartura notável nas festas produzidas; o despertar cedo através do cantar do galo; a “treição” (termo designado como uma prática antiga camponesa que consiste em os moradores ajudarem de alguma forma outro morador em alguma dificuldade sofrida, sem que a família a ser ajudada saiba dessa organização); uso de produtos naturais como medicamento e controle de praga em hortaliças (a exemplo o uso do fumo). Tudo isso é resultado de uma resistência de certos hábitos provenientes do modo de vida camponês.

Por resíduos sociais entende-se os saberes que foram guardados para que os sujeitos recorram num determinado tempo adequado, para serem usados naquilo que as necessidades apontam como funcional da lógica camponesa e, quando usados se revelam em práticas sociais que podem ser vistas, ainda, como vitalidades dos sujeitos

da comunidade estudada (SOUZA, 2015). Para Santos (2008, p.111) “certamente, o que está mantido na comunidade permanece como resíduo daquilo que ainda não foi capturado pelo modo de produção com o qual eles estão relacionados e ao qual são submetidos”.

No que se refere ao símbolo cultural, as comunidades tradicionais se destacam, pois tem uma essência única, perpassada de geração a geração. Práticas culturais essas, que são responsáveis por diferenciarem uma comunidade de outra. Já a vivência, gostos, costumes, festas, sofrem modificações quando descritas pelo viés de diferentes grupos.

É importante salientar também sobre o conceito de comunidade tradicional, o que a difere de outras comunidades e as principais características para a sua identificação. O conceito de comunidade revela pequenos grupos sociais que possuem laços estreitos de amizade, compromissos e cumplicidades, com valores humanos comuns, instituídos a partir de relações históricas e práticas sociais contidas na memória do passado.

Conforme Elvas e Moniz (2010) há um forte sentimento de pertença e de identidade em relação ao lugar e às famílias da comunidade: “o sentimento de comunidade, é um conceito sócio-psicológico que dá ênfase à experiência da comunidade”, o que significa, conforme as autoras, a compreensão de “atitudes e sentimentos de uma comunidade, bem como o relacionamento e interações entre pessoas desse mesmo contexto” (ELVAS e MONIZ, 2010, p.452). Para uma definição de comunidades tradicionais, na concepção de Cimos (2017, p.12):

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações.

Em todas as entrevistas realizadas, a maioria dos moradores deixaram claro que as usinas trouxeram melhorias em relação a emprego, construção de estradas, melhor infraestrutura do local, porém o desmatamento e falta de água está cada vez mais visível, além da comunidade ter um número menor de pessoas morando do que no início, pois muitos foram embora por não poderem competir com as novas atividades desiguais impostas no campo.

Mesmo os residentes deste local têm esperança de conseguirem um emprego e ir embora para outra localidade, já que alguns que insistem em ficar possuem motivos relevantes para não se deslocarem para o espaço urbano, entre eles: a própria área territorial extensa, um número significativo de gados, neste caso, o leite torna-se a principal atividade econômica, e os demais que não possuem essas regalias, fazem a migração do campo para a cidade, fenômeno esse que explicita a desterritorialização camponesa do campo.

A comunidade de Pedra Lisa é um exemplo da apropriação do capital no campo,

pois não houve outra alternativa ao camponês que não a adaptação ao novo modo de vida. Em contrapartida, o que pode explicar a persistência de algumas práticas antigas é a não condição de se adequar ao capital, em razão da pouca condição financeira que os moradores da comunidade possuem.

O camponês de Pedra Lisa, que mantém os modos de vida de outros tempos, evidencia, em sua organização social e familiar, a incorporação de práticas da modernidade. A seleção dessas práticas e de equipamentos modernos é estabelecida a partir de parâmetros relacionados ao poder moderno é estabelecida a partir dos parâmetros relacionados ao poder de capital, ou seja, ter ou não disponibilidade financeira para comprar, por exemplo, veículos automotores e ordenha mecânica, e também pela necessidade de preservar o que, para eles, é precioso, como práticas herdadas dos antepassados, como a religião e a festa, (SOUZA, 2015, p.18).

De todas essas problemáticas impostas pela apropriação do Cerrado pelo capital, uma parte da comunidade insiste em permanecer e, dentre essas resistências, está a Venda do Zé Major, um ponto comercial muito importante para a comunidade Pedra Lisa e para Quirinópolis, pois é um local de encontro para toda comunidade e pessoas de outros lugares, que visitam a venda, seja em festividades tradicionais da comunidade, seja em outras ocasiões festivas.

Conforme a entrevista realizada com o proprietário Sr. José Geraldo Almeida, popularmente conhecido por Zé Major (foi a partir do nome do proprietário que surgiu o nome da venda), foi possível estabelecer uma espécie de linha do tempo sobre como surgiu a Venda do Zé Major em Pedra Lisa e suas influências para os indivíduos locais das regiões próximas.

O estabelecimento citado surgiu com o irmão do senhor Zé em 1977, que tinha a venda como um dos meios de sustento, porém em outro lugar, em sua residência. Com o decorrer do tempo, Zé Major, visando aumentar a renda familiar, e no intuito também de construir um ambiente de lazer para a comunidade, comprou a venda de seu irmão em 1983, a partir daí a propriedade adquiriu outro formato.

A atividade econômica da família antes se constituía somente de atividades do campo, serviço braçal, e foi ampliada com os lucros da venda, que nesse período constituiu-se uma espécie de novidade entre os moradores, uma vez que a mercadoria e preceitos foram modificados juntamente com os proprietários. Hoje, os produtos vendidos nesse estabelecimento são bebidas alcoólicas, dentre elas, a cachaça produzida artesanalmente na própria comunidade, pois na comunidade, em outra propriedade, possui um alambique onde se produz uma cachaça muito famosa na região e em todo o município.

Com o passar do tempo e o aumento de pessoas se interessando por conhecer Pedra Lisa, foi construído um campo society de futebol para jogos do time Pedra Lisa e para que as pessoas fossem visitar a comunidade e degustassem a cachaça artesanal na Venda do Zé Major. Gradativamente foi aumentando o número de pessoas que cada vez mais se interessava pelo local, que passaram a frequentar aos finais de

semana para assistir as disputas de campeonatos intermunicipais na propriedade do senhor Zé.

Logo após, com as festividades sempre presente na comunidade, construiu-se um barracão para festas, com parceria da Prefeitura de Quirinópolis com a contribuição financeira e mão de obra dos próprios moradores. Surgiu aí um novo significado para a propriedade do senhor Zé Major e um novo local de encontro para a comunidade que ganhou um espaço mais amplo e que propiciou um ambiente mais adequado para receber muitas pessoas nas festas tradicionais.

Segundo Souza (2015, p. 130) “a Venda do Zé Major é um ponto de encontro para bebidas, sinuca, jogos de futebol, e espaço para festas religiosas e profanas. [...] se tornou lugar de referência da sociabilidade pela devoção e lazer, para famílias de Pedra Lisa”. Um lugar já conhecido pelas pessoas do município de Quirinópolis e região, pois diversas festas tradicionais acontecem ao longo do ano, o que facilita o encontro de várias pessoas.

Atualmente tal propriedade é constituída pelo campo de futebol society, venda, barracão de festas, um banheiro com repartição para os sexos masculino e feminino, além da cozinha ampla com um fogão e alguns fornos a lenha para facilitar a elaboração dos alimentos nos eventos. Tudo isso dentro de apenas 44 litros (2,66 ha) de terras deixadas pela família ao senhor Zé.

As festas realizadas nessa propriedade são: rezas de terço (Santo Antônio, 13 de Junho, 12 de Outubro terço de Nossa Senhora Aparecida e dia 24 de Dezembro, terço de natal); festas de aniversários (o proprietário disponibiliza para quem quiser realizar algum evento, sem custo); festas de casamentos; jogos de futebol (inclusive Pedra Lisa tem um time oficial, que disputa campeonatos, os jogadores são moradores e ex-moradores da comunidade) e a tradicional Folia de Reis, que já acontece há muitos anos na comunidade e muito conhecida em toda região, celebrando ritos da saída e chegada das Folias de Reis “Pedra Lisa” (da comunidade local) e “Os Magos do Oriente” (da cidade de Quirinópolis, sendo a segunda foliões da cidade de Quirinópolis).

A Folia de Reis é uma festa tradicional ou populares no Brasil, e, para definição de festas populares Pergo (2017, p. 01) as apresenta como “[...] tradições que constituem a resistência dos povos em defesa de sua cultura e de seus costumes”. A folia de reis é a festa mais frequentada da comunidade, pois conta com grande número de pessoas vindas de vários lugares da região, cerca de 3000 pessoas em dia chuvoso e aproximadamente 6000 em dias secos. Ela acontece entre os dias 25 de dezembro a 06 de janeiro, no qual dia 25 os foliões, moradores e visitantes fazem o ritual da saída, com o rito principal que é a reza do terço, depois saem para as visitas, chamadas de “giro”, nas casas da comunidade rural e da cidade.

Nas cerimônias de saída da “Folia” há a reza do terço diante do altar, o almoço dos foliões, as falas e as cantorias de saída da companhia. Na maioria das vezes, a reza do terço é pedido do dono da casa, sendo que, os foliões consideram-na como uma das obrigações da “Folia” e nunca se negam a fazê-la, (PERGO, 2017, p. 4).

A festa de chegada acontece na passagem do dia 05 para o dia 06 de janeiro na Venda do Zé Major, onde todos os moradores se juntam para realização desse grande evento. Dentre as principais atividades está o rito religioso da chegada dos foliões com cantorias, pagamento de promessas (se houver), passagem pelos três arcos, encerrando com o terço, em partes cantado. Após servem o jantar e posteriormente o baile.

Além do apoio da Prefeitura com tendas, mesas e cadeiras, tem também a parceria e patrocínio de moradores da comunidade e comerciantes de Quirinópolis, que através de doações fazem-na acontecer anualmente. As mulheres da comunidade se reúnem na cozinha na venda supracitada, para preparar a comida que acontece dias antes com o abatimento de alguns animais, ou seja, é um evento realizado coletivamente, onde todos participam para realizar essa festividade e divertir os convidados.

A relevância da Venda do Zé Major para a preservação da cultura naquele local é visível nas percepções de todos os moradores da comunidade e também de outras localidades, pois é um espaço amplo e de referência que reúne povos de diferentes comunidades e grupos sociais. Muitos vão à Pedra Lisa no intuito de apenas conhecer a venda, por ser um lugar reconhecido pelos moradores como ponto essencial para tais encontros. Outros, que já conhecem, para se divertirem com os amigos. Essas questões ficaram evidenciadas na maioria das entrevistas realizadas.

A venda é importante porque é um ponto de encontro pra todo mundo. [...] vem, vem, vem muita gente no dia da festa que as vezes a gente nem vê, do tanto que é muita gente, e assim sempre que precisa de um espaço maior geralmente é lá mesmo que se reúne, é importante eu acho importante, meu marido também, ele vai mais do que eu, porque pelo menos uma vez na semana ele vai lá, (Informação Verbal, 2017).

Assim, Pedra Lisa, como apresentou Souza (2015), se caracteriza como espaço vital para as famílias da comunidade, tendo a Venda do Zé Major como o local de encontro das pessoas do local, de outras regiões e da cidade. Ficou indiscutível a importância que esse local tem para a Comunidade Pedra Lisa, com o espaço do boteco, do campo de futebol, da estrutura para festas, bailes, jogos e outras comemorações.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Pedra Lisa é um local que propaga cultura, por se tratar de um lugar com forte presença de resíduos de tradição camponesa, com técnicas tradicionais e, mesmo inserida nas lógicas do agronegócio, algumas dessas práticas permanecem. Analisar os impactos que aquela comunidade sofreu com a chegada da “modernidade” seria associá-la às lógicas do capital, pois a partir do instante que o capitalismo adentrou no campo, houve inúmeras modificações, mesmo que a cultura não tenha se perdido totalmente. Algumas transformações aconteceram, transformações essas visíveis nas entrevistas e até mesmo no local da pesquisa, potencializaram a ressignificação dos seus saberes, de seus usos e costumes, para a garantia da permanência.

O local é considerado símbolo de Quirinópolis, pois os moradores entendem a importância dessa comunidade para a identidade cultural do município, até mesmo pela grandiosa festa que acontece ali anualmente.

A Venda do Zé Major além de ser um símbolo de cultura, uma vez que nesse ambiente acontece diversas festividades religiosas ou não, é também um local de socialização e ponto de encontro que une as pessoas, além de ser um meio de empreendimento que ajuda na economia da família que, apesar de o senhor Zé Major ser aposentado, juntamente com sua esposa, é uma renda complementar para ajudar na manutenção do local.

Foi possível verificar com essa pesquisa que antes de as usinas serem introduzidas próximo à essa comunidade, a venda já existia, ou seja, independentemente de ter usina ou não, a venda já estava arraigada naquele território, fato esse que ela resiste até hoje, mesmo com movimento reduzido, e isso deve-se justamente à chegada das usinas de álcool ao município. Foi evidenciado a partir da pesquisa com os moradores e com o proprietário da venda, que esse lugar deverá permanecer por muito tempo ainda. O senhor Zé Major assegurou que, além de pretender continuar por muito tempo com o negócio, intenciona melhorar o local, colocando mais bebidas, petiscos talvez, para que o estabelecimento ganhe nova funcionalidade e novos clientes, impreterivelmente conservando os antigos.

Ficou evidente também na pesquisa a importância que esse espaço propicia aos moradores, pois é um local de encontro com múltiplas funções, pois o proprietário disponibiliza o acesso a tal ambiente para realização de festas sem nenhum custo para quem é da comunidade e para amigos, o que faz com que as hipóteses iniciais da investigação se concretizem. Nesse sentido o senhor Zé Major disponibiliza para a realização de campeonatos, cede o espaço para eventos, ajuda nas festas, principalmente a da Folia de Reis, pois sente satisfação em servir e atender a todos.

Essa atitude responde satisfatoriamente às hipóteses da pesquisa, pois a cedência do espaço para a comunidade não visa fins lucrativos, faz isso somente pela satisfação em ver a cultura camponesa tradicional não perecer, sua renda advém apenas da venda de bebidas. Sua satisfação é ver a população de outras regiões conheçam Pedra Lisa. Também falou com orgulho sobre a continuidade da venda ser responsabilizada pelos filhos. Seu desejo daquela tradição ter continuidade, está nas mãos do filho do Zé Major que atualmente mora com eles na propriedade.

Além da tradicional festa da Folia de Reis ser importantíssima para difundir a cultura que não é só local, e sim nacional, a Venda do Zé Major tem significados e funções infinitas, que fazem com que Pedra Lisa seja mais conhecida e valorizada culturalmente.

REFERÊNCIAS

- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da Agricultura brasileira. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em <file:///D:/Users/Cliente/Downloads/11787-55073-1-PB.pdf>. Acesso em 26 Jun. 2017.
- CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. **A expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás: setor sucroalcooleiro**. 101 f. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Carilha-Povos-tradicionais.pdf > Acesso em 06 Jun. 2018.
- Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Carilha-Povos-tradicionais.pdf > Acesso em 11 Mar. 2018
- DUARTE, Matusalém de Brito. O “lugar-território” na complexidade da realidade contemporânea: incursões teóricas a partir da intersubjetividade. In: **Caminhos de Geografia - revista on line**, v. 9, n. 26, Jun/2008, Uberlândia. Disponível em:<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>, 2008. Acesso em 23/10/2010, p. 185 - 192
- ELVAS, Susana e MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. In: **Revista Análise Psicológica**, 3 (XXVIII): 451-464, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v28n3/v28n3a06.pdf>, 2010. Acesso em 28/06/2012.
- JESUS, J. N.; CALAÇA, M.; SILVA, L. G. O território camponês em construção: utopias e contradições, **Revista territorial**, Goiás, v. 2, n. 2, p. 211-229, jul./dez. 2013.
- MARTINS, Geraldo Inácio e CLEPS JUNIOR, João. As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do parque nacional grande sertão-veredas, norte de minas gerais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 13, p. 134-168, fev., 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/13731/8218>. Acesso em 03/10/2012.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **Revista Pegada** – vol. 12 n.2. Dezembro/2011, pp. 23-47. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1054/1056>, 2011. Acesso em 03/10/2012.
- PERGO, Vera Lúcia. **Os rituais na folia de reis**: uma das festas populares Brasileiras. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Pergo,%20Vera%20Lucia.pdf> Acesso em 25 Jul. 2017.
- SANTOS, Rosselvelt José. **Gaúchos e mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Patrimônio Imaterial**: relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa. Uberlândia-MG: Ed. do autor, 2015.

MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

Lucas Ramos de Matos

RESUMO: Nosso trabalho se ocupa em analisar o desempenho socioambiental do manejo florestal comunitário adotado por camponeses do assentamento de reforma agrária, Margarida Alves no município de Nova União, Rondônia. Para tanto, optamos pela avaliação de impactos socioambientais com base na metodologia de Rodrigues et al., (2006), utilizando o “Sistema Base para Eco-certificação de Atividades Rurais (Eco-cert. Rural PROCISUR). Observou-se que o Manejo Florestal Comunitário tem potencial socioeconômicos expressivos e se desponta em uma alternativa viável para garantia de renda em comunidades diversas na Amazônia, no entanto, há algumas limitações que dependem de atores locais, cooperativismo e bom relacionamento entre os adotantes, além da capacidade administrativa, podendo dificultar ou possibilitar os coeficientes de desempenho. O manejo florestal comunitário teve impacto socioeconômico positivo nos coeficientes de desempenho socioambiental. Os coeficientes de desempenho ecológico tiveram índices de desempenho negativos e moderadamente positivos. Os aspectos relativos as questões ocupacionais dos trabalhadores envolvidos na atividade também tiveram impacto negativo. O manejo florestal comunitário foi uma das

importantes conquistas preiteadas por ação coletiva e contribuiu de forma efetiva para a vida dos adotantes. A avaliação de impacto socioambiental consiste em um importante instrumento de manejo sustentável para a promoção da sustentabilidade das atividades de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação socioambiental, Manejo florestal comunitário, Assentamento, Rondônia.

RESUMEN: Nuestro trabajo se ocupa en analizar el desempeño socioambiental del Manejo Forestal Comunitario adoptado por campesinos del asentamiento de reforma agraria, Margarida Alves en el municipio de Nova União, Rondônia. Para ello, optamos por la evaluación de impactos socioambientales con base en la metodología de Rodrigues et al., (2006), utilizando el “Sistema Base para Eco-certificación de Actividades Rurales (Eco-cert. Rural PROCISUR). Se observó que el manejo forestal comunitario tiene potencial socioeconómico expresivo y se despunta en una alternativa viable para garantía de renta en comunidades diversas en la Amazonia, sin embargo, hay algunas limitaciones que dependen de actores locales, cooperativismo y buena relación entre los adoptantes, además de la capacidad administrativa, pudiendo dificultar

o possibilitar los coeficientes de desempeño. El manejo forestal comunitario tuvo un impacto socioeconómico positivo en los coeficientes de desempeño socioambiental. Los coeficientes de rendimiento ecológico tuvieron índices de rendimiento negativos y moderadamente positivos. Los aspectos relativos a las cuestiones ocupacionales de los trabajadores involucrados en la actividad también tuvieron impacto negativo. El manejo forestal comunitario fue una de las importantes conquistas prejetadas por acción colectiva y contribuyó de forma efectiva a la vida de los adoptivos. La evaluación de impacto socioambiental consiste en un importante instrumento de manejo sustentable para la promoción de la sostenibilidad de las actividades de manejo forestal comunitario en la Amazonia brasileña.

PALABRAS-CLAVE: Evaluación socioambiental, Manejo forestal comunitario, Asentamiento, Rondônia.

INTRODUÇÃO

O manejo florestal na modalidade comunitária tem se expandido com grande rapidez na Amazônia brasileira, e tem conquistado cada vez mais espaço como alternativa para comunidades diversas na América Latina. O tema tem sido acompanhado pelo IEB (Instituto Internacional de educação do Brasil) e IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia) afim de propiciar políticas públicas sobre os projetos de manejos florestais comunitários (AMARAL e NETO, 2015).

Silva (1996) alerta que o plano de manejo não deve ter o objetivo de atender apenas a legislação, e sim, definir claramente para que manejará uma floresta, sendo que o objetivo principal deve ser o de produzir matéria-prima. Posteriormente, a floresta manejada deve contribuir para manter a qualidade da água, do ar, preservar a biodiversidade e gerar benefícios socioeconômicos. Para Barros (1996), o manejo florestal procura reduzir os danos à floresta, os desperdícios de madeira e aumentar a eficiência das operações de extração.

O manejo florestal comunitário pode ser definido como aquele que está sob a responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que estabelecem direitos e compromissos de longo prazo com a floresta (CAMINO, 2002). É um processo desenvolvido dentro de um contexto social que envolve um grupo de pessoas, sua prática de manejo de maneira coletiva ou comunitária, implica um contexto social e econômico com diferentes tipos de relações interpessoais (SMITH, 2005; OLIVEIRA, et al., 2006).

O manejo florestal comunitário trata-se de uma adaptação do modelo empresarial já existente. Os projetos são coordenados por um engenheiro florestal, passando pelas etapas de licenciamento e acompanhamento dos órgãos responsáveis, possuindo os mesmos graus de complexidade tecnológica e administrativa do manejo convencional (BENATTI, et al., 20013). Difere-se apenas no beneficiamento da extração. Nesta, o

empreendimento deve ser administrado em cooperação, operando na serragem da madeira ou terceirizando a extração. O manejo florestal comunitário é assumido como um potencial para gerar renda e trabalho para os produtores familiares da Amazônia e contribuir para a manutenção das florestas. Em iniciativas de menor escala, o uso eficiente da madeira representa uma oportunidade importante para produtores familiares terem um complemento de renda (MEDINA e POKORNY, 2011).

O manejo florestal comunitário objeto de estudo foi pleiteado pela Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura familiar, Ecologismo e Prestação de serviços (COOMEAFES) por meio de incentivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como uma alternativa de “barrar” as várias formas de ocupações ilegais, que já resultou na perda de 400 hectares de floresta nativa (NEGRÃO, et al., 2014), e na perda de grande parte da madeira de alto valor comercial, com posteriores disputas difusas no entorno dos recursos ambientais locais (OLIVEIRA e BURSZTYN, 2005). Entretanto, apesar do conflito que já “comemora” duas décadas de não resolução, o tão sonhado manejo florestal comunitário almejado por parte significativa de assentados foi efetivado, proporcionando aos camponeses locais a possibilidade de investir o lucro da extração nas propriedades.

Até o momento o manejo florestal comunitário se desponta como uma importante conquista oriunda da organização coletiva local, após a conquista da terra. A extração esteve em atividade de 2014 a 2017. O manejo florestal comunitário do Margarida Alves proporcionará resultados promissores, pois beneficiando todo o assentamento, possibilitou um incremento na renda mensal dos assentados.

O estudo partiu, primeiramente, da necessidade de estudos voltados aos manejos florestais (comunitário e empresarial), sendo cada vez mais necessários diante da falta de informações sobre os impactos socioambientais desta atividade, bem como da sustentabilidade das atividades de extração de madeira na Região Amazônica de forma ampla. Conhece-se apenas o suficiente para apontar os aspectos degradantes e não degradantes, tornando ainda mais necessários os estudos que apontem para uma real sustentabilidade na extração de madeira na Amazônia brasileira. Sendo assim, a avaliação de impactos ambientais pode ser uma importante ferramenta para promoção da sustentabilidade dos manejos florestais comunitários.

O estudo está estruturado em três etapas: aplicação da metodologia de Rodrigues et al., (2006), utilizando o “Sistema Base para Eco-certificação de Atividades Rurais (Eco-cert. Rural PROCISUR) com os adotantes, com entrevistas informais, seguido de análise e interpretação dos dados obtidos e uma fase explicativa sob a perspectiva na qual o fenômeno é abordado quanto à manutenção ou à transformação dos fatores gerados, com base nos impactos positivos ou negativos observados.

O SISTEMA BASE PARA ECO-CERTIFICAÇÃO DE ATIVIDADES RURAIS (ECO-CERT. RURAL PROCISUR)

A avaliação dos impactos socioambientais foi realizada com a metodologia “Sistema Base para Eco-certificação de Atividades Rurais (Eco-cert. Rural PROCISUR)” desenvolvido com o objetivo de avaliar o desempenho de determinada atividade sob um ponto de vista do desempenho ecológico, social, econômico e organizacional (RODRIGUES et al., 2006; RODRIGUES et al., 2000 RODRIGUES et al., 2002).

Para Rodrigues et al., (2006) “A eco-certificação refere-se à adoção de um “selo verde” ou outro tipo de rotulagem, balizada por processos de avaliação ambiental que permitam certificar a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista da gestão ambiental. ”

O Sistema Eco-cert. Rural PROCISUR consiste de um conjunto de vinte e quatro indicadores de desempenho da atividade produtiva no âmbito de um estabelecimento rural, englobando um total de 125 componentes, que compreendem as variáveis verificadas de acordo com seus respectivos coeficientes de alteração. Esses indicadores são agrupados em sete aspectos e duas dimensões, quais sejam: Desempenho Ecológico e Desempenho Socioambiental. Assim, o sistema contém duas planilhas de entrada de dados, que agrupam 24 matrizes de ponderação dos indicadores. (RODRIGUES et al., 2006, p.15).

O Eco- Cert. Rural PROCISUR consiste em uma planilha de vinte e quatro indicadores de desempenho de uma determinada atividade rural. Os indicadores são agrupados em sete aspectos e duas dimensões: desempenho ecológico; desempenho socioambiental. Os sete aspectos relativos ao desenvolvimento sustentável da atividade são considerados pela metodologia de avaliação de impactos ambientais sendo eles: o uso de insumos e recursos, a qualidade ambiental, o respeito ao consumidor, o emprego, renda e saúde e a gestão e administração (RODRIGUES et al., 2002).

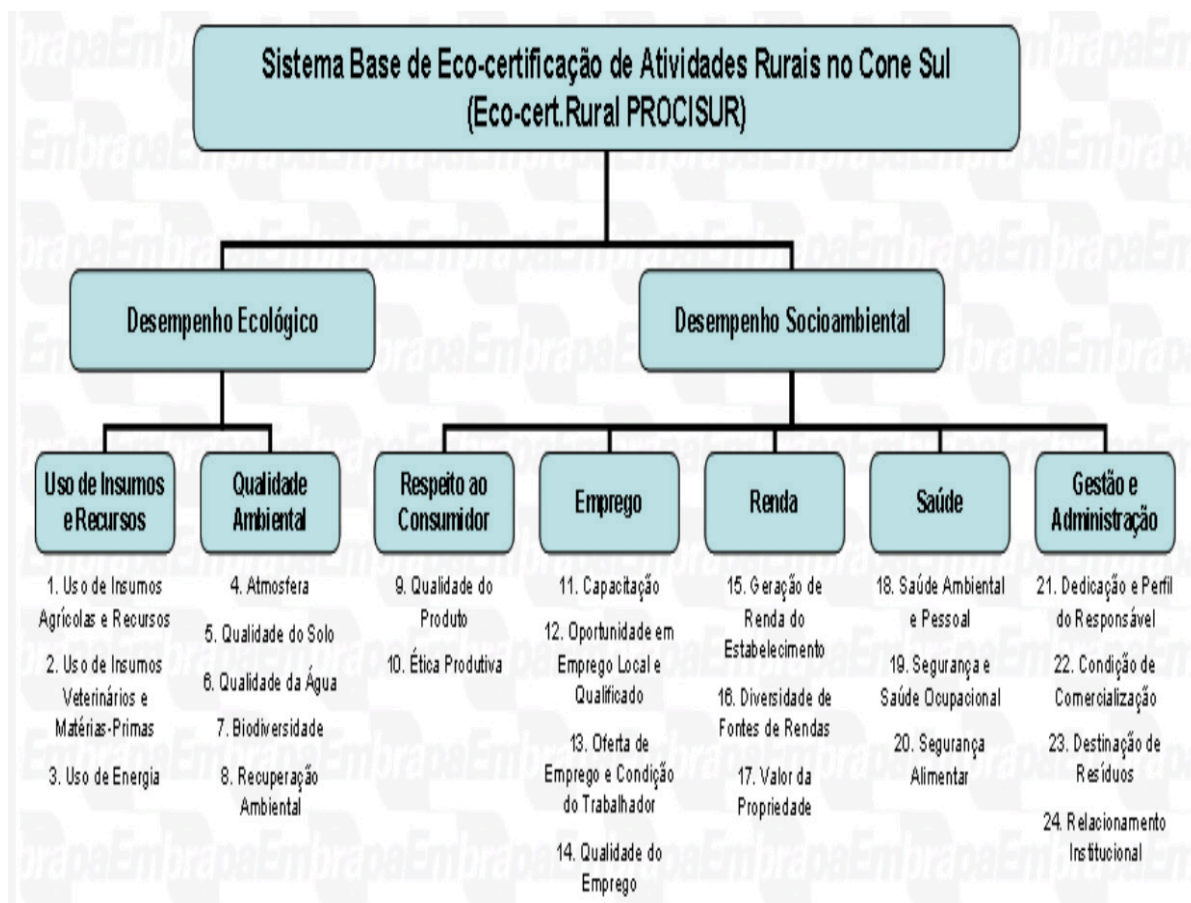


Figura 1 – Diagrama para avaliação do impacto socioambiental de atividades rurais, com aspectos e indicadores do Eco-cert.Rural PROCISUR.

Fonte: Rodrigues et al., 2000; Rodrigues et al., 2002.

| Tabela de coeficientes de alteração da variável | | | | | | |
|--|------------|-----------------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------------------|
| Recuperação Ambiental | | Variável de recuperação ambiental | | | | Averiguação fatores de ponderação |
| | | Solos degradados | Ecosistemas degradados | Áreas de Preservação Permanente | Reserva Legal | |
| Fatores de ponderação k | | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,4 | 1 |
| Escala da ocorrência = | Sem efeito | Marcar com X | | | | |
| | Pontual | 1 | | | | |
| | Local | 2 | | | | |
| | Entorno | 5 | | | | |
| Coeficiente de impacto = (coeficientes de alteração * fatores de ponderação) | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |

Figura 2 - Exemplo de matriz de indicador e fatores de ponderação.

Fonte: Rodrigues, et al., 2002.

O Sistema Eco-cert. Rural PROCISUR consiste de um conjunto de vinte e quatro indicadores de desempenho da atividade produtiva no âmbito de um estabelecimento rural, englobando um total de 125 componentes, que compreendem as variáveis verificadas de acordo com seus respectivos coeficientes de alteração. Esses indicadores são agrupados em sete aspectos e duas dimensões, quais sejam: Desempenho Ecológico e Desempenho Socioambiental. Assim, o sistema contém duas planilhas de entrada de dados, que agrupam 24 matrizes de ponderação dos indicadores. (RODRIGUES et al., 2006, p.15).

As matrizes automáticas incluem ainda dois fatores de ponderação que se referem à escala da ocorrência e ao peso do componente para a formação do indicador. A escala da ocorrência explicita o espaço no qual ocorre o impacto da atividade, conforme a situação específica de aplicação local, e pode ser:

a) *Pontual*, quando o impacto da atividade no componente restringe-se à área ou recinto no qual esteja ocorrendo a alteração no componente;

b) *Local*, quando o impacto faça-se sentir externamente a essa área, porém confinado aos limites da unidade produtiva ou estabelecimento;

ou c) No *entorno*, quando o impacto abranja além dos limites da unidade produtiva ou estabelecimento (rodrigues et al., 2006, p. 13).

Como esta metodologia foi desenvolvida para avaliar o desempenho de um estabelecimento rural tendo como sujeitos de pesquisa o proprietário/administrador, por ser uma atividade que difere do objeto de pesquisa deste estudo, e por haver particularidades em relação a cada atividade rural, os modos e cultura local e forma de organicidade, não será necessário avaliar todos os aspectos e indicadores nesta metodologia, apenas os que se constituem importantes nas dimensões: desempenho ecológico e desempenho socioambiental do manejo florestal comunitário. Também não foi necessário aplicar a metodologia com todos os adotantes. As entrevistas se deram apenas aos adotantes que desenvolve alguma atividade ou se engaja de forma direta nas atividades e por isso tem mais afinidade com as atividades.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

A necessidade de pesquisas científicas voltadas aos manejos florestais (comunitário e empresarial) é cada vez maior diante das lacunas de informações sobre os impactos socioambientais desta atividade e do potencial madeireiro da Região Amazônica. Conhece-se apenas o suficiente para apontar as ações que são degradantes e não degradantes, tornando ainda mais necessários os estudos que apontem para uma real sustentabilidade na extração de madeira na Amazônia. Nesse sentido, a avaliação de impactos ambientais se desdobra como uma importante ferramenta para promoção da sustentabilidade dos manejos florestais comunitários.

A figura 03 apresenta o índice geral de desempenho da atividade pelo Sistema Eco-Cert. Rural, da avaliação socioambiental do manejo florestal comunitário no assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

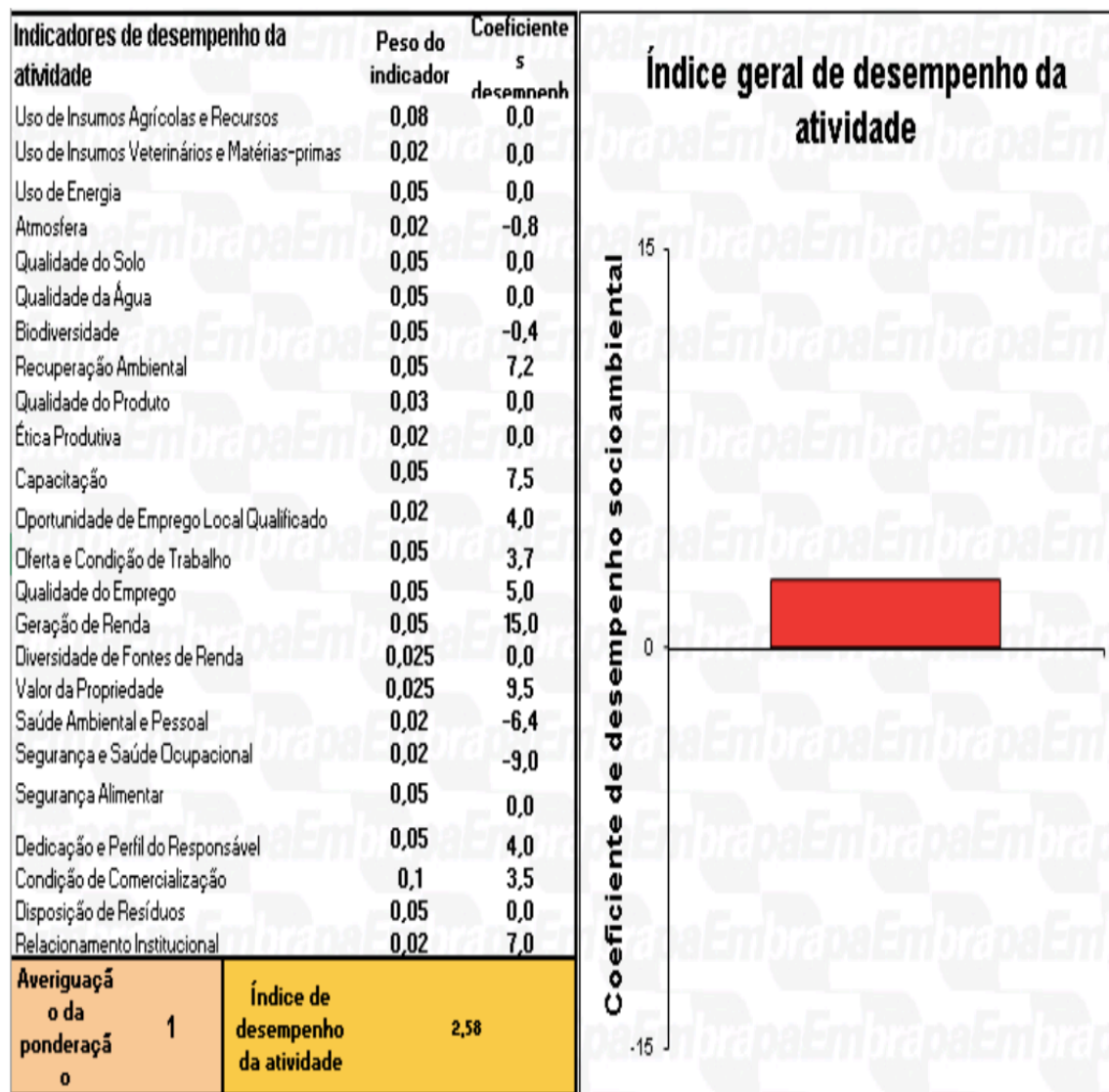


Figura 3 – Índice geral de desempenho do Manejo Florestal Comunitário do assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.

Fonte: dados coletados pelo autor (2017).

Silva et al., (2014), alertam que para a análise do aspecto geral, do Eco- Cert. Rural PROCISUR torna-se imprescindível observar cada indicador, pois apesar do impacto positivo da tecnologia, o seu grau de desempenho depende de alguns fatores que só poderão ser entendidos se analisarmos esses indicadores. Sendo assim, pode-se observar que alguns dos indicadores podem ter maior contribuição positiva para a formação do índice geral de impacto. Entretanto, devido às particularidades das atividades do manejo florestal comunitário em relação a outras atividades, a exemplo dos sistemas agroflorestais, há alguns indicadores não considerados nesta avaliação de impactos, como: uso de insumos agrícolas e recursos; uso de insumos veterinários e matéria-prima; uso de energia; qualidade do solo; qualidade da água; segurança alimentar.

O grau de desempenho dos indicadores também varia de acordo com a atividade e o perfil dos envolvidos, como mostra os resultados dos indicadores na pesquisa

de Silva et al., (2014): “Disposição de resíduos” (9,00). De acordo com os autores este indicador foi influenciado pela prática da coleta seletiva, que foi implantada na propriedade como resultado de sensibilização e princípios de práticas agroecológicas. Entretanto na avaliação dos impactos socioambientais do manejo florestal comunitário o indicador “Disposição de resíduos” (0,0) não obteve alteração (figura 03) devido a não existência de atividades de gerenciamento de Resíduos Sólidos.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES AGREGADOS AO ASPECTO RENDA DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO, MARGARIDA ALVES, NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

Os aspectos de renda referem-se apenas a atividade. Nesse sentido os indicadores são restritos a escala pontual de impacto. Em relação ao índice de renda o manejo florestal comunitário atingiu desempenho máximo ($\mu=15$), o impacto é explicado pela segurança e garantia de obtenção da renda esperada e da distribuição da renda entre os beneficiados. O índice de diversidade de fontes de renda obteve impacto positivo ($\mu=3,25$). O índice de valor da propriedade também atingiu um grau de impacto expressivo ($\mu 9,0$). Este índice foi altamente positivo devido ao nível tecnológico dos camponeses que teve influência direta do manejo comunitário, pois parte da madeira foi destinada aos camponeses para investir em construções: cercas e currais. A área de reserva legal em bloco do assentamento também possui importância neste indicador.

ÍNDICES DE DESEMPENHO DOS INDICADORES AGREGADOS AO ASPECTO EMPREGO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO, MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

O aspecto emprego baseia-se em requisitos de qualidade, oferta, oportunidade e capacitação que vão de escala local, pontual e entorno da atividade. Nesse sentido o aspecto emprego do manejo florestal comunitário obteve grau expressivo nos indicadores de qualidade do emprego ($\mu= 10,5$), capacitação ($\mu=10,5$) oferta e condição de trabalho ($\mu=5,75$) e oportunidade de emprego local qualificado ($\mu=3,75$). Os indicadores capacitação e qualidade do emprego são explicados pela necessidade de profissionais especializados nas atividades do manejo florestal. No manejo comunitário, objeto de estudo, observou-se a existência de profissionais com formação superior, curso técnico e médio, como é o caso dos engenheiros florestais, os tratoristas, caminhoneiros, e operadores de motosserras. Foi observado também a existência de trabalhadores especializados exercendo a função de fiscalizar as atividades. Grande parte dos trabalhadores são camponeses do próprio assentamento, a inserção destes

foi parte do acordo da COOMEAFES com as madeiras.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES AGREGADOS DE CONSERVAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

O aspecto qualidade ambiental compreende a dimensão de desempenho ecológico, e consta os impactos da atividade em questão sobre o ambiente. Ou seja, atenta-se para os impactos da jusante e montante. Sendo assim, os indicadores levam em consideração a contaminação por resíduos gerados pela atividade, a depauperação dos habitats natural e da diversidade existente, ou da contribuição da atividade para a recuperação da qualidade do ecossistema local e de áreas de proteção permanente.

O indicador de “Recuperação Ambiental” obteve impacto positivo ($\mu=7,4$), o desempenho foi devido a contribuição que o assentamento assume com a existência de uma reserva legal e de áreas de preservação permanente em algumas propriedades, segundo informações coletadas durante a entrevista. Há até mesmo a preservação de uma parcela expressiva de floresta nas glebas, são denominadas pelos camponeses de “Área Social” estas são de aproximadamente oito hectares.

Os indicadores de “Biodiversidade” ($\mu=-0,4$) e “Atmosfera” ($\mu=-0,8$) tiveram resultados negativos devido à perda de parte da vegetação na área manejada para a construção de estradas para passagem de veículos e para entrada de tratores nos blocos para retirar as toras de dentro da floresta. As esplanadas também contribuem para a retirada da vegetação, pois nesta, um grande espaço é feito dentro da floresta para colocar as toras retiradas dos blocos para ser medidas em metros cúbicos e serem transportadas para as serrarias. Foram considerados também os materiais particulados (fumaça) oriundos dos maquinários presentes nas atividades, contribuindo para os impactos negativos obtidos.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES AGREGADOS ASPECTO RESPEITO AO CONSUMIDOR DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

O aspecto respeito ao consumidor trata-se da qualidade do produto a partir do comportamento ético assumido no estabelecimento e, refletem no desempenho da atividade. As observações dos indicadores vão da organização dos agentes interessados na sustentabilidade da atividade, as condições de trabalho oferecido aos colaboradores.

No requisito “Ética Produtiva” ($\mu=0,0$) o grau de impacto foi insignificante considerando o potencial socioeconômico do manejo florestal comunitário, demonstrados nos indicadores anteriores. O desempenho neutro é explicado pelo

coeficiente de alteração da variável da ética produtiva da atividade ser alteradas apenas na variável de capital social, não sendo possível considerar todos os coeficientes propostos pela metodologia.

Em relação a “Qualidade do Produto” ($\mu=12,5$) o impacto da atividade foi significativo, podendo ser explicado na medida que nas atividades de extração madeireira não há irregularidades nas etapas que possam influenciar na qualidade indesejável dos produtos. É importante lembrar que a maior parte da madeira é exportada, sendo necessário uma rigorosa qualidade nas etapas.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES AGREGADOS DO ASPECTO SAÚDE DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

O aspecto saúde é relativo as questões ocupacionais dos trabalhadores envolvidos na atividade. Portanto a escala de alcance das alterações é pontual. O coeficiente “Segurança e Saúde Ocupacional” teve um grau de alteração negativo ($\mu=-8,0$). Este coeficiente foi negativo por apresentar periculosidade e fatores de insalubridade e agentes biológicos.

Já o impacto do coeficiente “Saúde Ambiental e Pessoal” ($\mu = - 1,4$) foi negativo devido existência de focos de vetores de doenças endêmicas no ambiente ocupacional e poluentes e dificuldade de acesso a esporte e lazer. Além do mais, grande parte dos trabalhadores residem em barracos de lona e palha construídos dentro ou perto da floresta manejada. Durante as entrevistas foi constatada a existência de dois barracos dentro da reserva, em pontos diferentes, e uma casa alugada de um morador aglutinado à área de manejo.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES AGREGADOS AOS ASPECTOS GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

Os aspectos gestão e administração são constituídos por indicadores e variáveis que contemplam fatores referentes ao gerenciamento, cooperação e capacidade institucional do estabelecimento nas atividades. O coeficiente de “Relacionamento Institucional” foi altamente positivo ($\mu=10,5$).

O impacto é atribuído ao potencial da cooperativa COMEAFES de engajar os associados e sempre buscar assistência e soluções para beneficiar os camponeses local. Atualmente a cooperativa, que está à frente do manejo, dispõe de dois engenheiros agrônomos com título de mestres, que procuram dar assistência aos camponeses sempre que necessário.

Os mesmos atualmente prestam assistência na produção de clones de cacau no viveiro da COOMEAFES e estão à frente do projeto da agroindústria de leite preiteada pela cooperativa e o MST junto ao Governo Federal. O coeficiente de “Condição de Comercialização” também foi positivo ($\mu= 6,0$). O impacto é explicado principalmente pela venda cooperada, cooperação com outros produtores locais, processamento local, armazenamento local e transporte próprio.

Durante pesquisa foi constatado que uma porcentagem de 20% da madeira seca, que não pode ser aproveitada pelas madeireiras, é destinada a cooperativa local para fins coletivo, os outros 80% são repartidos entre os camponeses do assentamento. Esta parcela de madeira seca se deu devido a ocorrência de movimentos de uso ilegal que ocorreu na reserva anos antes do plano de manejo ser aprovado, onde grande parte da área foi derrubada e a maior parte da madeira de alto valor retirada clandestinamente. Assim as toras secas foram retiradas transportadas da área manejada para a casa de cada camponês participante do manejo para diversos fins.

O coeficiente de “Dedicação e Perfil do Responsável” atingiu o índice de impacto de alteração de $\mu= 6,5$. Os administradores demonstraram serem capacitados quanto à atividade em questão, as atividades demonstraram haver engajamento familiar e planejamento financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados em nosso trabalho mostraram que o manejo florestal, na modalidade comunitária, ainda possui semelhança ao manejo convencional, podendo, assim, atenuar os indicadores de sustentabilidade, a exemplo da dependência dos adotantes em terceirizar a exploração e pela falta de assessoria jurídica. O índice geral de 2.58 é considerado expressivo de acordo com o desempenho dos indicadores.

Destaca-se que o impacto desta atividade pode variar dependendo do tamanho da área manejada, da quantidade de famílias envolvidas, das formas de beneficiamento da madeira e do imprescindível cooperativismo e relacionamento dos envolvidos. O índice também pode ter variações devido ao longo ciclo de colheita das árvores com fases de corte de curto tempo, ou devido à metodologia não contemplar alguns campos de atuação nessas atividades, que possuem complexidade e particularidades em todas as etapas.

O estudo de impactos social econômico e ecológicos do manejo florestal comunitário se mostra parcial diante das múltiplas relações em torno de sua efetivação e condução. Diante disso, é importante que estudos sejam realizados no em torno de possíveis prejuízos relacionados ao custo causado aos adotantes por depender de terceirizar as etapas de aprovação do plano de manejo e venda da madeira extraída para as serrarias. Os custos de mão-de-obra e as condições ocupacionais de trabalho também precisam ser mais bem estudadas.

O manejo florestal comunitário teve impacto socioeconômico positivo nos coeficientes de desempenho no âmbito socioambiental. Já os coeficientes de desempenho ecológico tiveram índices de desempenho negativos e moderadamente positivos. Os aspectos relativos às questões ocupacionais dos trabalhadores envolvidos na atividade também tiveram impacto negativo. Mesmo assim, o manejo florestal comunitário foi uma das importantes conquistas preteadas por ação coletiva. Contribuindo de forma efetiva para a vida dos adotantes, pode ser uma importante alternativa em comunidades diversas na Amazônia brasileira no âmbito da renda distribuída.

REFERENCIAS

ARAÚJO. M. E. B. de. **A Vida e a Produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União, Rondônia.** 2015. Dissertação (Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Rondônia.

BARROS, A. C.; Veríssimo, A. **A expansão da atividade madeireira na Amazônia: impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará.** Belém: IMAZON, 1996.

BENATTI, J. H. et al., **Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia.** Ambient. soc. vol.6 no.2 Campinas July/Dec. 2003

DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M.v (Eds). **L'Amazonie brésilienne et le développement durable.** Paris: Belin, 2010 . 480 p.

FORNAZIER. A. WAQUIL. P. D., **A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense.** III Colóquio: agricultura familiar e desenvolvimento rural. Oficina 1: Os impérios alimentares e os mercados – qual espaço de manobra? Porto Alegre, Nov. 2011.

FILHA. G. I. **Manejo florestal: Questões Econômico-Financeiras e Ambientais.** Estudos Avançados 16 (45), 2002.

FERNANDES. B. M. et al., **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Volume. Editora UNESP. São Paulo-SP, 2009.

FERNANDES. B. M. **O MST e as Reformas Agrárias do Brasil.** Universidade Estadual Paulista (UNESP). Año IX Nº 24 - Outubro de 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

_____. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. Estabelece Normas Gerais Sobre a Proteção da Vegetação.** Brasília, DF. 2012.

MARQUES, M. I. M. **A Atualidade do conceito de camponês.** Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

OLIVEIRA, A. U de. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

NEGRÃO, M. et al. **Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil): uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em áreas de assentamento.** Colloque Envibras: Environnement et géomatique : approches comparées France – Brésil, 2014. Rennes (FRA).

PORTOCARRERO, M. A. **O cooperativismo e o associativismo como suporte à Produção Integrada no Brasil.** In: Anais do Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas. Vitória: 2006.

RODRIGUES, G. S. et al. **Sistema Base para Avaliação e Eco-certificação de Atividades Rurais.** Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006. 39p (Embrapa Meio Ambiente. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 37).

RODRIGUES, G. S.; RODRIGUES, I. Avaliação de impactos ambientais na agropecuária. In: GEBLER, L.; PALHARES, J. C. P. **Gestão Ambiental na Agropecuária.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2006.

RODRIGUES, G. S et al. **Avaliação sócio-ambiental da integração tecnológica Embrapa Pecuária Sudeste para produção leiteira na agricultura familiar.** Agricultura em São Paulo, São Paulo. 2002.

REDIN, E; FIALHO, M. A.V. **Política Agrícola Brasileira: uma análise histórica da inserção da Agricultura familiar.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil, UFSM, SANTA MARIA - RS - BRASIL. Campo Grande, 25 a, 28 de jul.2009.

SILVA, A. A de. **Sistema Silvipastoril como alternativa de manejo sustentável de pastagem para produção de leite na Região Central do estado de Rondônia.** (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIR, Porto Velho/RO - 2012.

SILVA, J. N. M. **Manejo florestal.** 2.ed Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: Embrapa-SPI, 46p.; il.1996.

KOHLER, F et al. **Falência é fracasso? o caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. *Ciênc. Hum.* v. 6, n. 2 Belém May/Aug, 2011.

AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E OS REFLEXOS AMBIENTAIS NA PAISAGEM RURAL PARANAENSE

Sergio Fajardo

Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro.

E-mail: sfajardo@unicentro.br

RESUMO: O presente capítulo, originalmente publicado como trabalho em evento nos anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, sob o título “Considerações sobre os processos produtivos agrícolas e alguns reflexos ambientais na paisagem rural paranaense”, é fruto de estudos e reflexões realizadas durante a pesquisa de pós-doutoramento em Geografia na Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM). No Estado do Paraná, a expansão das atividades agropecuárias, historicamente, resultaram em impactos ambientais que podem ser observados na paisagem rural. O objetivo que aqui se coloca então é de identificar alguns dos processos presentes na ocupação do espaço rural a partir da inserção de atividades, como pecuária extensiva, pastagens, exploração da madeira e monoculturas, que impactaram a paisagem rural no decorrer do século XX. Em cada fase econômica pode-se notar a predominância de um ou mais impactos, desde o desmatamento até os processos erosivos ou contaminação da água. Nesse contexto, a

paisagem rural representa importante categoria analítica na qual é possível avaliar modificações relacionadas aos processos produtivos.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem rural; impactos ambientais; atividades agropecuárias.

1 | INTRODUÇÃO

A paisagem representa uma das mais tradicionais categorias analíticas da Geografia. No Brasil, durante o século XX, muitos estudos geográficos, influenciados pela escola francesa, tinham como foco o mundo rural, a partir da descrição das paisagens.

As transformações ocorridas no território brasileiro, apoiadas na exploração agropecuária, acarretaram profundas alterações na paisagem, sobretudo, em relação às suas características naturais. Historicamente, a exploração da madeira, as culturas de cana de açúcar e café, bem como a pecuária extensiva tradicional já marcavam presença no espaço rural brasileiro, modificando as paisagens.

No Paraná não foi diferente. Desde o século XIX a ocupação do território resultou em impactos na paisagem rural. A paisagem rural evidencia a influência tanto de elementos bióticos e abióticos, como antrópicos (RIBAS VILAS, 1992). No espaço rural, a base física, territorial, encontra-se materializada na paisagem

conformada pela combinação desses elementos com as atividades humanas, sobretudo os processos econômicos.

Mas a paisagem rural não se restringe às atividades agrícolas. Se o espaço rural não é apenas agrícola a paisagem rural também não seria. Desse modo, a construção de barragens, rodovias, ferrovias, a atividade de mineração e certas atividades industriais e de serviços (como turismo e lazer) afetam diretamente a paisagem rural.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA PAISAGEM E DO ESPAÇO RURAL

Para Bertrand (1971) a paisagem não constitui uma simples adição de elementos geográficos disparatados, mas consiste:

[...] numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 1971, p. 2).

Partindo dessa definição, o campo ou espaço agrário/rural, pode ser inserido dentro da visão de “paisagem total” ou “integrada”. Como o próprio Bertrand (1971) refere-se à problemática, inclusive de cunho metodológico, de se analisar paisagens profundamente humanizadas como as paisagens urbanas. Na produção agrícola, a exploração dos recursos se processa no uso do potencial ecológico pela exploração biológica.

Mas essa visão, situada numa perspectiva ambiental, não esclarece de fato todos os processos envolvidos. O fator econômico materializado na exploração da atividade agropecuária, por exemplo, é decisivo na modificação de paisagens antes dominadas por algum tipo de vegetação, como podemos observar na foto 1.



Foto 1: Paisagem rural no município de Turvo-PR. (autor: Sergio Fajardo)

As questões ambientais, cada vez mais, suscitam a discussão ecológica sobre a destruição de paisagens naturais por meio do impacto antrópico. O progresso técnico oferece ao homem a capacidade de modificar profundamente a paisagem (RIBAS VILAS, 1992, p. 253). E no intuito de satisfazer suas necessidades socioeconômicas há uma interferência desmedida das atividades humanas. A preocupação ambiental levanta, desse modo, a discussão sobre paisagens. Muitos estudos de ordem econômica deixam um pouco de lado, chegando até a desconsiderar essa vertente, questões ambientais ou elementos naturais.

As atividades humanas interferem na qualidade da paisagem como habitat do ser humano (FAJARDO, 2008). Desse modo, a busca por sua conservação pode resultar em um uso seu uso mais racional, considerando os elementos estruturais da paisagem nas ações de planejamento (RIBAS VILAS, 1992).

A exploração agropecuária se insere no processo de alteração das paisagens, podendo gerar impactos que vão desde o desencadeamento de erosões, à perda de vegetação natural ou do solo (BERTRAND, 1971).

O espaço rural, segundo Marques (2002), considerado à luz da relação campo-cidade, carrega na sua construção também impactos nas funções e no conteúdo social. O rápido processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX no país, gerou sérios problemas nos centros urbanos, como a precariedade na qualidade de vida e de moradia e o acesso a serviços básicos (como sanitários e de saúde), além de resultar em problemas de desemprego e violência.

Levando em conta que a maior parte do território é rural e tem forte potencial agrícola, as atividades agrícolas acabam por transformar grandes áreas no Brasil. Não podemos mencionar apenas a questão produtiva, como também na presença humana no campo. Esta, por outro lado representaria a diversidade social do campo, com um direto reflexo na paisagem.

Avaliando a problemática ambiental podemos nos inferir sobre o potencial do rural/campo e o significado do rural e ruralidade atualmente. No Brasil, os critérios de definição do rural não diferenciam funções peculiares dos diferentes aglomerados. O rural é aquilo que não é urbano, definido pelas carências. O que é urbano/rural é definido pelo arbítrio dos poderes municipais.

Essa discussão evidencia um problema em se pesquisar a paisagem rural. O seu recorte espacial acaba se convertendo em parte num imperativo da sua definição arbitrária. Ou seja, do mesmo modo em que a concepção de espaço rural lida com definições que partem dessa visão brasileira do tema, a paisagem também é influenciada, enquanto sítio e manifestação desse espaço.

Por essa razão, para contornar esses problemas conceituais e de definição é que se faz necessário pensar a paisagem rural como uma expressão espacial do mundo rural, modificado e diverso do ponto de vista técnico, econômico e social. E os processos de transformação perpassam a ocupação produtiva, esse sim fator mais relevante aqui considerado para compreender os impactos no ambiente.

Os primeiros impactos na exploração do rural paranaense estão ligados ao processo de ocupação populacional e econômica. A partir da primeira frente de ocupação do território, denominada tradicional, no século XIX a expansão das atividades agropecuárias, com exploração da madeira e criação de gado em áreas de campos nativos marcam essas primeiras grandes alterações paisagísticas (BERNARDES, 1952; BERNARDES, 1953; NICHOLLS, 1971; FAJARDO, 2008).

Desse modo, a relação inicial no que concerne aos impactos ambientais está vinculada ao desmatamento, intensificado com a exploração da madeira da mata atlântica e de araucárias. Com o processo de imigração, muitas colônias foram instaladas em áreas de araucária (HAUER, 2010). Assim, o período da frente de ocupação chamada Paraná Tradicional foi marcado por ser exportador de produtos primários teve na madeira um de seus produtos.

O mundo rural paranaense inclui paisagens construídas por práticas tradicionais, como os chamados faxinais, situados em regiões onde a presença da população rural é significativa, como Prudentópolis (foto 2).



Foto 2: paisagem rural do município de Prudentópolis-PR (autor: Sergio Fajardo)

No interior do Paraná uma das primeiras atividades econômicas foi a criação de gado em áreas de campo/pastagens naturais. Assim, foram ocupadas com pecuária os Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Campos de Palmas.

Como impactos tivemos alteradas a vegetação, o solo, a água... “Em 1910, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande a União da Vitória, a atividade extrativa de araucária, imbuia, cedro e canelas foi “abrindo” o sul paranaense, e as serrarias “pipocavam” ao longo da chamada Linha-Sul, entre Ponta Grossa e União da Vitória.” (PAIXÃO; PRIORI, 2015, p. 332).

Já a partir da década de 1930, com a expansão da cafeicultura na parte norte do Paraná, a ocupação ocorreu com intenso desmatamento, que teve como impacto a perda da biodiversidade, o desaparecimento de espécies vegetais e animais, o esgotamento do solo com processos erosivos (CANCIAN, 1981; PADIS, 1981).

A introdução do pacote tecnológico da “revolução verde” a partir da modernização tecnológica na agricultura na década, em especial a partir da década de 1970 no Paraná incluía uso intenso de agrotóxicos e resultaram na contaminação do solo (FLEISHFRESSER, 1988).

A expansão da soja, trigo, milho etc, impactaram também em processos erosivos.

Balsan (2006, p. 125) aponta: “... a erosão e a perda da fertilidade dos solos; a destruição florestal; a dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; a contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.”

O processo de modernização agrícola, se por um lado aumentou a produtividade das lavouras, por outro, levou a impactos ambientais indesejáveis. Os problemas ambientais mais frequentes, provocados pelo padrão produtivo monocultor foram: a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos. (BALSAN, 2006, p. 141).

Podemos identificar regionalmente os maiores problemas. Por exemplo, nos Campos Gerais a expansão da silvicultura como o pinus, a presença de uma agricultura tecnológica e de pastagens extensas, ocupando áreas de campos nativos acarretaram impactos ambientais consideráveis. Ziller e Galvão (2002) chamam de “contaminação biológica” a presença de espécies exóticas (pinus) degradando áreas de vegetação nativa na mesorregião CentroOriental do Paraná.

Outros exemplos de impactos ambientais ocorridos no espaço rural do Paraná são exemplificados pela construção de lagos, barragens ou represas (foto 3). Nesse caso, além do impacto no curso natural do rio e mesmo ecológico, como com a possível introdução de novas espécies de peixes que altera a fauna.

Também a irrigação resulta em impactos ambientais na água (vida dos rios) e no solo (RODRIGUES; IRIAS, 2004). Nesse sentido os mananciais e o aquífero sofrem contaminação pelo uso de fertilizantes, adubos inorgânicos e agrotóxicos (GOMES et al, 1999).

A sociedade em geral pode ser diretamente atingida pelo impacto ambiental quando ocorre a contaminação da água. Tal fato pode ser bastante problemático se a contaminação atingir os alimentos. Desse modo tanto a população rural como a urbana podem ser afetadas.

A manutenção da produção das atividades agropecuárias, que pode envolver não apenas a aplicação de agrotóxicos, mas também eventuais queimadas e limpezas, podem também afetar o ar, prejudicando a saúde das pessoas que atuam diretamente com o trabalho no campo, bem como aquelas que estiverem próximas às áreas de produção. No caso da mesorregião Sudeste paranaense o exemplo da atividade

fumageira é bastante representativo de alguns impactos no ambiente e na saúde humana (fotos 4 e 5).



Foto 3: paisagem rural no município de Guarapuava-PR (autor: Sergio Fajardo)



Foto 4: Lavoura de tabaco no município de Guamiranga-PR (autor: Sergio Fajardo)

Outro fator diz respeito à biotecnologia, como a transgenia, onde haveria incertezas quanto à possibilidade de contaminação via pólen de variedades convencionais, ou ainda de outros riscos não conhecidos. (NODARI; ONOFRE, 2001).

Sobre o impacto direto na saúde humana, o uso do lodo de esgoto na agricultura envolve elementos tóxicos como cádmio e chumbo (BETTIOL, 2006). Além disso, os dejetos de criações (ex. suínos) e de agroindústrias poluentes. Alguns pesquisadores estudaram o reflexo de impactos ambientais na paisagem, como o exemplo de uma fazenda em Laranjeiras do Sul (DULNIK et al, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender, historicamente, o processo de ocupação do espaço rural a partir das atividades econômicas como sendo parte de um pensamento de cada época. Por muito tempo a palavra progresso” significava (ou ainda significa?) “desbravar a natureza”. Seria possível outra forma/modelo de ocupação e exploração?

Em se tratando de processos mais recentes muitas das práticas impactantes ao meio ainda persistem. No entanto, encontramos iniciativas de movimentos alternativos como a Agroecologia e os modelos chamados “sustentáveis”. Obviamente que o processo de urbanização pressiona o campo. Por outro lado, a mudança nos hábitos de consumo (urbanos) podem contribuir para mudanças positivas.

No caso do desmatamento, foi somente em 1966 surge a primeira política para silvicultura, em razão de que o extrativismo era visto como esgotável, por isso havia a necessidade de outras fontes (HAUER, 2010). Resultado da involução das florestas: passivo ambiental. Problema agravado com a mecanização na modernização da agricultura. Afeta recursos hídricos: necessidade de recuperar matas ciliares. (HAUER, 2010).

Para Hauer (2010), no Paraná as tentativas de recuperação incluem projetos e programas de órgãos públicos e de fiscalização ambiental. Nesse contexto, o que se propõe é a adoção de metodologias ambientalmente corretas incompatíveis com o modelo agrícola hegemônico. Acreditamos, assim, ser necessário que a gestão do meio ambiente esteja interligada à gestão do desenvolvimento em ações integradas.

Como reflexão final colocamos o caso das grandes propriedades rurais e modelo de desenvolvimento. A percepção inicial é que as relações de poder existentes e a pouca preocupação em recuperação das florestas são preocupantes. Nesse sentido, as monoculturas nos moldes atuais seriam sustentáveis? Acreditamos que apenas a existência de Unidades de Conservação ou Preservação não são suficientes.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *CAMPOTERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 15, n. 3, jul./set, 1953.

- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, out./dez. 1952.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Caderno de Ciências da Terra*. São Paulo, n. 13, p. 11-27, 1971.
- BETTIOL, Wagner. *Lodo do esgoto: impactos ambientais na agricultura*. Jaguariúna: Embrapa: 2006. 349p.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense – 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.
- DULNIK, Márcio et al. Impactos ambientais das atividades agropecuárias: estudo de caso da fazenda Jaguatirica – Laranjeiras do Sul-PR. *Geoambiente On Line*. Jataí, n. 11, jul./dez. 2005, p. 221-241.
- FAJARDO, Sergio. *Territorialidades corporativas no rural paranaense*. Guarapuava: Unicentro, 2008, 414p.
- FLEISHFRESSER, Valéria. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70*. Curitiba: CONCITEC/IPARDES, Livraria do Chain. 1988.
- GOMES, Marco A. et al. Uso agrícola das áreas de recarga do aquífero Guarani localizadas na porção noroeste e parte oeste da bacia sedimentar do Paraná. *Embrapa Meio Ambiente Documentos*, n. 8, Jaguariúna, 1999, 27p.
- HAUER, Margit. As florestas do Paraná: um processo de involução. In: _____. *Conflitos e tensões no uso da terra: agricultura familiar e legislação ambiental no Estado do Paraná*. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). UFPR, Curitiba, 2010.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo. Ano 18, nº 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, nº 26, 1971.
- NODARI, Miguel P.; ONOFRE, Rubens. Impactos ambientais das plantas transgênicas: as evidências e as incertezas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.
- PADIS, Pedro C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- PAIXÃO, Letícia A.; PRIORI, Angelo A. As transformações socioambientais da paisagem rural a partir de um desastre ambiental (Paraná 1963). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 323-342, jul./dez. 2015.
- RIBAS VILAS, Jordi. Planificación y gestión del paisaje rural. In: BOLÓS, Maria de. *Manual de ciência del paisaje: teoria, método y aplicaciones*. Madrid: Masson, 1992, p. 250-262.
- RODRIGUES, Geraldo S.; IRIAS, Luiz J. M. Considerações sobre os impactos ambientais da agricultura irrigada. *Circular Técnica Embrapa*, Jaguariúna, n. 7, jul. 2004.
- ZILLER, Sílvia Renate; GALVÃO, Franklin. A degradação da estepe gramíneo-lenhosa no Paraná por contaminação biológica de *Pinus elliotti* e *P. taeda*. Curitiba. *Floresta*, v. 32, n. 1, p. 41-47, mai. 2002.

ABORDAGEM TERRITORIAL, GÊNERO E GEOGRAFIA

Daiane Carla Bordulis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná-
Unioeste

Francisco Beltrão, Paraná

Márcio Freitas Eduardo

Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS
Campus

Erechim, Rio Grande do Sul

demonstrate, briefly, how we use elements of the geographic territorial approach to seize gender issues, involving rural-urban migration by rural youth. The discussion is based on research results, developed between 2016 and 2017, together with a group of young women from family farming establishments who currently live in urban contexts and study in undergraduate courses at UFFS, Erechim/RS, campus.

KEYWORDS: territory; rural women; migration.

RESUMO: O objetivo do capítulo consiste em demonstrar, sucintamente, como utilizamos elementos da abordagem territorial geográfica para apreensão das questões de gênero, envolvendo a migração campo-cidade por parte das jovens rurais. Para tanto, a discussão está apoiada em resultados de pesquisa, desenvolvida entre os anos de 2016 e de 2017, junto a um público de mulheres jovens, oriundas de estabelecimentos da agricultura familiar, as quais atualmente residem em contextos urbanos e encontram-se matriculadas em cursos de licenciatura da UFFS, campus Erechim/RS.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Mulheres rurais; Migração.

APPROACH TO TERRITORY, GENDER AND GEOGRAPHY

ABSTRACT: the purpose of the chapter is to

1 | INTRODUÇÃO

A ciência geográfica brasileira, progressivamente, tem se tornado mais aberta ao acolhimento de novas demandas e agendas de pesquisa. Dentre elas, com maior visibilidade nos últimos anos, salientamos a projeção dos estudos que denotam a importância de abordar a faceta espacial inerente às questões de gênero.

A contribuição da Geografia para a reflexão/ação no âmbito das questões de gênero está circunscrito, de modo geral, na defesa de que o espaço geográfico é uma “dimensão” essencial para a produção/reprodução das desigualdades sociais, no caso específico, das desigualdades de gênero. Através do arcabouço teórico-metodológico da Geografia, é possível identificar tais processos, concomitantemente,

sociais e espaciais, geradores de desigualdades, colocando-os em evidência, e mapear seus contornos para o estabelecimento da crítica e das ações insurgentes.

Os aspectos teórico-metodológicos contidos nesta pesquisa diz respeito a resultados alcançados em um trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia (UFFS, campus Erechim/RS), finalizada no ano de 2017 (BORDULIS, 2017). Na referida pesquisa fora estudado o tema do gênero na Geografia através de uma delimitação teórico-metodológica da abordagem territorial: eis nossa contribuição central. Como propósito geral, a mencionada pesquisa procurou identificar e apreender as questões de gênero atreladas ao movimento migratório campo-cidade por parte das jovens matriculadas nos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS. Para tanto, nos semestres 2016/1 e 2017/01, foram aplicados questionários contendo questões fechadas e perguntas abertas, para um total de 21 discentes (representando 100% do público com o perfil requerido) que cursavam a fase intermediária (5º fase) de seus respectivos cursos de graduação, a saber: Ciências Sociais, Geografia, Filosofia, História e Pedagogia.

As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais no estudo que realizamos. Os fatores atrativos urbanos estiveram associados ao acesso a recursos (materiais, financeiros e cognitivos) que propiciassem/propiciarão, às jovens, mudanças qualitativas em seus projetos de vida na direção de um aumento relativo em suas autonomias, conforme ponderaremos adiante. Tais questões possuem facetas geográficas importantes, as quais as analisamos tendo por base teórica um recorte próprio da abordagem territorial.

2 | GEOGRAFIA, JUVENTUDE RURAL E GÊNERO: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Ao nos propormos estudar as jovens rurais estudantes da UFFS, estamos em acordo com Muller (2016), no afã de que o fazemos em decorrência também da expectativa, construída pelos movimentos que deram origem a UFFS, de que as ações destas jovens tenderiam a alterar de forma qualitativa a organização local, em especial da agricultura familiar, nas quais estão inseridas, e também de que a universidade seria importante para a construção de projetos de vida e de permanência e, em particular, produzir tensionamentos e o debate crítico necessário.

Na Geografia brasileira ainda são poucos os estudos voltados para temática da juventude rural e do gênero. Aos poucos o interesse pelo tema vem aumentando entre os geógrafos. Quanto à histórica lacuna da Geografia em estudar as questões de gênero, Silva (2003, p. 33) sustenta que

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista

da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina [...].

Consoante Muller (2016) e André (1990), é a partir de 1980 que alguns geógrafos começaram a alertar para introdução das questões de gênero nas pesquisas, procurando evidenciar como a organização social e territorial engloba diferenças entre as mulheres e os homens.

De acordo com Silva (2003), na Geografia norte-americana e europeia, a vitalidade nos debates sobre as relações de gênero e espaço é maior. Nesses estudo, aborda-se

[...] a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento sócio-espacial nas relações de gênero (SILVA, 2003, p. 35).

Tais abordagens apreendem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço. Assumem, ainda, um compromisso de abordar as relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero (SILVA, 2003).

Da mesma forma, o tema da juventude rural, muito embora um problema latente na atualidade, especialmente na área de abrangência da UFFS, é ainda pouco estudado. Por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Weisheimer (2004), pesquisou as produções acadêmicas sobre juventude rural no Brasil, no período compreendido entre 1990 a 2004, considerando a pós-graduação e as publicações em periódicos científicos e de livros. Weisheimer (2004), “mapeou” a publicação de apenas cinquenta trabalhos, produzidos por 36 pesquisadores.

Weisheimer (2004), faz referência a outro estudo, realizado pela pesquisadora Marília Sposito (USP). Sposito (2009), ao pesquisar a produção discente da pós-graduação sobre o tema da juventude, identificou 1.427 trabalhos, defendidos em programas de pós-graduação nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total, a autora apontou que apenas 52 trabalhos diziam respeito aos jovens do meio rural, ou seja, aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais.

Esta colocação da autora deixa claro o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vida e os dilemas que afetam os jovens do campo. Isso está relacionado com o fato de que vivemos em um país em que o intenso processo de urbanização se estabeleceu com base na migração compulsiva das populações rurais, cujo processo de modernização da agricultura e o formato das “políticas agrárias- agrícolas” (THOMÁZ JÚNIOR, 2005) inviabilizaram a permanência de um quantitativo considerável de agricultores e a conseqüente reprodução de seus modos de vida.

Embora ainda pouco exploradas, compreendemos que há interações

importantes entre gênero, juventude e espaço, as quais podem ser apreendidas pela abordagem territorial geográfica.

3 | DELIMITANDO UMA ABORDAGEM TERRITORIAL PARA O ESTUDO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NA GEOGRAFIA

Nossa abordagem sobre o conceito de território está baseada em distintos autores, são eles: Raffestin (1993); Oliveira (1996); Dematteis (2008); Lopes de Souza (2013); e Saquet (2011). Compreendemos o território como um produto histórico-social edificado através dos processos de produção e apropriação do espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993). O território, portanto, constituiu-se pela projeção espacial das relações de poder (LOPES DE SOUZA, 2015). Depreende-se, doravante, que sua natureza, portanto, é relacional, cujas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização são contraditórias e permanentes; ainda reafirmamos a multidimensionalidade do território, imbricadamente, econômica, política, cultural e ambiental (SAQUET, 2011). Em Dematteis (2008), nos apropriamos dos conceitos de “territorialidade ativa e passiva”. Por fim, nos baseamos em Oliveira (1996) para apreender, no interior da questão agrária, o processo, denominado pelo autor, de “monopolização do território pelo capital”. Com relação a abordagem territorial, conforme delimitada anteriormente, algumas interfaces podem ser estabelecidas com o tema do gênero, sucintamente:

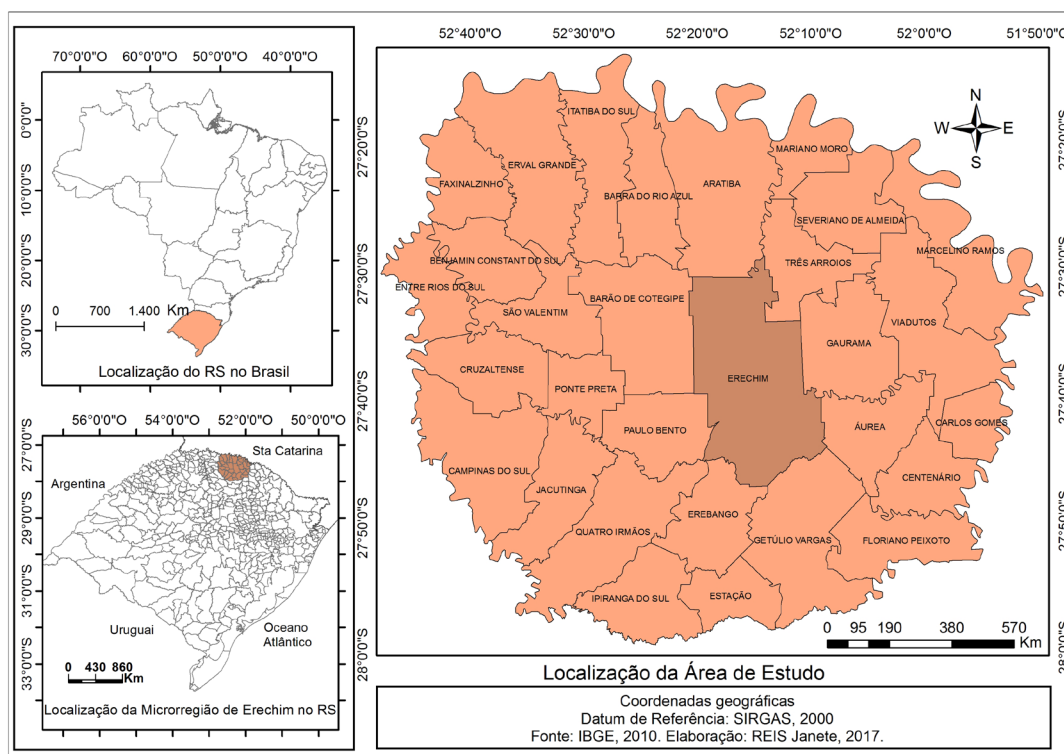
A) Quanto à territorialidade passiva em relação à dimensão econômico-produtiva: com o advento da “modernização” da agricultura se intensificou o processo de “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001). Os agricultores familiares, camponeses, ficaram, progressivamente, mais dependentes e subsumidos ao capital (financeiro, industrial e comercial), o qual se expandiu em escala mundial sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Com isso, acirrou-se as crises econômicas na agricultura familiar pela intensificação da competitividade e o elevado custo de produção. As práticas agrícolas e pecuárias foram metamorfoseadas e reduziu-se significativamente a policultura, historicamente vinculada ao trabalho feminino. Através da “monopolização do território pelo capital”, as unidades de produções foram se especializando. A técnica global e o conhecimento pré-formatado territorializaram-se no bojo das dinâmicas produtivas. Esse fenômeno, atingiu duplamente as mulheres, moldando seus quadros de “territorialidade passiva”: a) pelas dificuldades econômicas que se avolumaram; e b) pela intensificação da hegemonia masculina no campo com as formas “modernas” de produzir e organizar-se socialmente. O espaço doméstico e a horta marginal passaram a circunscrever com mais força a territorialidade feminina. Essas transformações são, concomitantemente, de ordem econômica, política, cultural e ambiental, isto é, são multidimensionais.

As características de determinado modelo agrário/agrícola é uma questão que envolve o conjunto da sociedade, não somente os habitantes do campo. As sucessivas

crises que envolvem a agricultura familiar, por exemplo, implicam, ainda hoje, em um forte êxodo rural e, esta, em uma pressão sobre os “espaços” urbanos em termos econômicos e habitacionais. As dificuldades de reprodução da agricultura familiar tem atingido, com maior veemência, os jovens rurais e, especialmente, as jovens. Esse problema vai de encontro às perspectivas de sucessão na agricultura familiar e, como corolário, a uma indefinição sobre a continuidade dessas formas de vida e de produção no campo, questão que diz respeito, igualmente, aos moradores urbanos. Em outras palavras, os problemas enfrentados pela agricultura familiar e pela juventude rural, incluindo as questões de gênero, atinge a todos como um elemento da “questão agrária” (FERNANDES, 2013).

Para entender as transformações ocorridas no campo brasileiro envolvendo a agricultura familiar (ou camponesa, conforme o autor), Oliveira (2001) expõe seu conceito de “monopolização do território pelo capital”. Para o supracitado autor, o capital avança no campo nos espaços de agricultura familiar de duas formas: 1) através da “territorialização do capital”; e 2) por intermédio da “monopolização do território pelo capital”. O capital para Oliveira (2001) só se territorializa, desterritorializando a agricultura não capitalista, ou seja, a agricultura familiar. 2) Outra forma em que o capital também pode avançar no campo através da “monopolização do território pelo capital” forçando o pequeno produtor a aderir e a se sujeitar ao capital monopolista.

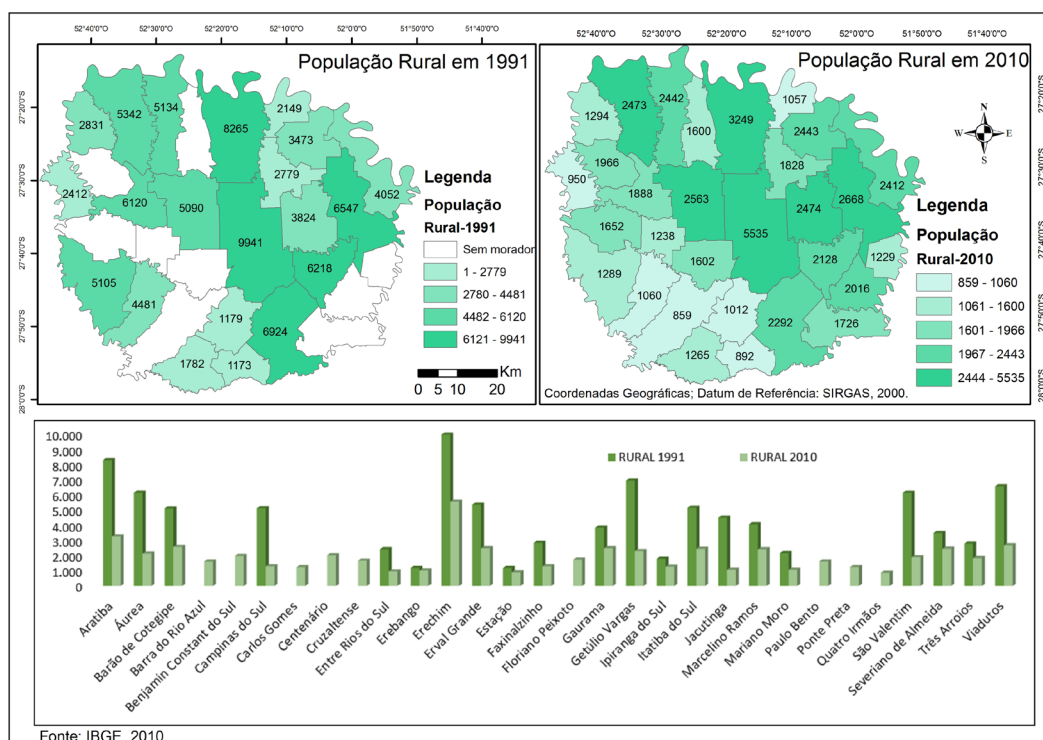
Quanto às questões de gênero, importa destacar que essas transformações deflagradas pela “modernização” da agricultura reafirmou, tecnicamente, a hegemonia masculina. Na agricultura familiar convencional são, geralmente, os pais e os filhos homens, quem desenvolvem as atividades produtivas de interesse comercial.



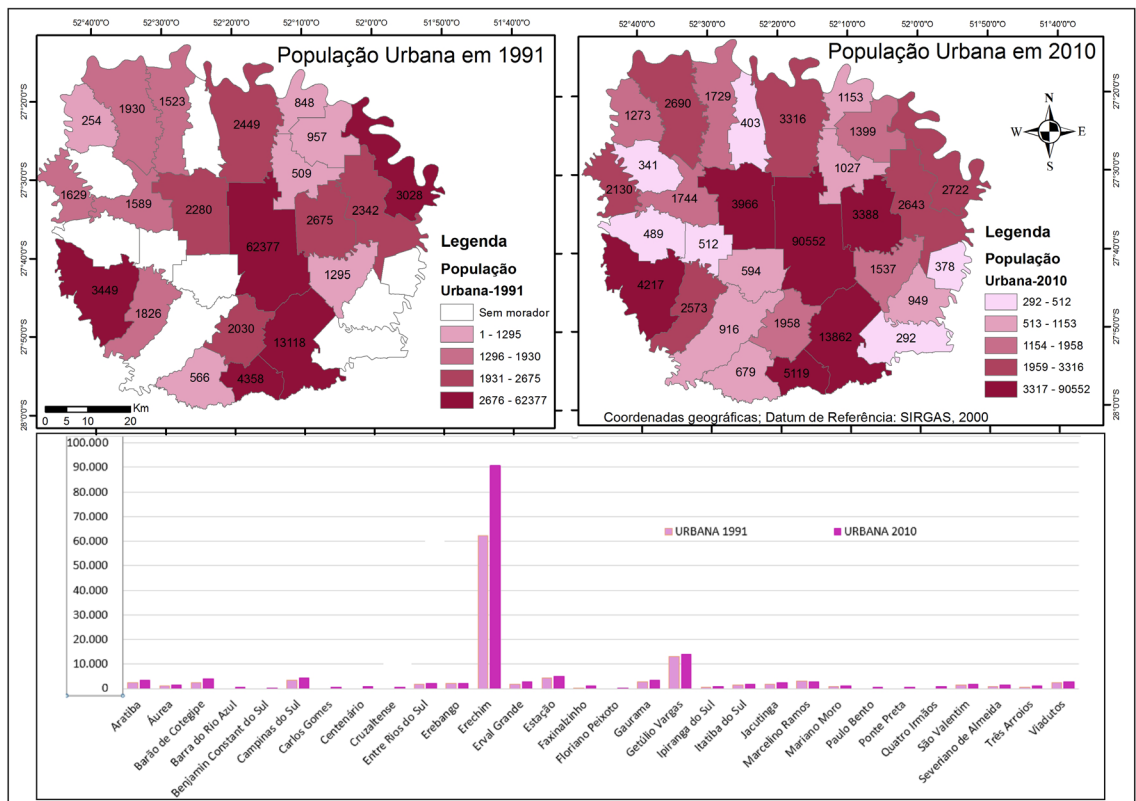
Mapa 01: Municípios que compõem a microrregião de Erechim/RS

Com base em pesquisa realizada na Microrregião de Erechim/RS (Mapa 01), demonstramos que a agricultura familiar tem passado por profundas transformações, incluindo a importante desterritorialização da população rural (Mapa 02 e Mapa 03), levada a cabo pelo acirramento da questão agrária regional. Demonstramos, ainda, que os jovens entre 15 e 29 anos têm migrado em maior intensidade, proporcionalmente, sentindo com mais forças as dificuldades colocadas a eles para a sua reprodução social na referida microrregião. A cidade de Erechim tem sido o destino pretendido de grande parte dessa população rural oriunda dos pequenos municípios da microrregião, pois congrega a maior parte da oferta de empregos na indústria e no setor de serviços da microrregião, além de concentrar a oferta de serviços importantes, incluindo o Ensino Superior público (UFFS, IFRS e UERGS) e privado.

Consoante os dados dos Censos Demográficos do IBGE, entre 1991 e 2010, Erechim foi o único município de sua microrregião a ter acréscimo (em, aproximadamente, 27%) de sua população jovem total. Dos 21 municípios com dados entre os períodos dos Censos Demográficos de 1991 e 2010, 14 perderam sua população jovem total em mais de 30%. A população jovem rural, por seu turno, diminuiu, em média, 62% (21 municípios com dados disponíveis) no mesmo período.



Mapa 02: Evolução da população total rural na microrregião de Erechim (1991 e 2010). Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991 e 2010)



Mapa 03: Evolução da população rural na microrregião de Erechim (1991 e 2010). Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1991 e 2010)

B) Quanto à territorialidade das jovens nos estabelecimentos agropecuários: a unidade de produção é, em determinada escala, um território. Nela há “projeção espacial de relações de poder” (LOPES DE SOUZA, 2015), constituindo territorialidades intrafamiliares que ressaltam a hegemonia adulta e masculina, expressas através do adultocentrismo e do patriarcado. O excesso de vigilância dos pais e parentes, o baixo nível de participação nas decisões e a pouca valorização do trabalho feminino tem rebatimento direto nas questões de gênero na agricultura familiar e nas decisões das jovens em evadirem-se. Os problemas do excesso de vigilância e opressão pela cultura do patriarcado, com variações qualitativas, também ocorrem nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município.

Quanto ao nosso recorte espacial de investigação, a microrregião de Erechim, de onde provém 90% das jovens pesquisadas, a condição da juventude rural é produto de aspectos históricos, identitário-cultural e de ordem econômico-produtivo. Seu processo histórico, na primeira metade do século XX, foi marcado por projetos de colonização envolvendo, sobretudo, descendentes de italianos, alemães e poloneses, destacando-se, inicialmente, a formação de pequenos estabelecimentos de agricultura familiar com produção de alimentos básicos, evoluindo, atualmente, para a produção agroindustrial integrada e para a especialização produtiva de grãos.

Em nossa pesquisa contemplamos também perguntas para identificarmos possíveis assimetrias nas relações de gênero presentes nas dimensões do trabalho e da participação política das jovens no âmbito de suas famílias, no momento em que

ainda viviam no campo.

Para 57% das entrevistadas, consoante Gráfico 01, a divisão do trabalho entre homens e mulheres era parcialmente dividida, para 28,5% altamente dividida e 14,2% das entrevistadas consideraram não haver divisões. Em síntese, aproximadamente 86% das respostas sinalizaram ser parcialmente ou altamente dividido o trabalho entre homens e mulheres, corroborando com nossa hipótese inicial, a de que há, efetivamente, papéis produtivos com certo grau de distinção entre os sexos, implicando numa questão de gênero dentro dos estabelecimentos familiares.

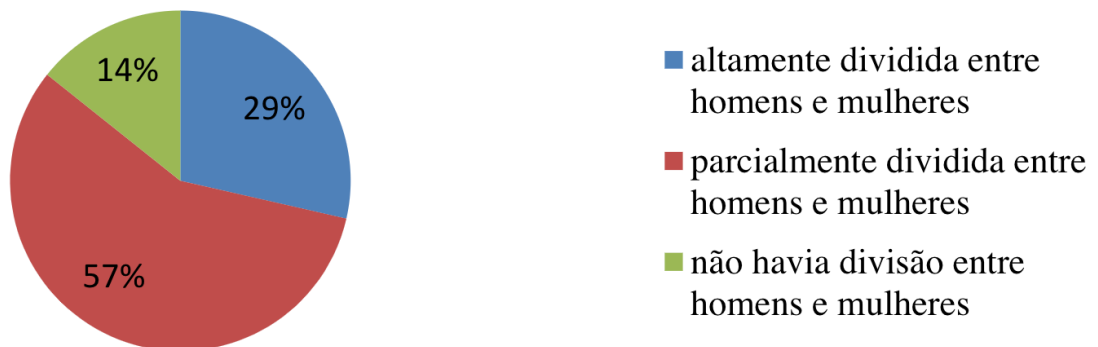


Gráfico 01: Divisão interna do trabalho pela família entre homens e mulheres dentro do estabelecimento agropecuário (percentual). Fonte: Bordulis (2017)

Além das funções produtivas, interrogamos a respeito das outras atividades desenvolvidas pelas jovens nas unidades de produção. As jovens pesquisadas, conforme representado no gráfico 02, assinalaram, em razão de importância, que estudavam, auxiliavam nos afazeres domésticos e cozinhavam quando ainda residiam no espaço rural, pois é uma tarefa executada geralmente pelas mulheres, mães e filhas. Se considerarmos a média de idade em que as jovens migraram, a escolarização no ensino básico é um fator que influi na permanência relativa das jovens nos estabelecimentos. Além de estudar, 22,2% das jovens assinalaram cozinhar no estabelecimento em que residiam e 30% das jovens mencionaram que auxiliavam suas famílias nos afazeres domésticos: estes dois últimos aspectos sinalizam para a divisão sexual do trabalho, algo recorrente nos estabelecimentos de agricultura familiar.

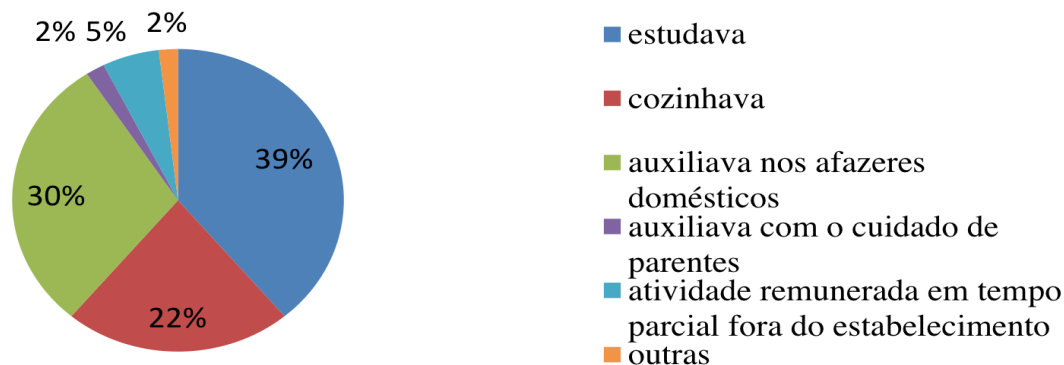


Gráfico 02: Outras atividades desenvolvidas pelas entrevistadas na época em que residiam no estabelecimento agropecuário (percentual). Fonte: Bordulis (2017)

Com relação ao grau de participação das jovens em face da participação dos homens nas decisões e mudanças implementadas nos estabelecimentos agropecuários, conforme consta no Gráfico 03, a maioria das respostas consideraram a participação das jovens “regular” e outras não participavam. O campo de participação “boa” foi identificado com 14% para as jovens e, para os homens, 47%. Trata-se de outro indicador a respeito das implicações das relações de gênero e do adultocentrismo quanto a baixa participação política das jovens nos estabelecimentos agropecuários. Além disso, outra diferença significativa, demonstrada no gráfico, foi o campo “excelente” onde apenas 5% das jovens revelaram ter esse grau de participação dentro da unidade produtiva familiar, enquanto os homens tiveram 38%.

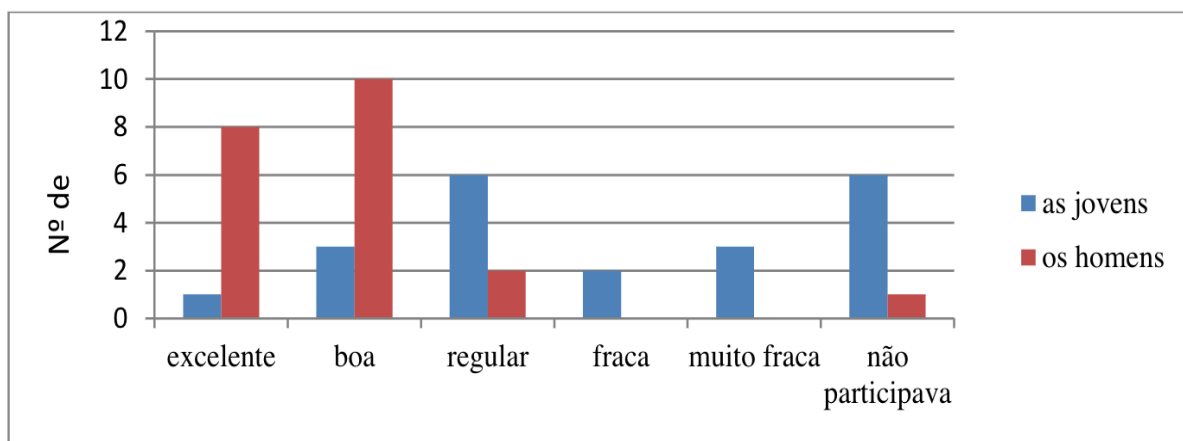


Gráfico 03: Grau de participação das jovens e dos homens nas decisões produtivas que eram implementadas pelas famílias no estabelecimento agropecuário. Fonte: Bordulis (2017)

As assimetrias nas relações de gênero e o adultocentrismo são problemas não menos importantes ao considerarmos o futuro da agricultura familiar. Embora não tenha sido objeto direto de nossa pesquisa, com diferenças qualitativas, cabe ressaltar, ainda, que tais problemas ocorrem também nas escalas da “comunidade” rural e do pequeno município. Nesses espaços, mulheres e jovens convivem com circunstâncias que induzem a condutas de reprodução passiva de suas territorialidades frente a sistemas

culturais “decantados”. Nesse sentido, os conceitos geográficos de territorialidade e de escala geográfica oferecem importantes subsídios aos estudos sobre o gênero, a juventude e o campo.

C) **Quanto à desterritorialização e a reterritorialização:** para as jovens rurais que pesquisamos, foi preciso, necessariamente, haver o rompimento das relações de moradia e de trabalho com seus espaços rurais de origem, para que, fosse possível, elevarem seus níveis de autonomia e ativarem suas territorialidades ao empregarem-se em profissões urbanas e ao ingressarem no ensino superior público. As dificuldades econômicas, a carência de infraestruturas (circulação, comunicação e lazer) e as questões de opressão de gênero foram os principais motivos apontados como fatores repulsivos rurais (gráfico 04).

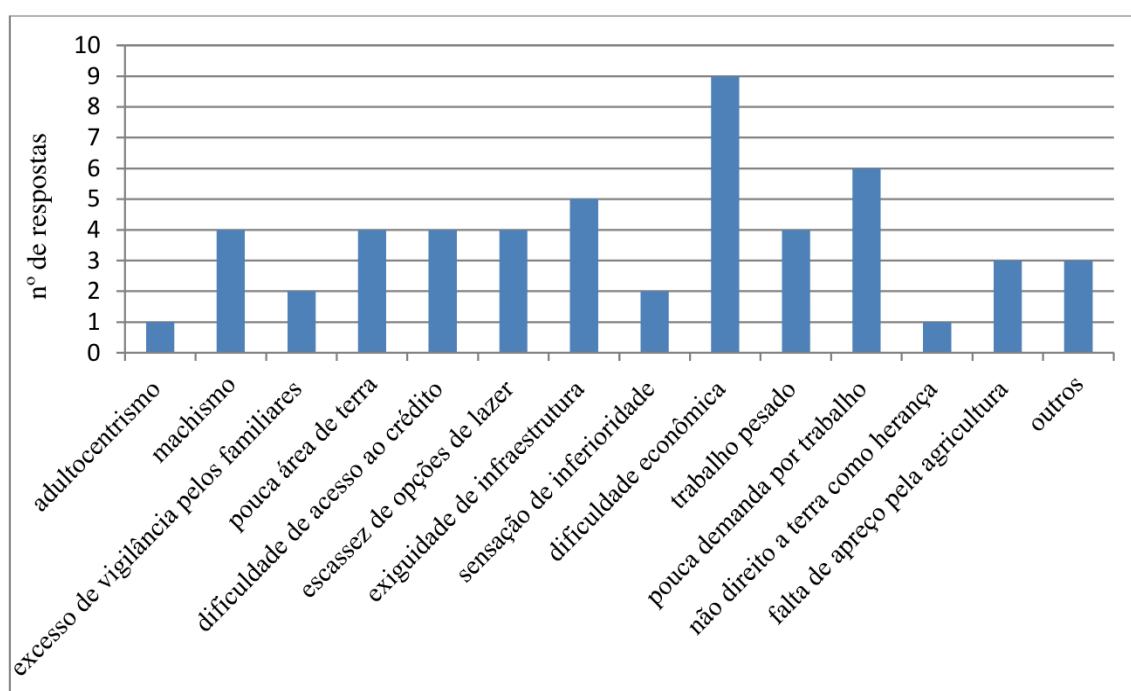


Gráfico 04: fatores repulsivos existentes no campo responsáveis pelas jovens migrarem para a cidade. Fonte: Bordulis (2017)

Quanto aos fatores repulsivos que influenciaram as entrevistadas na decisão de migrarem do campo, há indicações diversas. Em razão de importância, as dificuldades econômicas e a pouca demanda por trabalho foram as principais, seguido exiguidade de infraestrutura (educação, saúde, internet etc) machismo, dificuldade de acesso ao crédito e pouca área de terra, escassez de opções de lazer e trabalho pesado. Contudo, há um reduzido número de respostas pelas entrevistadas, haja vista que poderiam assinalar várias opções. Se avaliarmos as informações do gráfico 04, isso nos leva a crer que embora importantes os fatores repulsivos, são os fatores atrativos da cidade que impacta de fato a decisão das jovens de migrar.

Essa nossa hipótese é corroborada por outro dado: interrogadas a respeito se voltariam a morar no campo e a trabalhar em atividades agropecuárias, 35% das

entrevistadas sinalizaram positivamente, 40% assinalaram negativamente e 25% responderam que não sabiam no momento. Já quanto aos fatores atrativos da cidade, em Erechim/RS, no caso, há um número considerável de respostas para vários campos. O acesso à universidade, a maior oferta de emprego e a obtenção de salário foram preponderantes, seguido dos campos evolução pessoal, proximidade do comércio e dos serviços, maior quantidade de infraestrutura, da diversidade de opções de lazer, acesso a informação e do trabalho mais leve. Em função das respostas, a expectativa de uma ascensão profissional pelo acesso à educação superior e as possibilidades econômicas que a cidade oferece (com tipos mais leves de trabalho em relação ao campo e que gera um salário) para a permanência dessas jovens na universidade são fatores cruciais pela escolha de residirem em Erechim.

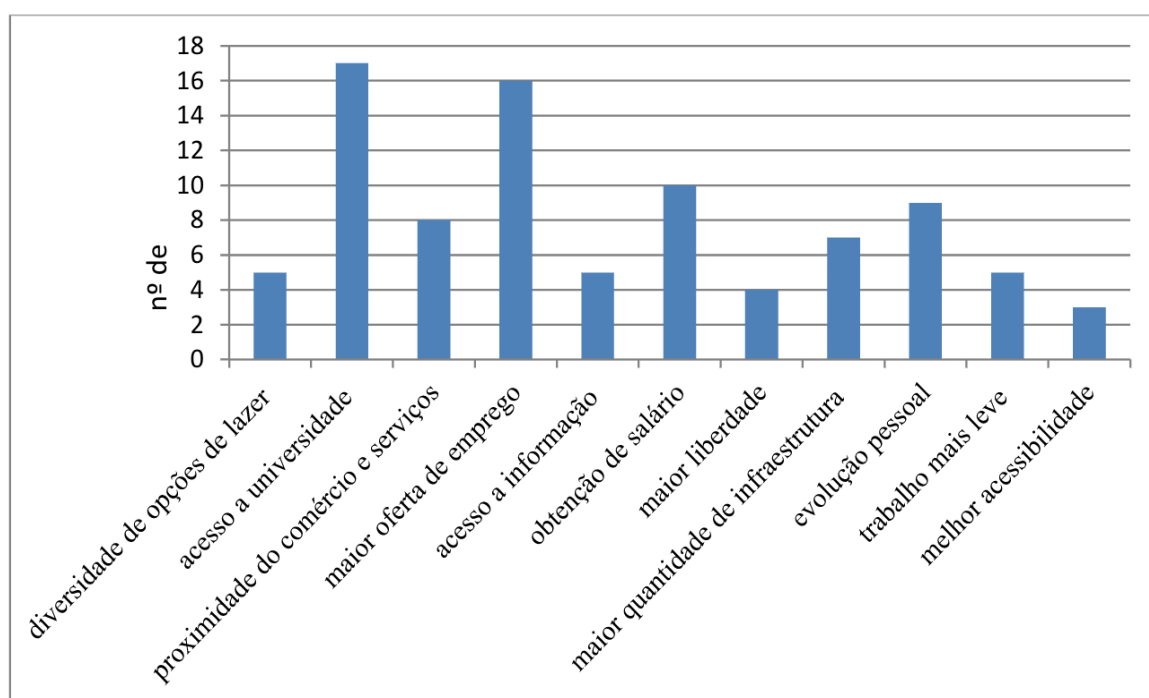


Gráfico 05: fatores atrativos existentes na cidade responsáveis pelas jovens migrarem. Fonte: Bordulis (2017)

Atualmente, 17 jovens das que responderam no questionário, apresentam ter uma atividade geradora de renda no meio urbano e 1 respondeu não ter emprego urbano. Os vínculos empregatícios formais elencados pelas jovens foram: comércio (trabalho em loja, vendas, materiais de construção, secretária, empregada doméstica, jornalista, balconista), outro era serviços (auxiliar na educação infantil, estagiária na prefeitura municipal de Erechim) e outras 2 jovens possuem bolsa de pesquisa e extensão na UFFS, ou seja esse é o trabalho que elas executam, pode ser que possuem ajuda dos pais também. Quanto aos auxílios econômicos 2 jovens responderam ter esse benefício e 5 jovens não possuem. Teve também 3 jovens que não responderam este campo.

Com relação a estrutura demográfica das famílias antes e após as jovens terem

migrado dos estabelecimentos agropecuários. A média de pessoas por família era de 4 e, ao longo do processo migratório que atingiram as jovens (e outros parentes), a média de pessoas por família diminuiu para 1.95, ou seja, a média é menos que duas pessoas por família, então tem casos que nem o casal mora mais no campo, representando uma redução de, aproximadamente, 50% do contingente populacional em âmbito das famílias estudadas. A sucessão na agricultura familiar por parte desse universo está claramente comprometida. Atualmente restam 4 jovens mulheres e 4 jovens homens em âmbito das 21 famílias das jovens estudadas. Igualmente, a redução do contingente de familiares “pais” nos estabelecimentos foi de 34%.

O apoio da família para residirem na cidade é considerado importante para 84% das entrevistadas. Mais especificamente, 18,5% afirmaram ser importante o apoio financeiro, 52% a doação de alimentos, 33% a prática do incentivo psicológico e 5% responderam outras formas de apoio. Neste campo as jovens poderiam assinalar uma ou mais opções. Com a migração das jovens as relações com o campo ainda continua, ou seja, não há um rompimento definitivo na territorialidade rural. Com relação a intenção das jovens voltarem a residir e a trabalhar em atividades agropecuárias, 7 jovens responderam que voltariam, 8 não voltariam e 5 não sabem no momento.

Evidenciamos, através desta pesquisa com as estudantes dos cursos de licenciatura noturno da UFFS campus/Erechim que a questão de gênero não responde isoladamente e nem é o principal fator repulsivo do contexto de migração das jovens rurais no campo. O principal fator repulsivo elencado pelas jovens foi as dificuldades econômicas em que as jovens e suas famílias viviam, pois em pouca área de terra (43% dos estabelecimentos possuíam até 10 hectares, dos quais 28% possuíam até 5 hectares. O menor estabelecimento e o maior, respectivamente, continham 2 e 60 hectares) a família produzia, em grande medida, grãos, em áreas parcialmente mecanizáveis e ainda dependiam de maquinários alugados para realizar as práticas produtivas. Nessas condições mencionadas acima, a produção convencional de grãos se torna inapropriada.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos supor que se houvesse viabilidade econômica nos estabelecimentos agropecuários as jovens tenderiam a permanecer no meio rural, mesmo sopesando as questões de gênero. Muito embora as questões econômicas tenham peso muito importante, a migração das jovens é um fenômeno multifatorial que requer atenção para necessidade de mudanças em distintos domínios, sejam eles: 1) na educação; 2) nas relações sociais internas da família; 3) em mudanças nas dinâmicas produtivas, 4) na infraestrutura de circulação e comunicação de serviços etc.

Diante disso é possível evidenciarmos como é geográfico esses temas e importante considerar as questões espaciais. As jovens saem do campo de um

quadro de territorialidade passiva e migram para a cidade a fim de ativar as suas territorialidades, através dos recursos territoriais urbanos e os processos de desterritorialização e reterritorialização eles são motivados pela busca dessas ativações de territorialidades, ou seja pela possibilidade de ingressar e formarem-se em nível superior, o vínculo empregatício, a questão da renda, a maior densidade de infraestrutura e serviços.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I. M. O gênero em geografia: introdução de um novo tema. Finisterra, Lisboa, v. 25, n. 50, p. 334-348, 1990. Disponível em: < <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1924/1601>> Acesso em: 07 jan. 2015.

BORDULIS, D.C. **A desterritorialização das jovens rurais: um olhar para as estudantes dos cursos de licenciatura campus/Erechim.** (Trabalho de conclusão de curso) pela Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Erechim/ RS: Erechim, 2017.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

FERNANDES, B.M. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento Geográfico.** Tese (livre-docência em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. - Presidente Prudente: 2013.

MULLER, Merce Paula. **As jovens rurais e as perspectivas de permanência no espaço rural: um estudo de caso no campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Francisco Beltrão, PR, 2016, 158 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica.** *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 09 out. 2013.

SPOSITO, Marília. **A Pesquisa sobre Jovens na Pós--Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais** (1999 – 2006).

SOUZA, M.L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2ªed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2015.

THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Porto Alegre, 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 10 out. 2013.

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: A CONTRADIÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, NA ESCOLA ESTADUAL DOM BOSCO – DOURADOS (MS)

Crislaine Souza Almeida

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG / UFGD).
Dourados – MS

Silvana de Abreu

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora Titular / PPGG / UFGD e Curso de Graduação de Geografia / FCH / UFGD.
Dourados – MS

RESUMO: Este artigo é parte da pesquisa de conclusão de curso que me proporcionou uma análise entre a teoria e a prática, ou seja, a visão diferenciada entre o gestor e o educador, em relação a escola do campo especificamente sobre a “Escola Estadual Dom Bosco”, no Distrito de Indápolis, Município de Dourados-MS. Realizamos pesquisa junto a documentos e normativos que regeram (e regem) sobre a educação rural e do campo, para compreender a diferença e o contexto da educação rural e educação do Campo; analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola; realizamos entrevistas com o professor de geografia e também com representante da Secretaria Estadual de Educação. Observa-se que o coordenador vislumbra o ensino diferenciado como uma perspectiva que perpassa todos os conhecimentos nas escolas do campo,

enquanto o professor tem visão de escola “no campo” e não “do campo”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do/no Campo - Teoria e Prática – Escola Dom Bosco (Distrito Indápolis – Dourados / MS).

ABSTRACT: This article is part of the course conclusion research that gave me an analysis between theory and practice, that is, the differentiated vision between the manager and the educator, in relation to the school of the field specifically about the “Don Bosco State School” in the District of Indápolis, Municipality of Dourados - MS. We conducted research with documents and regulations that governed (and governed) rural and rural education in order to understand the difference and context of rural education and rural education; we analyzed the Political Educational Project (PPP) of the school; we conducted interviews with the geography teacher and also with a representative of the State Department of Education. It is observed that the coordinator sees the differentiated teaching as a perspective that crosses all the knowledge in the schools of the field, while the teacher has a vision of school “in the field” and not “in the field”.

KEYWORDS: Education in the Field - Theory and Practice - Don Bosco School (District Indápolis – Dourados / MS).

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos parte das análises referentes à pesquisa realizada como conclusão do Curso de Geografia, dados que faz parte do projeto de dissertação de mestrado da autora, que possibilitou analisar a partir da visão do Coordenador da educação do campo e de um professor de geografia a escola diferenciada do campo “Escola Estadual Dom Bosco”, em Indápolis, distrito de Dourados-MS. Esta escola passou a ser “do campo” em dezembro de 2011, a partir de uma Resolução SED/MS n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011. O que nos intrigou foi pensar sobre as motivações dessa mudança; o que mudou, já que a escola já existia desde 1956 como escola Dom Bosco e não era “do campo”. O que isso significava efetivamente? E qual era a visão do professor em relação a essa mudança?

Para compreender, nos dispusemos a pensar sobre uma realidade nova da/na Escola e também refletir sobre o sentido da mudança, motivo pelo qual foi necessário entender a origem da ideia de escola do campo, diferenciar escola rural e escola do campo. Nesse sentido o diálogo com o Sr. Mauro Sergio Almeida de Lima (Coordenador da Secretaria de Educação do Campo) e o material encontrado na própria escola (PPP – Projeto Político Pedagógico) nos conduziu a buscar base teórica e metodológica para realizar estudos e compreender a realidade da escola Dom Bosco como escola do campo, e como o professor especificamente de geografia observava essa mudança na prática.

2 | DA EDUCAÇÃO RURAL A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo na forma como acontece no Brasil, no século XXI, tem sua base nas reflexões acerca da educação rural. A educação rural esteve voltada (nas segunda e terceira décadas do século XX) aos conhecimentos básicos, pois se acreditava não ser necessário aos sujeitos do campo muito conhecimento, nesse sentido, a educação rural se constitui numa ação “compensatória” na medida em que se acreditava não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual.

Portanto a educação rural estava voltada fundamentalmente ao conhecimento técnico, ao trabalho, ao conhecimento básico, visando uma população rural que apenas soubesse ler e escrever. A educação do campo pretende-se que seja diferenciada da rural e tem como princípio contribuir com a luta pelo direito de permanecer em seu local de origem e de ter acesso a uma educação que leve em conta o modo de vida e de ser do campo. Portanto, a Educação do Campo se constitui numa ação “emancipatória”, incentiva os sujeitos do campo a pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura. Emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades. (CALDART, 2007). Sobre a Educação do

Campo, de acordo com Caldart (2007, p. 2), “tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade a que se refere”, ou seja, ele é fruto da luta do campo pelo reconhecimento de sua especificidade. Por isso, a escola do campo não pode ignorar a luta dos movimentos sociais.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas articuladas às lutas por reforma agrária partindo-se de uma compreensão de campo carente de terra e condições de trabalho, de escolas apropriadas para as pessoas que ali residem visando maior desenvolvimento de seu território. (CALDART, 2002).

Assim como a autora, em diálogo realizado com o coordenador em Educação do Campo, Mauro Sérgio Almeida de Lima, representante da COPEED/SED/MS (Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação/MS), a Educação do Campo é conquista e se diferencia da educação rural por essa condição de valorização da vida do campo. Em seu dizer:

[...] a mudança principal de educação rural para educação do campo é o reconhecimento que o campo é local de vida, produção própria e de solidariedade e sendo assim os moradores merecem uma educação que deve ser emancipatória, ou seja, feita a partir de suas demandas, a partir dessa premissa foram conquistadas muitas políticas públicas. (Em 16/08/2016).

Pretende-se analisar a organização da educação do campo no contexto do sistema de ensino estadual, com foco na legislação que regula a política de educação no estado de Mato Grosso do Sul. A partir da Resolução 2.501, da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do SUL, (2.501/2011 Art.3 e 4 p.15):

Entende-se por escola do campo aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário da população do campo.

As escolas do campo terão em sua Proposta Pedagógica, os eixos temáticos Terra-Vida-Trabalho e os fundamentos das diversas áreas de conhecimento norteadores de toda a organização curricular interdisciplinar, abrangendo as disciplinas e seus conteúdos, bem como outras atividades escolares que venham enriquecer a formação dos estudantes, relacionando-os entre si e atendendo à realidade da comunidade.

Para compreender a educação básica do campo no Estado do Mato Grosso do Sul, segundo Mauro Sergio Almeida de Lima (15/08/2016), é preciso conhecer a estrutura existente; refere-se à existência de uma coordenadoria específica para o campo, a COPEED-SED/MS, (Coordenadoria de Políticas Específicas para Educação). De acordo com o Coordenador, no ano letivo de 2015 “foram 40 escolas do campo, em 27 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, totalizando 12.010 alunos”. Nossa pesquisa foi realizada na “Escola Estadual Dom Bosco” que está localizada no Distrito de Indápolis (27 minutos do centro de Dourados).

Segundo o coordenador, Mauro Sergio Almeida de Lima, o motivo de a Escola

Estadual Dom Bosco tornar-se escola do campo foi porque possuía pré-requisitos:

As escolas do campo são determinadas a partir da comunidade a que está inserida, algumas estão em assentamentos rurais, outras em distritos, ribeirinhos, entre outros. Para entender porque a escola foi determinada do campo, deve-se estudar o movimento de territorialização local, que se deu a partir das migrações para colonização, a Colônia Agrícola de Dourados, entre outros processos. (Em 16/08/2016).

Para Mauro Sergio Almeida de Lima só foi possível esta escola se tornar do campo a partir da RESOLUÇÃO/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011, que determinou as escolas do campo do estado de Mato Grosso do Sul e posteriormente com a Resolução/SED n. 2.507, de 29 de dezembro de 2011, autorizou o funcionamento das escolas. Ainda em seu dizer:

No caso da escola de Indápolis, como a Dom Bosco, a territorialização se deu principalmente a partir da CAND e o território é constituído por propriedades rurais, logo os alunos são oriundos do distrito e das propriedades. A realidade regional é camponesa e os hábitos da comunidade diferenciam-se dos hábitos urbanos. A paisagem, os costumes, a realidade, a cultura, todos esses fenômenos são diferenciados e quando uma comunidade é reconhecidamente camponesa, então a educação também deve ser diferenciada.

A comunidade na qual a escola Estadual Dom Bosco se localiza, no distrito de Indápolis, a 24 km ao leste do município de Dourados-MS (Figura 01), tem aproximadamente 3.000 habitantes e as principais atividades no Distrito são a agricultura voltada ao agronegócio intensivo, com plantio de soja e milho e a utilização de tecnologias, além da criação de animais: suinocultura e avicultura.

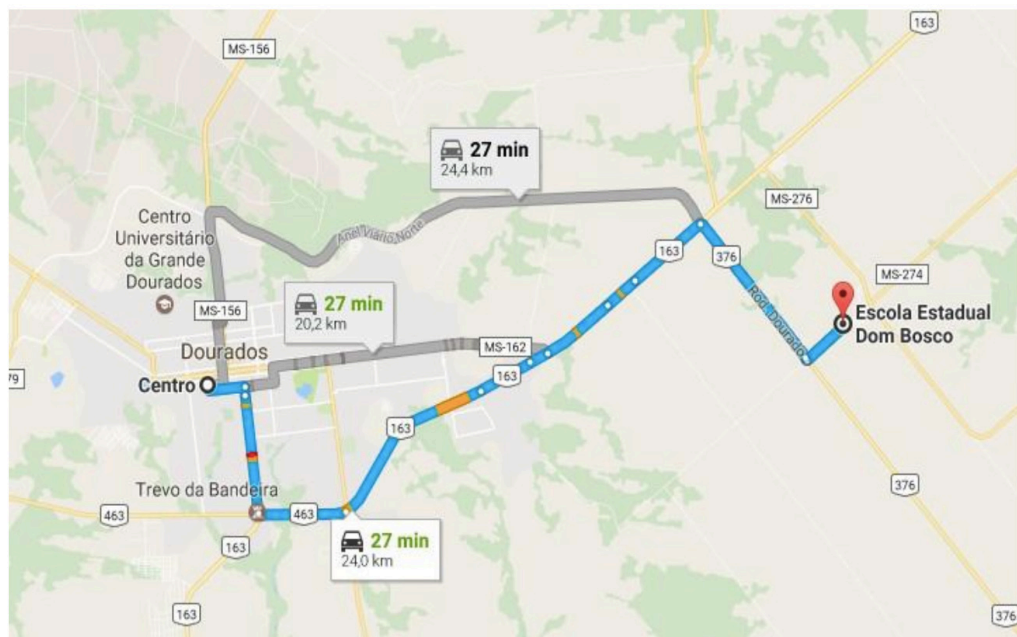


Figura 01: Localização da escola Dom Bosco

Fonte: Google maps (15/04/2017)

Há pequena atividade comercial, com lojas de produtos rurais, mercados e bares.

Para o coordenador, desde a Colônia Agrícola de Dourados se constituiu identidade “do campo”. Concordamos com ele, na medida em que o distrito de Indápolis já tinha essa escola desde o início do século passado; antes mesmo da constituição do município de Dourados, no então Mato Grosso, e ela propunha formar para “a lida no campo”. O colégio foi construído pelos padres salesianos, quando chegaram à Colônia Agrícola. Segundo CAPPÉLI (1978, p.1):

A escola de Iniciação Agrícola “Dom Bosco” de Dourados teve início aos 16 de maio de 1956. Foi aberta com a finalidade de servir como escola para os filhos dos colonos do Núcleo Colonial de Dourados. A orientação com a qual foi aberta era técnica-agrícola. Até o ano de 1960 ficou só um padre encarregado com uma casa de madeira. Em 1960 foi construído um galpão de madeira, foi comprada mais terra e com a vinda de mais dois salesianos foi possível começar um pequeno internato para 30 meninos do curso primário. No ano de 1968 foi construído um pavilhão com cinco salas de aula e em 1969 um pavilhão para dormitórios e o prédio do moinho. Em 1970 foi construído o salão do teatro e teve início o funcionamento do Ginásio Estadual.

Portanto, a escola era voltada para formação agrícola e de formato interno (internato), que atendia apenas estudantes do sexo masculino. Em 1960 a escola deixa de ser interna e passa a aceitar estudantes do sexo feminino. A escola, em 1972, passaria a ter nova direção com a assunção pelo governo do Estado de Mato Grosso. Apesar da mudança, a direção da escola ainda ficou sob comando dos padres salesianos, situação que permaneceu até meados dos anos de 1990, quando a professora Márcia Brochado de Souza assumiu a direção da instituição, permanecendo até o início de 2015. A partir de 1998, a escola recebeu outro nome: “Escola Estadual Dom Bosco” (Figura 02 e 03), denominação esta, que permaneceu até final de 2017, após esse período obteve o fechamento dessa mesma unidade escolar.



Foto 03: Vista aérea da escola de Iniciação Agrícola “Dom Bosco” de Dourados em 2009

Fonte: Arquivo, Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora de Indápolis (05/12/2016).



Figura 03: Vista parcial e frontal da “Escola Estadual Dons Bosco” (2016)

Autor: Almeida. (13/12/2016).

3 | A VISÃO DE ESCOLA “NO CAMPO”, QUE NÃO É “DO CAMPO”.

Uma escola diferenciada como Escola Estadual Dom Bosco, que foi considerada uma escola “do campo” nos levou a refletir sobre como o professor de geografia observa essa diferença no cotidiano: O que muda no ensino de geografia na escola do campo? Como a geografia pode contribuir para formação na escola do campo?

Segundo o professor de geografia da Escola Estadual Dom Bosco:

A geografia é uma disciplina bastante abrangente e em uma escola do campo, por exemplo, pode se destacar agricultura, a expansão das áreas agrícolas, o uso de agrotóxico, questão fauna e da flora. Todos esses temas são concretos e fazem parte da vivência diária dos alunos, percurso escola pra casa, essa é uma das ferramentas utilizadas na aula de geografia, pois auxilia em muito no aprendizado. (Em 13/12/2016)

Para o coordenador Mauro Sergio Almeida de Lima:

(...) a geografia ocupa um papel fundamental, pois muito do seu conteúdo está direta mente ligado à vida do camponês, como o solo, o clima, o bioma, entre outros. O professor ou professora é essencial para o bom funcionamento dos projetos, no espaço da horta, da jardinagem, por exemplo. Sendo uma área do conhecimento das ciências humanas contribui para os projetos em muitos sentidos, na organização, na solidariedade, na fundamentação. (Em 16/08/2016).

Os dizeres do professor e do técnico da Secretaria de educação / MS tem coerência e se aproximam. Ambos reconhecem a importância da Geografia, seu papel fundamental na formação para o campo e as possibilidades que permite formação da consciência e conhecimento. Percebe-se na fala professor que ele compreende que a matéria é oportunidade de promover significativa interligação com o campo em seus principais

conteúdos. Porém, sua visão sobre o diferencial da escola não é possível perceber, pois segundo ele não teve formação para atuar como professor na educação do campo. E quando questionado sobre sua avaliação a sua formação acadêmica e se ela contribuiu para trabalhar nessa escola do campo, o professor demonstra compreender a importância da prática na relação com uma base teórica e acadêmica, que tem condições e permite o desenvolvimento do trabalho docente em toda situação escolar. É o que diz o professor:

(...) a formação acadêmica norteia as suas decisões, pois sala de aula, mas a prática diária é o que te torna professor. Portanto não vejo diferença, minha formação é adequada para trabalhar tanto no campo quanto na cidade. (14/05/2015)

O professor explica que sua formação em Geografia o qualifica para trabalhar na escola do campo e concordamos com sua análise. Os cursos de licenciatura contribuem para a formação teórico-metodológica, que significa refletir para além “do que ensinar”; também, “para que” e “para quem”. Mas, ao mesmo tempo, o professor parece não compreender que a escola do campo é para ser diferenciada. Observa-se, assim, contradição entre a fala do coordenador da COPEED e a visão do educador. Para o senhor Mauro Sergio Almeida de Lima:

A realidade regional é camponesa e os hábitos da comunidade diferenciam-se dos hábitos urbanos. A paisagem, os costumes, a realidade, a cultura, todos esses fenômenos são diferenciados, e quando uma comunidade é reconhecidamente camponesa então a educação também deve ser diferenciada. (Em 15/08/2016)

No dizer do professor há utilização de vários procedimentos de ensino e são utilizadas várias ferramentas na prática em sala de aula, mas há o reforço de que não há diferenciação com a realidade do aluno do campo, que ele percebe diferenciada, mas não o suficiente para alterar sua metodologia e o conteúdo. Utiliza-se, ao que expõe, de outras ferramentas, assim como nas escolas da cidade.

Portanto a visão do professor é de que a escola do campo trata-se apenas de uma classificação, que em nada interfere em sua prática metodológica ao lecionar. É possível concluir que o professor percebe a escola, mas não compreende o sentido de sua condição. Nesse aspecto pode-se dizer que ela seria apenas uma escola *no campo*, ou seja, apenas localizada fora da cidade.

É fato que não basta ter escolas do campo no papel e normativos, mas a continuar a seguir a mesma estrutura das escolas urbanas, a luta da educação do campo de construir escolas do campo, com projeto pedagógico diferenciado encontrara dificuldades de efetividade. Sobre a condição diferenciada da escola do campo, a partir da experiência que ele tem, perguntamos ao professor __ Você considera que a escola do campo é mesmo diferenciada? Veja-se a resposta:

Sim, uma das diferenças é o quantitativo de alunos por sala que é bem menor em relação com as escolas urbanas, por exemplo, uma escola do campo pode abrir turma com 15 alunos ao contrário da escola urbana tem que ter 25.

É possível observar que o professor percebe a escola do campo como diferente, mas não compreende o sentido de sua condição: como “outra” escola. No caso do coordenador Mauro Sergio Almeida de Lima, quando perguntado: *Qual sua visão de escola do campo, sendo um representante e coordenador de escolas do campo do estado do Mato Grosso do Sul? Quais suas possíveis expectativas? Veja-se a resposta:*

A minha visão a respeito da educação do campo é muito positiva, foram grandes conquistas ao longo das últimas décadas, foi pensada e estruturada pelos movimentos sociais e os povos do campo a partir da sua realidade, da vivência de cada um e uma. É evidente que ainda não está de acordo com o que se pretende estabelecer, mas há de se entender que é um processo em construção e os movimentos sociais nos últimos anos estão um pouco adormecidos. As políticas públicas estão estabelecidas, a construção é coletiva e demanda da comunidade camponesa reivindicar as melhorias nas escolas, a participação da comunidade é essencial e um pré-requisito para que a educação do campo seja de acordo com a necessidade, então, devem acordar e exigir seus direitos. Porém, não é possível estabelecer todas as reivindicações do campo, pois as mudanças são de forma gradativa e ainda podem encontrar resistências. Mas a COPEED (Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação), na figura do Coordenador Professor Alfredo Anastácio e os técnicos, se esforçam na tentativa de validar as conquistas do campo. (Em 13/12/2016)

A autora Caldart (2002, p.18), ao definir educação *no/do* campo, afirma: “*No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação, pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais”. A disponibilidade de profissionais para trabalharem em escolas do campo tem encontrado reforço em política específica criada para licenciatura em educação do campo. Sobre isso podemos considerar o dizer do coordenador da SED:

Um dos problemas que existem e devem ser pensados, é a mão de obra dos professores formados, muitos estão se especializando, fazendo a licenciatura PRONACAMPO que também é uma ótima política, porém quando saem das universidades não conseguem ingressar na docência. Logo, uma das preocupações da Secretaria de Educação é de providenciar um mecanismo para que os professores sejam admitidos no campo, propiciando assim uma educação do campo com as devidas especificidades. (Em 13/12/2016)

Em 2012, foi criada uma das principais conquistas, da educação do campo; trata-se da implantação do PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo – que possui o objetivo de disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

O Programa, estruturado a partir do Decreto nº 7.352/2010, no Governo do Presidente Lula, constituiu-se de um conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural

das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; Infraestrutura Física e Tecnológica.

O programa era voltado para cursos de formação que foram criados na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PRONERA e PRONACAMPO) e que foram e tem sido responsáveis pela habilitação em diferentes áreas do conhecimento, sob a visão da escola diferenciada “do campo”. No entanto, a fala do técnico indica a situação de que faltam oportunidades para trabalharem na área de formação, pois o próprio referencial curricular das escolas do campo impõe empecilhos para esses docentes. Como nos referimos, o único diferencial são as aulas de TVT.

Trata-se de perceber que os movimentos sociais reivindicaram a formação específica em licenciaturas para atender as escolas do campo, mas que os cursos realizados e que formaram tais professores parecem constituir-se como barreiras no enfrentamento com outros professores de formações clássicas, como geografia, história, matemática etc. Reconhecemos a dificuldade expressa, mas é preciso também considerar que os professores de geografia é que devem ofertar geografia, os de história devem ofertar história etc. À questão é que a estrutura curricular não está aberta para outras possibilidades que poderiam ser enriquecedoras, para além da disciplina TVT.

A disciplina de TVT (Terra – Vida – Trabalho) foi incluída a partir da Resolução n.2.501, de 20 de dezembro de 2011, como um novo modelo de referencial curricular; das escolas do campo tendo como princípio a vivência local e a inclusão, com duas aulas semanais. Uma das principais modificações foi à inclusão dessa disciplina, tendo como objetivo a interdisciplinaridade.

Em entrevista com o senhor Mauro Sérgio Almeida de Lima, representante da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação – COPEED/Secretaria de Educação/MS, em Dourados-MS, ao responder a questão: A estrutura curricular da escola muda ao se tornar do campo? Como?

Não havia sentido se tornar escola do campo e continuar com o referencial curricular urbano, então, aconteceram algumas mudanças e a mais importante é a inclusão da disciplina TVT (Terra Vida e Trabalho) como eixos temáticos. A carga horária da disciplina é de duas aulas semanais e o referencial curricular é específico para o campo. A disciplina TVT foi pensada para ser interdisciplinar e trabalhar os três eixos em todas as disciplinas. Existem especificidades para lotação: ser licenciado em química, biologia ou geografia ou, na falta, em outras áreas. Porém, o mais importante é o professor ter especificidades para lecionar, sendo morador do local ou tendo ligação com a educação do campo, para tanto a autonomia deve ser do diretor, sempre seguindo as recomendações da SED-MS. O calendário das escolas do campo pode ser diferenciado de acordo com a regionalidade.

Podem ser ministrados sob a pedagogia da alternância, como as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), respeitando o ciclo das colheitas e das enchentes, como no pantanal, entre outros. Porém, na maioria das escolas do campo do Estado de Mato Grosso do Sul o calendário segue o urbano. As escolas

recebem os mesmos financiamentos que as escolas urbanas, porém algumas conquistas foram diferenciadas, o custo-aluno para merenda escolar é maior. O PRONACAMPO trouxe contribuições, o PDDE Campo foi um avanço, mas nada que fosse muito significativo, pois existe sempre a dificuldade de acesso. (grifo nosso)(Entrevista 16/08/2016).

Veja-se, que de acordo com o técnico da COPEED/Secretaria de Educação/MS, a disciplina TVT pode ser lotada por professor de formação em Geografia, o que se confirma no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL n. 9.100, de 05/02/2016: “Art. 122. A formação exigida para a docência da disciplina, componente curricular de Eixos Temáticos: Terra-vida-trabalho será formação em curso de licenciatura: Ciências Biológicas, Geografia e ou Química” (p.12).

A pesquisa nos demonstrou que há dificuldades na lotação dessa disciplina TVT e que a Escola Estadual Dom Bosco não segue a condição apontada anteriormente, possibilitando a professor de outras áreas lecionarem essa disciplina. No ano letivo de 2016, por exemplo, estava lotada por professores formados em História e Ciências Sociais. Não se pode dizer, no entanto, que esteja fora da lei, pois há brecha para tal condição, na ausência das outras formações disponíveis. O fato é que, considerando que estamos nos referindo ao município de Dourados, que conta com duas Universidades Públicas e Faculdades Privadas que garantem as formações de professores em Ciências Biológicas, Geografia e Química, é difícil imaginar a impossibilidade de atender a legislação. Percebe-se que a escola procura se adaptar aos princípios da educação do campo, no entanto, que a principal diferença da escola é o acréscimo do TVT que deveria ser mais do que uma disciplina, pois em sua formulação esta proposta a interdisciplinaridade, ou seja, a capacidade de dialogar e perpassar entre outras disciplinas; condição que na prática não pode ser observado, pois a disciplina está voltada para teoria e prática de técnica agrícola, não muito diferente de uma concepção de formação técnica rural, mas que não dialoga com as demais matérias do Currículo. Trata-se, a interdisciplinaridade, de uma construção ainda, não tendo sido conquistada, nem pelos professores que ministram a TVT, nem pelos professores da escola. É o caso do professor de geografia que não tem ao que ficou explícito trabalho interdisciplinar com TVT e pouco sabe sobre essa disciplina. Se a implantação dessa disciplina TVT, tinha como objetivo ser o diferencial em relação ao referencial curricular das escolas que não são “do campo”, isso não está se realizando na escola analisada, uma vez que não é possível observar a interdisciplinaridade, ou seja, promover o diálogo com a Geografia, que poderia ser um elo na valorização e construção da identidade do campo. A Base referencial comum e diversificada das escolas do campo no Mato Grosso do Sul foi elaborada para que houvesse um diferencial nas escolas do campo. Observa-se uma contradição nessa condição, já que a única diferença é a inserção da disciplina TVT. A pesquisa demonstrou que a Geografia - “comum” – é trabalhada e segue mesmo material didático das escolas urbanas e a prática docente também, segundo o próprio professor, não é diferente. A luta pela educação do campo era por uma escola diferenciada, que valorizasse o campo enquanto condição de vida

e de identidade, favorecendo a permanência e pertença. O PPP da E.E. Dom Bosco sinaliza para essa condição. Analisamos o PPP da EE Dom Bosco, entrevistamos o coordenador em Educação do Campo da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação, COPEED./SED/MS e entrevistamos um professor de geografia. Além disso, em função de nossa permanência na escola, também pudemos observar, conversar com diferentes pessoas, o que possibilitou visões convergentes e também contraditórias em relação à educação do campo. Uma considera a Escola Estadual Dom Bosco uma escola do campo. Outra visão a considera como escola no campo. Segundo o professor de Geografia, a escola se constitui como “no campo”; apenas se localiza no campo. Essa sua visão se configura principalmente pela prática, mas também aparece no seu discurso. No caso do PPP da escola e também do coordenador de Educação do Campo, Mauro Sergio Almeida de Lima pela condição histórica, acredita que a escola é “do campo”. Percebo que o ensino da geografia na escola do campo, ainda deve ser mais fundamentado, pois como observado, o professor parece não diferenciar alunos do campo e da cidade. Pelos diálogos e a maneira como a geografia em sala de aula acontece, utiliza-se dos mesmos recursos (livro didático) da cidade, ainda que se reconheça a geração da informação e de saberes em extensão, não foi possível identificar a relação entre o saber da cartilha e a realidade vivida no Mato Grosso do Sul, em Dourados, e muito menos nas mediações rurais da cidade. Aspecto contraditório do discurso e da prática do professor, permeados, ao que parece, ainda pela visão da escola rural, condição que parece não foi superado nem mesmo pelos alunos, muitos dos quais pudemos observar reclamam pelos corredores por terem que cursar TVT.

Percebe-se que essa condição esta associada à prática da disciplina. Verificamos que a sua organização está muito pautada na técnica agrícola, o que ao que pudemos perceber pelos normativos e também pelo PPP não seria o objetivo da disciplina. Observa-se que há dificuldade em lecionar em escolas do campo na forma esperada pelos movimentos de luta pela terra, que pensaram na lógica da luta, da quebra de paradigmas e no enfrentamento das relações de subserviência e preconceito para com a vida e identidade do campo. A pesquisa nos permite afirmar que a possibilidade de extinção da escola do campo existe e é necessário que os gestores e professores, mas também estudantes e familiares/responsáveis sejam capazes de construir a proposta e sua implementação sob pena de realmente a escola do campo vir a sucumbir sem ter atingido seus objetivos, quais sejam, formar cidadãos comprometidos com a vida do campo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que há contradição entre a teoria e a prática, seja pelos educadores no interior da escola, seja pelos gestores. A Escola Estadual Dom Bosco, embora

seja uma escola do campo, na pesquisa realizada, verificou-se ser uma Escola *no campo*, na experiência analisada, não contribui para superar essa condição porque não contribui para a valorização do modo de viver e sua identidade, não favorece a compreensão da incorporação do campo no contexto da sociedade em que vivemos que é globalizada, mas que tem no local sua realização. Como se pode observar, não há uma valorização da vivência dos alunos o que acarreta a não se reconhecer como do campo, ou seja, que independentemente de sua vida cotidiana “do campo”, se sentem e desejam ser efetivamente sujeitos urbanos, no limite, “no campo”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. S. ***O Ensino da Geografia na Educação do/no Campo: Teorias e Práticas***. Monografia apresentada no Curso de Geografia - UFGD (2017).

CALDART, Roseli Salete. ***Por uma Educação Básica do Campo***. A escola do campo em movimento, 2007. Disponível em: <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf> Acesso em: 25 dez.2016.

Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno v.4. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

CAPELI, André. ***Relatório da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco***, Indápolis – Dourados/MS. 1978. In: Arquivo da missão salesiana de Mato Grosso do Sul, Dourados/ MS.

LIMA, Mauro Sérgio Almeida de. ***Entrevista***, Dourados/ MS, 16 Ago. 2016. “Entrevista concedida á”, Crislaine Souza Almeida.

PPP- ***PROJETO PO LITICO PEDAGOGICO***. Projeto pedagógico da Escola Estadual Dom Bosco. Dourados – MS, 2015.

Professor de geografia. ***Entrevista***, Dourados/ MS, 13 Dez. 2016. “Entrevista concedida á”, Crislaine Souza Almeida.

Resolução/SED N.2.501 de 20 de dezembro de 2011. ***Dispõe sobre a organização da Educação Básica do Campo na Rede Estadual de Ensino e dá outras providências***. 2011. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8096_26_12_2011> Acesso em: 22 fev.2018.

N.2.507 de 29 de dezembro de 2011. ***Dispõe sobre a autorização do ensino fundamental e/ou ensino médio, na modalidade. Educação básica do campo e dá outras providências***. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8100_30_12_2011> Acesso em: 22 fev.2016.

N. 2.055, de 11 de dezembro de 2006. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL** n. 9.100. ***Capítulo XVI a lotação de professores (a)***. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9100_05_02_2016> Acesso em: 22 fev.2016.

O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO EM GEOGRAFIA

Márcio Estrela de Amorim

RESUMO: Neste texto buscamos ressaltar a relevância do trabalho de campo como recurso de ensino, mais especificamente sob a perspectiva da Ciência Geográfica. Para tanto, estruturamos esta análise pautados em um referencial teórico formado por diferentes autores da área da Geografia, mas também da Antropologia, da Educação e da Educação Ambiental. Partimos de uma breve retomada dos caminhos percorridos pelo trabalho de campo nos estudos geográficos e na construção de sua compreensão enquanto recurso de ensino. Na sequência, sistematizamos diferentes etapas que, contempladas, podem contribuir para um maior aproveitamento e êxito na atividade. Por fim, constatamos que o trabalho de campo sempre figurou de forma significativa para a Ciência Geográfica, constituindo-se num eficiente recurso de ensino, uma vez que é capaz de desenvolver a observação crítica, o espírito científico e o maior entendimento das ações individuais e coletivas no tempo e no espaço.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho de campo – recurso de ensino – geografia.

ABSTRACT: In this article, we seek to highlight the importance of outdoor activities as a

teaching resource, focusing on Geographical Sciences. To achieve this goal, we structured this analysis based on a theoretical background of different Geography professors, but also with researchers from Anthropology, Education and Environmental Education. We start with a brief reminder of the paths followed by outdoor activities in Geographical Sciences and in the building of its recognition as a teaching method. Afterwards, we schematized different stages that, if fulfilled, can contribute to a better success in the activity. At the end, we verified that outdoor activities have always been important for Geographical Sciences, being an efficient teaching resource, considering that it allows those involved to develop and enhance their critical observation, their scientific spirit and their understanding of individual and collective actions in time and space.

KEYWORDS: outdoor activities – teaching resource – geography.

1 | INTRODUÇÃO

Neste capítulo discorreremos sobre o papel ocupado pelo trabalho de campo enquanto recurso de ensino, mais especificamente sob a perspectiva da Ciência Geográfica.

Iniciamos traçando um breve histórico do trabalho de campo ao longo da formação do

conhecimento geográfico; na sequência identificamos o trabalho de campo como um recurso de ensino. No quarto item retomamos a nomenclatura normalmente associada à realização do trabalho de campo; no quinto item, identificamos os possíveis contextos para a prática deste recurso. No sexto item, ressaltamos a importância na determinação da escala de análise; no sétimo item identificamos os objetivos do trabalho de campo; no oitavo, dialogamos sobre a flexibilidade na determinação dos conteúdos a serem abordados; no nono item sinalizamos para a importância de metodologia para a realização do trabalho de campo; no décimo, destacamos a importância do processo avaliativo ser desenvolvido de forma permanente, tendo caráter diagnóstico e envolvendo diferentes momentos e estratégias.

Por fim reconhecemos o trabalho de campo como recurso eficiente para a Ciência Geográfica e para diversas outras áreas, na busca pela dinamização das práticas curriculares, assim como na efetiva construção de conceitos e valores atitudinais, procedimentais e cognitivos.

2 | HISTÓRICO DO TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo sempre apareceu de forma expressiva na formação do conhecimento geográfico, embora tenha sido entendido de maneira diferenciada ao longo desse percurso.

Para a Geografia Clássica o trabalho de campo fora entendido como etapa indispensável no processo de observação e de compreensão da realidade - a observação era a técnica hegemônica neste período, portanto as viagens e as expedições constituíam uma prática comum no âmbito da pesquisa geográfica.

Do final do século XIX (período em que a Geografia individualiza-se como área do conhecimento), até meados do século XX, o trabalho de campo passou a ser alvo de críticas no meio geográfico. Ele passou a ser entendido como dispensável, uma vez que incitava uma abordagem demasiadamente descritiva.

A Geografia passou por um período de renovação nas décadas de 1960 e 1970. No que se refere ao trabalho de campo, Suertegaray (1996) identifica duas vertentes: uma nega o trabalho de campo sob a perspectiva de analisar a realidade por meio de levantamentos e registros (fotografias aéreas, censos, cartas) – teoria quantitativa; a outra destaca a importância do trabalho de campo como ferramenta essencial para a compreensão do espaço geográfico, sendo este, tratado como resultado da interação entre sujeito e objeto, destacando, ainda, a relevância da divulgação dos resultados na população envolvida

A partir de Suertegaray (1996), organizamos um quadro comparativo das diferentes leituras (positivista e dialética) propostas pela autora, sobre o trabalho de campo no âmbito da construção do conhecimento.

| Trabalho de campo positivista | Trabalho de campo dialético |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisador contemplador. - O conhecimento existe por si só. - Pesquisador só identifica e reproduz o real observado. - Separação sujeito/objeto. - Não há interação entre pesquisador e realidade pesquisada. - Leitura científica objetiva, neutra. | <ul style="list-style-type: none"> - Prática empírica condiciona o pensamento, que elabora o conhecimento, que dirige a prática. - O objeto reconstrói o sujeito ao permitir a reflexão, reformulação e a proposição. - Relação dialética de interação. - Objeto reconstrói o sujeito e é (re) construído por ele. - Conhecimento resulta do processo de interação. |

Entendemos o trabalho de campo como uma proposta metodológica, ou seja, o caminho por intermédio do qual articulamos os conceitos e componentes de uma teoria.

A utilização de diferentes métodos constitui-se em estratégia para obtermos aproveitamento pleno da atividade de campo. Estudar o objeto por meio de diferentes pontos de vista, flexibilizando a estratégia de análise, parece ser mais eficiente do que eleger um método padrão e único.

Conforme Kayser (1985, p. 31), “a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social”.

Ainda que existam entendimentos diferentes sobre o trabalho de campo, é notória sua importância na construção do saber não só geográfico, mas também de outras ciências. Observa-se, atualmente, sua valorização e crescente aplicação não só no meio científico como também no meio escolar.

3 | O TRABALHO DE CAMPO COMO RECURSO DE ENSINO

O processo de ensino-aprendizagem é dinâmico e interativo, envolvendo a execução de diversas modalidades de atividades práticas, enquanto estratégias estimuladoras na elaboração de ideias e das explicações, ao longo do processo de produção e de sistematização do conhecimento. Privilegia-se a valorização da vivência na dialética prática X teoria, por intermédio do esforço permanente por ir e vir entre níveis de conhecimento e de explicação, ora mais teóricos, ora mais práticos.

Os recursos de ensino constituem um conjunto de ações e de práticas ordenadas e orientadas para a realização de uma meta. Nesse sentido, a aplicação de diferentes linguagens presentes nas atividades tem a intenção de promover a construção das noções fundamentais que encaminham à compreensão do conhecimento geográfico. Além disso, permitem a análise do trabalho do aluno a partir do tema abordado e integram, sempre que possível, reflexão e ação, aspectos objetivos e subjetivos de um determinado assunto, habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Devemos considerar, inicialmente, a aula dada pelo professor e a própria escola como recursos de ensino. A aula assume papel importante, quando busca relacionar as situações vividas cotidianamente com o conhecimento científico. A escola, em sua especificidade local, pode fornecer elementos de estudo e debate, propiciando o surgimento de ideias e envolvendo alunos na sua manutenção.

Na busca da aprendizagem significativa e da dinamização das práticas curriculares, podemos nos fazer valer de diversos recursos de ensino, como: construção de maquetes, feiras e exposições, dramatização, produção de textos, jogos, produção de jornais, análise de filmes, debates, trabalhos de campo, entre outros.

Dentre as diferentes modalidades de estratégias de ensino-aprendizagem inclui-se o trabalho de campo, que abrange a realização de atividades diversas desenvolvidas fora da escola, bem como observações dirigidas, entrevistas, passeios, visitas e viagens de estudo.

Segundo Schäffer (1998) o trabalho de campo é uma prática importante para a aprendizagem em geografia, pois ele proporciona a construção do conhecimento a partir da realidade observada, analisada e contextualizada no tempo e no espaço. A autora destaca ainda que pela possibilidade de estudo do real, tal atividade apresenta uma multiplicidade de aspectos que contribuem para articulação de diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, é uma vivência capaz de oportunizar o cruzamento concreto e simultâneo da teoria e da prática.

Além disso, destacamos que configura-se como uma eficaz estratégia de ensino-aprendizagem mobilizadora do processo de construção do conhecimento, capaz de desenvolver a observação crítica, o espírito científico de investigação, entre muitos outros procedimentos importantes para o estudo da Geografia.

O relato de algumas experiências mostra-nos que, após esse tipo de programação, os alunos desinibem-se na sala de aula e, com maior frequência, emitem comentários, demonstrando uma certa preocupação com a contextualização. Isso deve ser levado em conta, uma vez que a prática do trabalho de campo contempla não só os objetivos conceituais e procedimentais, como também os objetivos atitudinais

As atividades realizadas fora da escola podem fornecer elementos que estimulem uma maior participação dos alunos enquanto cidadãos e conhecimento sobre si e seus próximos.

4 | NOMENCLATURAS LIGADAS AO TRABALHO DE CAMPO

Apresentaremos, a seguir, seis conceitos relativos ao trabalho de campo. Cada conceito é estudado primeiramente de forma simples e objetiva, para que, posteriormente, o tema geral seja aprofundado.

O trabalho de campo não é uma simples excursão, mas sim qualificação para o ensino da Geografia, tornando-o mais efetivo e proveitoso ao exigir o exercício da

observação orientada, da análise e da interpretação dos assuntos estudados em sala de aula. Didaticamente não somente contribui para o aprofundamento dos conteúdos, como também para o reconhecimento efetivo da realidade.

Cabe, neste momento, ressaltar que, segundo Lacoste (2006, p. 85), o mais frequente é observarmos a prática de “excursões por ônibus durante a qual os professores, nas diferentes paradas que previram no percurso, fazem um discurso diante dos estudantes passivos”. Para Lacoste (2006), portanto, isso não passa de uma iniciação à pesquisa.

Segundo Suertegaray (1996), podemos classificar, genericamente, diferentes modalidades de trabalho campo:

- a. **Excursões:** consistem no reconhecimento genérico do lugar ou dos lugares. Em geral tem um caráter generalista de reconhecimento, de descrição e de treinamento da observação. Embora sejam úteis do ponto de vista didático, são passíveis de críticas visíveis pela sua superficialidade.
- b. **Exposições em campo:** consistem no reconhecimento pontual de elementos e fenômenos no campo. Estas são feitas a partir de um roteiro, em que o professor previamente estabelece pontos de observação. Nesses pontos, é feita uma exposição sobre o observado, a partir do que o professor entende como importante para o trabalho. As críticas, nesta modalidade, vêm no sentido de que os alunos, assumem, apenas, papel de observadores, não obtendo uma compreensão do objeto de estudo.
- c. **Levantamento de campo:** reconhecimento do lugar a partir da seleção prévia de procedimentos que impliquem levantamento de informações por parte do grupo envolvido. Essa modalidade apresenta como vantagem a possibilidade de o grupo manejar equipamentos, discutir dados e ideias, concluir sobre o observado. Propicia, ainda, o envolvimento do grupo na busca de um objetivo.
- d. **Testagens:** reconhecimentos no campo de padrões observados em imagens de lugares como fotografias aéreas, e/ou imagens. Sua validade está no domínio da interpretação técnica dessas imagens, embora não possa ser praticada isoladamente, devendo estar associada a outras formas de trabalho.

Propomos ainda o acréscimo de outras duas modalidades observadas a partir de experiências em diferentes escolas:

- e. **Passeio:** consiste, normalmente, em atividades integradoras, cujo objetivo é promover a desinibição e a integração do grupo.
- f. **Visita orientada:** consiste na visitação de um local (fazenda particular, museu, exposição, área de proteção,...) onde existam guias. Na maioria das

vezes, o professor participa na condição de ouvinte, cabendo ao guia a condução teórica e metodológica da atividade.

À luz do exposto, entendemos por **trabalho de campo** “toda atividade oportunizada fora da sala de aula que busca concretizar etapas de conhecimento e/ou desenvolver habilidades em situações concretas pela observação e participação” (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 13).

Portanto, as diferentes modalidades de trabalho de campo são importantes no processo de construção do conhecimento. Acreditamos que cabe ao professor e à comunidade escolar avaliar e optar pela modalidade que estiver mais de acordo com os objetivos pré-estabelecidos. Contudo, entendemos que a participação ativa do professor e dos alunos é essencial para a obtenção do aproveitamento pleno da atividade. Entendemos ainda que, para tanto, um planejamento metodológico é essencial - aspecto que será tratado posteriormente.

5 | CONTEXTOS POSSÍVEIS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Já tratamos anteriormente que a própria escola constitui-se num recurso de ensino. No entanto, no que se refere a contextos possíveis para o trabalho de campo, entendemos que ambientes externos à escola são, por excelência, propícios para esta atividade. Sendo assim, o trabalho de campo pode ser realizado na rua, nas associações de bairro, sindicatos, fábricas, *shoppings*, parques, reservas ecológicas, etc.

Cada contexto tem suas características e especificidades, que contribuem para a diversidade e a criatividade do trabalho de campo. Na rua, o enfoque pode ser a urbanização, a arquitetura, a organização das moradias. Nas associações de bairros, podem-se analisar os problemas ambientais cotidianos e as suas possibilidades de solução. Nos sindicatos e nas fábricas, a análise pode ser direcionada às condições de trabalho, ao manuseio de produtos tóxicos; assim como a segurança e os riscos são temas a serem abordados. Nos *shoppings*, podemos explorar o consumo, a mídia, a influência das empresas multinacionais e as diferenças sociais. Nos parques e reservas ecológicas, temos a oportunidade de ressaltar a interdependência das espécies vegetais e animais que ali vivem, relacionando a ação antrópica na transformação do ambiente, seus objetivos, causas e consequências.

Enfim, o universo a ser explorado é infinito. Qualquer lugar pode ser objeto de estudo, não existindo um conjunto específico de conceitos ou conteúdos a serem trabalhados. Cabe ao professor e à equipe de trabalho definir quais as potencialidades do referido lugar estão de acordo com os objetivos propostos. É importante destacarmos que não há limite de idade para os estudantes. Tendo um caráter de educação dinâmica, varia apenas no que diz respeito ao conteúdo e à metodologia. Basta adequá-los às

faixas etárias a que se destinam.

O trabalho de campo como recurso de ensino pode estar presente em todas as disciplinas, sobretudo quando analisa temas que permitem focar relações entre a humanidade e o meio natural, assim como as relações sociais. Logo, o trabalho de campo pode e deve ser explorado pela matemática, química, física, português, etc. A atividade de campo provoca nos alunos um grande interesse pelos temas abordados e participação nas atividades propostas, elevando consideravelmente o nível de aprendizagem.

A tradicional separação entre as disciplinas perde sentido pois o que se busca é o conhecimento integrado de todas elas para a solução dos problemas. Nessa linha, o trabalho de campo supera a fragmentação do conhecimento, visto que o local apresenta multiplicidade nos aspectos a serem explorados pelas diferentes áreas.

No trabalho de campo, deve-se enfatizar o estudo do meio, integrando-o com o aluno. O aluno deve se perceber como parte, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles. O ambiente pode ser tratado sob novas perspectivas, que vêm enfatizar, exatamente, a não separação do sujeito em relação ao objeto, explicitando esse sujeito como construtor em relação dialética com o ambiente.

Entendemos por ambiência o espaço vivido e as múltiplas relações estabelecidas com ele. Portanto, o trabalho de campo pode colocar o aluno em contato com outros espaços, proporcionando a construção de significados próprios para cada indivíduo em relação ao meio visitado (REGO, 2000). O contato do aluno com este “novo” meio pode desencadear uma “nova ambiência”.

No que se refere às áreas protegidas, observamos que é sempre muito agradável poder passar horas estudando ou fazendo atividades em parques, reservas ecológicas ou em qualquer outro lugar rico nos seus aspectos naturais. A atividade de campo realizada nestes locais deve enfatizar os motivos pelos quais foram e devem ser preservados, assim como ressaltar sua importância estética, histórica e ecológica para a humanidade, no passado e no presente.

Cabe ainda ressaltar que as atividades de campo não necessariamente devem ser realizadas em locais situados a quilômetros de distância da escola. Podem-se aproveitar as imediações, assim como: as indústrias e suas fontes poluidoras; as atividades agrícolas; as atividades comerciais, ou ainda o movimento do trânsito; a poluição sonora, a visual, da água e do ar; o crescimento da população, a rede de saneamento básico, entre muitos outros.

Ressaltamos que cabe ao professor e à equipe técnica e pedagógica a escolha do lugar que reúne as características comuns à atividade proposta. Cremos que o fundamental é ter clareza quanto aos objetivos, metodologia e processo de avaliação dos alunos.

6 | ESCALA DE ANÁLISE

No estudo da Geografia e na aplicação do trabalho, determinarmos a escala de análise é fundamental para não cairmos em grandes generalizações e acabarmos tratando dos fenômenos que ocorrem no mundo sem os localizarmos temporal e espacialmente. Nessa perspectiva, devemos destacar o fenômeno social a ser estudado, considerando-o em seus diferentes níveis: o local, o regional, o nacional e o mundial. Contudo, é certo afirmar que a materialização de tal fenômeno dá-se no nível local e na esfera cotidiana de cada indivíduo. Podemos, então, a partir de uma abordagem local, estabelecer diferentes e complexos níveis de relação até desencadearmos uma reflexão e um entendimento em escala global.

Tendo em mente a formação do cidadão como objetivo central da geografia escolar, o estudo do lugar serve de base concreta para problematizarmos as ações individuais e coletivas, dando condições para o aluno reconhecer-se como sujeito ativo do meio em que vive, sendo produto e produtor. Dessa forma, o que ele está estudando deixa de ser algo abstrato, distante e sem sentido, revelando-se como algo fundamental para sua vida e do grupo em que está inserido. Ao propormos uma análise, mesmo que em nível global, estamos trabalhando com concepções na escala da experiência social local. Quando indagado, ou posto frente a um problema, o sujeito se fará valer dos conhecimentos e das experiências cotidianos a fim de buscar uma solução.

O estudo do lugar assume, ainda, outro papel no ensino de geografia: o de tornar prazerosa a construção do conhecimento. Fazer da Geografia algo interessante, que tenha a ver com o dia-a-dia, com questões que vão desde curiosidades até temas mais complexos, enfim, tornando a Geografia algo próximo, concreto.

Portanto, entendemos que o estudo do lugar constitui-se numa prática relevante na construção do conhecimento, capaz de proporcionar ao aluno condições de sistematizar informações para, então, a partir do concreto, buscar explicações e proposições para o abstrato. Propondo, discutindo e problematizando suas opiniões e a de seus pares, ele poderá elaborar e reelaborar suas ideias para além daquelas trazidas pelo livro didático e pelo professor. Desta forma, poderá adquirir um instrumental capaz de compreender não só as situações estudadas, mas também aquelas que surgirem ao longo de sua vida, compreendendo-as e exercitando sua cidadania.

Nesse sentido, o trabalho de campo torna-se complexo pois exige o conhecimento da dinâmica local e permite ao observador o questionamento sobre fatos e processos cuja explicação encontra-se em outras escalas, havendo, desta forma, articulação entre a ordem horizontal (elementos e processos do lugar) e a vertical (elementos e processos externos ao lugar). Sendo assim, acreditamos que a explicação resulta da articulação da análise em diferentes escalas. Segundo Lacoste (2006, p. 91): “saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é, também, articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre

extensões muito mais amplas.”

7 | OBJETIVOS DO TRABALHO DE CAMPO

Como já dito anteriormente, entendemos que cabe ao professor e à equipe pedagógica definir os objetivos para cada trabalho de campo. Contudo, existem objetivos gerais que transpõem a especificidade da atividade proposta.

Entendemos como objetivos gerais e comuns aqueles que levam o aluno a pensar, refletir, analisar, criticar, agir e sintetizar, tornando-se um agente transformador de seu meio, por intermédio de pesquisas, investigações – que se originam a partir dos conteúdos apresentados em sala de aula – e de sua vivência pessoal.

Conforme Morim (2001) o objetivo da educação não é só o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas sim criar um estado interior e profundo que oriente o aluno em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida.

8 | CONTEÚDOS PERTINENTES AO TRABALHO DE CAMPO

A organização e a seleção de conteúdos a serem abordados no trabalho de campo são flexíveis com o programa de cada curso ou disciplina, podendo variar de acordo com seus interesses e objetivos pedagógicos nos diferentes níveis de ensino.

O critério de seleção deve fundamentar-se na importância social e na formação intelectual do aluno. O trabalho de campo oportuniza a exploração de uma multiplicidade de temas que permitirão ao professor ampla reflexão sobre os variados enfoques que poderão ser dados pela Geografia, assim como pelas demais disciplinas, na busca da explicação e da compreensão dos lugares do mundo. Com isso, o trabalho de campo não deve estar baseado na transmissão de conteúdos específicos, uma vez que não existe um conteúdo único, mas sim vários, dependendo das faixas etárias a que se destinam e dos contextos em que se processam as atividades. No entanto alguns, conceitos-chave da Geografia ou de outra disciplina, tais como paisagem, território e lugar devem ser compreendidos pelos alunos, e não decorados e repetidos automaticamente.

Os conceitos geográficos acima citados, entre outros, têm a função de fazer a ligação entre a geografia e as problemáticas cotidianas. A partir deles, podemos identificar a singularidade do saber geográfico. Dessa maneira, cabe ao professor selecionar e organizar os conteúdos de acordo com o programa do curso, com a sua realidade local, com as possibilidades de trabalho, enfim, com os conteúdos pertinentes a sua região.

9 | DIFERENTES METODOLOGIAS PARA O TRABALHO DE CAMPO

Muitos são os métodos possíveis para a realização do trabalho de campo. O mais adequado é que cada professor estabeleça seu método e que este vá ao encontro das características de seus alunos. No entanto, entendemos que a adoção de uma metodologia e a sua explicitação para os alunos consiste numa etapa fundamental, a fim de legitimar o conhecimento produzido dando-lhe “corpo”, já que a “expressão” será dada por cada um que dele se apropriar. Reigota (2001) destaca os seguintes métodos a serem aplicados: passivo (somente o professor fala), ativo (os alunos fazem experiências sobre o tema), descritivo (os alunos aprendem a definição de conceitos e descrevem o que eles puderam observar) e analítico (os alunos completam sua descrição com dados e informações e respondem a uma série de questões sobre o tema).

Entendemos que, visando à participação do cidadão na solução dos problemas, devem-se empregar metodologias que permitam ao aluno questionar dados e ideias sobre um tema, propor soluções e apresentá-las, desenvolvendo progressivamente o conhecimento e o comportamento em relação a ele, de acordo com sua idade e capacidade. Pressupomos que o processo pedagógico seja aberto, democrático e dialógico entre as pessoas envolvidas, ou seja, toda a comunidade. Esse é o método ativo, ampliado em relação à definição dada acima.

Para despertar o interesse do estudante e garantir aprendizado efetivo, há a necessidade de aproximar, o máximo possível, os conteúdos das diferentes disciplinas – em seus aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais – da sua realidade cotidiana, respeitando seu estágio cognitivo.

Segundo os estudos de Piaget (apud Santomé, 1998, p. 70), na faixa etária correspondente ao Ensino Fundamental, prevalece o raciocínio concreto. Assim analisar o repertório que os alunos trazem, problematizar, discutir, relacionar estes conhecimentos prévios com a escala local, ampliar a abrangência espacial do objeto de estudo até a escala mundial e retornar à escala local são ações fundamentais na prática de ensino-aprendizagem. Nessa etapa, portanto, deve ser valorizado tudo o que se apresenta de forma concreta e faz parte do cotidiano imediato dos alunos.

Em contrapartida, no Ensino Médio, é pertinente que na relação de ensino-aprendizagem as práticas de problematização e discussão tenham como meta a expansão dos raciocínios abstratos, reforçando as relações entre os conceitos necessários ao desenvolvimento dos temas tratados. Em todas as fases de ensino-aprendizagem, é importante manter sempre a ligação com a realidade social existente, com o presente e seus desafios. É nesta fase que os estudantes começam a fazer relações próprias entre os raciocínios concreto e abstrato.

Propomos a busca por uma metodologia que procure, sempre que possível, privilegiar as dimensões subjetivas do aluno, por intermédio da valorização de sua experiência de vida e dos conhecimentos que possui da realidade. Dessa forma, o

aluno é visto como um ser criativo, autônomo e articulador de ideias. O professor assume o papel de sistematizar esses conhecimentos, correlacionando-os aos conteúdos propostos e dando-lhes a fundamentação científica, atuando como mediador, desafiador e questionador. Esse procedimento leva o aluno a um trabalho cada vez mais independente, sem que haja mera transmissão de “verdades” ou de problemas solucionados.

Sabendo que o educando aprende a partir de sua individualidade, o professor não deve polarizar em si toda a relação pedagógica. Ao contrário, sempre que possível, deve estimular a participação ativa dos alunos mediante a aplicação de variadas técnicas ou estratégias disponíveis. Nesse aspecto, é essencial que o aluno desenvolva as habilidades de observar, perguntar, ler (gráficos, mapas, etc.), comparar, justificar, explicar; indispensáveis para que esteja em contínua reconstrução do conhecimento.

Com isso, o trabalho de campo constitui-se num caminho para organizar e interpretar as informações expressas no lugar. Ele é um importante recurso para leitura (conhecimento e interpretação do espaço geográfico) e escrita (representação do espaço) em geografia. Neste processo, Schäffer (1998) destaca a relevância de orientar o aluno para a leitura da paisagem. Planejar para desencadear hipóteses, investigar, pensar soluções ou alternativas. Essa realidade impõe um caminho metodológico que combine alternada e articuladamente a indução (do particular para o geral) e a dedução (do geral para o particular).

De qualquer forma, o propósito é que o aluno aprofunde progressivamente a compreensão das relações entre o local e o global. Assim, ele poderá refletir e conhecer cada vez mais sobre o seu espaço concreto de vida. Na organização e na prática de ensino, é fundamental a combinação adequada e harmoniosa de procedimentos indutivos e dedutivos. De acordo com Kaercher (1998), ser educador e fazer ciência implica fazer relações entre escola e vida, entre sua área e as outras, mostrando um mundo mais real, ligado e orgânico.

Importante ressaltar que, embora haja flexibilidade na organização metodológica do trabalho de campo, podemos destacar uma série de providências básicas como planejamento, autorização das famílias, levantamento de custos e organização quanto a meios de transporte, coleta de dinheiro, hospedagem, contato com os responsáveis pelo lugar a ser explorado, material a ser levado, entre outros.

Como foi dito anteriormente, variados são os métodos possíveis para a realização do trabalho de campo, e aqui não nos propomos a apresentar uma receita – um modelo estático. Contudo, com base em nossa vivência, apresentamos, em caráter de sugestão, uma sequência metodológica para atividades realizadas fora da escola:

- a. **Antes:** Organizar um roteiro de pesquisa e observação, explicitar as normas e regras comportamentais a serem seguidas e trazer informações prévias sobre o local a ser explorado (localização, características físicas, econômicas e sociais, importância, etc.)

- b. Durante:** Relembrar questões trabalhadas em aula; registrar os aspectos observados, destacando-os e realizando perguntas; utilizar materiais de apoio (mapas, gráficos, tabelas, bússola, etc.)
- c. Depois:** Conferir os dados observados; problematizar sobre o que foi observado; retomar, em sala de aula, questionando sobre dúvidas e apresentando conclusões.

10 I A AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

A avaliação é um precioso meio pelo qual o professor pode acompanhar as manifestações de aprendizagem dos alunos, examinar a validade de sua prática pedagógica e, ainda, a própria atuação docente. A fim de contemplar as diferentes formas de expressão que um grupo heterogêneo de alunos apresenta, o professor pode se fazer valer de vários instrumentos de avaliação.

A avaliação trata-se de um processo importante do ensino-aprendizagem e deve ter caráter diagnóstico, desenvolvendo-se de maneira contínua, envolvendo diferentes momentos e estratégias. Com acompanhamento cotidiano da aprendizagem, a avaliação deve ajudar o professor a captar o aproveitamento dos alunos. Para isso, ele deve ter clareza sobre os objetivos e sobre os critérios que vai utilizar no processo de avaliação.

Todos os itens da avaliação podem ser previamente discutidos com o grupo, explicitados claramente para que, desta maneira, todos se comprometam com os objetivos propostos. Sendo assim, a avaliação deve ser estruturada levando-se em conta o grau de desenvolvimento e conhecimento necessários à continuidade dos estudos. Na proposta da avaliação permanente, segundo Moreira (2003), devem ser considerados os conteúdos em suas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

O processo de avaliação está diretamente ligado aos objetivos da prática educativa. Num processo baseado na transmissão de conteúdos, é esperado que a avaliação seja feita procurando identificar o conhecimento adquirido pelos alunos. Para tanto são usadas as tradicionais provas de perguntas e respostas sobre o conteúdo científico desenvolvido em sala de aula. Contudo, no processo educativo em que se busca a mudança de mentalidade, de comportamento e de valores, a avaliação assume outro caráter devido ao seu componente subjetivo.

A avaliação não deve priorizar a medição de incapacidades, mas sim constituir-se num indicador do que precisam explorar para solucionar os problemas cotidianos. A avaliação tradicional pode permitir ao aluno identificar seus limites e carências teóricos-práticos-científicos de modo formativo, desde que os erros e acertos estimulem o diálogo entre as partes e não distancie ainda mais aluno e professor.

No que tange a auto-avaliação, consideramos um processo avaliativo eficiente,

pois propõe a noção de responsabilidade, não só com o planeta e a comunidade, mas também consigo próprio. Ela permite a oportunidade de expressar o pensamento quanto à postura e aproveitamento, coletivo e individual. Esta justifica-se ao passo que permite ao aluno um momento de reflexão sobre si como agente construtor de seu conhecimento, assim como de sua importância para o desenvolvimento do grupo.

Por fim, a avaliação não deve considerar somente o conhecimento científico adquirido, mas também os aspectos individuais de cada aluno. É importante que o aluno perceba a necessidade e o objetivo da avaliação, percebendo os problemas humanos acima de suas necessidades individuais.

11 | CONCLUSÃO

A busca por transformar o abstrato em concreto passa pela busca de conciliar a teoria com a prática. Neste estudo procuramos mostrar às inúmeras possibilidades de alcançar este fim por meio de um trabalho de campo, uma vez que ele exige a articulação do conhecimento com a realidade estudada. Esse recurso propicia o questionamento sobre fatos e processos cuja explicação encontra-se em outros níveis, tornando, dessa forma, necessária a articulação entre diferentes escalas, permitindo ao aluno reconhecer-se como produtor e produto do mundo em que vive.

Esta atividade contempla não somente os conceitos próprios de cada disciplina, mas também propicia trabalhar valores sociais, evidenciando dessa forma, que não existe uma lista rígida de conteúdos a serem abordados, mas sim flexibilidade, de modo que o professor e a equipe técnica pedagógica podem selecionar e organizar os conteúdos de acordo com os objetivos da atividade e do programa de cada curso ou disciplina.

No caso da Geografia, conceitos-chave tornam-se concretos a partir da exploração de seus significados e relações aplicados à complexidade do espaço vivido. O aluno, ao lançar um olhar orientado sobre o lugar, sente-se incentivado a valorizar diferentes aspectos do espaço geográfico e a trabalhar valores de cidadania, respeito e preservação.

Por fim, reconhecemos o trabalho de campo como um recurso de ensino capaz de despertar no aluno entendimento sobre a complexidade das relações espaciais, tendo vocação para tratar das questões teóricas conceituais e atitudinais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. E. **O trabalho de campo como recurso de ensino em Geografia, em unidades de conservação ambiental – O Parque Estadual de Itapuã**. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre. 2006.

CALLAI, H. C. **A cidade e (Re)Criação da Relação Homem-Natureza**. In: *Ciência & Ambiente*, IV (7) Jul/Dez. 1993, p. 43-53.

CASTROGIOVANI, A. C. et al. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____ et al. **Geografia em Sala de Aula: práticas e reflexões**. – 5ª ed. – Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 2001.

GUATARRI, F. **As Três Ecologias**. – 9º ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1999.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. – 5ª ed.- São Paulo: Contexto, 1996.

KAECHER, N. A. **Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço**. In: NEVES. I. C. B. et al (org) **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

KAECHER, N. A. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia**. – 3º ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

LA COSTE, Y. **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

_____. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 77-92, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Futuro da Etnologia**. SP, Brasiliense, 1986. p 19 a 35.

MOREIRA, I. **Construindo o Espaço Humano** – Livro do professor. 4º ed. São Paulo, 2003.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-feita**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Por um Pensamento Ecologizado**. In CASTRO, Edna e PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**. Editora Cejup. 1997 p 53 a 78.

_____. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. – 5ª ed. – São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

REICHWALD, G. Jr. **Leitura e Escrita na Geografia Ontem e Hoje**. In: NEVES. I. C. B. et al (org) **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

REIGOTA, M. **O Que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense. 2001

_____. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

REGO, N., SUERTEGARAY, D. M. A., HEINDRICH, A. (orgs.) **Geografia e Educação – geração de ambiências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

REGO, N.; AGNER, C.; PIRES, C.; LINDAU, H. (orgs.) **Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOMÉ. J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SCHÄFFER., N. O. **Ler a Paisagem, o Mapa, o Livro... Escrever nas Linguagens da Geografia**. In: NEVES. I. C. B. et al (org) **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SUERTEGARAY, D.M.A. **Geografia e Trabalho de Campo**. Trabalho apresentado no Colóquio: O Discurso geográfico na Aurora do Século XXI. Programa de pós-Graduação em geografia –UFSC. Florianópolis , 27-29 de novembro de 1996.

_____. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. In: SUERTEGAY D. M. A., BASSO. L.A., VERDUM. R. (orgs.) **Ambiente e Lugar no Urbano – A Grande Porto Alegre**. Editora da Universidade.

ITINERÁRIOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: POSSIBILIDADE FORMATIVA

Diêgo Souza Albuquerque

Mestrando em Planejamento e Dinâmica Territoriais no Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Pau dos Ferros – RN
diealbuquerque07@gmail.com

Luiz Eduardo do Nascimento Neto

Professor Mestre do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Pau dos Ferros – RN
luizeduardo@uern.br

Mariana Priscila de Assis

Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Pau dos Ferros – RN
marianaeduca93@gmail.com

RESUMO: O estágio curricular supervisionado, como elo na formação docente, visa habilitar indivíduos a exercer a profissão. Pensando para o licenciando, o estágio curricular supervisionado é uma experiência necessária à qualificação profissional, uma vez que se constitui um dos pontos cruciais do processo formativo que se efetiva na sala de aula. Nesse intento, o presente trabalho objetiva apresentar as experiências práticas e reflexões construídas do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (OEG III), do curso de Geografia da

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. Nesse íterim, são abordadas algumas atividades desenvolvidas no estágio mencionado, dentre elas, o Plano de Ação do estágio que conta de: observação, coparticipação, pesquisa exploratória, relatoria e reflexão dos resultados. As experiências ora apresentadas possibilitaram observar parte do universo da escola e elementos inerentes ao processo ensino e aprendizagem, além da oportunidade de desenvolver a pesquisa intitulada: “O laboratório de informática e o ensino de Geografia: possibilidade e uso”. Esta atividade investigou o uso desse recurso estrutural no ensino e aprendizagem de Geografia na escola campo de estágio. Desse modo, refletimos o estágio como uma etapa primordial ao processo formativo docente, ao passo que permite a vivência e a posição investigativa, mesmo que temporária, do estagiário no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professor. Pesquisa. Ensino de Geografia.

ITINERARIES OF THE SUPERVISIONED CURRICULAR INTERNSHIP IN

ABSTRACT: The supervised curricular internship, as a link in Teacher Education, aims to enable individuals to practice a profession. Thinking about the individual who is taking any teaching education course, the supervised curricular internship is a necessary experience to the professional qualification and the main reason is that it constitutes one of the crucial points of the formative process that is effective in the classroom. In this attempt, this essay aims to present the practical experiences and reflections constructed from the Supervised Curricular Internship in Geography III (OEG III), from the Geography course of the Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), from the Campus Avançado Prof. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brazil. In the meantime, some of the activities developed in the mentioned internship process are discussed, among them, the Action Plan of the internship that counts on: observation, coparticipation, exploratory research, reporting and reflection on results. The experiences presented here made it possible to observe part of the universe of the school and elements inherent to the teaching and learning processes, as well as the opportunity to develop the research entitled “The computer laboratory and the teaching of Geography: possibility and use”. This activity analysis that investigated the use of this structural resource in the teaching and learning of Geography in the school which was the field of training/internship. In this way, we reflect that the internship is a primordial stage in the teacher education process, while allowing the experience and research position, even it is temporary, of the intern in the school environment.

KEYWORDS: Teacher Education. Research. Geography Teaching.

INTRODUÇÃO

A formação de professores, nos cursos superiores de licenciatura, é realizada por meio de inúmeras ações que se propõe a corroborar para uma formação docente de qualidade, imprimindo no processo de ensino e aprendizagem, dos formandos, sustentação necessária para exercer a profissão pretendida. Nesse íterim, o Estágio Curricular Supervisionado, que faz parte desse processo de formação, constitui-se como importante instrumento para adquirir experiência na construção do ser/fazer docente.

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se como um dos momentos no qual o licenciando tem contato direto com o ambiente escolar e, principalmente, com a sala de aula, afim de que possa adquirir experiências significativas para o seu futuro profissional, uma vez que se constitui como um dos pontos cruciais para o processo formativo e que se consagra na sala de aula.

A realização do Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade obrigatória e necessária para a formação dos licenciando em Geografia. O mesmo constitui-se como atividade avaliativa na e configura-se na práxis docente. Para, além disso, o

estágio deve ser visto com responsabilidade por quem dele participa e o coloca em prática, principalmente, quando reportado ao estágio de regência em sala de aula, responsabilidade que deve ser dividida em parceria entre o professor supervisor do campo de estágio permite a entrada do estagiário em sua sala de aula visando que o mesmo possa desenvolver seu estágio. Desse modo, é primordial o exercício da responsabilidade e compromisso de ambas as partes no processo formativo perante o papel de professor que se pretende exercer profissionalmente.

Na presente escrita, tecemos considerações sobre o Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III (OEG III), do Curso de Geografia do *Campus Avançado* “Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sediada em Pau dos Ferros. A experiência do estágio curricular aqui expressa realizou-se no semestre 2016.2, em caráter de observação e coparticipação, conforme está preconizado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e foi desenvolvido em sala de aula em conjunto com a professora regente da disciplina de Geografia, num total de 20 horas/aulas, em uma escola Estadual. A atividade de estágio citada foi desenvolvida no nível de Ensino Médio. Essa etapa da Educação Básica é essencial para a formação do professor de Geografia, reforçando a necessidade da vivência docente do estagiário realizada no Ensino Fundamental, uma vez que permite conhecer as etapas do Ensino Básico.

Para a realização da etapa citada, foi elaborado o Plano de Ação do estágio composto pelas seguintes ações: observação e coparticipação em sala de aula e extra sala; pesquisa exploratória que resultou em relatório que constam as reflexões construídas nesse entremeio.

Metodologicamente, faz-se necessário destacar que para a realização do estágio foram necessárias as orientações com o professor supervisor acadêmico de estágio a respeito das atividades a serem realizadas nesse período, tais como aporte em leituras que discutem o Ensino Médio como uma das etapas da Educação Básica, além de munir-se dos procedimentos burocráticos necessários para o desenvolvimento do estágio entre os sujeitos e espaços envolvidos: estagiário, universidade e escola campo de estágio. Após as orientações, deu-se início aos procedimentos do Plano de Ação do estágio.

A construção deste trabalho segue a dimensão qualitativa com o uso da natureza discursiva e da pesquisa participante, no qual os autores vivenciam e observam o fenômeno tratado em tela. Este trabalho é fruto das reflexões das experiências vivenciadas, seja das discussões teórica e/ou atividade prática, em sala de aula ou extra sala.

O presente artigo lança algumas considerações sobre as nuances do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia do CAMEAM/UERN, expõe reflexões simplificadas da consulta realizada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola campo de estágio, reconhecendo que o conhecimento das metas e ações educacionais e pedagógicas da escola são importantes para o estagiário; discutimos à luz de

Azambuja (2011) o que é o Plano de Ação, e por fim, trazemos resultados e reflexões da pesquisa investigativa do Plano de Ação do estágio ora relatado.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado se constitui como mais um elemento na formação docente para que os licenciandos busquem descobrir e desenvolver habilidades e competências necessárias à vida profissional docente. Propõe ainda atitudes e posturas que sustentem e aprimorem a formação do estagiário atribuindo-lhes responsabilidades e objetivando lidar com a realidade de sua pretendida profissão.

O estágio, aliado e somado as demais atividades do curso, é mais um momento no qual o estagiário pode aplicar na prática a teoria aprendida, podendo confortá-la de fato. É a oportunidade de trabalhar os conteúdos que aprendeu no decorrer de sua formação, conectando-se ao “mundo escolar” e mobilizando a Geografia Escolar com uma nova roupagem, em uma nova situação, imbuído de outros encargos.

Pimenta e Lima (2010) salientam que o estágio na formação docente é um campo de conhecimentos e um espaço de formação. Logo, o estagiário deve permanecer atento aos elementos que possam contribuir para a realização e qualificação desse processo.

As observações realizadas na escola pelo estagiário, além de atentar sobre estruturas físicas, carece de um olhar apurado acerca das conexões dos fenômenos embutidos nos fatos da escola, assim é possível tecer reflexões sobre a mesma enquanto organismo vivo, ou seja, que está sujeito a transformações e mudanças, conforme reflete Lima (2012).

Nesse sentido, as práticas de estágio permitem um locupletamento da formação a partir do momento em que o estagiário enriquece a sua formação adentrando em espaços educativos e percebendo as relações existentes na docência. Martins e Tonini (2016, p. 105), pensando o estágio em Geografia, consideram que:

Compreender que saberes são mobilizados e produzidos no espaço do estágio supervisionado em Geografia é penetrar em territórios existenciais, em representações e significados construídos sobre iniciação à docência, que são tecidas por práticas e histórias de vida de cada sujeito envolvido neste processo. São experiências construídas por uma história singular, percebida em cada narrativa que representa a realidade vivida de cada um que está envolvido na construção do seu percurso formativo.

Considerando tal reflexão, infere-se que o Estágio Curricular Supervisionado, no caso específico, se torna fundamental na formação do professor de Geografia, reconhecendo ser uma experiência abastada com o universo da escola, sua estrutura, dinâmicas, seus atores com desafios e perspectivas. Desse modo, o conhecimento do ambiente escolar e sua interação são elementos introdutórios de preparação do licenciando para a docência.

Pensando no processo formativo docente do estagiário, além da observação do espaço escolar, é necessário que o mesmo desenvolva atividade de regência, pois essa ação permite que o estagiário construa práticas necessárias para o exercício da profissão. Refletir o exercício docente partindo da concepção dos “conteúdos da universidade e da escola”, Anderi (2008, p. 75) acredita que o mesmo deve:

[...] articular o conhecimento específico da área de formação com as condicionantes, particularidades e objetivos deste conhecimento na educação básica. Será espaço para reflexão sobre o conteúdo que está sendo aprendido pelo graduando e que será ensinado por ele quando se apresenta sua atuação profissional como professor.

Ao iniciar a prática de estágio o licenciando, deve possuir discussões e compreensões teóricas, metodológicas e didáticas acerca do universo da ciência estudada e que envolvam questões do ensino e de sala de aula para que consiga exercer, da melhor forma possível, a atividade designada. Faz-se necessário o estagiário mobilizar os conhecimentos que por ele foi construído no percorrer da formação, objetivando a reconstrução de conhecimentos junto aos alunos.

O estágio é um dos momentos no qual o estagiário pode mediar na escola campo de estágio a sua práxis docente ainda que de modo temporário e como exercício da prática docente estruturada em seu processo formativo. Do mesmo modo, o Estágio Curricular Supervisionado, para o licenciando, pode ser uma ferramenta de avaliação acerca da escolha profissional, visto que permite reflexões sobre a realidade escolar, os desafios e perspectivas do/no mundo docente, possibilitando, desse modo, análises do ambiente que futuramente poderá compor sua realidade profissional, decidindo por continuar ou não tal processo após a sua formação. Esse período é revelador ao passo que possibilita os estagiários abraçar ou não a profissão docente.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA DO CAMEAM/ UERN

No curso supracitado, o Estágio Curricular Supervisionado é atividade obrigatória que articula a práxis docente nos estabelecimentos de ensino em nível fundamental e médio e em espaços não-escolares na esfera público ou privado na região do Alto Oeste Potiguar. Sua realização é indispensável à formação docente e integralização curricular segundo preconiza o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia (PPC, 2014).

Os quatro Estágios Curriculares Supervisionados em Geografia do curso de Geografia do *Campus* Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia” (CAMEAM), a partir do 5º e finalizado no 8º período são realizados com as seguintes atividades: orientações teóricas desenvolvidas com os professores supervisores acadêmicos de estágios orientando os estagiários para a atuação prática docente nas escolas campo de estágio, planejamento observação e coparticipação com o professor regente da

disciplina, pesquisa e diagnóstico, elaboração e aplicação de oficinas pedagógicas, regência em sala de aula e produção de relatórios parciais e finais. Em ambas as modalidades do processo formativo oportunizam os licenciandos a intervir nas escolas campo de estágio com propostas e atividades construtivas que auxiliam na construção de seu perfil profissional.

Tais atividades necessitam ser organizadas e planejadas, espacial e temporalmente, para o melhor desenvolvimento das mesmas. Possibilitando atingir os objetivos propostos e resultados significativos dessas atividades do estágio. O Estágio Curricular Supervisionado em Geografia do curso supramencionado é vivenciado, avaliado e acompanhado por professores supervisores acadêmicos do curso e por professores colaboradores das escolas campo de estágio.

Notadamente, para a realização do componente de estágio se faz necessário seguir as regulamentações pertinentes ao componente citado. E no caso, segue as regulamentações do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 01 de fevereiro de 2002 e CNE/CP02 de fevereiro de 2002, respectivamente, em que se instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior dos cursos de licenciatura em graduação plena e estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O estágio supramencionado segue, ainda, a resolução nº 06 de 25 de fevereiro de 2015 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UERN que preconiza a aprovação das normas para a realização do mesmo. O documento reconhece o estágio como campo de conhecimento teórico-prático e interdisciplinar, que possibilita ao educando a aproximação como o espaço de convergência dos conhecimentos científicos, sendo essencial para a formação de competências docentes (UERN, 2015).

As atividades do estágio do curso citado devem ocorrer em diferentes etapas com suas características específicas, mas mantendo-se relacionadas, sustentando-se na orientação, planejamento, observação, coparticipação e regência, que ocorrem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sendo que a Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia (OEG) I e II, respectivamente, observação/coparticipação e regência, vislumbra o ensino básico fundamental do 6º ao 9º ano e a OEG III e IV, respectivamente, observação/coparticipação e regência acontece na etapa final do Ensino Básico (PPC, 2014).

No (Quadro 1) pode ser vislumbrado a carga horária exigida para realização das atividades em cada Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia (OEG), desenvolvida no curso supracitado. Vale salientar que cada OEG exige carga horária mínima específica para a presença do estagiário na escola campo de estágio. Sendo que OEG I, II, III, IV, respectivamente, exigem 30 (trinta), 40 (quarenta), 20 (vinte) e (30) horas/aulas para realização do estágio.

| SEMESTRES | ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA-UERN | CARGA HORÁRIA (CH) |
|-----------|--|--------------------|
| 5º | Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia I | 150 |
| 6º | Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia II | 150 |
| 7º | Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia III | 150 |
| 8º | Orientação e Estágio Supervisionado em Geografia IV | 135 |
| | Sub-total | 585 |

Quadro 1: Carga horária exigida para o desenvolvimento das atividades nas OEG

Fonte: PPC do Curso de Geografia, 2014, dados trabalhados pelos autores.

As regulamentações do estágio em questão, preconizam que ao longo do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental e Médio deverão ser produzidos dois Relatório de Conclusão de Estágio (RCE) parciais, sendo 01 (um) no 5º (quinto) e 01 (um) no 7º (sétimo) período. E no final do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental e Médio deverão ser produzidos dois RCE finais, sendo 01 (um) no 6º (sexto) e 01 (um) no 8º (oitavo) período. Os RCE devem constar os resultados da experiência vivenciada, apontando as atividades desenvolvidas, as observações, reflexões e conhecimentos construídos sobre/no espaço escolar com os atores envolvidos, demonstrando diagnósticos dessa fase do processo formativo docente.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) DA ESCOLA CAMPO DE ESTÁGIO: ALGUMAS EXPOSIÇÕES.

No Estágio Supervisionado em Geografia III, foram tecidas também considerações sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola campo de estágio. No Projeto Político Pedagógico da escola em tela, apresenta um conjunto de metas e ações que visam atingir os objetivos educacionais e pedagógicos estabelecidos para a referida unidade de ensino.

A Escola apresenta-se como um ambiente democrático que deve propiciar a experiência e aprendizado inclusivo para os diferentes atores do espaço em evidência. A mesma busca preservar um espaço reflexivo buscando promover a participação social e a formação emancipatória de seu corpo discente e docente. A construção do seu PPP ocorreu mediante reflexões da comunidade escolar, tomando como ponto de partida o cotidiano da escola, a comunidade e o seu contexto sociocultural. A dimensão de o ensino objetiva aliar teoria e prática na formação de seus alunos a partir de

procedimentos metodológicos, de acompanhamento e avaliações.

A formação dos seus alunos pauta-se numa visão humanística, principiada na justiça social, com igualdade, cidadania, emancipação, ética e sustentabilidade ambiental, avistando a formação humana integral com inclusão social, centrado em uma gestão democrática com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva.

A escola em evidência, ainda aponta em seu PPC que tem como função social, contribuir para a constante melhoria das condições educacionais da comunidade, visando assegurar uma educação de qualidade aos alunos. Para que esta função se efetive necessita-se de mais recursos humanos e materiais que deem suporte técnico e pedagógico.

O PPP como entendemos é um documento que norteia as ações na escola. Por isso, foi construído com os segmentos da comunidade escolar envolvidos nos processos educativos e responsáveis por sua implementação.

Dessa forma, o referido documento é consultado e avaliado constantemente, visto ser fonte de construção dos meios e instrumentos efetivos no desenvolvimento do trabalho escolar, interferindo positivamente no plano de ação do professor, da equipe pedagógica, e nas relações estabelecidas entre os diferentes segmentos da escola (PPP, 2015).

Assim o PPP é instrumento indispensável no processo educacional para a referida escola, e a partir dele se ramificam ações no processo de gestão da escola em especial o processo de ensino e aprendizagem.

PLANO DE AÇÃO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.

O Plano de Ação de Estágio se incluiu em uma Situação de Estudo ou Situação-Problema que, segundo Azambuja (2011), caracteriza-se como uma Metodologia Cooperativa. Estas são propostas e pesquisas que podem ser desenvolvidas nas escolas e fora delas, desde que mantenha aproximações e que devem estar sintonizadas com a concepção escolar da integração dos saberes científico e da realidade dos alunos.

A Situação de Estudo ou Situação-Problema proposta na pesquisa do Plano de Ação do Estágio consolida-se como uma metodologia que emprega também a atividade de ensino “[...] desenvolvida a partir da articulação de um tema específico e da vivência dos alunos, possibilitando ou necessitando ser uma prática interdisciplinar” (AZUMBUJA, 2011, p. 191). Assim, refletimos que o processo de aprender e ensinar na formação docente pode ocorrer a partir de situação de estudos que se aproximam da realidade escolar.

Para elaboração do Plano de Ação do estágio em debate concentramos atenções nos objetivos e propostas de ensino e aprendizagem da escola realizando, a observação e análise da prática do docente e discente em sala de aula em Geografia subsidiados pelo PPP da referida escola.

Como foco principal da atividade de estágio curricular elaboramos uma pesquisa exploratória acerca do uso do laboratório de informática da referida unidade de ensino como recurso metodológico na disciplina de Geografia, analisando seus limites e potencialidades enquanto recurso estrutural didático e pedagógico necessário nas escolas. Intitulamos a referida pesquisa de “O laboratório de informática e o ensino de Geografia: possibilidade e uso”.

Nesse intento, a pesquisa sobre uma situação prática do laboratório mencionado contribuiu com a formação dos discentes da disciplina de Geografia ao passo que relaciona as atividades da escola e das demais áreas de conhecimentos a outros atores e aspectos do cenário escolar.

Nessa perspectiva, desenvolvemos o presente Plano de Ação de estágio utilizando da pesquisa qualitativa como recurso para análises e focamos atenção no uso do laboratório de informática da escola campo de estágio, atrelando o seu uso ao ensino de Geografia, surgindo, assim, discussões que refletem sobre o uso de metodologias diversas nas aulas dessa disciplina. O laboratório citado se constitui como ferramenta que pode ser usado em atividades que auxiliem no ensino dos conteúdos da Geografia Escolar.

Segundo Parreira Júnior e Franco Neto (2009, p. 02), “as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) estão cada vez mais disponíveis para os docentes nas escolas e a necessidade de utilizar estes recursos em sala de aula é uma realidade”. Notadamente, essas ferramentas apresentam evoluções, enriquecimentos e despertam o interesse para a utilização de novas metodologias pedagógicas, seja pelo professor ou pelo aluno, no ensino e aprendizagem de Geografia. Assim, as mesmas podem ser utilizadas na sala de aula como recurso que pode subsidiar práticas educativas que contribuam para o aprendizado dos alunos.

A necessidade em pesquisar e compreender os aspectos do laboratório de informática originou-se diante das recorrentes discussões sobre a necessidade da utilização de novas metodologias no ensino de Geografia. Entendemos que um laboratório de informática pode ser utilizado no ensino da ciência mencionada, seja para realização de pesquisas *on line*, criação de atividades didáticas, utilização de *software*, elaboração e formatação de trabalhos dentre outras atividades que circundam o universo complexo da Geografia Escolar.

No desenvolvimento da pesquisa acerca do laboratório de informática da escola campo de estágio, foi realizada coleta de informações através de questionários com a professora regente da disciplina de Geografia e com a supervisora do laboratório de informática, o mesmo processo de aplicação de questionários ocorreu com os alunos de duas turmas de primeiro ano do Ensino Médio, objetivando conhecer as concepções dos mesmos sobre esse instrumento metodológico, seus limites e potencialidades possíveis de serem exploradas para o ensino da referida disciplina.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E AS OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA

Na realização do referido estágio ocorreram algumas eventualidades que impossibilitaram um olhar totalizante da sala de aula como havia sido planejado no Plano de Ação do estágio. A saber, as observações das aulas deveriam acontecer às sextas-feiras de cada semana nas quais seriam observadas e analisadas as práticas metodológicas do docente regente da disciplina e a participação dos alunos, pertencentes às turmas *lócus* do estágio. No entanto, devido a eventuais paradas da escola (feriados e manifestações) nesses dias da semana, reduziu a participação do estagiário em sala de aula no caráter de observação e coparticipação junto à professora regente da disciplina de Geografia.

Acreditamos que a participação em sala de aula, em caráter de observação e coparticipação, influi contribuições significativas na formação do estagiário e em seu processo formativo ao passo que vivencia momentos práticos e de relações dinâmicas entre grupos. Nesse cenário, podem ser impressos nos estagiários reflexões e aprendizados entusiasmantes ou desanimadores.

No estágio de observação e coparticipação, o estagiário não deve reduzir sua ação somente a sala de aula, pois a escola, em toda sua dimensão, deve ser foco das observações, análises e reflexões. Desse modo, pôde-se desenvolver essa etapa formativa de caráter qualitativo e de investigação em consonância com o Plano de Ação do estágio, no qual deve ser planejadas atuações para além da sala de aula e, no caso específico, da disciplina de Geografia.

Desse modo, a escola, como reflete Cavalcanti (2011), é uma instituição social, entendida em uma dimensão técnico-racional e incluída em uma dimensão pedagógica, marcada por problemas e por sua significativa capacidade de garantir ou construir um caráter educativo na sociedade.

Coadunamos com a autora supracitada. Acreditamos que a escola é um ambiente diverso, heterogêneo, carregado de responsabilidades e cargas que recaem sobre todos aqueles que nela convivem, principalmente, sobre a gestão e corpo docente. É, sem dúvidas, um ambiente amplo para reflexões, bem como pesquisas, visto as várias dimensões que a mesma comporta.

Acerca das dimensões que a escola pode propiciar junto ao estagiário quando da realização do seu estágio imbuído de pesquisa ou por assim afirmar como estagiário pesquisador, podemos observar que a aproximação da realidade escolar pelo estagiário é uma das premissas para realização das mesmas. “[...] essa caminhada certamente será uma trilha para a posição de novas experiências” (GARRIDO, 2010, p. 45).

A autora nos brinda com suas reflexões ao discorrer sobre estágio e pesquisa e nos permite refletir que a pesquisa no estágio é método de formação de futuros professores por mobilizar investigações que permitam ampliação e análise de aspectos e contextos onde os estágios se realizam. Assim, a pesquisa no estágio conjuga uma

posição investigativa de suma importância na formação docente, assumindo uma possibilidade formativa para o estagiário.

Garrido (2010), também discute a relação teoria e prática como essenciais na formação docente. A autora demonstra que o estágio tem de ser teórico-prático, e para desenvolver essa perspectiva é necessário romper com a fragmentação entre eles a partir da práxis. Isso aponta no estágio uma postura investigativa que deve envolver a reflexão e a intervenção na vida escolar.

ANALISANDO O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA: EXISTÊNCIA E CONDIÇÕES PARA USO

Para concretização da pesquisa referente ao laboratório foram aplicados 41 (quarenta e um questionários), sendo 39 (trinta e nove) destes para os estudantes do 1º ano do Ensino Médio, turmas A e B, um (01) para a supervisora do laboratório em análise e mais um (01) para a professora regente da disciplina de Geografia da escola campo de estágio. As questões elaboradas e aplicadas aos sujeitos da pesquisa visaram analisar e compreender a estrutura do laboratório de informática da escola, a concepção dos sujeitos da pesquisa sobre o uso desse equipamento mencionado, bem como, a sua utilização nas aulas de Geografia objetivando evidenciar as possibilidades de ensino e aprendizagem.

Segundo o PPP (2015) da referida escola, o laboratório é um aporte didático metodológico necessário a escola e se encontra em boas condições de usos. O que, a partir da pesquisa realizada, constatou-se uma contradição, tendo em vista que esse equipamento apresenta problemas e fragilidades que impede a sua utilização por alunos e professores.

Referente à estrutura desse item analisado é possível diagnosticar que o mesmo apresenta fragilidades ao que concernem as falhas constantes de conexão dos computadores à rede de internet, impossibilitando, assim, um desenvolvimento mais consistente de atividades de pesquisa *on line*. Saliemos ainda que o número de computadores neste espaço é insuficiente para a demanda de alunos existente na unidade escolar onde apenas dez unidades encontram-se em bom estado de funcionamento. O laboratório enfrenta problemas ao que se refere à ambientação do mesmo sendo inexistente a presença de climatização adequada ou ventilação considerável. Esses problemas, segundo a supervisora do laboratório, não são solucionados devido à falta de verba ou recursos financeiros destinados para a manutenção desse equipamento na escola.

Percebemos que o público da pesquisa vincula inúmeras vantagens ao uso do laboratório de informática para o ensino. A supervisora afirma que a utilização desse equipamento pode ampliar a bibliografia das várias disciplinas estudadas pelos alunos, e que a partir de *softwares* pode simular experimentos químicos, cálculos matemáticos

entre outras atividades. Desse modo, a utilização desse espaço pode ser uma rica ferramenta para ampliação de conhecimentos. Afirmam que a procura dos professores e alunos para uso é constante, no entanto, devido aos problemas já mencionados acima, os mesmos ficam desassistindo, não conseguindo, na maioria das vezes, êxito nas atividades propostas para esse ambiente.

De modo geral, os alunos descrevem que o uso desse equipamento pode dinamizar as aulas, sendo um suporte necessário para atividade de pesquisas, estudos e elaboração de trabalhos e/ou atividades. Atribuem importância do uso pois pode “Ampliar as fronteiras dos conhecimentos” ao mesmo tempo que “cria facilidades no ensino com pesquisas”, além de ser “um estímulo (sic) da aprendizagem e da comunicação” e, sendo assim, possibilita “um melhor desenvolvimento e melhor aprendizado do aluno.”

A maioria dos alunos pesquisados mencionaram que nunca foram encaminhados ao laboratório para realizar alguma atividade envolvendo os equipamentos que lá existem. Os alunos que tiveram a oportunidade de ir frequentar afirmam que quando são levados não conseguem desenvolver as atividades propostas. Reforçam a informação de que o equipamento apresenta problemas de funcionamento “nunca dá certo fazer nada lá. Não tem internet, os computadores (sic) é lento ou não funcionam.”

Segundo a professora, computador e internet são necessários e essenciais no atual estágio de desenvolvimento social, alicerçado nos meios técnicos, científicos informacionais e na escola devem ser usados, pois “as vantagens são inúmeras. Desde pesquisas mais simples às mais avançadas que podem aprimorar os conteúdos vistos em salas de aula e atualizar as informações do livro didático [...]”. Afirmam ainda que já fez uso do laboratório para desenvolver atividades na disciplina de Geografia, no entanto, não tinha planejado, ainda, nem uma atividade no laboratório para as turmas de alunos supracitadas. A mesma assegura que desenvolveu “[...] diversas pesquisas com várias temáticas, tanto da Geografia física como da humana [...] já trabalhei com localização de países, procurar características demográficas, econômicas, ambientais [...]”. Reconhece as mesmas problemáticas supracitadas e limitações do laboratório.

Percebemos que a professora reconhece o recurso de informática como de fundamental importância e necessário no desenvolvimento das aulas de Geografia. Afinal, ensinar é uma prática na qual o professor aplica os conhecimentos que tem do conteúdo e utiliza de métodos que considera adequado para o ensino desse componente curricular (PARREIRA JÚNIOR; FRANCO NETO; COSTA, 2009).

O laboratório de informática pode ser uma fonte de pesquisa para aprimorar conhecimento e atualizar informações estudadas em sala de aula, destacando-se como fonte exploratória de informação, segundo a professora.

Ainda sobre o uso do laboratório no ensino de Geografia, os alunos afirmam ainda não ter utilizado esse equipamento para esses fins no presente ano letivo. Isso pode ser explicado pelas condições precárias de uso do laboratório e ainda pelo baixo

número de aulas de Geografia que os mesmos tiveram no início do ano letivo 2017, o que reduz ainda mais o acesso ao objeto de estudo em tela.

A concepção dos envolvidos acerca das possibilidades de ensinar e aprender Geografia usando o laboratório de informática demonstra resultados positivos ao que concerne a perspectiva que essa ferramenta pode propiciar ao ensino de Geografia.

De modo geral, o laboratório de informática pode ser auxílio na ampliação de informações, na melhoria do trabalho em equipe, na dinamização das aulas, metodologias e recursos e no aprimoramento do conhecimento. Isso pode ser desenvolvido a partir do momento que se usa o laboratório para desenvolver atividades sobre os vários conteúdos pertinentes a Geografia, seja eles humanos, físicos e cartográficos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o desenvolvimento da presente pesquisa possibilita o entendimento acerca de uma das dificuldades da escola pública: a fragilidade de sua estrutura. Um laboratório de informática bem equipado, com acesso à internet e agradável, a quem utiliza, deve ser uma prioridade nas escolas pelo fato de possibilitar inúmeras vantagens ao processo de ensino e aprendizagem.

Percebeu-se que o recurso pesquisado apresenta inúmeras limitações quanto seu uso pelos alunos e professores. Computadores que não funcionam, conexão com a internet fragilizada, climatização precária, falta de verbas econômicas e deficiência de perspectivas de mudança do quando, são problemas encontrados mediante pesquisa.

Chegamos à conclusão, mediante entrevistas, que, em contexto do ensino de Geografia, esse equipamento pode auxiliar nesse processo, tendo em vista que por meio da pesquisa na internet pode-se obter e atualizar informações importantes sobre conhecimentos geográficos, é possível o uso de *software* no ensino e aprendizagem da cartografia e da Geografia física, além de que computadores em bom estado de funcionamento poderiam ser utilizados na produção de trabalhos escolares, por exemplo.

É notório que o laboratório é um recurso possível para dinamizar as aulas de Geografia, no entanto, os problemas presentes nesse impedi o uso. Para a superação dessas dificuldades, é necessário a manutenção e conserto dos objetos que o compõe e para isso é necessário recurso econômico. E para além do laboratório, o professor pode dinamizar as aulas utilizando de metodologias e outros recursos, dependendo dos assuntos trabalhados, que possa aproximar e auxiliar os alunos em seu processo de ensino e aprendizagem em Geografia.

Conclui-se que o desenvolvimento do Plano de Ação do estágio, constitui-se como importante auxílio ao estagiário no entremeio de suas atividades durante o período de estágio, ao passo que reivindica a definição e o planejamento das etapas que, adiante, serão executados. O Plano de Ação executado no Estágio Curricular Supervisionado, como pesquisa consolidada, comporta-se como importante instrumento de investigação

e possibilita novas experiências no processo formativo docente em Geografia a partir da pesquisa.

A pesquisa investigativa, por sua vez, acerca de um elemento da escola campo de estágio, não se restringindo apenas a observação em sala de aula, comporta-se como um caminho eficiente e possível para a formação de professores, visto que permite vislumbrar a forma como a escola se estrutura e se realiza, assim, contribuindo para qualificação profissional mediante vivência com os nexos existentes no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

ANDENI, Eliane Gonçalves Costa. Contribuições da prática curricular e do estágio para a formação do professor. In: ZANATTA, Beatriz Aparecida; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Formação de professores: reflexões do atual cenário sobre o ensino da geografia**. Goiânia: NEPEG, 2008, p. 69-83.

AZAMBUJA, Leonardo Dirceu. Metodologias Cooperativa para Ensinar e Aprender Geografia. In: CALLAI, Helena Copetti. **Educação geográfica: reflexões e práticas** (org.). Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 185-210.

LIMA, Maria Socorro Lucena. O olhar de observação sobre a escola e suas relações: qual o sentido do estágio para o estagiário. In: _____. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Líder Livro, 2012, p. 61-83.

MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; TONINI, Ivaine Maria. A importância do estágio supervisionado em Geografia na construção do saber/fazer docente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Catarina, v. 20, n. 3, p. 98-106, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia>. Acesso em: 05/05/2017.

PARREIRA JÚNIOR, Walteno Martins; FRANCO NETO, João Ribeiro. Analisando um jogo educacional como um recurso didático no ensino fundamental. In: Seminário Internacional de Educação do Pontal do Triângulo Mineiro (Seminter), 1, 2009, Ituiutaba. **Anais do I Seminter**. Ituiutaba: UFU e FEIT-UEMG, 2009. Disponível em: <http://www.ituiutaba.uemg.br/seminario/siteoriginal/index2.html>> Acesso em: 12/05/2017.

PARREIRA JÚNIOR, Walteno Martins; FRANCO NETO, João Ribeiro; COSTA, Márcio Oliveira da. Utilização do software Hot Potatoes para a produção de jogos educacionais. In: Seminário Nacional O Uno e o Diverso Na Educação Escolar, 10, 2009, Uberlândia (MG). **Anais...** UFU, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio: diferentes concepções. In: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena; revisão técnica de José Cerchi Fusari. **Estágio e Docência**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 33-57.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PPC. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus Avançado Prof^a Maria Elisa de Albuquerque Maia*, Pau dos Ferros, RN, jun., 2014.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Maria Edilma de Freitas, Pau dos Ferros, RN, 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 06 de 25 de fevereiro de 2015 – CONSEPE. **Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.** Sala das Sessões dos Colegiados. Mossoró/RN, 25 de fev. 2015.

INTRODUÇÃO ÀS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Darlan Fabiane

Universidade Federal da Fronteira Sul, Faculdade de Geografia
Erechim, RS

PALAVRAS-CHAVE: História do Pensamento Geográfico. Geografia. Geografia Brasileira.

INTRODUCTION TO THE BASIS OF THE BRAZILIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT

RESUMO: A história do pensamento geográfico tem sua origem na Mesopotâmia e na Grécia. Os mesopotâmios produziram o primeiro mapa e os gregos desenvolveram os conceitos básicos da Cartografia. A Geografia, criada por Estrabão, adquire o *Status* de ciência a partir das contribuições alemãs, passando a ser estudada de forma distinta na Alemanha, na França e nos Estados Unidos da América. A escola geográfica francesa serve de base para a Geografia produzida no Brasil, pois a criação dos primeiros cursos universitários em São Paulo e no Rio de Janeiro foi orientada por professores franceses. É na década de 1930 que a Geografia brasileira ganha destaque com a criação dos cursos de Geografia da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal. Esta década também originou a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938. O texto, produzido a partir de uma revisão bibliográfica, teve por objetivo identificar e apresentar ao leitor acontecimentos, autores e obras que constituem as principais bases da história do pensamento geográfico.

ABSTRACT: The history of geographic thought has its origin in Mesopotamia and Greece. The Mesopotamians produced the first map and the Greeks developed the basic concepts of Cartography. The Geography, created by Strabo, acquires the Status of science from German contributions, being studied in a different way in Germany, France and the United States of America. The French geographic school serves as the basis for Geography produced in Brazil, as the creation of the first university courses in São Paulo and Rio de Janeiro were guided by French professors. It is in the decade of 1930 that the Brazilian Geography gains prominence with the creation of the courses of Geography in the University of São Paulo and in the University of the Federal District. This decade also led to the creation of the Association of Brazilian Geographers in 1934 and the Brazilian Institute of Geography and Statistics in 1938. The text, produced from a bibliographical review, aimed at identifying and presenting to the reader events, authors and works that constitute the main bases of the history of the geographic thought.

KEYWORDS: History of Geographical Thought. Geography. Brazilian Geography.

1 | INTRODUÇÃO

O conhecimento da história dos homens permite um melhor entendimento do comportamento destes nos dias atuais. Tais homens produzem representações e explicações para os fenômenos que vivenciam e este conhecimento vai sendo aperfeiçoado no decorrer do tempo. Surgem novas ideias, mas também mudanças nas representações e explicações já produzidas.

A ciência geográfica possui um histórico de pensadores com suas representações e explicações relativas ao espaço geográfico e o conhecimento desta história contribui para o entendimento da ciência atual. Neste sentido, saber como a Geografia começou e chegou até os dias atuais, é a ideia deste texto. Trata-se, portanto, de apresentar o que é mais básico para a Geografia, em umas poucas páginas.

O objetivo do trabalho consistiu em identificar e apresentar os principais eventos, autores e obras que marcaram a história da ciência geográfica e, mais especificamente, a história da Geografia acadêmica desenvolvida no Brasil. O trabalho possui três partes distintas, tratando da origem do pensamento geográfico, da aquisição do status científico e da estruturação da Geografia no Brasil, sendo indicado principalmente aos que estão dando seus primeiros passos na Geografia acadêmica.

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória descritiva, cujo procedimento principal envolveu a pesquisa bibliográfica. O estudo baseou-se em trabalhos de autores renomados na Geografia, sobretudo professores ligados às duas primeiras faculdades de Geografia brasileiras.

2 | O PENSAMENTO GEOGRÁFICO INICIAL

A história da civilização ocidental aponta a Mesopotâmia e a Grécia como berços do pensamento geográfico. Foram os mesopotâmios, mais especificamente os sumérios, que produziram o primeiro mapa de que temos notícia. O mapa de Ga-Sur foi confeccionado em argila cozida e representava o vale onde corre o rio Eufrates, na Mesopotâmia. (ALMANAQUE ABRIL 2010, 2009).

Na Grécia Antiga houve grande desenvolvimento do pensamento humano em diversos assuntos e dentre os filósofos gregos estão vários nomes que contribuíram com a Geografia: Anaximandro de Mileto fez o primeiro mapa marítimo, Eratósteles calculou a circunferência da Terra e desenvolveu um sistema de coordenadas com latitudes e longitudes, Heródoto viajou pelo mundo antigo e descreveu os locais por onde passou, Dicearco propôs a divisão do planeta em hemisfério norte e hemisfério sul. (BECKER, 2006).

Ruy Moreira enfatiza a importância do pensador grego Estrabão na capa de

seu livro: “Estrabão, ao criar a geografia no século I, apresentou-a como um saber comprometido com a construção de um mundo centrado na felicidade e na vida do homem”. (MOREIRA, 2012, capa).

Fora da Grécia, até o século XV, o conhecimento geográfico se caracteriza principalmente pelos relatos de viajantes, sobretudo, árabes como Al-Idrisi e Ibn Batutah. Os árabes também foram importantes no estudo dos astros e na conservação de textos antigos, que assim puderam chegar ao nosso conhecimento. (LENCIONI, 2003).

Com as navegações portuguesas, por volta do século XV, os estudos de Astronomia e Cartografia tornam-se necessários para orientar os navegadores. “Na região do Algarve, próximo à ponta de Sagres, dom Henrique reuniu um grupo de estudiosos, como astrônomos, cartógrafos e pilotos, para desenvolver estudos náuticos necessários às expedições marítimas. Era a chamada Escola de Sagres”. (BECKER, 2006, p. 44). A Escola de Sagres foi um marco importante para o desenvolvimento da cartografia.

Destaque do século XVI é o trabalho do geógrafo e matemático holandês Mercator. Segundo Lucci (1982, p. 11), Mercator “[...] criou o sistema de projeção cilíndrica que nos dá uma das melhores e mais comuns formas de representação da Terra: o mapa-múndi ou planisfério”. O mapa de Mercator constitui mais um avanço na cartografia, permitindo novas representações e compreensões geográficas do mundo.

É na Alemanha do século XVIII que surge a Geografia como campo/área do conhecimento, sendo Immanuel Kant (1724-1804) o primeiro a ensiná-la no meio acadêmico. Neste tempo a Geografia é um conjunto de conhecimentos empíricos relativos ao mundo físico traduzidos na forma de paisagens que constituíam uma ampla corografia. (MOREIRA, 2010).

Moreira (2010) entende que Kant não provoca transformações significativas na Geografia, mas prepara o terreno para que Ritter e Humboldt a transformem em uma ciência. Os trabalhos de Kant, Humboldt e Ritter constituem a base da ciência geográfica, sendo a partir de Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), que se inaugura uma Geografia com viés científico.

3 | A GEOGRAFIA SISTEMATIZADA

Impulsionada por Humboldt e Ritter, a Geografia se desenvolve, principalmente, em duas escolas: a Escola Alemã que tem como principal expoente Friedrich Ratzel (1844-1904) e a Escola Francesa centrada na figura de Paul Vidal de La Blache (1845-1918). Ratzel se destaca pelas teorias do espaço vital e do determinismo geográfico, enquanto La Blache desenvolve a teoria do possibilismo geográfico.

Segundo Becker (2006, p. 59): “O espaço vital representa uma proporção de equilíbrio entre uma população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis

para suprir suas necessidades, definindo assim suas necessidades de progredir e suas premências territoriais”. Com esta teoria, Ratzel justifica o desejo de expansão territorial dos alemães.

Quanto ao determinismo e ao possibilismo geográficos, são teorias que procuram entender a relação homem-meio. Para Ratzel, o homem é um ser passivo que tem suas características definidas pelo meio onde vive, ou seja, o nível de desenvolvimento de uma sociedade é determinado pelas características do meio onde ela está inserida. Já no entendimento de La Blache, existe uma interação entre o homem e o meio a partir da qual se moldam as sociedades, ou seja, o homem é um ser ativo. (BECKER, 2006).

A Escola Norte-Americana é representada, sobretudo, por Richard Hartshorne (1899-1992). Este autor, influenciado pelo geógrafo alemão Alfred Hettner (1859-1941), divide a Geografia em: Geografia Idiográfica (regional) e Geografia Nomotética (geral). Na definição de Becker (2006, p. 68-69), a primeira seria uma Geografia “[...] singular (de um só lugar), porém exaustiva (apreender vários elementos) o que levaria a um conhecimento profundo de determinado local”. A segunda seria uma Geografia “[...] generalizadora, apesar de parcial, fazendo análises tópicas e comparativas em vários lugares”.

Hartshorne é autor da teoria do racionalismo geográfico ou da Geografia Racionalista. De acordo com Moraes (2007, p. 95): “O fato de se denominar racionalista esta corrente advém de sua menor carga empirista, em relação às anteriores”. Para Becker (2006), Hartshorne é o geógrafo que faz a transição entre a Geografia Tradicional e as geografias posteriores.

A Geografia Tradicional ou Geografia Clássica baseava-se nas ideias de Augusto Comte (1798-1857) e no método positivista, um método onde a observação dos fatos/fenômenos era a única forma de conhecer a verdade. (BECKER, 2006). Esta Geografia vai ser substituída pelas geografias posteriores a partir da metade do século XX quando surgem duas linhas de pensamento principais: a Geografia Crítica e a Geografia Pragmática. (MORAES, 2007).

Na década de 1930, quando a Geografia Clássica está quase superada, vêm ao Brasil dois geógrafos franceses que vão formar a base do pensamento geográfico brasileiro. Deffontaines vai ser o criador dos cursos universitários em São Paulo e no Rio de Janeiro e Monbeig vai influenciar a formação dos primeiros geógrafos da academia paulista.

4 | AS BASES DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Sociedade Brasileira de Geografia (SBG) ocorre no século XIX, respectivamente, 1838 e 1883, mas é a partir da terceira década do século XX que a Geografia se torna um ramo do conhecimento realmente importante no contexto nacional.

Nomes importantes para a gênese da Geografia brasileira são Manuel Aires de Casal, Carlos Delgado de Carvalho, os professores franceses Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, Francis Ruellan e Leo Waibel. (MOREIRA, 2009).

Aires de Casal era português e atuava no Rio de Janeiro com Capelão. Produziu, no início do século XIX, uma obra intitulada “A corografia brasílica”, na qual reúne informações e dados do Brasil daquela época. (MOREIRA, 2009).

Delgado de Carvalho dividiu o Brasil nas regiões: Meridional, Central, Setentrional, Oriental e Norte-oriental, sendo esta divisão de 1913 a base da regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) produzida no ano de 1941. Carvalho também escreveu “Metodologia do ensino geográfico”, em 1925, e no ano de 1935 tornou-se professor de Geografia Humana na Universidade do Distrito Federal (UDF). (MOREIRA, 2009).

Deffontaines chegou ao Brasil no ano de 1934 e foi responsável pela criação dos cursos de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e na UDF. Também atuou na criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Voltou para a França no ano de 1938, deixando algumas obras como “Geografia humana do Brasil”, obra onde apresenta o quadro natural, a relação homem-natureza e os aspectos econômicos do Brasil, nesta sequência.

Monbeig chegou ao Brasil em 1935 para trabalhar na USP quando Deffontaines foi para o Rio de Janeiro. Presidiu a AGB e atuou na criação do CNG. Ficou no Brasil até 1946 e produziu várias obras. No entendimento de Ruy Moreira (2009, p. 33), “[...] é Monbeig quem traça o perfil da primeira geração de geógrafos de São Paulo, muitos dos quais vão substituí-lo na USP quando regressa a seu país”. Uma de suas obras é “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo”, em que aborda o quadro físico, a epopeia do povoamento e o quadro atual de São Paulo.

Ruellan veio ao Brasil no ano de 1940 e trabalhou na UB e no IBGE. Seus trabalhos estiveram relacionados à Geomorfologia, escrevendo obras como “Evolução geomorfológica da baía de Guanabara e das regiões vizinhas”, publicada na Revista Brasileira de Geografia (RBG) de 1944, e “O escudo brasileiro e dobramentos de fundo”, em 1953. A primeira das duas obras foi republicada na RBG, volume 50, número especial, no ano de 1988.

Waibel veio para o Brasil no ano de 1946. Trabalhou no IBGE e seus estudos foram direcionados para a Geografia Agrária. Produziu vários textos que foram transformados em livro no ano de 1958, cujo título era “Capítulos de geografia tropical e do Brasil”. Em 1949, a RBG publicou “Princípios da colonização europeia no sul do Brasil”, obra republicada na RBG de 1988 como um dos textos clássicos da Geografia.

A criação dos cursos universitários, da AGB, do CNG, do IBGE e o estabelecimento de normas para o ensino básico da disciplina vão consolidar a Geografia no país. Para Antunes (2008, p. 32), “a criação dessas instituições se coloca como estratégia utilizada na busca da cientificidade, da legitimidade e da inserção da profissão na modernidade. Tais atos, interligados, rapidamente conformam uma

comunidade de geógrafos no país”.

Esta fase de consolidação da Geografia brasileira tem seu reconhecimento a nível internacional no ano de 1956, com a efetivação do congresso da União Geográfica Internacional (UGI). O evento ocorreu no Rio de Janeiro e mobilizou geógrafos de diversas instituições para a produção de obras que apresentassem o Brasil ao mundo.

Dentre a comunidade de geógrafos brasileiros, Moreira (2016) destaca os trabalhos de Josué de Castro, Aziz Ab’Sáber, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Bertha Becker, Milton Santos, Horieste Gomes e Armando Corrêa da Silva. Estes sete autores seriam os principais responsáveis pela continuidade do pensamento geográfico brasileiro na segunda metade do século passado.

Em “Geografia da fome”, Castro afirma existirem duas formas de fome: a forma coletiva e a forma individual, gerando como consequência a desnutrição e a inanição, respectivamente. O autor identifica cinco áreas de fome presentes no território brasileiro e apresenta sua teoria biominerossocial, na qual solos pobres geram plantas e animais com deficiências nutricionais e, conseqüentemente, populações mal alimentadas.

Na obra “Domínios de natureza no Brasil”, Ab’Sáber relaciona as paisagens de hoje com o tempo geológico e as alterações ambientais sucessivas. É a teoria dos redutos-refúgios através da qual o autor explica, por exemplo, a existência de paisagens atuais herdadas de um passado de clima árido juntamente com outras herdadas de um clima úmido. Eventos do Quaternário, sobretudo do Holoceno, são relacionados com as formas paisagísticas remanescentes encontradas nos dias atuais.

“Teoria e clima urbano” é um trabalho onde Monteiro faz distinção entre o conceito de clima geográfico e clima meteorológico. Para ele, a Geografia estuda os eventos climáticos da camada atmosférica mais próxima da superfície terrestre. É a teoria do tempo pulsional do clima, ou seja, o autor estuda o tempo relacionado com a vida humana. O clima da cidade é um clima local estudado em sua relação com a vida biológica.

Em “Geopolítica da Amazônia”, Becker teoriza a renovação periférica do centro, uma teoria baseada no desenvolvimento polarizado de J. Friedmann. Para esta autora, a sociedade brasileira teve, a partir da revolução industrial, uma relação de trocas centro-periferia que gerou um desenvolvimento regional desigual. Exemplo disso é a relação entre a região sudeste e as outras regiões brasileiras. Nesta relação assimétrica, a dependência e o uso dos recursos da periferia são organizados pelo centro polarizador.

Santos escreve “A natureza do espaço”, apresentando o espaço como um sistema de objetos que é produto da técnica. Desenvolve a teoria do tempo-espacial. Para este autor, o espaço só existe a partir da data em que a técnica o cria e os diferentes graus técnicos fazem com que o espaço geográfico se apresente, no tempo, nas formas de um meio natural, mecânico ou técnico-científico-informacional.

“Reflexões sobre teoria e crítica em Geografia” é um trabalho onde Gomes conceitua o meio geográfico como uma relação espacial sociedade-natureza. Em sua

teoria espaço-tempo dialético, afirma existir uma reciprocidade entre espaço e tempo sendo que o espaço é o tempo e o tempo é o espaço e ambos expressam o movimento da matéria.

Em “Geografia e lugar social”, Silva afirma que a Geografia trabalha com o movimento de articulação entre o social e o natural. Ele teoriza a geossociabilidade do ser do homem: sendo um ser natural, na medida em que busca a satisfação de suas necessidades, torna-se um ser social. O lugar geográfico é o lugar social que concretiza a geossociabilidade do homem.

Os sete autores apresentados acima exemplificam a produção geográfica brasileira pós-gênese mais característica. Além destes nomes existem outros que deram sua contribuição, entretanto são estes autores juntamente com Delgado de Carvalho, Deffontaines, Monbeig, Ruellan e Waibel que constituem a configuração básica do pensamento geográfico brasileiro.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de conceitos básicos de localização e produção de mapas constituem aspectos marcantes do pensamento geográfico inicial, mas a Geografia criada por Estrabão só vai adquirir o *Status* de ciência a partir das contribuições de Humboldt, Ritter e La Blache.

A Geografia brasileira ganhou destaque na década de 1930, sobretudo pela atuação de Monbeig e Deffontaines, configurando assim uma Geografia de matriz francesa. A vinda de geógrafos franceses permitiu a criação dos cursos de Geografia na USP e na UDF, além da criação da AGB e do IBGE.

De um modo geral, os trabalhos dos geógrafos que atuaram no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 constituem uma Geografia de síntese na qual os autores escrevem sobre temas variados. Já a partir da década de 1950 desenvolve-se no Brasil uma Geografia setORIZADA onde cada autor vai direcionar seus estudos para um ramo específico da ciência geográfica.

Com os fatos, autores e obras elencados aqui de forma resumida, juntamente com as referências, espera-se contribuir para um melhor entendimento da ciência geográfica e da Geografia brasileira atual, podendo identificar, por exemplo, a recorrência de algumas propostas para este campo de estudo.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL 2010. Geografia/mundo/atlas. **Infográfico**. São Paulo: Abril, 2009, p. 334-335.

ANTUNES, Charlles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações**: notas de uma história. 2008. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BECKER, Elsbeth Léia Spode. **História do pensamento geográfico**. Santa Maria: Unifra, 2006.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LUCCI, Elian Alabi. **Geografia Econômica**: O quadro político, humano e econômico do Brasil e do mundo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 21. ed. **São Paulo**: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro 1**: as matrizes clássicas originárias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro 2**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro 3**: as matrizes brasileiras. (2. reimpr.). São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **O que é Geografia**. 2. ed. (2. reimpr.), São Paulo: Brasiliense, 2012.

O ESTUDO DAS REDES COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO ESPACIAL

Lucas Ponte Mesquita

Discente de Graduação em Geografia,
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus
Erechim. Núcleo de Pesquisa Território, Ambiente
e Paisagem – NETAP/UFFS –
contato: ponte.mesquita@gmail.com

Juçara Spinelli

Docente do Curso de Geografia, Universidade
Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim.
Núcleo de Pesquisa Território, Ambiente e
Paisagem – NETAP/UFFS –
contato: jucara.spinelli@uffs.edu.br.

Este capítulo é uma síntese parcial teórica e apresenta um ensaio do estudo da rede do ramo imobiliário no centro de Erechim/RS, integrando o Projeto de Pesquisa interinstitucional “Policentrismo, rede urbana e desenvolvimento regional no RS: uma análise a partir de aglomerações urbanas selecionadas” (FAPERGS, 2018-2020).

RESUMO: Este capítulo propõe um ensaio sobre a cidade de Erechim, localizada na porção norte do estado do Rio Grande do Sul, região do Alto Uruguai, após inquietações diante de leituras e reflexões acerca das conceituações sobre cidades pequenas e cidades médias no Brasil. Procura-se uma leitura geográfica a partir de tais espaços urbanos em pauta pelas análises das redes urbanas e do seu alcance interescalar. O objetivo do trabalho

foi de promover um debate acerca de cada um desses conceitos, de forma a embasar os três eixos principais de discussão deste artigo: das redes, das cidades pequenas e das cidades médias. O capítulo busca apresentar, por meio de um ensaio da verticalização, uma possibilidade de leitura da escala intraurbana. Considerando o estágio inicial da pesquisa, não se propõe, neste trabalho, conceituar uma das inquietações supracitadas, mas desenvolver e possibilitar um estudo que promova frentes de investigações futuras a partir das reflexões de integrações entre os conceitos apontados. A metodologia utilizada buscou analisar as redes e escalas de abrangência das empresas e serviços do ramo imobiliário envolvidas em construções atuais de edifícios no bairro Centro do município de Erechim (RS). Os resultados deste ensaio apontaram a um processo de verticalização em uma cidade que ainda apresenta vazios urbanos mesmo na sua área central, com redes de abrangência nacional e regional atuando no ramo imobiliário e que os agentes promotores imobiliários atuam e influenciam fortemente na produção da cidade em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: redes, cidades pequenas e médias; verticalização

ABSTRACT: This article proposes an essay on the city of Erechim, located in the northern

portion of the state of Rio Grande do Sul, 'Alto Uruguai', after concerns about readings and reflections about the conceptualizations of small cities and medium cities in Brazil. A geographic reading is sought from such urban spaces based on the analyzes urban networks and their interscalar reach. The objective of the work was to promote a debate about each of these concepts, in order to base the three main axes of discussion of this article: networks, small cities and medium cities. The chapter tries to present, through a test of verticalization, a possibility of reading the intra-urban scale. Considering the initial stage of the research, it is not proposed, in this work, to conceptualize one of the concerns mentioned above, but to develop and make possible a study that promotes future research fronts from the reflections of integrations between the mentioned concepts. The methodology used sought to analyze the networks and scales of coverage of real estate companies and services involved in the current construction of buildings in the downtown district of the city of Erechim (RS). The results of this study point to a process of verticalization in a city that still presents urban voids even in its central area, with networks of national and regional scope acting in the real estate field and that the real estate promoters act and strongly influence the production of the city in study.

1 | INTRODUÇÃO

O presente capítulo origina-se em algumas inquietações em relação à vivência espacial e geográfica no município de Erechim (RS) e às leituras sobre cidades médias e cidades pequenas, no que concerne à questão das interesclaridades e desafios de compreensão, dadas as características regionais e intraurbanas particulares de cada localidade. Ao perceber hiatos teórico-conceituais quanto ao debate acerca das cidades pequenas e das cidades médias e, ao buscar transpor as abordagens conceituais e teóricas para os fenômenos observáveis à realidade do município de Erechim (RS), percebeu-se certas inconsistências diante de não responder, de fato, à totalidade de cada fenômeno observado.

Diante de tais inquietações, buscou-se primeiramente abordar a questão regional a partir da perspectiva da rede urbana e das redes de relações comerciais e de serviços, especificamente do ramo imobiliário, que dinamizam as cidades e regiões. Neste sentido, o guia linear desse capítulo, está em verificar as análises e reflexões através da base conceitual geográfica das redes, aqui embasada por DIAS (2012), e adentrando mais especificamente nas redes urbanas, da referência nacional de CORRÊA (2006b).

Enxergar e reunir conceitos de redes, de redes urbanas, de cidades pequenas, cidades médias, verticalização, transições urbanas envolve uma multifacetada busca de interpretações de fenômenos, direcionando para este tópico algo muito além do que final, e sim, um indicativo de possíveis caminhos a se continuar. Dessa forma, dialoga-se com a proposta da publicação 'Geografia na Contemporaneidade 3', que pelo

sua apresentação em possibilitar a aquisição de conhecimentos e habilidades para a mudança de atitudes, e novas perspectivas de visões da relação do ser humano com o meio, de forma a prioritariamente abrir perspectivas de estudos e visões, do que de fato concluir sobre algo, definitivamente construindo novos processos de pensamentos.

Como referencial teórico buscou-se reflexões acerca do conceito de cidade pequena por meio das diversas abordagens propostas por JUNIOR (2013) dentre as suas leituras e usos nos Anais do Encontro Nacional de Geografia; delimitando a integração entre as abordagens apresentadas por CASERIL (2010) e por FRESCA (2010), como uma das frentes de conceituação pela análise do município de Erechim, interligando a ALVES, ENDLICH (2017). Posteriormente, segue-se o referencial em torno do debate das cidades médias e procura-se frentes conceituais em torno da redes e fluxos estudados a partir de BRANCO (2006) e CORRÊA (2006a). Por fim, de forma a interligar as diferentes escalas e buscar um possível desenvolvimento teórico e metodológico para a compreensão da questão urbana, percorreu-se os referenciais sobre urbanização e verticalização, especialmente destacados por CASERIL, FRESCA (2007).

O capítulo, desta forma, estrutura-se em três partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção apresenta a metodologia de escolha dos referenciais bibliográficos usados e os encaminhamentos procedimentais da proposta de pesquisa desenvolvida na cidade. Na segunda seção conta com a apresentação da abordagem teórica sobre rede e rede urbana, com ênfase na conceituação de cidades pequenas e cidades médias. Na terceira seção é apresentado um ensaio do estudo em Erechim (RS), acerca das empresas do ramo imobiliário (construtoras, de materiais de construção ou prestadoras de serviços) presentes em edifícios ainda em construção no bairro Centro da cidade, de forma a possibilitar uma reflexão acerca da verticalização e das redes que se desenvolvem e a amplitude escalar como dimensão para entender o posicionamento da cidade frente às conceituações de cidades pequenas e médias.

2 | REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os grandes estudos das cidades, que perpassam a Geografia, adentram em questões da Sociologia, da Arquitetura e do Urbanismo e contemplam diversas discussões sobre a vida urbana. De forma a delimitar mais, define-se como foco central a espacialidade dos fenômenos, intrinsecamente como viés geográfico de estudo, mas não deixando de se alimentar através de bibliografias indiretas, ou seja, citações presentes nos artigos geográficos lidos, mas de origem de outras ciências. Contextualizando na etapa de início ainda da trajetória geográfica, várias foram as inquietações com base nas conceituações lidas ao que se denomina Geografia Urbana. A principal delas, explicitada no decorrer deste capítulo, motivou e guiou esta pesquisa, movimentando então a busca pela metodologia que pudesse guiar e responder de alguma forma a problemática da conceituação de transição de uma cidade ‘maior’

que pequena, para uma cidade 'menor' que a média. Ressaltando que não cabe aqui, qualificar nem conceituar o termo transição, nem defender classificações em divisões positivistas as cidades, muito menos no contexto do município de Erechim (RS), a quem esse capítulo se direciona mais especificamente.

Com o objetivo de entender do que se pode considerar transição na conceituação de uma cidade pequena para média, focamos em várias subdivisões do que poderia ser estudado desde então, adentrando nos conceitos de redes e rede urbana, a partir do viés geográfico de DIAS (2012) e CORRÊA (2006-B), respectivamente. Nesse caminho a pesquisa depara-se ainda com várias frentes de estudos, que se revelam inquietantes, dada a complexidade do fenômeno urbano. Dentre as inquietações que moveram o direcionamento de buscar entender e refletir mais acerca da transição conceitual foi baseada na frente entre leitura bibliográfica acerca dos conceitos e a não verificação direta, enquanto pré-análise empírica ao município de Erechim (RS). Para isso buscou-se selecionar algumas frentes de direcionamento para se perceber dentro da perspectiva das redes, os fenômenos espaciais das cidades pequenas e das cidades médias com foco nos estudos da verticalização.

A escolha da verticalização enquanto perspectiva de estudo interna as outras escolhas conceituais da Geografia, liga-se diretamente com a ampla bibliografia acerca do tema, onde CASERIL & FRESCA (2007) debruçaram-se em diversas abordagens diferentes, dentre teses e dissertações. Bem como, o fato do fenômeno da verticalização ter importância significativa no Brasil por SOUZA (1994) enquanto especificidade da urbanização na dimensão de ser prioritária para a habitação entrelaçando a frente dos estudos das redes urbanas já que há nesse debate a ideia sobre a técnica e sua capacidade virtual de criar condições inéditas (arranha-céus, condomínios verticais), de modificar a ordem econômica mundial e de transformar os territórios (DIAS, 2012). A perspectiva do estudo da rede hoteleira, pela característica singular da grande presença de hotéis verticais em Erechim (RS), bem como um amplo serviço que engloba as redes do urbano-campo no contexto local representando constantemente desafios e dilemas entre a possibilidade de crescimento (GOMES, 2012) e pela relação conceitual das redes, enquanto estratégias de circulação e de comunicação, onde em alguns casos os capitais externos identificam a vocação turística dos pequenos municípios criando empreendimentos numa transposição escalar global-local passível de ser identificada (DIAS, 2012; ALVES, 2017).

Como metodologia diante desse escopo extremamente abrangente conceitual para se analisar os fenômenos propostos além das referências bibliográficas, fora buscar a compreensão da posição do município de Erechim por parte do seu poder público nos materiais de divulgação da cidade enquanto destino da rede hoteleira; e por segundo e mais importante uma ideia de pesquisa online para começar a identificar a presença (ou não) de uma transposição escalar diante dos hotéis verticais da cidade e das construções atuais de edifícios comerciais e residenciais (padrão muito comum na cidade). As construções atuais definem-se como as que estão em

desenvolvimento pós-planta, porém não se finalizou ainda para o seu fim destinado. A análise foi feita então com base nas placas que identificam os materiais e os serviços que envolvem essas obras complexas na fachada dos tapumes destas construções presentes e em desenvolvimento durante o ano de 2018, no bairro Centro do município. O detalhamento metodológico é apresentado no próprio ensaio da terceira seção, ressaltando que, por ser uma pesquisa ainda inicial, visou atender as seguintes frentes: a) apresentar um pouco da ampla bibliografia presente nas leituras possíveis de cidades pequenas e médias, de forma muito mais a propor uma nova problemática através de uma metodologia diferente, do que responder propriamente as inquietações que direcionaram a pesquisa e b) demonstrar a amplitude e a possibilidade de estudo das redes, especialmente hoteleira e imobiliária, ambas apontando mecanismos exploratórios ao estudo do processo de verticalização nas cidades em transição (de pequena à de média), como de salienta a partir do que segue.

3 | DA CIDADE PEQUENA À CIDADE MÉDIA: UM DEBATE NECESSÁRIO E AINDA EM CONSTRUÇÃO

Conceituar cidade pequena, como propõe CASERIL (2010), constitui-se em uma perspectiva teórico-metodológica atual, com um debate ainda em construção e com pouca pesquisa consolidada no âmbito brasileiro. O autor destaca o fato de que a produção de conhecimento, tanto em nível empírico quanto teórico, em torno dessa categoria de cidade esteve à margem da produção geográfica. No Brasil, de maneira geral, os estudos sobre os espaços urbanos sempre privilegiaram as abordagens sobre metrópoles, cidades grandes e, nas últimas décadas, despontam estudos sobre as cidades médias (JUNIOR, 2013).

CASERIL (2010) ao propor delimitações em torno do que se pode considerar 'cidade pequena' ou 'cidade local' busca superar o debate em torno da 'cidade pequena' como forma de mencionar por características quantitativas, quanto ao tamanho demográfico e territorial, e da 'cidade local', pelas características qualitativas voltadas a referenciar seus papéis, suas funções e respectivos alcances espaciais:

[...] não podemos cair no erro de realizar uma análise quantitativa, pois esta não nos possibilitaria entender a especificidade, a função da cidade analisada, lembrando que uma cidade é diferente da outra e não existem cidades iguais. Assim, verificando tais terminologias "cidades pequenas e cidades locais", admitimos que atualmente podemos utilizar-nos qualquer uma das duas, desde que se realize análises qualitativas. (CASERIL, 2010, p.2)

É preciso então superar análises dicotômicas entre qualitativo e quantitativo como opostos extremos, abrindo novas possibilidades de diálogo e interconexão perante as tipologias informacionais e os próprios dados posteriores. Outra autora que contribui para superação dessa dicotomia entre cidade local e cidade pequena, propondo distinções necessárias é FRESCA (2010) que refere a cidade local como a de menor

escalão das cidades no Brasil e que atendem apenas as demandas mais imediatas de sua população. Onde a cidade pequena conseguiria desde já abrigar um nível de complexidade de atividades urbanas que extrapolem o denominado nível mínimo.

Desde aqui se evidencia a necessidade da análise perante a sua inserção na rede urbana, como um conjunto de centros funcionalmente articulados, que se propõe a partir de interpretações do conceito de redes (DIAS, 2012). Porém, antes é preciso reforçar esta superação quanto à indefinição conceitual, uma vez que, ao analisar as considerações da cidade pelo poder público de Erechim, verifica-se a interface de noções convergentes ao conceito de 'cidade local' devido a sua forte integração com o campo e, ao mesmo tempo, sua apresentação como importante centro regional. O Centro de Apoio ao Turista do município, em sua apresentação e em folders do município, destaca:

Logo ao Chegar em Erechim você vai observar a combinação perfeita entre o campo e a cidade. Poderá escolher entre a praticidade dos grandes centros ou a simplicidade e o aconchego do interior. A cidade polo do Alto Uruguai exhibe uma diversidade arquitetônica, cultural, étnica, gastronômica e climática que só existe aqui. [...] A correria dos grandes centros fez surgir uma nova modalidade de serviço na colônia: o Turismo Rural. A população urbana recorre ao interior, a fim de fugir da agitação, aproveitando momentos de lazer em meio a simplicidade dos afazeres do campo e em contato com a natureza (CENTRO DE APOIO AO TURISTA, 2014.)

A partir das percepções do poder público, confrontando com a conceituação de FRESCA (2010) em relação ao nível de complexidade de atividades urbanas em cidades pequenas, uma delas é a presença forte do setor de hotelaria, demarcada pelos empreendimentos verticais que se destacam na cidade. Em alguns casos, configuram-se através de redes, algumas delas globais-locais, como o caso da inauguração recente de uma unidade do IBIS Hotel, da rede internacional Accor Hotels, bem como, a presença de redes regionais, como a inauguração do Itatiaia Hotel em 2017 (sede em Passo Fundo/RS), e de grandes grupos locais, que dinamizam e intensificam as redes estritamente locais como o Blue Open Hotel, da Construtora e Incorporadora Fiebig, com mais de oito edifícios construídos na cidade, incluindo o Residencial Green Tower, Sunshine Tower, Carlos e o SkyTower com mais de dez pavimentos cada, todos imponentes no quadro referencial de negócios imobiliários na escala dessa cidade. Seno que, no caso do Grupo Fiebig, a atual proposta de vendas são as de loteamentos nas franjas urbanas, por meio de glebas ainda não utilizadas pela urbanização ou ainda rurais, em prol da acumulação do capital dos atores que gerenciam os empreendimentos que se somam e se multiplicam na cidade. A presença da unidade do IBIS Hotel, já permeia outras noções escalares das redes urbanas demonstrando por JUNIOR (2013) os efeitos externos das cidades pequenas como fundamentais para o seu entendimento no contexto regional. Desse modo, a rede urbana assume papel central na interpretação dessas realidades urbanas e subsidia a compreensão da dinâmica interna do tecido urbano, suas configurações e

transformações.

CORRÊA (1989 e 2006b) considera que o espaço urbano é produzido a partir da atuação de diversos agentes produtores desse espaço. Destaca que na hierarquia da rede urbana, os efeitos acumulados da prática desses diferentes agentes sociais, sobretudo corporações que introduzem atividades que geram diferenciações espaciais intraurbanas e entre os centros urbanos, promovem a produção e reprodução do espaço de forma articulada e, paralelamente, segregada. Tais agentes, segundo o autor, são a) os proprietários dos meios de produção; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos. Para o autor, “a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano[...]” (CORRÊA, 1989, p. 11).

Desta forma, caberia aqui deixar a abertura para um debate acerca do que se consolidaria em torno do ‘alcance’ da cidade polo regional em relação aos seus papéis na rede urbana, como cidades que assumem posição de porte médio, como se verifica na conceituação de SPOSITO et al (2006) e as que assumem a posição de atender o ‘mínimo’ da complexidade das atividades urbanas, como mencionado por FRESCA (2010). Sendo assim, o debate poderia ser a partir de questionamentos como e o que se consideraria como papel intermediário? a) a relação direta com a metrópole? b) a polarização regional em relação ao rural e a produção do campo? c) a capacidade representativa como centro difusor e funcional regional? d) a polarização regional da cidade perante outras cidades menores da rede urbana?

Vários são os fenômenos espaciais que ampliam o debate em torno da conceituação do que seria essa relação ‘transitoria’ e de intermediação interescalar. JUNIOR (2013) comenta, por exemplo, que há cidades com cerca de 50 mil habitantes com características de uma cidade média em regiões de baixa densidade demográfica, como é o caso de Erechim (RS) que hoje passa de 100 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo mais de 97% urbanos. GREGOLETTO (2017) ao analisar mais diretamente o contexto do estado do Rio Grande do Sul, contesta não incluindo Erechim no “rol” de cidades médias, mas que pode se destacar como centro urbano que exerce papéis próximos aos de uma cidade média. Sendo assim, fica o questionamento: o que de fato se configuraria como uma cidade média? Sem querer ter atitudes presunçosas em relação a essa pesquisa, de conceituar a cidade média, cabe aqui as referências que embasaram as noções que apresentamos em relação ao tema. Utilizando de conceituação direta e comparativa, CORRÊA (2006a) trabalha com três hipóteses diferentes: enquanto lugar central, centro de consumo da renda fundiária e/ou centro de atividades especializadas. BRANCO (2006) referencia dentre diversas abordagens para tal conceituação, o próprio papel de elo de ligações entre centros locais e centros globais; tamanho populacional configurando estabilidade no crescimento demográfico; a centralidade, com a exclusão de cidades pertencentes a regiões metropolitanas e as capitais estaduais; e a matriz de fluxos aéreos do Departamento de Aviação Civil na

prerrogativa para articulação com níveis superiores de hierarquia.

Diante de tais perspectivas comparativas aos fenômenos espaciais, buscou-se contextualizar brevemente o papel de Erechim/RS, a partir do olhar desses autores. À perspectiva do lugar central (CORRÊA, 2006) se debate ao fato de que não se inclui, necessariamente, de forma direta, a relação a uma metrópole regional e os centros menores. Em uma escala regional, Erechim está em uma posição intermediária a dois polos igualmente importantes da hierarquia da rede urbana: Passo Fundo/RS e Chapecó/SC. Em relação à capital do estado, Porto Alegre; sua rede de relações está interligada a poucos setores da economia. Há falta de uma especialização produtiva que configuraria predominância nas relações destinada ao mercado nacional ou internacional, ressaltando o foco do município, portanto, nas interações regionais. Outro ponto que não comportaria a Erechim (RS) como cidade média, na metodologia de Branco (2006) seria sua matriz de fluxos viários, cujas maiores ligações estão com os polos regionais já mencionados e os fluxos aéreos, visto que em seu aeroporto ainda não há voos comerciais, são ainda muito pontuais e locais.

Corroborando às conceituações cabe o papel de centro de consumo da renda fundiária dada à forte relação regional com o campo, mais predominante aqui da pequena propriedade em implementação de commodities e agricultura familiar nos municípios dos arredores; e a centralidade na perspectiva da escala regional, especialmente a partir da prestação de serviços nas áreas de saúde e de educação. Em ambas áreas, o destaque recente se deu pela inserção de redes públicas de grande impacto, a exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul, com sede em Chapecó, mas com campi também em Erechim.

Desta forma, não cabe aqui conceituar a classificação de Erechim em torno das cidades médias ou pequenas, muito menos, analisar minuciosamente tais aspectos mencionados anteriormente. Visto que tais prerrogativas permeiam possibilidades problemáticas que vão além de um ensaio, abrindo portas e possibilidades futuras para pesquisas consolidadas e/ou teses que possuam fôlego para tantas frentes possíveis de estudo. Neste sentido, cabe retomar as discussões propostas em torno de contribuir ao debate, muito mais do que fomentá-lo, para o viés definido das redes urbanas em torno agora, do espaço intra-urbano, que no caso de Erechim, vem assumindo características fortes de verticalização.

Conceituar verticalização requer amplo esforço de procura bibliográfica em torno do tema, visto que atualmente já existe uma produção consolidada acerca do tema, basta citar diversas teses ou escritos científicos, a exemplo de SOUZA(1989); BOLFE (2003); MENDES (1992); SOMEKH(1997); SPOSITO(1991); todos presentes na análise histórica e metodológica feita por CASARIL & FRESCA (2007). Neste sentido, as análises reúnem mais de treze abordagens diferentes no que concerne ao fenômeno da verticalização brasileira. Busca-se então, a partir das leituras, a conceituação sumarizada pelos autores e apresentá-la como sendo o produto resultante de múltiplas formas de capital - fundiário, produtivo, imobiliário e financeiro,

que, por sua vez, produzem e reproduzem o espaço urbano. (CASERIL & FRESCA, 2007).

Procura-se a partir da introdução dada por CASERIL & FRESCA (2007) adentrar nas pesquisas que se aproximariam do debate das redes, das cidades médias e pequenas, entendendo-as como chave do processo de construção metodológica, de forma a não criar perspectivas contraditórias. Neste sentido, buscou-se a abordagem de SPOSITO (1991) apud CASARIL & FRESCA (2007) acerca da dialética da reprodução da cidade, no caráter contraditório/complementar de forma que uma das análises seja a identificação dos agentes produtores do espaço urbano; COSTA (2002) também pode ser utilizado para transpor à realidade do município de Erechim (RS) ao dizer do fato de uma zona urbana ainda apresentar terrenos disponíveis, espaços vazios nas áreas centrais e próximos a elas. Nessa concepção, não se justificaria a ocupação através da construção de edifícios, como necessidade premente, e sim uma questão de modernidade e marketing imobiliário, buscando atender a este padrão de consumo. Tal perspectiva privada, de indução do capital, envolve status, modernidade, poder, extremamente entrelaçada a realidades das cidades pequenas, que almejam aparentar atuais e modernizadas por meio de empreendimentos imobiliários de grande porte e, como buscando “imitar” o modo de vida urbano das cidades maiores.

Na perspectiva dos agentes produtores do espaço, com o agente estado (no caso na esfera municipal, principalmente) em termos da promoção de políticas públicas no incentivo ou no desincentivo da ocorrência da verticalização, por exemplo, é imperativo mencionar as normativas urbanas expressas, principalmente, nos Planos Diretores Municipais. Sem aprofundar muito a análise, cabe destacar a bibliografia de GREGOLETTO (2017) ao mencionar que não há dados conclusivos acerca da questão da verticalização no Rio Grande do Sul, mas que na maior parte das cidades do RS as alturas máximas permitidas na legislação excedem aquela permitida em Porto Alegre, a capital do estado (18 pavimentos). Permitindo a comparação, quando se percebe que em Erechim, o Plano Diretor torna-se mais rigoroso ainda, permitindo apenas 15 pavimentos:

Artigo 115 - A altura máxima permitida para as edificações em quaisquer Unidades de Uso na Zona Urbana será de 45m (quarenta e cinco metros) ou 15 (quinze) pavimentos, atendidas às limitações abaixo: A altura máxima permitida para as edificações com testada para a Praça da Bandeira será 16,00m (dezesseis metros), inclusos, os terrenos em diagonais de esquina; Os recuos de frente poderão ser alterados, mediante solicitação dos interessados, com vistas a: I - Preservação de vegetação e árvores de porte, com significativa importância paisagística no interior dos lotes; II – Manutenção e valorização dos prédios de interesse cultural... (ERECHIM, 2004).

Conforme definido na metodologia, aqui busca aprimorar a pesquisa com base em uma análise preliminar acerca dos agentes produtores do espaço urbano configurados por análises da presença de Empresas responsáveis pelos serviços e materiais dos prédios ainda em construção no bairro Centro, do município de Erechim (RS) em

2018. Após um breve trabalho de campo com anotações das empresas divulgadas nas fachadas, afixadas nos tapumes das construções, e tomada de imagens fotográficas, foi possível tecer análises interescolares. A seguir, apresenta-se uma breve apresentação da área de estudo e das redes que se configuraram nessa porção da cidade (Centro), permitindo tais verticalizações. Ressalta-se que não coube aqui, registrar todas as construções em andamento, visto que não há meios que permitam tais registros, já que na cidade não há presença de dados públicos em relação às construções, ou imagens aéreas recentes que permitam identificar exatamente a totalidade, ou ainda representações em plataformas online informais como o Emporis. O foco nesse sentido foi direcionada as construções de grandes edifícios, que fosse perceptível a aproximação ao limite de pavimentos estabelecido pelo Plano Diretor, ou no mínimo acima dos dez pavimentos.

4 | AS REDES COMO POSSIBILIDADE DE ESTUDO ESPACIAL: UM ENSAIO EM ERECHIM (RS)

O município de Erechim está situado na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião de Erechim, polarizada por essa cidade de importante elo de intermediação e influência regional, sendo um dos mais importantes municípios do Alto Uruguai (Figura 1).

Na hierarquia da rede urbana, estão 31 municípios de sua microrregião, sendo caracterizada como cidade de intermediação – Centro Sub-Regional A (REGIC, 2007) e, mais recentemente, em 2017, o IBGE propôs uma nova regionalização na qual Erechim está polarizada pela Região Geográfica Imediata de Passo Fundo e, no contexto da rede urbana nacional e estadual, se situa como centro da sua região geográfica intermediária.

A área urbana de Erechim abrange uma população de aproximadamente 97% de sua população total (estimada em 2017 pelo IBGE em 103.437 habitantes), perfazendo em torno de 94 mil habitantes urbanos. Nas últimas décadas e, especialmente após 2010, inúmeros novos edifícios passaram a ser construídos na cidade, fato que chamou atenção a um processo de verticalização, ainda que muitos sejam prédios de pequeno porte de até seis pavimentos.



Figura 1 – Erechim: localização geográfica, em destaque, imagem de satélite com área central

Fonte: IBGE: Malha Digital do Censo Demográfico (2010); Sistema de Coordenadas: Lat/Long; Sistema Geodésico: SIRGAS(2000); imagem de satélite Google Earth (2018).

Nesse sentido, foi realizado o trabalho de levantamento, nos meses de junho e julho de 2018, por meio de trabalho de campo percorrendo todas as ruas do Bairro Centro, o qual resultou em um levantamento das placas constantes nas obras de construção civil, sendo cadastrados especificamente prédios em construção (acima de dez pavimentos). Posteriormente, por meio de amostragem, foram selecionadas vinte empresas/prestadores de serviços que diretamente estão ligados às obras de construção civil, em andamento, no bairro Centro e que se apresentaram mais recorrentes, demonstrando a diversificação dos ramos de atuação e indicando seu papel na produção da verticalização da cidade. Essas empresas foram classificadas pelas tipologias de atuação nas seguintes categorias: a) projetos estruturais; b) materiais de construção; c) arquitetura/engenharia/incorporadora; d) terraplanagem/topografia; e e) monitoramento (Quadro 1).

| Projetos estruturais | Materiais de construção | Arquitetura Engenharia Incorporadora | Terraplanagem Topografia | Monitoramento |
|----------------------|-------------------------|--------------------------------------|--------------------------|---------------|
| Carpeggiani | Traçado | Arquitetura Nacional | Rigotti | Ellos |
| Carteri | Rotesma | Fuzzinatto | Magrão | |

| | | | | |
|--------------------|----------------|----------------|------------|--|
| Redemac Griebler | Tijolar | FEG Soluções | Montenezzo | |
| Adilson e Fabricio | Carvalho | Grupo MMDO | | |
| Cavagni | Gesso Expresso | Fernando Piran | | |
| ROP Construções | | | | |

Quadro 1 – Empresas e serviços ligados ao ramo da construção civil em obras prediais em andamento no Bairro Centro de Erechim (2018):

Fonte: Levantamento de campo na área central de Erechim (junho e julho, 2018).

Organização: Lucas Ponte.

A etapa seguinte do trabalho foi a pesquisa difusa na internet, sempre priorizando para tais informações os sítios oficiais das empresas ou em páginas em redes sociais administradas pelas mesmas, a fim de obter mais informações sobre as áreas de atuação e escala de abrangência das empresas/prestadoras de serviços. Após levantamento, concluiu-se que há presença de cinco empresas/serviços sem página oficial na internet, com apenas presença nas mídias sociais, configurando então serviços de abrangência extremamente locais, ou até categoricamente microempreendedores individuais. Outras cinco empresas, por mais locais que fossem, possibilitam a comunicação por meio de páginas oficiais, dando margem para expansões interescalares, como por exemplo, a líder local Ellos Monitoramento; nas empresas que são do município específico, ou da região e que alcançam como tal escalas maiores na prestação do seu serviço. Nesse sentido, dialogam com outras frentes urbanas e possibilitam fluxos e redes dentro do mercado da construção civil configuram-se a maior quantidade das pesquisadas: sete no total. Há que destacar a Redemac Griebler enquanto rede associativa de lojas de materiais de construção, possibilitando outros olhares para redes e fluxos do capital concorrencial, e a Fuzzinato Incorporadora que concentra em si o exemplo da acumulação do capital com a impressionante marca da construção de mais de 35 edifícios verticais e que continua na atuação estritamente local, porém com viés regional devido a intensa atividade comercial e as parcerias efetuadas. Paralelamente ao levantamento, como mencionado, foram fotografadas as fachadas dessas obras, mostrando os tapumes com os anúncios das construtoras, incorporadoras, profissionais responsáveis, prestadores de serviços, entre outras, demonstrando a rede de atuação do ramo imobiliário nessa porção da cidade. A Figura 2 apresenta alguns exemplares dos casos mais recorrentes, nos prédios em construção, visualizados na pesquisa.

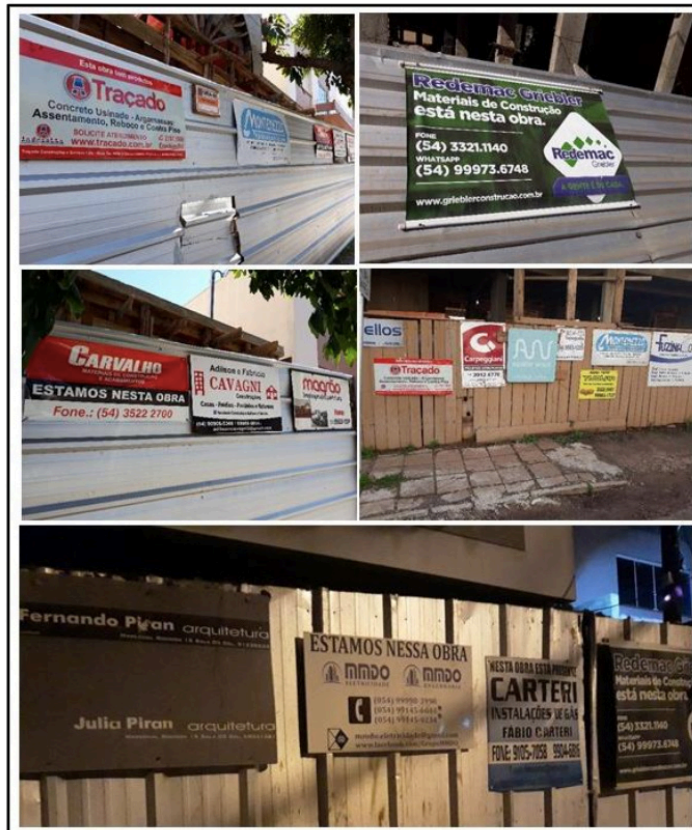


Figura 2 – Exemplos de atuação - Empresas do ramo imobiliário em Erechim (2018)

Fonte: Levantamento de campo na área central de Erechim (junho e julho, 2018).

Organização: Lucas Ponte.

Como maiores em termos de abrangência escalar, pode-se destacar a empresa do Escritório de Arquitetura Porto-Alegrense Arquitetura Nacional, com sede também em São Paulo, e principalmente a Rotesma, com pré-fabricados de Concreto que já atua no Paraguai, por exemplo. Perceptível então entender a predominância no fenômeno da verticalização em Erechim (RS) ainda como re-impulsionador das redes aqui criadas e aqui estabelecidas, muitas vezes exportando serviços e importando capital, como o caso da Traçado Construções. Configurando-se em si fluxos e redes a parte do que poderíamos considerar como fenômenos globais, visto a associativa da verticalização com o ideal moderno e de complexidade técnica avançada. Ressaltando então, dentro das redes urbanas, que Erechim (RS) nessa análise pioneira não dialoga de fato em sua grande maioria, na transposição escalar intermediária com a metrópole no seu Estado, predominando os serviços regionais e referenciando serviços para o mercado diretamente local, com pouca representatividade, a priori, da financeirização internacional, fluxos de capitais globais ou redes que impulsionam processos de metropolização.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS DE NOVOS ESTUDOS

Refletir desde já sobre os processos urbanos é permitir-se adentrar num universo complexo e quase nada dedutivo. O pensar teórico sobre a situação espacial urbana envolve fatores que vão além do que as teorias podem abordar de forma satisfatória, parafraseando CORRÊA (2006b) a realidade é sempre mais rica que as nossas teorias. Tais fatores envolvem fluxos e redes que não param, enquanto se escreve, eles continuam acontecendo, continuam se modelando e se remodelando, numa construção contínua de idas e vindas da produção do espaço. Este ensaio, ao encarar a missão de reunir e buscar reflexões acerca de tantos conceitos diferentes, requer um nível bem alto de amadurecimento de leitura e de vivência espacial, algo ainda em construção. Dessa forma, não se pretende aqui pontuar, ou ensejar considerações conclusivas a algo impossível de se encerrar nesse momento.

Diversas e por vezes divergentes são as concepções em torno das cidades pequenas, ou das conceituações de cidades médias, e muito mais discrepantes são as realidades das cidades brasileiras e, conseqüentemente, de seus fluxos, contextos regionais e redes urbanas. Obviamente o processo abstrativo do pensar geográfico não abarcaria todos, mas caminha posições de superações.

Erechim (RS) é um município em um contexto recente de estudo, com ainda poucos referenciais bibliográficos construídos acerca da sua realidade e, em especial, em relação ao arcabouço teórico-conceitual acerca das cidades pequenas e das cidades médias, permite que se teça um primeiro olhar sobre sua realidade e sua inserção na rede urbana. Visto que, as cidades médias, de forma mais avançada já conseguem trazer outros panoramas e enumerar realidades mais distintas, pode-se dizer que o porte da cidade ainda está em transição, ou seja, apresenta alguns elementos de cidade pequena e alguns de porte médio. Fato concreto é seu papel regional, olhando para uma escala mais local, interiorizada, em que Passo Fundo e Chapecó se expressam com mais força em uma escala maior, mas Erechim, na sua região de influência, polariza serviços e se caracteriza como nó da rede local. Em termos do ensaio proposto, pode-se concluir que há um processo de verticalização em uma cidade que ainda apresenta vazios urbanos, mesmo em sua área central. Por outro lado, os agentes relacionados ao ramo imobiliário possuem forte atuação na cidade e já se encontram redes de abrangência de escala nacional e regional atuando na produção do espaço urbano. Tais agentes, influenciam fortemente na produção da cidade em estudo, configurando espacialmente novas formas urbanas verticalizadas.

O arcabouço teórico mencionado demonstra que, obviamente, a ciência geográfica brasileira não irá se reunir em totalidade para debater e arranjar propostas que sejam únicas conceituais, e isto é o melhor da pesquisa científica, percepções diferentes, a partir de realidades diferentes, resultando em abstrações divergentes que podem de alguma forma responder a partir de quaisquer problemáticas ou inquietações. As inquietações propostas aqui, ao apontarem a não classificação nem em torno de uma

grande conceituação em torno da cidade pequena, nem em torno da conceituação da cidade média, abre também um escopo a se pensar cada um desses conceitos para o município de Erechim (RS).

Cabe o destaque para o fato dos estudos das redes dos setores da economia e das redes urbanas se constituírem em campos de pesquisa do estudo espacial das cidades. Pensar das redes necessita apenas da cautela em como se baseá-las nas suas bibliografias, sempre buscando se aproximar ao máximo de correntes que sejam próximas aos fenômenos estudados, entendendo a partir da metropolização ou das cidades médias, ou das cidades pequenas, uma vez que há necessidade de atentar ao papel das escalas ao se estudar o espaço em cada contexto. Para Erechim (RS), muitas outras são as frentes que podem indicar em torno das redes e das redes urbanas, seja transpor os já estudos em relação às redes bancárias (DIAS, 2012) para a cidade pequena, seja a possibilidade de enxergar as redes em fluxos intra-urbanos, ou as redes em proposições das escalas, quais níveis e relações que se baseiam entre os urbanos, aqui incluem conceitos do policentrismo e do desenvolvimento regional.

Ao se buscar, nesta pesquisa, agregar conceitos distintos, acerca da inquietação inicial da classificação em torno de cidade média ou pequena, outro ponto possível de continuar a caminhada é completar a pesquisa em relação a metodologia proposta através de aprofundamentos do estudo da verticalização. Uma perspectiva é integralizar todas as construções atuais da cidade, e ir para além da pesquisa online acerca das empresas, levando a contatá-las para o desenvolvimento da reflexão de suas redes urbanas e de seus alcances escalares. Aqui abre-se também a possibilidade da realização de entrevistas com os agentes produtores do espaço urbano mais diretamente identificados e, ainda, a utilização da representação espacial, por meio de mapear o alcance de tais redes. Por fim, salienta-se que muitas são as frentes de desdobramento que este ensaio permite, tornando-o um dos caminhos iniciais para futuras proposições e problemáticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.M. ENDLICH, Â.M. Destinos Indutores do Turismo: Uma estratégia de Desenvolvimento para Pequenos Municípios? **Geoinfá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 3-24, 2017.

BRANCO, M. L.C. B. Cidades Médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. SOBARZO, O. (org.) **Cidades Médias: Produção do Espaço**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 245-278, 2006.

CASERIL, C. C. “Pequenas Cidades” ou “Cidades Locais”? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. Anais do XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre: Associação Nacional dos Geógrafos.

CASERIL, C. C. FRESCA, T.M. Verticalização urbana brasileira: histórico, pesquisadores e abordagens. **Revista Faz Ciência**, v.9 n.10 Jul/VDcz.2007, pp. 169-190.

CENTRO DE APOIO AO TURISTA, Secretaria de Cultura Esporte e Turismo. **Mapa Turístico de Erechim**. Licitação: Jaise Welter de Castro. Fotografia: Beto Hackmann, Julio Bertotti, Pazi nato di Resana. Conexão Publicidade, 2014.

_____. **Erechim, múltipla e surpreendente**. Fotos: Pazinato Di Resana. Licitação: 05816/2014. Fenix Artes Gráficas e Editora Ltda, 2013.

_____. **Guia do Turista**. Licitação: 04809/2015. Grafosul, 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano** (4ª ed.). São Paulo: Editora Afiliada, 2003 (edição original 1989).

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M.E.B (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

_____. CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

COSTA, L. F. S. **Os promotores imobiliários no processo de verticalização das cidades de Maringá, Cianorte e Umuarama**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). UEM, Maringá.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CORRÊA, R.L. CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ERECHIM, Município de. Lei nº. 3.746/04. **Plano Diretor de Desenvolvimento urbano e ambiental sustentável de Erechim**, 2012.

FRESCA, T. M. O papel das Pequenas Cidades na Rede Urbana Paranaense. In BOVO, M.C. TOWS, R.L. COSTA, F.R. (org). **Estudos Urbanos em Perspectivas: Reflexões, escalas e desafios**. Campo Mourão, Editora Fecilcam, 2013.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: distinções necessárias. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010.

GOMES, C. S. O turismo como via de engrandecimento para cidades: dilemas e estratégias de desenvolvimento de quatro cidades médias da Península Ibérica. **Atas do VII Congresso Português de Sociologia: sociedade, crise e reconfigurações**. Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 2012.

GREGOLETTO, D. Cidades médias e verticalização urbana no Rio Grande do Sul. **Anais do XVII ENANPUR**: São Paulo, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2008). **Regiões de Influência das Cidades – 2007**. Rio de Janeiro:IBGE, Disponível em www.ibge.gov.br, acesso em 21 nov. 2018.

_____. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>, acesso em 22 out 2018.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência. **Portal IBGE Cidades**, 2018.

JUNIOR, O. M. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma Agenda de pesquisa. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p. 19-33.

SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. SOBARZO, O. (org.) **Cidades Médias: Produção do Espaço**. 1 ed.

São Paulo: Expressão Popular, p. 245-278, 2006.

ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES-SP

Fellipe de Oliveira Barbosa

Centro Paula Souza

Ribeirão Pires – São Paulo

RESUMO: A partir de 1990 os programas de ajuste estrutural implementados pelo estado brasileiro foram promovidos pelas políticas neoliberais que pressionam os governos locais a se adequarem a um cenário mundial cada vez mais globalizado, competitivo e interdependente (Frey, 2007). O objetivo deste trabalho é iniciar uma discussão sobre a adoção de políticas neoliberais do setor de transporte na região metropolitana de São Paulo, a partir do estudo de caso da implementação do trecho leste do rodoanel Mário Covas (SP-021) no município de Ribeirão Pires. Os procedimentos adotados na elaboração desse trabalho é uma análise preliminar do contexto institucional e territorial da implementação do projeto rodoviário e referências do ciclo da disciplina Estado, Mudança Social e Participação Política ministrada pelo professor doutor Dennis de Oliveira. Introdutoriamente serão relacionados autores como Vainer (2000), Nobre e Bassani (2015) e Maricato (2014) que discutem a ascensão do neoliberalismo nas práticas políticas da dinâmica urbana com autores que tratam da relação entre mudança socioambiental e participação política, como

Castell (1999), Diegues (2001) e Oliveira (2014). Em um segundo momento será apresentado sucintamente a política de transportes rodoviários e o rodoanel Mário Covas (SP-021). Por fim, serão levantadas discussões acerca de instrumentos analíticos sobre Estado, Mudança Social e Participação política na tentativa de se entender seus métodos analíticos e os contextos territoriais da implementação de políticas públicas do transporte metropolitano, como o trecho leste do Rodoanel (SP-021).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Neoliberais. Rodoanel. Socioambiental

STATE, SOCIAL CHANGE AND POLITICAL PARTICIPATION AND THE IMPLEMENTATION OF THE EAST LESTE PROJECT OF RODOANEL MÁRIO COVAS IN THE MUNICIPALITY OF RIBEIRÃO PIRES-SP

ABSTRACT: Since 1990 the structural adjustment programs implemented by the Brazilian state have been promoted by neoliberal policies that pressure local governments to adapt to an increasingly globalized, competitive and interdependent world scenario (Frey, 2007). The objective of this work is to initiate a discussion about the adoption of neoliberal policies in the transportation sector in the metropolitan region of São Paulo, based on the case study

of the implementation of the eastern section of the Mário Covas (SP-021) stilt road in the municipality of Ribeirão Pires . The procedures adopted in the preparation of this work are a preliminary analysis of the institutional and territorial context of the implementation of the road project and references of the cycle of the State, Social Change and Political Participation course taught by Professor Dennis de Oliveira. In this paper, we will introduce authors such as Vainer (2000), Nobre and Bassani (2015) and Maricato (2014) who discuss the rise of neoliberalism in the political practices of urban dynamics with authors dealing with the relationship between socioenvironmental change and political participation, such as Castell), Diegues (2001) and Oliveira (2014). In a second moment the policy of road transport and the Mário Covas roadway (SP-021) will be presented succinctly. Finally, discussions will be held on analytical instruments on State, Social Change and Political Participation in an attempt to understand its analytical methods and the territorial contexts of the implementation of public policies of metropolitan transportation, such as the eastern section of the Rodoanel (SP-021).

KEYWORDS: Neoliberal policies. Rodoanel. Social and environmental

1 | INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais são expressão da relação que se coloca entre comunidades locais e as estruturas urbanas globais como a construção e operacionalização de grandes projetos rodoviários que são implementados para atender as necessidades do mercado, como a fluidez da circulação de capitais, mercadorias e serviços. Dessa relação conflituosa surgem novas expressões políticas para além da esfera pública tradicional questionando as políticas implantadas e exigindo medidas a serem adotadas. Segundo Castells (1999) devido ao elevado dinamismo empregado pela globalização e a informatização da sociedade surgem novas formas de organização da sociedade civil, a sociedade das redes (associativismo localizado). Na sociedade das redes, o ativismo surge como ação comunitária

“Um ativismo que se manifesta não especialmente por táticas e estratégias de ganhos institucionais, mas principalmente pela disseminação de novas atitudes que simbolizam valores, pelo desejo de expressar-se sem intermediações e pela construção de arranjos táticos pontuais que possibilitem a construção de novos espaços para as suas manifestações. Ao mesmo tempo, esse ativismo atua como uma consciência crítica coletiva aos mecanismos institucionais, fazendo pressão constante e exercendo a vigilância”. (OLIVEIRA, 2014, p. 106).

A existência de diversas formas históricas de uso dos recursos naturais e da própria natureza, conforme Diegues (2001) no caso a pré-capitalista e a capitalista, sobretudo nos países do Terceiro mundo, exige uma análise mais detalhada das relações dessas diversas sociedades com a natureza. Nesse sentido, o que marca os países subdesenvolvidos é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose.

Há grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural como base para sua conservação e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais são os novos desafios nos estudos socioambientais, uma vez que os processos de instalação causam questionamentos dos moradores dos bairros afetados pelo empreendimento:

Quase nenhuma pesquisa sistemática foi realizada nesse sentido. Até hoje, no Brasil, a avaliação de uma área a ser declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade única dos cientistas naturais. É necessária uma visão interdisciplinar. (DIEGUES, 2001, p. 159).

As transformações ocorridas a partir dos anos 80 do século passado que resultaram na implementação de uma diversidade de grandes projetos urbanos (GPU) elaborados a partir da desregulamentação urbanística associada às parcerias público-privadas (PPP) representam a participação de interesses do capital privado nas intervenções de projetos urbanos implementado pelo estado, o que autores como Vainer (2000), Nobre e Bassani (2015) e Maricato (2014) afirmam ser a ascensão do neoliberalismo nas práticas políticas da dinâmica urbana. No Brasil e na América Latina o processo de reformulação das políticas urbanas ocorreu a partir dos anos 1990, como resultado da ação combinada das agências multilaterais (BID, Banco Mundial e FMI) e de urbanistas consultores internacionais (Vainer, 2000). Os grandes projetos urbanos passam a adotar o planejamento estratégico como direcionador das propostas de intervenção no espaço urbano das cidades brasileiras.

As cidades brasileiras do fim do século XX se confundem com a região. Se o taylorismo e o fordismo (formas de organização da produção industrial no início e no fim do primeiro quarto do século passado) induziram a uma ocupação urbana mais concentrada, a disseminação do automóvel e o pós-fordismo determinaram uma ocupação dispersa e fragmentada (MARICATO, 2014, p. 173).

O planejamento estratégico passa a ser o direcionador das intervenções no espaço urbano das principais cidades do mundo, como mecanismo de regulação da política do uso do solo. A intervenção urbana passa a ser concebida na escala do projeto desconsiderando sua relação com o todo para atender a um objetivo econômico específico que por muitas vezes afetam as populações e/ou comunidades locais já que seus interesses têm como objetivo integrar esses espaços locais à economia global neoliberal que ocorre desde as últimas décadas do século passado.

Na política urbana, o resultado dessa transformação foi a mudança no paradigma do planejamento urbano, passando do modelo tradicional, compreensivo e racionalista, com sua visão global e integrada de cidade, para o planejamento estratégico, baseado em intervenções urbanas pontuais, fragmentárias e localizadas em áreas específicas (NOBRE e BASSANI, 2015, p.5).

A análise do projeto trecho leste do rodoanel Mário Covas (SP 021) no município de Ribeirão Pires e a conservação de áreas de mananciais mostra-se desafiador, na medida em que a implementação deste empreendimento apresenta debates e

contestações entre os moradores das áreas afetadas.

A mobilização das comunidades locais em defesa de seu espaço, contrária a introdução de usos indesejáveis do meio ambiente, constitui a forma de ação ambiental que mais rapidamente vem se desenvolvendo nos últimos tempo, e talvez seja capaz de estabelecer a relação mais direta entre as preocupações imediatas das pessoas a questões mais amplas de degradação ambiental. (CASTELL, 1999, p. 146).

A Pedreira Anhanguera S. A. conhecida também por Pedreira Santa Clara foi reativada em 10/03/2011 para fornecer material para a construção do trecho leste do rodoanel. (ARTESP, 2015). O movimento dos moradores do Pilar Velho começa a se reorganizar a partir de então, em meados de março de 2012, uma vez que o bairro sofre diretamente os efeitos desencadeados pela reativação da pedreira. A partir do início das obras do trecho leste do rodoanel, esse movimento ganha uma estrutura mais organizada, articulando-se com outros movimentos locais do município e ao sindicato dos professores do estado de São Paulo e a CSP/conlutas. Segundo Castell (1999) que aborda a questão dos movimentos que criam-se nos bairros de classe média mais afastados do centro da cidade, todas as formas de protesto estavam voltadas ao estabelecimento de controles sobre o meio ambiente em prol da comunidade local e, nesse sentido, as mobilizações defensivas locais certamente constituem um dos principais componentes de conflito no território.

2 | O RODOANEL MÁRIO COVAS (SP-021) E A POLÍTICA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

O desenvolvimento do setor rodoviário brasileiro tornou-se matriz do transporte terrestre a partir das políticas adotadas no Plano de Metas elaborado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) que concedia incentivos a construção e, posteriormente, a operacionalização de eixos viários federais, interestaduais e locais. Os eixos viários, que praticamente foram indutores da expansão das áreas urbanas nos núcleos das principais capitais estaduais brasileiras, representam a circulação e logística territorial paisagística dominante, uma vez que responde por 80% do transporte de mercadorias e passageiros em território. BENEVIDES (1979).

O Rodoanel segundo a Dersa (2009) envolve uma série de medidas que promovem a política de incremento da intermodalidade de transportes terrestres no estado de São Paulo, integrando o sistema rodoviário da área da região metropolitana de São Paulo (RMSP). O projeto do trecho leste do Rodoanel (SP-021) possui quatorze quilômetros e quinhentos metros do traçado da rodovia em Ribeirão Pires. A empresa DERSA S.A da secretaria de transportes do estado de São Paulo é a responsável pelo empreendimento do trecho leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021). A concessionária SPMar uma empresa do Grupo Bertin possui a concessão de construção, manutenção e operacionalização deste trecho viário até nove de março de 2046 (ARTESP, 2015).

Para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) a empresa contratada foi o consórcio JGP Prime e para a execução da engenharia da obra civil a empresa contratada foi a Contern. O trecho leste foi inaugurado por completo no dia vinte sete de junho de 2015.

A decisão política de implementação do empreendimento rodoviário foi tomada pelas três esferas do poder público (a União, o Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo). Inicialmente, durante o período de construção do Trecho Oeste foi realizado o EIA/RIMA dos Trechos Norte, Leste e Sul do Rodoanel concluído em 2002. Porém, nas Audiências Públicas, segundo a Dersa (2009) para elaboração da análise ambiental emergiu uma demanda pela incorporação de um enfoque socioambiental e de desenvolvimento urbano mais explícito e abrangente, bem como dúvidas quanto ao papel do empreendimento na dinâmica urbana do anel periférico, especialmente quanto aos riscos de potencialização dos conflitos existentes entre a urbanização descontrolada e áreas de proteção e preservação ambiental, como áreas de mananciais.

Diante de inúmeras discussões, novos condicionantes levaram a uma revisão na estratégia de implementação do empreendimento rodoviário, necessitando de uma revisão, que segundo a DERSA (2009), estabeleceu um novo cronograma de implementação dos trechos sul, leste e norte devido às restrições orçamentárias averiguadas no prazo de 2003 a 2008. A necessidade de se avaliar a possibilidade de compatibilização com a prioridade estabelecida pelo governo estadual da inserção do Ferroanel, previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento dos Transportes Terrestres (PDTT). No sentido de incorporar esses novos elementos e aperfeiçoar a proposta de implantação do Rodoanel, a Secretaria dos Transportes e a DERSA decidiram, em 2003, reavaliar aspectos da concepção do empreendimento e sua estratégia de implantação. Neste contexto foi realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Rodoanel completo. A Avaliação Ambiental Estratégica concluiu pela viabilidade ambiental do Rodoanel como um todo e pela possibilidade de ser implementado por trechos, além de definir diretrizes para estudos ambientais complementares para os demais trechos e, especialmente, um conjunto de ações integradas que devem estar associadas ao empreendimento.

3 | CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: ESTADO, MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO TRECHO LESTE DO RODOANEL MÁRIO COVAS (SP - 021) NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES

O projeto do trecho leste do rodoanel Mário Covas (SP-021) no município de Ribeirão Pires surge da necessidade do poder público estadual na elaboração de um projeto rodoviário metropolitano para agilizar a circulação de mercadorias e serviços na cidade de São Paulo, demonstrando a orientação da política de transportes

urbanos do estado e a realidade das áreas necessárias para sua implementação. O entrelaçamento entre mercado, estado e democracia é tratado por Przeworsky (1995) em que o mercado pretende alocar os recursos produtivos de acordo com a regra da maior lucratividade (acumulação) e o estado, no entanto, tem por missão atender o critério principal da democracia, redistribuir os recursos da forma mais igualitária possível justificando, assim, a sua existência política (legitimidade). O conflito desta relação foi debatido durante as aulas da disciplina Estado, Mudança Social e Participação Política o que nos levou ao estudo do contexto histórico da formação filosófica da dimensão racional do Estado/Nação a partir da discussão sobre a definição de normas, padrões e códigos legais que estabelecem uma legitimidade natural/racional pela linguagem jurídica do poder do estado. A partir da eliminação da ideia de Estado acabado e sem conflitos, Mascaro (2015) afirma que as disputas de classe é o que marca os processos de mudanças na consolidação da legitimidade jurídica do estado moderno. Levando em consideração estas questões, Przeworsky (1995) aponta a importância de ser examinadas as relações entre estado, capital e sociedade levantando uma questão importante: em que condições o estado pode-se dizer autônomo quando os governantes têm a capacidade institucional de escolher seus próprios objetivos e de realizá-los diante de interesses conflitantes?

Para começarmos a responder essa questão, a leitura de obras e autores que discutem os escritos de Marx são fundamentais ainda no presente já que demonstram um entendimento profundo das relações de classe que se estabelecem na execução das políticas públicas no sistema político e jurídico capitalista. Mascaro (2015) entende o marxismo como a mais avançada compreensão da política e do direito no capitalismo, já que Marx em sua obra “crítica a filosofia do direito” demonstra uma crítica ao direito proposto e estabelecido nos escritos de Georg Wilhelm Friedrich Hegel em “Princípios da filosofia do direito” que demonstrava claramente o contexto histórico europeu que transitava durante os séculos XVIII e XIX entre o antigo regime e a nova ordem burguesa que se consolidava na estrutura do poder político. Na atualidade, o que marca a mudança dos séculos XX e XXI segundo Bauman (2006) é a separação e o iminente divórcio entre o poder e a política. Sendo assim, grande parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao estado moderno, agora se afasta na direção de um espaço global que o incapacita a operar efetivamente na direção planetária, já que permanece local. Num planeta aberto à livre circulação de capital e mercadorias, o que acontece em determinado lugar tem um peso sobre a forma como as pessoas de todos os outros lugares vivem, esperam ou supõem viver. Bauman (2006) aponta ainda para a liquefação do Estado-nação, face a sua incapacidade de responder localmente aos estímulos globais. Dessa incapacidade é que surgem dilemas socioambientais, como as áreas de mananciais regulamentadas e protegidas por legislação ambiental específica que, no tocante a moradia e ocupação são de severas restrições, mas para a construção do trecho rodoviário são utilizadas na incorporação da malha de transportes da região metropolitana de São Paulo.

A opção pelo transporte rodoviário individual em detrimento ao transporte coletivo se revela como uma ambiguidade da política pública da área de transportes do estado de São Paulo. Na área de estudo até o momento o que se coloca é uma tentativa da população do Bairro Pilar Velho no município de Ribeirão Pires de se mobilizar e se articular enquanto comunidade para reivindicar os planos de gestão das áreas afetadas pelo empreendimento rodoviário em audiências com representantes do poder público municipal e a manutenção com “vigilância” da desativação da Pedreira Anhanguera S.A. O movimento dos moradores do Pilar Velho por sua vez, na luta por ações compensatórias contra a concessionária SPMar responsável pela administração do trecho leste do rodoanel Mário Covas, vem pressionando a gestão pública municipal para atender suas solicitações o que segundo Holston (2009) resultará em uma nova noção de cidadania e o surgimento do processo cívico (cidadania) no próprio local afetado.

Por fim, as decisões e ações que emanam do aparelho do estado afetam de maneira inevitável a sociedade e o território. Esses últimos, por sua vez, influenciam a forma e a dinâmica de funcionamento de facto dos estados, revelando as imbricações complexas que se estabelecem entre estado, mudança social e participação política.

REFERÊNCIAS

ARTESP, Agência Reguladora de Transportes Terrestres do Estado de São Paulo. Governo do Estado de São Paulo. **Concessionária SPMar**. Disponível em: <<http://www.artesp.sp.gov.br/rodovias-concessionarias-spmar.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.]

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 120 p. Tradução: Carlos Alberto Medeiros.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek** – desenvolvimento econômico e estabilidade política – 1956/1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 320 p.

CASTELL, Manuel. **Fim de Milênio** in A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, Volume 3, 1999. 500 p.

DERSA, Desenvolvimento Rodoviário. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)** do Rodoanel Mario Covas Trecho Leste. 1 ed. São Paulo: Consórcio JGP & PRIME Engenharia, 2009. 120 p.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 161 p.

FREY, Klaus. (2007). A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & sociedade**, 9 (9), 115-148. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship** in na Era of Global Urban Peripherie. *City & Society*, Vol. 21, Issue 2, 2009. 245-267p.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 289 p.

MASCARO, Alysso Leandro. A crítica do Estado e do direito: A forma política e a forma jurídica. In:

NETTO, José Paulo (Org.). **Curso Livre de Marx e Engels**. São Paulo: Boitempo, 2015. 192 p.

NOBRE, Eduardo Alberto Cusce; BASSANI, Jorge (Org.). **Intervenções Urbanas em Áreas em Transformação de Cidades da América Latina**. São Paulo: Fau - Usp, 2015. 240 p. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/pesquisa/napplac/trabalhos/ebook_intervencoes_urbanas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

OLIVEIRA, Dennis. Movimentos sociais e uma nova cultura política em tempos de ação direta do capital. Ano 1, Número 1, **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, 2014. pp. 86 a 109.

PRZEWORSKY, Adans. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995. 165 p.

MESTRE ÁLVARO E O GEOTURISMO

Gustavo Henrique Teixeira da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Vitória – ES

Jane Dias

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Vitória – ES

Luiza Leonardi Bricalli

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Vitória – ES

RESUMO: O Maciço Mestre Álvaro, localizado no município de Serra (ES) e protagonista deste projeto, reúne características que lhe conferem grande perspectiva para ser explorado na área do Geoturismo, tomando parte de um conjunto de feições naturais cujo valor histórico, estético e cultural representa interesse para toda a sociedade. O trabalho procura apresentar de forma sucinta o estado-da-arte sobre o conhecimento adquirido acerca da formação do Mestre Álvaro, relacionada ao conjunto de eventos que deu origem ao Orógeno Araçuaí, além de considerar também o seu destaque enquanto importante feição de relevo e que despertou a atenção dos primeiros navegadores portugueses que por aqui passaram. Localizando-se próximo à capital do

Estado, apresenta condições de infraestrutura que já o posicionam como importante ponto turístico, com potencial para implantação de um projeto em que informações geocientíficas podem ser repassadas aos visitantes por meio de placas informativas e atividades didáticas. O desenvolvimento de um projeto nesses moldes poderia contribuir tanto para o enriquecimento das atividades turísticas já presentes na área, como também significaria um importante auxílio em termos de preservação ambiental, reforçando a importância do Mestre Álvaro como um valioso patrimônio natural.

PALAVRAS-CHAVE: Geoturismo, Geologia, Geografia

ABSTRACT: The Rocky Massif Mestre Álvaro, located in the municipality of Serra (ES) and protagonist of this project, has characteristics that give it great potential to be explored in Geotourism, taking part of a set of natural features whose historical, aesthetic and cultural values are of interest to the whole society. This paper seeks to present the state-of-the-art on the knowledge acquired about Mestre Álvaro, being this related to the set of events that gave rise to the Araçuaí Orogen, in addition to considering its prominence as an important relief feature. This has been highlighted within the region where it is found, since it awakened the attention of the first Portuguese navigators that passed there.

Located near the capital of the state, it presents infra-structure conditions that already pose it as an important touristic point, with the potential to implement a project where geoscientific information can be transmitted to visitors by means of didactic activities and information posters. The development of a project along these lines could contribute to the enhance of touristic activities already present in the area, as well as an important aid in terms of environmental preservation, reinforcing the importance of Mestre Álvaro as a valuable natural heritage.

KEYWORDS: Geotourism, Geology, Geography

1 | INTRODUÇÃO

O Maciço Mestre Álvaro, objeto principal deste trabalho, configura-se como uma das principais feições naturais do Espírito Santo, sendo certamente a de maior destaque no município em que está localizado - Serra, ES - (Figura 1). Conforme pode ser visto em Borges (2015), referências à montanha são encontradas desde a primeira metade do Século XVI, com destaque para a informação de que ele, já à época, servia como ponto de referência para os navegadores. Tal constatação revela que o Mestre Álvaro pode ser considerado como um objeto geográfico em sentido pleno, ainda mais se considerada a sua possível importância para as populações indígenas anteriores à colonização portuguesa.

Atualmente, no entorno do Mestre Álvaro encontra-se parte da área urbana do município de Serra, com destaque para a porção mais antiga da cidade, à norte/nordeste, além de bairro de Pitanga, posicionado à sul/sudeste da montanha. Atividades econômicas de diversas naturezas podem ser encontradas em sua área, com destaque para a extração de rochas para produção de brita, além da pecuária. Plantações de gêneros alimentícios são registradas pelo menos desde o século XVI, considerando, entretanto, que à época serviam basicamente à subsistência dos índios Temiminós, originais da Ilha do Governador - RJ, trazidos ao estado por meio de um acordo com os portugueses.

A história geológica do Mestre Álvaro encontra-se relacionada aos eventos que deram origem ao Orógeno Araçuaí, os quais, em suas fases finais, foram responsáveis por grande parte das intrusões graníticas presentes no estado do Espírito Santo, como as que podem ser observadas na região da Grande Vitória e que compõem de modo bastante característico o relevo local.



Figura 1. Mapa do Espírito Santo, com destaques para o município de Serra (em vermelho) e para o Mestre Álvaro, na porção esquerda da foto.

Fonte: Modificado de EspíritoSanto MesoMicroMunicip.svg, Lorenzeto de Abreu / Google Maps

2 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

2.1 Aspectos Geológicos

Os trabalhos mais atuais sobre a geologia do estado do Espírito Santo podem ser creditados a Alkmim et al. (2007), com enfoque voltado à compreensão da história tectônica da área, e o volume Geologia e Recursos Minerais do Estado do Espírito Santo, produzido pela CPRM no ano de 2015. A partir das pesquisas e da bibliografia atual, é possível posicionar o estado do Espírito Santo dentro da Província Mantiqueira, com destaque para os domínios do Orógeno Araçuaí e Microplaca Serra do Mar, com destaque para o primeiro, considerando a proposta do trabalho.

Conforme pode ser extraído de Heilbron et al. (2004), a Província Mantiqueira é composta por um complexo sistema orogênico que se desenvolveu durante a Orogenia Neoproterozoica Brasileiro-Pan Africana, ocorrida aproximadamente entre 870 e 550 Ma. Um resumo da história pode ser contado a partir da proposta de Alkmim et al. (2007), que propõe a ocorrência da Tectônica Quebra-Nozes para explicar a evolução do orógeno. Este conceito pode ser estabelecido com base na descrição de cinco estágios que teriam ocorrido, sendo estes (Figura 2):

- Estágio 1: Abertura da Bacia de Macaúbas a partir de um evento extensional ocorrido a cerca de 900 Ma, com franca deposição de sedimentos siliciclásticos.
- Estágio 2: Início do fechamento da Bacia de Macaúbas. São registradas

então intrusões graníticas relacionadas a ambiente de arco, com idades variando entre 625 e 585 Ma.

- Estágio 3: Fechamento Total da Bacia de Macaúbas, com sutura das margens passivas anteriores e inversão. Nesta fase são registradas intrusões graníticas sintectônicas, presentes principalmente na porção noroeste do estado do Espírito Santo.
- Estágio 4: Escape da porção sul do Orógeno Araçuai-Congo Oeste. O modelo propõe que na porção sul do orógeno ocorreu um escape lateral para sudoeste, acomodado por um sistema de falhas transcorrentes dextrais, com idade entre 560-535 Ma.

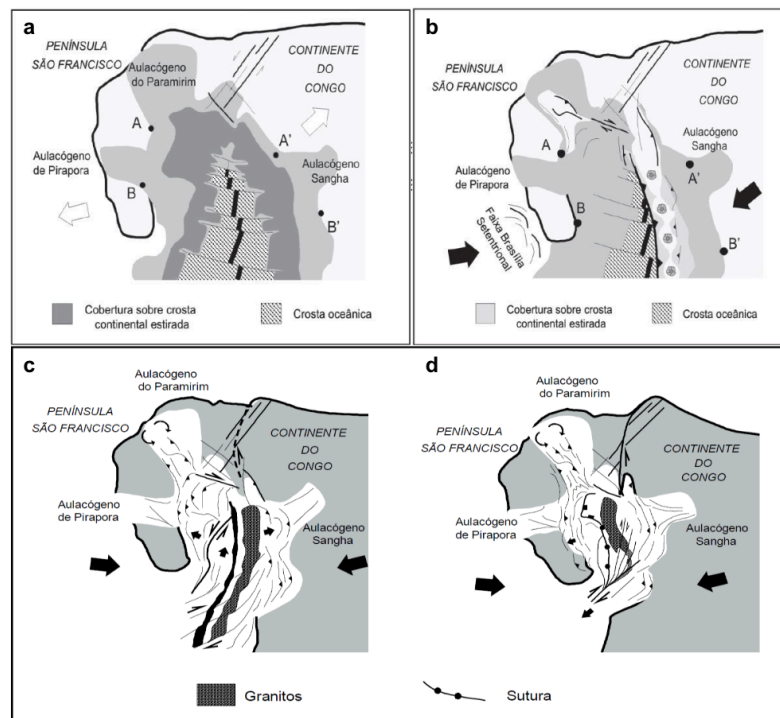


Figura 2. Estágios da Tectônica Quebra-Nozes: (a) abertura da Bacia Macaúbas; (b) início do fechamento da bacia; (c) fase final do fechamento da bacia; (d) colapso gravitacional e escape da porção sul do orógeno.

Fonte: Alkmim et al. 2007

- Estágio 5: O último estágio refere-se ao chamado colapso orogênico, iniciado a partir de intensa atividade ígnea, com descompressão e fusão parcial dos níveis crustais médios e profundos. Em termos litológicos, esse estágio é marcado por granitos do tipo S e tipo I.

2.2 Aspectos Geomorfológicos

Com relação à contextualização geomorfológica, temos como principal trabalho de Gatto et al. (1983), apresentando mapas na escala 1:250.000. De forma resumida, pode-se descrever a geomorfologia do estado como sendo constituída por três grupos morfoestruturais principais, sendo eles:

- Depósitos sedimentares: formados por sedimentos predominantemente arenosos e argilo-arenosos, com níveis de cascalho, gerados em ambientes de

deposição variando entre fluvial e costeiro. A Formação Barreiras constitui um importante membro desse grupo, com ocorrência que ultrapassa os limites estaduais, atingindo também o Rio de Janeiro, bem como estados do Nordeste Brasileiro, evidenciando sua importância para o entendimento da história geológica recente.

- Faixa de dobramentos remobilizados: este grupo apresenta estreita relação com o evento orogênico descrito acima, no qual as zonas de dobramentos, falhas e deslocamento de blocos influenciam na morfologia atual, com áreas de topografia acidentada e variações altimétricas expressivas.
- Maciços Plutônicos: grupo formado por intrusões graníticas proterozoicas e do início do Cambriano, resultantes também das movimentações tectônicas que deram origem ao Orógeno Araçuaí. O maciço Mestre Álvaro, objeto deste estudo, é indicado como pertencente ao Domínio Morfoestrutural da Faixa de Dobramentos Remobilizados, na Região dos Piemontes Orientais e na Unidade de Colinas e Maciços Costeiros. O mesmo apresenta-se como uma elevação destoante no cenário (chegando a 833 metros de altura), marcado nas proximidades por colinas formadas sobre rochas gnáissicas e arenitos, além de acumulações fluviais, principalmente na porção sul.

3 | O GEOTURISMO

Dentre os tipos de segmentos turísticos do Estado, podemos destacar o geoturismo, tipo de turismo recente e pouco abordado, que é considerado por muitos autores um subsegmento do ecoturismo, estando relacionado com a necessidade de entendimento por parte dos turistas e com a possibilidade de divulgação e valorização de aspectos históricos e geológicos da Terra, bem como sua evolução geomorfológica.

Este tipo de turismo foca na geologia e na formação da paisagem. De maneira mais ampla, o geoturismo é composto pelos elementos geológicos e geomorfológicos combinados com os componentes do turismo, como atrações, hospedagem, passeios, atividades de interpretação e de planejamento e gestão (BRASIL, 2006).

O Espírito Santo apresenta um patrimônio geológico singular, decorrente dos inúmeros processos naturais a que a região foi submetida ao longo da história da Terra, e isso pode ser visualizado nas diversas formas de relevo.

3.1 Geoturismo no Mestre Álvaro

O maciço Mestre Álvaro possui um grande potencial para ser empregado no geoturismo enquanto patrimônio geológico, que no entender de Brilha (2005), constitui-se de um conjunto de recursos naturais não renováveis que, tendo um valor científico, cultural, pedagógico e turístico, permite conhecer, estudar e interpretar a história geológica da Terra, bem como os processos que a modelaram e continuam modelando.

A proposta do geoturismo no maciço se preocupa em divulgar, valorizar e conservar os elementos do meio abiótico, tornando os elementos da geodiversidade

como principal atrativo para os turistas. Neste segmento, as feições geológicas e geomorfológicas se tornam protagonistas da prática turística, objetivando não só uma mera apreciação estética, mas também o desenvolvimento de pesquisas e a divulgação da geociência à sociedade. Um ponto importante acerca do reconhecimento do Mestre Álvaro como uma área de destacado interesse ambiental é a classificação concedida a ele como Área de Preservação Ambiental (APA), em virtude de sua flora, remanescente da Mata Atlântica, bem como da fauna associada.

O local de estudo possui características que configuram sua importância para fins didáticos-científicos, uma vez que acolhe uma vasta diversidade geológica e geomorfológica, com localização acessível, infraestrutura boa, com estética atraente ao público e sugestível para práticas esportivas e turísticas.

De acordo com a classificação de Brilha (2005), o Maciço se enquadra nos valores intrínsecos, em que a população local não possui uma relação dependente com o Mestre Álvaro. O valor cultural caracteriza o maciço pela bagagem histórica que o mesmo possui; o valor estético é incontestável, e é o atrativo que mais encanta aos turistas. O valor econômico é pouco explorado na região, enquanto o valor funcional é bem aproveitado por meio de trilhas, sendo que esse quesito poderia se entrelaçar com o econômico e encontra-se pouco desenvolvido. Já para o valor científico e educativo, revela-se um interessante campo para pesquisa e o ensino e divulgação das geociências, abrigando em seu substrato rochoso, diversas feições que servem de evidências dos processos evolutivos que originaram muitas das características geológicas da região, como a presença de granitos de texturas diferentes e lineamentos locais concordantes com aqueles observados em escala regional.

4 | GEOTURISMO: GEOLOGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Santos (1988) propõe que a geografia é uma ciência essencialmente humana, passível de ser compartimentada, para fins didáticos e de pesquisa, nas áreas física e social. Entendemos que o Geoturismo se encontra em contexto próximo, uma vez que tem, como um de seus pilares, a relação entre o homem e a natureza. Desde os primeiros navegadores europeus que vieram ao Brasil, temos registro de que estes tomaram o maciço Mestre Álvaro como referência náutica, podendo ser visto a uma distância de até 60 milhas. O seu próprio nome, cuja origem suscita discussões, tem como principal hipótese advir de um capitão de embarcação chamado Álvaro, sobrinho do vice regente Dom Brás.

Do ponto de vista geológico, o maciço granítico corresponde a um evento de enormes proporções, que deu origem à praticamente todas as rochas presentes no estado do Espírito Santo, sendo elas produtos do metamorfismo desenvolvido sobre os sedimentos da antiga Bacia Macaúbas, ou intrusões graníticas ocorridas durante diversas fases, guardando assim características sin-tectônicas e pós-tectônicas.

Se com a vibrante indústria petrolífera nacional veio a oportunidade de ensinar aos mais diversos públicos acerca dos eventos geológicos que deram origem às bacias sedimentares adjacentes ao litoral brasileiro, temos ainda a oportunidade de ensinar algo sobre o que veio antes, com registros que interagem conosco no nosso dia-a-dia.

Já existe nos arredores do Maciço Mestre Álvaro uma apreciável iniciativa de proprietários locais com relação ao turismo gastronômico e ecológico, incluindo restaurantes com comida servida no fogão a lenha, além de trilha guiada pela montanha. Tal contexto permite, com relativa facilidade, o acréscimo de informações que possam dar aos visitantes um vislumbre da história geológica e geográfica da área, colocando-a como um local bastante adequado para iniciativas ligadas ao geoturismo.

5 | CONCLUSÃO

O Estado do Espírito Santo apresenta um grande número de feições naturais que podem ser classificadas como relevantes pontos turísticos, entretanto temos no Maciço Mestre Álvaro um conjunto de características que o tornam protagonista dentro dessa temática, tais como a proximidade com o aeroporto de Vitória, estrutura hoteleira nas adjacências e vias de acesso de boa qualidade. Do ponto de vista geológico e geomorfológico, temos o Mestre Álvaro como um importante remanescente da histórica tectônica da área, correspondendo a uma associação de rochas graníticas formadas na fase final do desenvolvimento do Orógeno Araçuai, além de sua forma de relevo, que o coloca como feição de destaque na região, guardando importante conteúdo histórico (Figura 3).



Figura 3. Montanha Mestre Álvaro.

Fonte: <http://mochilabrasil.uol.com.br/item/trilha-do-mestre-alvaro-serra-es>

O geoturismo é uma área com crescente importância, evidenciada pelos numerosos trabalhos desenvolvidos nos últimos anos. Nesse contexto, o Mestre Álvaro surge como potencial elemento natural a ser considerado, uma vez que um projeto nessa área poderia contribuir para a disseminação do conhecimento geocientífico, tanto em termos geológicos quanto geográficos, contribuindo desta forma para a sua valorização e preservação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à comissão organizadora e aos revisores do VIII Simpósio Nacional de Ensino e História de Ciências da Terra, onde este trabalho foi publicado originalmente.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Fernando Flexa; PEDROSA-SOARES, Antonio Carlos; NOCE, Carlos Maurício; CRUZ, Simone Cerqueira Pereira. **Sobre a evolução tectônica do Orógeno Araçuaí-Congo Ocidental.** *Geonomos*, 15:25-43. 2007.
- BORGES, Clério José. **Colonização de Uma Cidade: História, Folclore, Cultura.** Ed. Canela Verde. Serra, 2015.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. Departamento de Áreas Protegidas.** Brasília, 2006.
- BRILHA, José. **Património Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica.** Viseu: Palimage Eds. 2005.
- CPRM. **Geologia e Recursos Minerais do Espírito Santo.** Belo Horizonte, 2015.
- HEILBRON, Mônica; PEDROSA-SOARES, Antonio Carlos; CAMPOS NETO, Mario da Costa; SILVA Luiz Carlos da; TROUW, Rudolph Allard Johannes; Janasi Valcedir de Assis. **Província Mantiqueira.** In: Mantesso Neto V., Bartorelli A., Carneiro C.D.R., Brito-Neves B.B.de. orgs. *Geologia do Continente Sul-Americano: Evolução da obra de Fernando Flávio Marques de Almeida.* São Paulo: Ed. Beca. p. 203-234. 2004.
- GATTO, Luiz Carlos Soares; RAMOS, Vera Lucia Souza; NUNES, Bernardo Tadeu de Almeida; MAMEDE, Lindinalva; GOES, Maria Hilde; MAURO, Claudio Antonio; ALVARENGA, Silvia Maria; FRANCO, Eliana Maria Saldanha; QUIRICO, Alcione Fonseca; NEVES, Leda Baeta. **Projeto Radambrasil. Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória, geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra.** Volume 32. Rio de Janeiro, 1983.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia.** Ed. Hucitec. São Paulo, 1988.

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO NO PROCESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO: DÉCADAS DE 1950 A 2000

Any Marise Ortega

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
São Paulo, SP

Alex Ubiratan Goossens Peloggia

Pesquisador independente
São Paulo, SP.

RESUMO: Este trabalho aborda a trajetória das iniciativas e debates parlamentares concernentes à proteção ao patrimônio natural de caráter geológico-geomorfológico na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, desde a década de 1950 até os anos 2000, evidenciando, por um lado, a via legislativa como possibilidade de incremento das políticas de geoconservação e, por outro, os embates que condicionam a questão, seja no que tange à relação entre o Executivo e o Legislativo quanto entre o Parlamento, a sociedade e os órgãos técnico-burocráticos de patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio natural, Processo Legislativo, Estado de São Paulo.

ABSTRACT: This paper deals with the trajectory of the parliament initiatives and debates concerning the protection of the natural heritage of a geological and geomorphologic character in the Parliamente of the State of São Paulo, from the 1950's to the 2000's, evidencing by one hand this alternative as a possibility of

enhancement of the geoconservation policies and, on the other hand, the discussions that have conditioning the issue, in terms of the relationship between Executive and Legislative powers and between the Parliament, society and heritage technical-bureaucratic institution..

KEYWORDS: Natural Heritage, Legislative Process, São Paulo State.

1 | INTRODUÇÃO

A proteção do patrimônio natural, no Brasil, tem envolvido basicamente três tipos de objetos: 1) a configuração geomorfológica e seu revestimento ecológico, que dão origem e sustentação a paisagens notáveis; 2) a ocorrência de exposições de formações geológicas cuja qualidade ou raridade representem interesse cultural em função de seu valor científico e; 3) os sítios ou acidentes naturais aos quais se associem aspectos relevantes da história humana.

Quanto ao primeiro aspecto, paisagístico, Ab'Saber (2003) discute a concepção, comum às ciências da natureza, da paisagem como herança em dois sentidos, ou seja, de registros de processos fisiográficos e biológicos mas também de patrimônios coletivos dos povos que historicamente as herdaram. Enquanto o primeiro sentido refere-se a heranças

de processos antigos, remodelados e modificados por processos mais recentes, o segundo indica que tais configurações paisagísticas de “longa e complicada elaboração fisiográfica e ecológica” foram legadas, historicamente, a povos e nações que constituíram seus territórios e que são, deste modo, por elas responsáveis. Para o autor citado,

Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. (Ab’Saber, 2003 p.10)

No que diz respeito ao aspecto do conhecimento científico, como comentam Garcia et al. (2018) acerca do patrimônio geológico, uma estratégia de geoconservação tem como primeiro passo um inventário de sítios por meio de critérios claros e sólidos. Desse tipo de raciocínio têm derivado, no Brasil, por exemplo, as catalogações de “sítios geológicos e paleontológicos” (Schobbenhaus et al., 2002; Winge et al., 2009; Winge et al., 2013), dos “geoparques” (Schobbenhaus & Silva, 2012) ou o inventário de patrimônio geológico do Estado de São Paulo (Garcia et al., 2013; Garcia et al., 2018).

Todavia, uma parcela fundamental da responsabilidade de proteção depende, muito além do estudo, da catalogação e da valoração científica, da implementação da política pública de proteção e conservação do patrimônio natural, incluindo-se o geológico-geomorfológico. Ocorre que as bases de efetivação de tal política passam, obrigatoriamente, pela instância da legislação, seja ela de natureza constitucional ou ordinária, mesmo porque dela derivam e a ela se subsumem as regulamentações e normas provenientes do âmbito administrativo, nas esferas federal, estaduais (e distrital) e municipais. Isto se aplica a propostas como as dos “geoparques” ou “sítios geológicos e paleontológicos” que, uma vez caracterizados por critérios científicos, não constituirão senão meras intenções no papel caso não progridam como propostas de política pública.

Neste trabalho, analisamos a particularidade do tema em uma dessas instâncias, o Poder Legislativo Paulista, referindo-nos à evolução das proposições e do debate referente à geoconservação desde seu aparecimento – certamente sem tal denominação – na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, ainda na década de 1950, até seus desdobramentos mais recentes, nos anos 2000. As fontes das informações primárias utilizadas são o banco de dados da própria ALESP e o Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E., ambas de acesso público.

É evidente que, num período amplo como o abrangido pelo estudo, tanto as mudanças do contexto político, não só na unidade federativa em questão como no País, e as referentes aos textos constitucionais e à legislação federal pertinente, conjugadamente às transformações econômicas e culturais ocorridas, configuraram uma evolução complexa da situação parlamentar e do processo legislativo, em constante interação com o Executivo e a sociedade civil. É nesse contexto em que

o processo legislativo de proposição, discussão e aprovação das leis referentes ao patrimônio natural, no Estado de São Paulo, deve ser compreendido.

2 | A PROTEÇÃO DOS MONUMENTOS NATURAIS NO BRASIL: OS PRIMEIROS PASSOS

A proteção aos monumentos naturais surge, na legislação, no mesmo contexto que a proteção ao patrimônio histórico-cultural em geral. Conforme o Decreto-Lei Federal n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, em seu artigo 1º, este se constitui do conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, em função com sua vinculação com fatos históricos memoráveis ou por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico excepcional. A tal formulação é acrescentado o seguinte, no parágrafo 1º:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios ou paisagens que importe conservar ou proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Decreto- Lei n.25/1937)

Dois aspectos revelaram-se aí fundamentais para a definição do que seria a política brasileira de proteção ao patrimônio nas décadas seguintes: a atribuição de tal incumbência ao SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, depois IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e a instituição do tombamento como instrumento básico para a tarefa, sob atribuição do órgão patrimonial referido.

Este marco, conquanto ocorrido no âmbito do autoritarismo do Estado Novo varguista, na verdade foi a culminação de um movimento levado a cabo pela intelectualidade modernista, e particularmente por Mário de Andrade, reconhecidamente o autor do anteprojeto que deu origem à legislação. Já na Constituição Federal de 1934, em seu artigo 10, havia a referência à competência concorrente da União e dos Estados, dentre outras coisas, a “proteção das belezas naturais”, incumbência esta que se manteve na Constituição de 1937, artigo 134, com a seguinte formulação:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios (...) (Constituição Federal de 1937)

Passado o período autoritário, no entanto, mantém-se a política de patrimônio, o que é exemplificado pelo artigo 175 da Constituição Federal de 1946, que coloca, na verdade mantém, sob proteção do Poder Público, conjuntamente com obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, também os “monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza”.

Todavia, no âmbito federal, a proteção do patrimônio natural pelo instituto do

tombamento foi menos privilegiada que a de outras categorias de patrimônio cultural, o que poderia ser relacionado aos critérios dos técnico-intelectuais modernistas vinculados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ribeiro, 2007; Fonseca, 2009; Pereira, 2017). Conforme ressalta Pereira (2017), de 1183 bens tombados por tal instituição (até 2016), apenas 47 eram bens naturais. Isto representaria a tendência de se delegar à legislação ambiental o cuidado com os “monumentos naturais”, apesar da atribuição do órgão patrimonial para tanto.

3 | AS DÉCADAS DE 1950 E 1960 EM SÃO PAULO: DA INICIATIVA LEGISLATIVA AO CONDEPHAAT

No Estado de São Paulo as primeiras iniciativas referentes à proteção do patrimônio natural (de interesse geológico-geomorfológico) datam da década de 1950, e prologam-se até a primeira década do presente século, conforme sintetizado no Quadro 1.

| Proposição | Iniciativa | Resultado |
|---|---------------------------------------|------------------------|
| Projeto de Lei 874/1956 Tombamento das escarpas e zonas adjacentes das Serras do Mar e Mantiqueira | Deputado Araripe Serpa (PTN) | Lei 3.737/57 |
| Projeto de Lei 866/1961 Dispõe sobre a conservação e proteção de paisagem e grutas e da fauna e da flora. | Executivo | Lei 6.884/62 |
| Projeto de Lei 99/1981 Tomba a Rocha Moutonée, em Salto. | Deputado Archimedes Lammoglia (ARENA) | Rejeitado |
| Projeto de Lei 100/1981 Tomba a nascente do Rio Tietê, em Salesópolis. | Deputado Archimedes Lammoglia (ARENA) | Rejeitado |
| Projeto de Lei 198/1981 Tomba o Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira. | Deputada Irma Passoni (MDB) | Vetado |
| Projeto de Lei 504/1981 Tomba área da Serra do Itapetininga, em Atibaia. | Deputado Goro Hama (MDB) | Arquivado |
| Projeto de Lei 222/82 Tomba áreas no Vale do Ribeira. | Deputada Irma Passoni (MDB) | Arquivado |
| Projeto de Lei 239/1983 Tomba a Rocha Moutonée, em Salto. | Deputado Archimedes Lammoglia (ARENA) | Vetado |
| Projeto de Lei 363/1983 Tomba a nascente do Rio Tietê, em Salesópolis. | Deputado Archimedes Lammoglia | Vetado |
| Projeto de Lei 394/2007 Declara como patrimônio histórico, cultural e ambiental do Estado o rio Ribeira de Iguape | Deputado Raul Marcelo (PSOL) | Vetado |
| Projeto de Lei 581/2007 Cria o Monumento Natural Geiseritos de Anhembi | Deputado Adriano Diogo (PT) | Lei 12.687/2007 |

Quadro 1 – Principais iniciativas legislativas acerca do patrimônio natural-paisagístico que tramitaram na ALESP nas décadas de 1950 a 2000.

Fonte: Ortega (2018), a partir do banco de dados da ALESP.

Promulgada já na década de 1950, a Lei 3786/57, que dispunha sobre o tombamento das escarpas da Serra do Mar e Mantiqueira, de iniciativa parlamentar do deputado Araripe Serpa, se adiantou em décadas ao tombamento que viria a ser proposto no decênio de 1980. O texto da lei é relativamente simples, determinando que a Secretaria da Agricultura promoveria o tombamento “das escarpas da Serra do Mar e da Mantiqueira, e suas áreas adjacentes, em toda a sua extensão do Estado”. Para tanto, realizar-se-iam estudos técnicos destinados à “criação de parques de proteção à flora e à fauna”. Percebe-se que o uso do termo “tombamento”, nesta lei, parece não se referir especificamente ao tombamento formal por órgãos do patrimônio, ou seja, “inscrição em livros de tombo”, mas à definição de áreas de conservação. De fato, o teor conservacionista do projeto de lei fica evidente na justificativa apresentada por Araripe Serpa (DOE, Caderno Executivo, 21.11.1956, p.46) constituindo-se em um discurso que, hoje, poderíamos classificar plenamente como “geoecológico” ou “geoambiental”, preocupando-se com a proteção do que seria conhecido como “serviços ecossistêmicos” em uma área de alta fragilidade geomorfológica.

Já no início da década de 1960, a ALESP analisa o projeto de Lei 886/61, do Governador, que aprovado passou a constituir a Lei 6.884/62, que “dispõe sobre parques naturais, monumentos naturais e dá outras providências”. Em seu artigo 1º, a lei define que os parques estaduais são destinados à conservação e proteção de paisagens e grutas e da fauna e da flora, evidenciando-se aí a parcela relativa à proteção do patrimônio espeleológico. É também dessa década a Lei 8656/65, depois revogada, que criava a “Reserva Florestal do Vale do Paraíba”, a partir de projeto, de autoria do deputado José Luiz Cembranelli.

Todavia, o fato mais relevante do período talvez tenha sido a inclusão, na Constituição Estadual Paulista de 1967, dos artigos 127 e 128, por iniciativa da deputada Dulce S. Cunha Braga, que determinaram que a lei disporia sobre a “proteção do patrimônio histórico, artístico e monumental” e que seria criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, a ser conhecido como CONDEPHAAT. Destas disposições derivou o projeto de Lei 10.247/68, do Governador, que aprovado resultou na Lei 10.247/68, que dispôs sobre a competência, organização e funcionamento do citado Conselho. Competência na qual se incluía a defesa de “recantos paisagísticos que mereçam ser preservados”, por meio de tombamento, desapropriação, compra e outros mecanismos.

A própria expressão “recantos paisagísticos” pouco informa quanto à natureza do patrimônio a que se refere, e sugere mesmo a preponderância do elemento estético, o que se adéqua ao aspecto “turístico” da iniciativa. Não define, também, quais critérios seriam aplicados para a definição do que merece ser preservado, subentendendo-se que tal escolha ficaria a cargo do próprio órgão do patrimônio, por meio de seus integrantes de “notórios conhecimentos”. Dentre os quais não figurava, nem ainda figura, algum representante específico do conhecimento geocientífico. A justificativa do projeto, do Executivo, ela mesma também não faz qualquer referência a algo que

se possa associar diretamente à “geoconservação”, conquanto refira-se a “belezas naturais ou paisagísticas”, no âmbito do incremento ao turismo.

Dessa forma, pode-se entender como no âmbito do órgão patrimonial estadual, tal como vimos acontecer no nível federal, a defesa do patrimônio natural foi secundária em relação às demais categorias. Uma simples verificação à lista de bens tombados pelo Condephaat indica o nítido predomínio do aspecto paisagístico, como formas de modelado notáveis na paisagem, como morros, serras, vales e ilhas; sítios geológicos propriamente ditos são apenas o do “Varvito”, em Itu (descrito por Rocha-Campos, 2002a), o da “Rocha Moutonnée” em Salto (Rocha-Campos, 2002b), e a “Cratera” (Astroblema) de Colônia, na capital (Riccomini et al., 2002; Velásquez et al., 2014). Inclui-se na lista a área da nascente do rio Tietê, em Salesópolis, também objeto da atenção do deputado citado, mas que não aparece em inventários do patrimônio geológico.

Todavia, ficam até hoje de fora da lista de bens tombados, pelo órgão estadual de patrimônio, sítios geológicos e paleontológicos catalogados (em suas categorias de sítios espeleológicos, conforme publicações de Schobbenhaus et al, 2002; Winge et al., 2009, e Winge et al., 2013), conquanto possam estar eventualmente protegidos indiretamente por estarem localizados em áreas de proteção ambiental ou unidades de conservação: os icnofósseis de Araraquara (Leonardi & Carvalho, 2002), o sítioossilífero de Pirapozinho (Suárez, 2002), o sítio dos mamíferos fósseis de Tremembé (Bernardes-de-Oliveira et al., 2002a), o da Fazenda Santa Fé em Tremembé (Bernardes-de-Oliveira et al. 2002b), a escarpa do Arenito Furnas (Souza e Souza 2002), o Carste e as Cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Karmann & Ferrari, 2002), as cavas de ouro do Jaraguá (Carneiro, 2002), o pavimento estriado de Guaraú (Pérez-Aguilar, et al. 2009), os estromatólitos de Santa Rosa do Viterbo (Ricardi-Branco et al., 2009), os icnofósseis de Porto Primavera (Fernandes et al., 2009), a Pedra do Baú em São Bento do Sapucaí (Iruma & Teixeira, 2013), os estromatólitos de Nova Campina e Itapeva (Sallum et al., 2013) e os fósseis de répteis de General Salgado (Carvalho et al., 2013), bem como o proposto geoparque do Ciclo do Ouro em Guarulhos (Aguilar et al., 2012), além da grande maioria dos 121 sítios apontados por Garcia et al. (2018).

4 | AS DÉCADAS DE 1970 A 1990: OS “EMBATES DO TOMBAMENTO”

O instituto do tombamento, e em particular sua forma de gestão pelo CONDEPHAAT e a questão da sua implementação pela via legislativa, geraram discussões intensas no período subsequente à criação do Conselho. Um ponto central do debate foi o da competência do tombamento: enquanto diversas iniciativas legislativas passaram a propor, por meio de projetos de Lei, tombamentos de patrimônio históricos e naturais ao longo do Estado, a postura do Executivo foi sempre do veto, em função do entendimento de que se trataria de procedimento administrativo de competência

própria do CONDEPHAAT. Ou seja, o que se colocava em jogo, sob a questão da competência do tombamento no ordenamento legal, era de fato um embate entre a figura representativa do parlamentar, como tradutor dos interesses locais específicos atinentes ao patrimônio, e os critérios técnico-burocráticos e acadêmicos do Conselho, sustentados pelo Executivo.

Neste embate, quatro casos envolvendo o patrimônio natural (geológico-geomorfológico) são exemplares. O “Varvito” de Itu, a “Rocha Moutonnée” de Salto, a nascente do Tietê em Salesópolis e a Serra do Japi em Jundiaí. A “Pedreira de Varvitos”, em Itu, na verdade já tombada pelo Condephaat em 1974, é um sítio geológico descrito por Rocha-Campos (2002a), como vimos, que foi objeto de projeto de lei propondo seu tombamento pelo deputado Archimedes Lammoglia, em 1985, retirado de pauta (sendo que, na verdade, o mesmo deputado havia se pronunciado já em 1972 solicitando a referida proteção). A Rocha Moutonnée de Salto, também como citamos catalogada como sítio geológico (Rocha-Campos, 2002b) foi tombada pelo Condephaat em 1992, na categoria de área natural ou sítio paisagístico que, aliás, além do monumento geológico, é uma herança paisagística no sentido referido por Ab’Saber (1983), como área de *refúgio* de vegetação de caatinga. Todavia, não sem muito antes ter sido objeto de dois projetos de tombamento propostos também pelo deputado Lammoglia, em 1981 e 1983, em que se argumentava pela excepcionalidade da ocorrência, seu valor científico e potencial turístico. O primeiro desses projetos foi rejeitado, e o segundo vetado pelo Executivo, sob a alegação de inconstitucionalidade em razão de vício de iniciativa. O mesmo destino teria o projeto de lei sobre o tombamento da nascente do rio Tietê (não catalogada nos inventários de sítios geológicos), sobre o qual o deputado Lammoglia se manifestara em tribuna já em 1974, e que acabaria por ser tombada pelo CONDEPHAAT em 1985, na categoria de sítio natural ou paisagístico.

Além de tais proposições, outras iniciativas parlamentares esbarraram no “monopólio do tombamento” pelo Executivo, feito por meio do Condephaat: o tombamento do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, proposto pela deputada Irma Passoni em 1981; da Serra do Itapetininga, em Atibaia, pelo deputado Goro Hama, também em 1981; e de áreas do Vale do Ribeira, em 1982, mais uma vez pela deputada Irma Passoni.

5 | O TOMBAMENTO DA SERRA DO JAPI

Ainda na década de 1980, o tombamento da Serra do Japi, já anunciado pelo CONDEPHAAT em 1982, abrangendo os municípios de Cabreúva, Jundiaí e Pirapora do Bom Jesus, também na categoria de área natural ou sítio paisagístico, gerou intensa polêmica que evidenciou as dificuldades desse instituto de proteção perante interesses da dinâmica social, da qual o Parlamento é representante. À época em que o Conselho era presidido por Aziz Ab’Saber que, como geógrafo e ambientalista, viria em seus trabalhos a expressar uma concepção clara da paisagem como patrimônio,

como vimos. Conforme dados do CONDEPHAAT, a resolução de tombamento data de 8.3.83 (DOE 12.3.83), e a inscrição no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico de 1.9.86. Conforme o texto constante no sítio referido,

A Serra do Japi é um dos componentes topográficos das serranias de São Roque e Jundiá que, juntamente com as Serras de Guaxinduva e Jaguacoara, faz parte de uma série de pequenas serras mantidas por rochas extremamente resistentes (quartzitos), que ocorrem no entremeio do maciço xistoso existente entre a bacia da São Paulo e a Depressão Periférica Paulista. Correspondem a acidente que possui características de natureza integrada, quase intacta por mais de 90% de seu espaço total: condições geológicas relacionadas a solos pobres e frágeis, vegetação natural adaptada a solos de baixa fertilidade natural, aguadas límpidas em forma de 'castelo d'água, formadas por baixo volume d'água. As florestas das encostas e dos topos, fragilmente implantadas, funcionam, de um lado, como banco genético espacial de natureza tropical e, de outro, como importante refúgio para a fauna remanescente dos planaltos cristalinos interiores do Estado. (http://condephaat.sp.gov.br/bens_tombados/)

No Legislativo Paulista, manifestou-se sobre a questão inicialmente o deputado Jihei Noda (PDS), em termos elogiosos, porém com ressalvas: “Sem dúvida é uma grande conquista tomar aquele maciço, mas eu gostaria de fazer um reparo, dizendo que apenas tomar não significa nada. É preciso conservar aquilo que lá está e não permitir mais nenhum tipo de depredação, como aconteceu como o Morro do Jaraguá” (DOE, 08.12.82). Temos aqui, nesta breve referência, colocada a questão da gestão do patrimônio tombado e, implicitamente, de suas dificuldades, portanto numa crítica implícita à atuação do Executivo.

Todavia, o pronunciamento mais incisivo sobre o tema ocorreu em março de 1983, por parte do Deputado Augusto Toscano (PTB), em tom fortemente crítico, a começar pelo que seria uma falta de transparência e diálogo com os interessados, por parte do Condephaat, no processo de tombamento. A dura crítica é centrada na suposta falta de consideração e sensibilidade, pelo órgão do patrimônio, quanto às repercussões socioeconômicas do tombamento de uma área de grande extensão e de uso antigo:

Esquecem as pouquíssimas pessoas (ou técnicos?) que compõem aquele Conselho, envolvidos com toda exclusividade na análise do problema, que tal decisão irá beneficiar meia dúzia de privilegiados em detrimento de uma maioria. Não veem que a decisão criará um verdadeiro caos social na região, fato ao qual falta-lhes a necessária sensibilidade. Não veem, também, que o verde que pretendem, com o ato, preservar, [é] atualmente fruto de enormes esforços de seus proprietários, em curto espaço de tempo desaparecerá (...).

Apregoam os idealistas do Conselho que o tombamento visa a preservar a Serra do Japi, sujeita a incêndios, e alegam existir no local mata virgem tipo Atlântica!!! Ingênuo argumento, compatível somente com a ingenuidade do Conselho. Perigo de incêndio existe, como sempre existiu e existirá em qualquer área verde. Porém, se a Serra do Japi continua preservada, isso se deve única e exclusivamente a seus proprietários que, há décadas, vêm aplicando vultosas quantias na preservação contra incêndio. É de se perguntar: apurou o CONDEPHAAT quanto o governo despendeu para a preservação e quanto despenderam os proprietários?

Prossegue o pronunciamento:

Acreditamos que o CONDEPHAAT pretende com a decisão castigar os atuais proprietários, verdadeiros preservadores da Serra do Japi, pelos investimentos executados, pois, se não houvesse esse investimento, o verde da serra e a vegetação 'tipo atlântica', de há muito não existiriam. Bendita equidade! Bendita justiça! Santa inocência! Ou, como querem e deixam fazer supor, maldito jogo de interesses!!!

A esta altura é bom que deixemos claro que não somos contrários ao tombamento da Serra do Japi, porém, baseados nas alegações do Conselho – somente da Serra – o que iria ao encontro do tombamento em si. Do modo desejado pelo Conselho, o tombamento abrangerá, em sua maior porção, terras reflorestadas e já exploradas ou em fase de exploração agrícola, portanto, fora do objetivo principal que é a preservação da fauna e da flora.

Finalmente, indagamos se o Conselho, por meio de seus técnicos, consultou os interesses dos municípios envolvidos, ouvindo seus respectivos prefeitos; se dialogaram com os proprietários, se ouviram as 2.500 pessoas que trabalham na área; se executaram estudos econômicos para aquilatar o volume de dinheiro necessário para a preservação da área; se calcularam o valor da indenização, seja por servidão, seja por desapropriação, que vier a ser devida aos proprietários; e, se porventura conhecem a área tombada, pessoalmente e não por fotografias.

(DOE 15.3.83, pp.71-72)

As manifestações parlamentares que citamos, conquanto possam ser associadas ao “senso comum”, em relação ao texto explicativo do tombamento que citamos acima, de natureza geológico-geomorfológica e que denuncia claramente o estilo “absaberiano”, no entanto colocam de fato duas questões da maior importância: primeiro, a efetividade do tombamento como instrumento de conservação; segundo, a falta de discussão com as pessoas afetadas, ou seja, proprietários e autoridades locais.

É claro que a última e provocativa frase do pronunciamento do deputado Toscano não se pode aplicar, pelo menos, a Ab'Saber, amplo conhecedor em detalhes do relevo e da natureza paulista e brasileira. Mas, justamente nesse sentido, vale a pena considerar com mais detalhes a concepção da paisagem como herança deste cientista:

Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. /.../ Para tanto, há que conhecer melhor as limitações de uso específicas de cada tipo de espaço e de paisagem. Há que procurar obter indicações mais racionais, para preservação do equilíbrio fisiográfico e ecológico. /.../ Evidentemente, para os que não têm consciência do significado das heranças paisagísticas e ecológicas, os esforços dos cientistas que pretendem responsabilizar todos e cada um pela boa conservação e pelo uso racional da paisagem e dos recursos da natureza somente podem ser tomados como motivo de irritação, quando não de ameaça, à economicidade das forças de produção econômica. (AB'SABER, 2003, p.10; grifo nosso)

Conquanto mais sensata seja, em princípio, a proposição de Ab'Saber, efetivamente sua realização no caso concreto do Japi foi, como se viu, de fato um

“motivo de irritação”, uma vez que a responsabilidade difusa da proteção ao patrimônio natural, concebida pelo autor, e de certa forma imposta de maneira “salvacionista” a partir do saber privilegiado dos homens de ciência, não encontra necessariamente o suficiente respaldo na dinâmica social, complexa e contraditória, a que se aplica, e da qual os parlamentares são os porta-vozes. Neste sentido, o geógrafo representava a continuidade do espírito modernista que, na década de 1930, moldou a política de patrimônio no país.

Seja como for, as objeções levantadas no Parlamento evidenciam as dificuldades da política de geoconservação, uma vez que esta tem de levar em conta não só a relevância dos sítios, mas também que o território não é “virgem”, isto é, tem histórias de uso e apropriação e a presença de habitantes e atividades econômicas que devem ser conjugadas com a proteção ao patrimônio (Brilha, 2005; Nascimento et al., 2008).

6 | OS ANOS 2000: OS GEISERITOS DE ANHEMBI

Mansur (2010) aponta a recente tendência de uso da “Lei do SNUC” (ou seja, da Lei Federal 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) para o enquadramento do patrimônio geológico na figura protegida de monumento natural, citando os seguintes casos: na esfera federal, o “Monumento Natural dos Pontões Capixabas”; nas esferas estaduais, o “Monumento Natural das Árvores Fossilizadas”, em Tocantins, o “Monumento Natural Vale dos Dinossauros”, na Paraíba, e o “Monumento Natural Geiseritos de Anhembi”, em São Paulo. E, na esfera municipal, o “Monumento Natural dos Costões Rochosos”, em Rio das Ostras (RJ), e o “Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca”, na cidade do Rio de Janeiro.

De fato, a Lei Federal 9.985/2000 abriu uma alternativa para o patrimônio natural, ao estabelecer entre seus objetivos “proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica” (Art. 4º, VI) e “proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural” (Art. 4º, VII), bem como ao incluir nas categorias de unidades de conservação os monumentos naturais (Art.7º, IV), com o objetivo básico de “preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” (Art.12).

Tais atribuições, evidentemente concorrentes (e de certa forma redundantes) com o estabelecido desde o Decreto-Lei 25/37, no entanto abriram a possibilidade de incremento da política pública de patrimônio além do desgastado instituto do tombamento, sabendo-se ainda que tanto no âmbito federal como no estadual o patrimônio natural tem sido, ao longo de décadas, tratado secundariamente. A possibilidade foi exemplarmente explorada, no processo legislativo da ALESP, por meio da proposição do projeto de Lei 581/2007, de autoria do deputado Adriano Diogo, que, transformado na Lei 12.687/2007, criou o “Monumento Natural Geiseritos de Anhembi”.

Os “Geiseritos” ganharam notoriedade quando da publicação, por Yamamoto et al. (2006), do artigo *A Record of Permian subaqueous vent activity in South-eastern Brazil*, na revista *Nature*, como se sabe uma das mais conceituadas publicações científicas mundiais, e de sua repercussão na grande imprensa. Todavia, a iniciativa de sua preservação não coube à comunidade geocientífica profissional, mas à atenção dada ao caso pelo deputado Adriano Diogo (ele mesmo um geólogo de formação) que procurou para tanto o apoio do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (comunicação verbal de P.C. Boggiani). Fugindo à estratégia de conservação pelo tombamento, que fatalmente incorreria em veto, como ocorrido com o projeto de lei 394/2007, do deputado Raul Marcelo, que “declarava” como “patrimônio histórico, cultural e ambiental do Estado o rio Ribeira de Iguape”, o projeto referiu-se diretamente à categoria de unidade de conservação monumento natural tal como instituída pela “Lei do SNUC”, foi aprovada na ALESP e não houve razão de veto pelo Executivo.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como relatam Garcia et al. (2018), inúmeros sítios geológicos de significativa importância, ao longo das últimas décadas, foram destruídos. Portanto, fica claro que não basta estudar e catalogar, ou mesmo valorar: é necessário atuar efetivamente no sentido da implementação da proteção. Conforme também opinam os autores citados, inventários geopatrimoniais deveriam funcionar como bases factuais para qualquer decisão sobre conservação, sendo usados como indicadores de prioridades de manejo, no Estado, no que concordamos.

Existe a opinião de que o manejo de geossítios não seria mais uma tarefa da comunidade geocientífica, e que, considerando o arcabouço legal do Estado de São Paulo, a responsabilidade pela definição e implementação de políticas de conservação da natureza cabe à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e que a comunidade geocientífica esperaria que a administração do Estado usasse as informações fornecidas por ela para desenvolver uma estratégia de geoconservação. Quanto a este aspecto, e não considerando que a proteção aos sítios naturais, como integrantes do patrimônio cultural, seja atribuição concorrente também do Condephaat (o que já o era desde sua fundação e foi reafirmado pela Constituição Estadual paulista de 1989, em seu artigo 261), e não somente da Secretaria do Meio Ambiente, temos de discordar dessa posição, pois entendemos que a tarefa da comunidade científica em geral não é somente produzir conhecimento e “esperar” (e muitas vezes “ficar esperando”) que tal contribuição se efetive na prática social pela ação de outros.

Como estabelece o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo 1º, o Poder Público promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro com a colaboração da comunidade. O próprio fato de se possuir conhecimento especializado e relevante à sociedade traz em si o imperativo ético de atuar para que

as consequências derivadas de tal saber se efetivem e beneficiem o povo, que é o financiador em última instância da grande maioria das pesquisas acadêmicas.

À comunidade especializada, em nossa opinião, cabe também a ação prática no que tange à geoconservação, uma vez que, como vimos, dos sítios geológicos e paleontológicos ou geoparques propostos no Estado de São Paulo, somente poucos contam até agora com efetiva proteção por meio do tombamento ou de outro instituto de preservação do patrimônio. O caminho legislativo é uma alternativa possível e efetiva, pois tem força de lei. Como vimos, o Parlamento paulista, como representante do povo, tem mecanismos para fomentar a geoconservação, por meio de indicações de tombamento ou de projetos de lei (cujo exemplo mais efetivo foi o caso citado dos geiseritos) que definam áreas de proteção. Para que isso ocorra sistematicamente, todavia, é necessário que a comunidade geocientífica crie a demanda e se faça representar.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é derivada do projeto “A arquitetura da política de patrimônio cultural no Estado de São Paulo (décadas de 1950 a 2010): entre a prancheta do Legislativo e o esquadro do Executivo”, desenvolvido pela primeira autora junto ao curso de pós-graduação em Políticas Públicas, oferecido pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e patrocinado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, instituição à quais registramos nosso agradecimento. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentado no VIII Simpósio Nacional de Ensino e História de Ciências da Terra, promovido pela Sociedade Brasileira de Geologia (Ortega & Peloggia, 2018).

REFERÊNCIAS

AB’SABER, A.N. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGUILAR, A.P.; BARROS, E.J.; ANDRADE, M.R.M.; OLIVEIRA, E.S.; JULIANI, C.; OLIVEIRA, A.M.S. Geoparque Ciclo do Ouro, Guarulhos (SP): propostas. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. (Orgs.) *Geoparques do Brasil*: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012, p.543-582.

BERNARDES-DE-OLIVEIRA, M.E.C.; MANDARIM-DE-LACERDA, A.F.; GARCIA, M.J. CAMPOS, C.C. Jazigo Rodovia Quiririm-Campos do Jordão, km. 11 (Tremembé), SP: macrofósseis vegetais do Terciário. In: SCHOBENHAUS C., CAMPOS D.A., QUEIROZ E.T., WINGE M., BERBERT-BORN M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM. 2002a, v. 1, p. 55-62.

BERNARDES-DE-OLIVEIRA, M.E.C.; MANDARIM-DE-LACERDA, A.F.; GARCIA, M.J.; CAMPOS, C.C. Fazenda Santa Fé (Tremembé, SP): a maior associação de fósseis do Terciário Brasileiro. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M. BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002b, v.1, p. 63-71.

BRILHA, J.J. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.

CARNEIRO, C.D.R. Cavas de ouro históricas do Jaraguá, SP: os primórdios da mineração no Brasil. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002, v. 1, p. 511-515.

CARVALHO, I.S.; VASCONCELLOS, F.M.; MARINHO, T.S.; NOBRE, P.H.; CAMPOS, A.C.A.; ARRUDA, J.T. Répteis fósseis de General Salgado, SP: registro de transformações ambientais na Bacia Bauru durante o Cretáceo. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; BERBERT-BORN, M.L.C.; SALLUM Fº, W.; Queiroz, E.T. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2013, v. 3, p. 211-224.

FERNANDES, L.A.; SEDOR, F.A.; SILVA, R.C.; SILVA, L.R.; AZEVEDO, A.A.; SIQUEIRA, A.G. Icnofósseis das Usina Porto Primavera (SP): rastros de dinossauros e de mamíferos em rochas do deserto neocretáceo Caiuá. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; QUEIROZ, E.T.; BERBERT-BORN, M.L.C.; CAMPOS, D.A. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2009. v. 2, p. 479-188.

FONSECA, M.C.L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009.

GARCIA, M.G.M.; BRILHA, J.; LIMA, F.F.; VARGAS, J.; AGUILAR, A.; BOUROTTE, C.; CASTO, J.C.; DEL LAMA, E.A. DULEBA, W.; FALEIROS, F.M.; FERNANDES, L.A.; MARTINS, L.; MORALES, N.; PASSARELI, C.R.; RAPOSO, M.I.B.; RICARDI-FRANCO, F.; SALLUM Fº, W. Inventário do patrimônio geológico no Estado de São Paulo: categorias geológicas temáticas. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO GEOLÓGICO, 2, Ouro Preto (MG), 2013. *Anais...* Universidade Federal de Ouro Preto / Universidade Federal de Minas Gerais, 2p.

GARCIA, M.G.M.; BRILHA, J.; LIMA, F.F.; VARGAS, G.C.; PÉREZ-AGUILAR, A.; ALVES, A. CAMPANHA, G.A.C.; DULEBA, W.; FALEIROS, F.M. FERNANDES, L.A.; FIERZ, M.S.M.; GARCIA, M.J.; JANASI, W.A.; MARTINS, L.; RAPOSO, M.I.B.; RICARDI-FRANCO, F.; ROSS, J.L.S.; SALLUM Fº, W.; SOUZA, C.R.G.; BERNARDES-DE-OLIVEIRA, M.E.C. NEVES, B.B.B.; CAMPOS NETO, M.C.; CHRISTOFOLETTI, S.R.; HENRIQUE-PINTO, R.; LOBO, H.A.S. The inventory of geological heritage of the State of São Paulo, Brazil: methodological basis, results and perspectives. *Geoheritage*, v.10, n. 2, p. 239-258, 2018.

HIRUMA, S.; TEIXEIRA, A.L. Pedra do Baú, São Bento do Sapucaí, SP: imponente paisagem e registro de eventos tectônicos e denudacionais pós-ruptura continental. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G. FERNANDES, A.C.S.; BERBERT-BORN, M.L.C.; SALLUM Fº, W.; QUEIROZ, E.T. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2013, v. 3, p. 39-55.

KARMANN, I.; FERRARI, J.A. Carste e cavernas do Parque estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR, SP): sistemas de cavernas com paisagens subterrâneas únicas. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002, v.1, p. 401-413.

LEONARDI, G.; CARVALHO, I.S. Jazigo icnofossilífero do ouro, Araraquara, SP: ricas pistas de tetrápodes do Jursássico. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A. QUEIROZ, E.T.; WINGE, M., BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002, v. 1, p. 39-47.

MANSUR, K.L. Ordenamento territorial e geoconservação: análise das normas legais aplicáveis no Brasil e um caso de estudo no Estado do Rio de Janeiro. *UNESP Geociências*, v. 29, n. 2, p. 237-249, 2010.

NASCIMENTO, M.A.L.; RUCHKYS, U.A. MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**. São Paulo: SBG, 2008.

ORTEGA, A.M. A arquitetura da política de patrimônio cultural no Estado de São Paulo (décadas de 1950 a 2010) entre a prancheta do Legislativo e o esquadro do Executivo. 2018, 102f. (Monografia de Especialização em Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo).

ORTEGA, A.M.; PELOGGIA, A.U.G. A proteção do patrimônio natural geológico-geomorfológico no processo legislativo paulista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA, 8, 2018, Campinas (SP). *Anais...* Campinas (SP), Sociedade Brasileira de Geologia, 2018, p. 565-570.

PEREIRA, D.C. A natureza como patrimônio cultural: entre o conceito e a prática federal de conservação. *Memorare*, v. 4, n.1, p. 120-145, 2017.

PÉREZ-AGUILAR, A.; PETRI, S.; HYPÓLITO, R.; EZAKI, S.; SOUZA, P.A.; JULIANI, C.; MONTEIRO, L.V.S.; AZEVEDO S^o, J.M.; MOSCHINI, F. Pavimento estriado Guaraú, Salto, SP: marcas de geleira neopaleozoica no sudeste brasileiro. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C. SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S. QUEIROZ, E.T.; BERBERT-BORN, M.L.C.; CAMPOS, D.A. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2009, v.2, p. 291-300.

RIBEIRO R.W. **Paisagem como patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/MinC, 2007.

RICARDI-BRANCO, F.; CAIRES, E.T.; SILVA, A.M. Campo de estromatólitos gigantes de Santa Rosa do Viterbo, SP: excelente registro do litoral do mar permiano Irati, Bacia do Paraná. In: WINGE, M. SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; QUEIROZ, E.T.; BERBERT-BORN, M.L.C. CAMPOS, D.A. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2009, v. 2, p. 371-380.

RICCOMINI, C.; TURCQ, B.J.; LEDRU, M.-P.; SANT'ANNA, L.G.; FERRARI, J.A.. Cratera de Colônia, SP: provável astroblema com registros do paleoclima quaternário na Grande São Paulo. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; QUEIROZ, E.T. BERBERT-BORN, M.L.C.; CAMPOS, D.A. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2009, v. 2, p. 35-44.

ROCHA-CAMPOS, A.C. Varvito de Itu, SP: registro clássico da glaciação neopaleozoica. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T. WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002a, v.1, p. 147-154.

ROCHA-CAMPOS, A.C. Rocha Moutonnée de Salto, SP: típico registro de abrasão glacial do Neopaleozoico. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M. BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002b, v. 1, p. 155-159.

SALLUM F^o, W.; FAIRCHILD, T.R. ALMEIDA, F.F.R.; FRANÇA, D.R. Estromatólitos de Nova Campina e Itapeva, SP: os primeiros estromatólitos descritos na América do Sul. In: WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; BERBERT-BORN, M.L.C.; SALLUM F^o, W.; QUEIROZ, E.T. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2013, v. 3, p. 127-142.

SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T. WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM, v.1, 2002.

SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. (Eds.) **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

SOUZA, C.R.G.; SOUZA, A.P. O escarpamento estrutural Furnas, SP/PR: raro sítio geomorfológico brasileiro. In: SCHOBENHAUS, C. CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002, v.1, p. 299-306.

SUÁREZ, J.M. Sítio fossilífero de Pirapozinho, SP. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D.A.; QUEIROZ, E.T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M.L.C. (Eds.) *Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. Brasília: DNPM, 2002, v. 1, p. 49-54.

VELÁSQUEZ, V.F.; COLONNA, J.; SALLUM, A.E.M.; AZEVEDO S^o, J.M. SALLUM F^o, W.; PAIVA Jr., P.C.A. The Colonia Impact Crater: geological heritage and natural patrimony in the southern Metropolitan Region of São Paulo, Brazil. *Geoheritage*, v. 6, n. 4, p. 283-290, 2014.

WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; QUEIROZ, E.T. BERBERT-BORN, M.L.C.; CAMPOS, D.A. (Eds.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM, v. 2, 2009

WINGE, M.; SCHOBENHAUS, C.; SOUZA, C.R.G.; FERNANDES, A.C.S.; BERBERT-BORN, M.L.C. SALLUM F^o, W.; QUEIROZ, E.T. (Eds.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM, v. 3, 2013.

YAMAMOTO, J.C.; FAIRCHILD, T.R.; BOGGIANI, P.C. MONTANHEIRO, T.J.; ARAUJO, C.C.; KIYOHARA, P.K.; MATOS, S.L.F.; SOARES, P.C. A Record of Permian subaqueous vent activity in Southeastern Brazil. *Nature*, n. 438, p.205-207, 2005.

A CLIMATOLOGIA APLICADA AO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E SOCIOAMBIENTAL

Reinaldo Pacheco dos Santos

Pedagogo; Especialista em Gestão Escolar;
Graduando em Geografia pela Universidade de
Pernambuco – Campus Petrolina.

E-mail: pachecoreinaldo6@gmail.com

Artigo resultante de pesquisa realizada na
disciplina Climatologia do Curso de Licenciatura
em Geografia da Universidade de Pernambuco –
campus Petrolina

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve análise das condições climatológicas da região de Santo Antônio de Jesus na Bahia e áreas adjacentes, visando demonstrar a relevância dos conhecimentos na área da geografia física para estudantes de geografia, bem como, apresentar não apenas os aspectos de clima, tempo, geomorfologia, hidrologia, mas também, aspectos histórico, econômico e sociocultural. A ideia surgiu a partir de uma pesquisa em campo e dos resultados obtidos a partir da inspeção *in loco* realizada no ano de 2018. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, exploratória e de campo, com abordagem quanti-qualitativa, com análises de: temperatura do ar e de superfície; umidade relativa do ar; formação de nuvens e suas tipologias; Índice de Desconforto Térmico (ICT); paisagens e sua relação com o clima e

o relevo; estrutura hídrica de rios existentes nas áreas visitadas; relação das atividades econômicas com as condições climatológicas da área; e comparação de temperatura do ar a partir de dados coletados em pontos visitados. Os resultados encontrados confirmam a relevância da aquisição dos conhecimentos da climatologia e suas dinâmicas, visando melhor familiaridade com os aspectos econômicos e socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; Clima; Sociedade; Natureza.

CLIMATOLOGY APPLIED TO GEOGRAPHICAL AND SOCIO- ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE

ABSTRACT: The present article aims to present a brief analysis of the climatic conditions of the region of Santo Antônio de Jesus in Bahia and adjacent areas, aiming to demonstrate the relevance of the knowledge in the area of physical geography to geography students, as well as to present not only the aspects climate, weather, geomorphology, hydrology, but also historical, economic and socio-cultural aspects. The idea was based on a field research and the results obtained from the on-site inspection carried out in 2018. The methodology used was descriptive, exploratory and field research, with

quantitative-qualitative approach, with analyzes of: temperature of air and surface; relative humidity; formation of clouds and their typologies; Index of Thermal Discomfort (ICT); landscapes and their relationship with climate and relief; water structure of existing rivers in the areas visited; relation of economic activities with the climatic conditions of the area; and comparison of air temperature from data collected at points visited. The results confirm the relevance of acquiring the knowledge of climatology and its dynamics, aiming at a better familiarity with the economic and socioenvironmental aspects.

KEYWORDS: Time; Climate; Society; Nature.

1 | INTRODUÇÃO

A relação existente entre o clima, a sociedade e a natureza tem sido intenso desde os primórdios da humanidade. Contudo, apenas nos séculos XIX e XX houve um maior interesse na compreensão da influência do clima sobre a sociedade e suas atividades. De acordo com Confaloniere (2003) e Mendonça (2005), o clima exerce forte influência sobre a paisagem físico-natural, bem como os homens e as sociedades, resultando em mudanças nas atividades humanas, na organização do espaço e até na saúde humana.

Apenas na segunda metade do século XIX, como resultado de amplas discussões, surgiu a escola “lablacheana” e seus desdobramentos, e houve a aceitação do possibilismo em detrimento do determinismo geográfico como concepção que define as relações homem-natureza. Maximilien Sorre (1880-1960), um dos que mais avançou sobre as formulações de La Blache, inovou ao propor o conceito de ecologia humana redefinindo tempo e clima, bem como, afirmando que os “seres humanos se relacionavam com os seres vivos no ambiente em que está presente, sendo influenciado e influenciando, através da técnica, na formação de um complexo geográfico elementar” (SORRE, 1967, p. 12).

Para este autor, o clima, num determinado local é a série de estados da atmosfera, em sua sucessão habitual, e o tempo que é um desses estados considerados isoladamente. Segundo ele ainda, há um ritmo na natureza em que o tempo (meteorológico) é o estado predominante em um local, por um determinado período de tempo (cronológico), isto é, é um estado transitório.

E é por conta desta complexidade que se faz necessário estudar e conhecer os aspectos climatológicos para melhor relação homem-natureza-sociedade. Partindo destas premissas, o presente trabalho objetivou apresentar uma breve análise das condições climatológicas dos municípios de Santo Antônio de Jesus (SAJ), Muritiba, Nazaré, Cachoeira, Salinas, Muniz Ferreira e Vera Cruz, todos no Estado da Bahia e alguns pontos da feira de SAJ, da mata atlântica, de topos de morros, manguezal e, encostas e de áreas fluvial e marítima, visando demonstrar a relevância dos conhecimentos da geografia física (climatologia), bem como, apresentar não apenas

os aspectos de clima, tempo, geomorfologia, hidrogeografia, mas também, aspectos histórico, econômico e sociocultural.

Para tanto, a metodologia utilizada baseou-se na pesquisa descritiva, exploratória e de campo, com abordagem quanti-qualitativa, traçando análises de aspectos da região, a saber: temperatura do ar e de superfície; umidade relativa do ar; formação de nuvens e suas tipologias; Índice de Desconforto Térmico (ICT); paisagens e sua relação com o clima e o relevo; estrutura hídrica de rios existentes nas áreas visitadas; relação das atividades econômicas com as condições climatológicas da área; e comparação de temperatura do ar a partir de dados coletados em pontos visitados.

Os resultados encontrados confirmam a relevância da aquisição dos conhecimentos da climatologia e suas dinâmicas, visando compreender a influência do clima sobre a paisagem físico-natural e sobre os seres humanos e suas sociedades.

REVISÃO DE LITERATURA

As condições climatobotânicas e geomorfológicas dos municípios foco desta pesquisa, sendo eles, Santo Antônio de Jesus (SAJ), Muritiba, Nazaré, Cachoeira, Salinas, Muniz Ferreira e Vera Cruz, integrantes do Estado da Bahia e os pontos analisados na feira de SAJ, na mata atlântica alvo de desmatamento, nos topos de morros e encostas, na área de manguezal e nas áreas fluvial e marítima, são complexas e demonstram a dinâmica que está presente nos sistemas físico-naturais, econômico e socioculturais destas regiões.

O município de Santo Antônio de Jesus por exemplo, dista 187 km da capital Salvador sendo considerado a capital do Recôncavo Baiano. Possui pluviosidade superior a 1.400 mm/ano, apresentando verões longos, quentes e com céu encoberto. As temperaturas variam de 19°C a 33°C, com estação de seca concentrada entre os meses de julho a fevereiro, tendo uma amplitude térmica em torno de 5°C, porém, tendo umidade sempre intensa com ventos de leste (mais úmidos no litoral e mais secos no interior) que variam de 0,6 a 7,6 km/h.

A geomorfologia de SAJ é dividida em Oeste e Central-leste, sendo que no Oeste, as rochas são do Complexo Jequié (datadas do Pré-Cambriano Inferior), tendo presentes gnaisses charnockíticos, granada-brotita gnaisses, gnaisses quartzofeldspático. Na parte Central-leste existe uma unidade sedimentar areno-argilosa e argilo-arenosa denominada de Formação Capim Grosso (datado do Pliopleistoceno) (FERNANDES; SANTO; SILVA, 2002).

A unidade geológica oeste é composta por Serra Marginais com relevo suavemente ondulado a fortemente, com características de intensa dissecação e sulcos profundos. Já a unidade geológica central-leste é composta por relevo plano com suave inclinação para leste, tendo feições regionais de tabuleiros, com dissecações norte-sul, apresentando formações de mares de morro. Nas zonas rebaixadas surgem

afloramentos de rochas cristalinas (FERNANDES; SANTO; SILVA, 2002).

Ademais, de acordo com Fernandes, Santo e Silva (2002), SAJ possui unidades geomorfológicas subdivididas em: 1. Faixa a leste (com níveis topográficos inferiores a 200 m, com feições de colinas, elevada dissecação das antigas formações tabuliformes); 2. Faixa a leste (com terrenos entre 200 e 280 m de altitude, feições aplainadas, tabuleiros típicos, mais ou menos conservados); 3. Faixa a oeste (terrenos com altitudes entre 280 e 795 m, formado por maciços rochosos como a Serra Coporó, Serra do Ceará e Serra da Água Branca).

Os solos desse município estão consolidados em concordância com a formação geológica e, portanto, são encontrados latossolos vermelho amarelo na área do Complexo Jequié; latossolos amarelos nos Tabuleiros da parte central; podzólicos vermelhos amarelos nas áreas sedimentares; manchas de vertissolos e cambissolos no extremo oeste; manchas de litólicos em partes isoladas e solos aluviais e hidromórficos nas bordas de rios e áreas fluviais (FERNANDES; SANTO; SILVA, 2002).

A vegetação encontrada no município de SAJ é formada por floresta semi-perenifolia densa, caducifolia xerófilas no extremo oeste. Algumas arvores se assemelham as do cerrado e, encontra-se também a caatinga nas áreas de Tabuleiros Interioranos.

Nessa região a economia circula em torno da agricultura de espécies como: cana-de-açúcar, banana, pimenta do reino, café, cacau, mandioca, laranja, feijão, fumo, amendoim, milho, limão, entre outros, além da criação de animais na pecuária. Devido a tais atividades, são identificados vários impactos ambientais encontrados nessa região, que variam desde atividades agropecuárias e extrativista, até desmatamento, queimadas, plantações em encostas e topos, sem curvas de nível e, ravinamentos e cones de dejeção em alguns pontos (FERNANDES; SANTO; SILVA, 2002).

O município de Muniz Ferreira dista cerca de 19 km de SAJ, possui cerca de 30.000 habitantes, tendo clima tropical com temperaturas medias de 25°C, altitude de 124 metros e pluviosidade acima de 1.500 mm/ano. Já o município Muniz Ferreira, possui um pequeno número de habitantes, cerca de 7.825, (IBGE, 2013), apresentando clima tropical, temperatura média em torno de 24°C, altitude de cerca de 125 metros e uma pluviosidade considerável de 1.455 mm/ano. As atividades agrícolas que se destacam em Muniz Ferreira são a cana-de-açúcar, a mandioca, a banana, o cacau, a laranja e o feijão.

Muritiba é um município brasileiro do estado da Bahia, distante em 114 km da capital Salvador. Faz parte da Região Geográfica Imediata de Cruz das Almas. Possui uma população estimada em 30.585 habitantes e uma área de 89,311 km² (IBGE, 2017). Muritiba teve grande contribuição na produção do fumo, produto agrícola destinado ao mercado consumidor externo e interno, produto esse que “segurou” as balanças comerciais baiana entre o Segundo Império Brasileiro (1840-1889) e na primeira metade do século XX.

O setor de atividade econômica é baseado em extrativa mineral, indústria de

transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária, extração, vegetal, caça e pesca (SEI/BA, 2017).

Além dos municípios supracitados, foram visitados Salinas e Vera Cruz. Salinas da Margarida dista 270 km de Salvador, tem uma população de 15.772 habitantes (IBGE, 2017). A cultura do camarão é, atualmente, a principal atividade econômica desse município que está situado na costa leste da Bahia, possuindo clima úmido e subúmido, com floresta ombrófila densa, além de ter frágeis ecossistemas flúvio-marinho (manguezal), estando na sub-bacia do Recôncavo Sul.

De acordo com Schaeffer-Novelli (1995, p. 7), manguezal é uma zona úmida, definida como “ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e marinho, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime das marés”. Sendo assim, pode-se afirmar que o manguezal é um verdadeiro berçário para várias espécies, onde é possível encontrar peixes, moluscos, crustáceos (caranguejos, siris, ostras, sururu, camarão), até reptéis, aves, insetos e peixes.

Por fim, o município de Vera Cruz, que tem 42.706 habitantes (IBGE, 2017), estando a uma altitude de 13 metros, na borda leste da Ilha de Itaparica, que divide a mesma ao norte com o município homônimo à ilha, e a aproximadamente 5,5 km, no lado oposto da Baía de Todos os Santos, da capital baiana, Salvador. É um município essencialmente urbano, frequentado nos finais de semana normalmente pelas classes média e média-alta da capital baiana, das cidades do Recôncavo.

Em Vera Cruz tem-se duas Unidades de Conservação, sendo o Parque Ecológico de Baiacu e a Área de Proteção Ambiental Recife das Piraúnas, sob a governança do Ministério do Meio Ambiente.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, exploratória e de campo, com abordagem quanti-qualitativa, com análises de: temperatura atmosférica, de solo e superfície; formação de nuvens e suas tipologias; Índice de Desconforto Térmico (ICT); paisagens e sua relação com o clima e o relevo; estrutura hídrica de rios existentes nas áreas visitadas; relação das atividades econômicas com as condições climatológicas da área; e comparação de temperatura do ar a partir de dados coletados em pontos visitados.

Inicialmente, antes da visita em campo, teve-se acesso a uma ficha para coleta de dados climatológicos, e esta foi preenchida no decorrer do desenvolvimento da atividade *in loco*. Durante as visitas fez-se a validação dos registros (por meio de fotografias) das paisagens naturais e dos impactos socioambientais visualizados no percurso. Utilizou-se ainda aparelho GPS (*Global Positioning System*) para localização das coordenadas geográficas de cada ponto visitado e suas referidas altitudes, além,

de um Termo-Higroanemômetro Digital que combina três instrumentos em um só: termômetro, higrômetro e anemômetro, para realização de medições de temperatura ambiente, umidade relativa do ar, velocidade do vento, nível de luminosidade.

Posteriormente, fez-se uma atividade sobre todos os aspectos registrados e analisados durante a pesquisa em campo, que trouxe inúmeros dados sobre as características geológicas, geomorfológicas, climatológicas, hidrogeográficas, fitogeográficas, além da socioambiental. Alguns dados foram analisados quantitativamente, a partir da elaboração de gráficos. Já outros resultados foram elaborados de forma qualitativamente, sendo descritos a partir do cruzamento de dados observados no local e o que traz a literatura sobre o tema.

Por fim, se analisou e interpretou todos os dados levantados em campo, buscando atender aos objetivos do trabalho e visando fazer uma relação entre os mesmos e o que dizem as teorias que serviram de base para essa pesquisa. Toda a dinâmica de resolução das questões encontra-se comentadas nos resultados e discussões deste trabalho, embasadas nos aspectos teóricos que fundamentam tal pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões de um trabalho tem como objetivo interpretar os resultados relacionados aos achados da pesquisa e explicar o entendimento sobre o assunto com base nos novos resultados. Sendo assim, e objetivando apresentar clareza nesse item, se trará os dados catalogados e apresentados a partir de questões norteadoras, trabalhadas após o levanto de campo.

QUESTÃO 1: Calcule o Índice de Desconforto Térmico para as seguintes localidades:

- Feira de Santo Antônio de Jesus;
 - Município de Muritiba - BA;
 - Município de Vera Cruz sobre área de mata Atlântica desmatada;
- Em quais localidades o desconforto térmico foi maior? Justifique sua resposta.

Equação para cálculo do desconforto térmico

$$IDT = T - (0,55 - 0,0055 \cdot UR) \cdot (T - 14,5)$$

| Arial | Nível de desconforto térmico |
|-------------------|---|
| IDT < 21,0 | Sem desconforto |
| 21,0 ≤ IDT < 24,0 | Menos de 50% da população sente desconforto |
| 24,0 ≤ IDT < 27,0 | Mais de 50% da população sente desconforto |
| 27,0 ≤ IDT < 29,0 | A maioria da população sente desconforto |
| 29,0 ≤ IDT < 32,2 | O desconforto é muito forte e perigoso |
| IDT > 32,0 | Estado de emergência médica |

Quadro 1: Faixa de classificação do índice de desconforto de Thom (IDT)

Fonte: Santos et al., (2012)

RESPOSTA Q1: Verificação do IDT nas seguintes localidades:

a) Feira de Santo Antônio de Jesus;

$$T = 36,4^{\circ}\text{C}$$

$$U = 53\%$$

$$\text{IDT} = T - (0,55 - 0,0055 \cdot \text{UR}) \cdot (T - 14,5)$$

$$\text{IDT} = 36,4 - (0,55 - 0,0055 \cdot 53) \cdot (36,4 - 14,5)$$

$$\text{IDT} = 36,4 - (0,55 - 0,2955) \cdot 21,9$$

$$\text{IDT} = 36,4 - 0,2585 \cdot 21,9$$

$$\text{IDT} = 36,4 - 5,66115$$

$$\text{IDT} = 30,7^{\circ}\text{C}$$

b) Município de Muritiba - BA;

$$T = 32,3^{\circ}\text{C}$$

$$U = \cong 48\%$$

$$\text{IDT} = T - (0,55 - 0,0055 \cdot \text{UR}) \cdot (T - 14,5)$$

$$\text{IDT} = 32,3 - (0,55 - 0,0055 \cdot 48) \cdot (32,3 - 14,5)$$

$$\text{IDT} = 32,3 - (0,55 - 0,264) \cdot 17,8$$

$$\text{IDT} = 32,3 - 0,286 \cdot 17,8$$

$$\text{IDT} = 32,3 - 5,09$$

$$\text{IDT} = 27,2^{\circ}\text{C}$$

c) Município de Vera Cruz sobre área de mata Atlântica desmatada;

$$T = 37,8^{\circ}\text{C}$$

$$U = 69\%$$

$$\text{IDT} = T - (0,55 - 0,0055 \cdot \text{UR}) \cdot (T - 14,5)$$

$$\text{IDT} = 37,8 - (0,55 - 0,0055 \cdot 69) \cdot (37,8 - 14,5)$$

$$\text{IDT} = 37,8 - 0,1705 \cdot 23,3$$

$$\text{IDT} = 37,8 - 0,3795 \cdot 23,3$$

$$\text{IDT} = 37,8 - 3,97265$$

$$\text{IDT} = 33,8^{\circ}\text{C}$$

Mediante os resultados obtidos e embasado no Quadro 1, entende-se que a localidade com maior desconforto térmico é Vera Cruz, com $\text{IDT} > 32,0$. A outra localidade com desconforto térmico é a feira de SAJ com resultado entre $29,0 < \text{IDT} < 32,2$, e a localidade com melhor conforto térmico das três é Muritiba estando com $27,0 < \text{IDT} < 29,0$.

O maior desconforto térmico obtido é em Vera Cruz e, dá-se em decorrência de ser uma área muito úmida, abafada, como altitude 68 m, que sofre influência da maritimidade e, a cobertura vegetal (Mata Atlântica) encontra-se bastante degradada, como solo exposto e altos índices de reflexão solar. Já Muritiba encontra-se a 220 m de altitude, podendo chegar em algumas áreas a 943 m (sabe-se que, quanto maior a altitude, menores serão as temperaturas), chove ao longo do ano inteiro e, tem

variação sazonal significativa na sensação de umidade.

Portanto, a estação mais quente em Muritiba é de outubro –abril, onde as temperaturas ficam entre a mínima média diária de 22°C e a máxima média diária de 32°C. Tais temperaturas justifica-se o melhor IDT entre as áreas avaliadas.

QUESTÃO 2: Descreva a paisagem no trajeto Santo Antônio de Jesus e Nazaré, descreva a paisagem e associe a relação entre o clima com o relevo, solos e vegetação. Utilize apenas as informações coletadas em campo e não retiradas de materiais bibliográficos. Utilize até duas fotografias para justificar.

RESPOSTA Q2: O trajeto entre Santo Antônio de Jesus (SAJ) e Nazaré da Farinha é de aproximadamente 33 km, que foram percorridos de ônibus, com parada em Muniz Ferreira, para análises.

Em Santo Antônio de Jesus tem-se um clima tropical úmido, com curto período mais seco, tendo temperatura média em torno de 23 °C e quase 1.200 mm de pluviosidade média anual. Como a cidade situa-se a quase 200 metros de altitude, o clima sofre a influência da altitude, já que esta última tende a aumentar nos planaltos interioranos.

Pôde-se observar que há cerca de 26% de cobertura vegetal ainda, e 20% de encostas (relevo) que sofrem com o desmatamento nos topos de morros e com o processo erosivo fluvial por falta de vegetação em alguns pontos. A temperatura estava em 29.7°C e a umidade estava em 73%, portanto, com possibilidade de chuvas.

Durante os dois dias de visita a SAJ teve-se o predomínio de um sistema de baixa pressão com muita nebulosidade, sensação de abafamento, bastante umidade e precipitações. No percurso de SAJ fez-se uma parada em Muniz Ferreira (foto 1) constatou-se um tempo parcialmente nublado, com a atuação de um sistema da baixa pressão, alta umidade e nebulosidade constante. A temperatura estava elevada e o relevo é ondulado, com a presença de morros e canais característicos, com inserção de sucros profundos por conta dos índices pluviométricos, e boa parte dos solos são do tipo argissolos.

Ademais, percebeu-se também durante o percurso uma vegetação de floresta semiperenifólia densa em grande parte, intercambiada por vegetação caducifólia, xerófilas na parte do extremo oeste, com árvores que se assemelham as do cerrado, e também manchas de caatinga nos tabuleiros interioranos.

Já em Nazaré, constatou-se que a umidade variou entre 60% e 65%, e a temperatura variava entre 32°C e 33,3°C. Constatou-se que quanto maior era a exposição dos solos, maiores eram as temperaturas, como por exemplo: a temperatura de superfície, com solo exposto e sem vegetação deu uma temperatura de 34,9°C; já a temperatura de superfície com solo exposto e com grama mediu 32,1°C; e por fim, o solo desnudo, sem cobertura vegetal nenhuma a temperatura ficou em 35,7°C.

Outra questão perceptível em Nazaré foi a ação antrópica sobre a paisagem

natural, estando os morros altamente desgastados, pela ação de desmatamento, queimadas, plantios sem curvas de nível (foto 2), especialmente nas encostas e topo de morros.



Fonte: Pacheco (2018)

QUESTÃO 3: Monte um gráfico de barra com os dados coletados da temperatura do ar contendo uma coleta dos seguintes pontos: duas amostras em Muniz Ferreira; duas coletas no topo do cristo em Nazaré; duas amostras na Ilha de Itaparica.

No gráfico apresente a maior temperatura e justifique o porquê de ser a temperatura mais elevada.

RESPOSTA Q3:

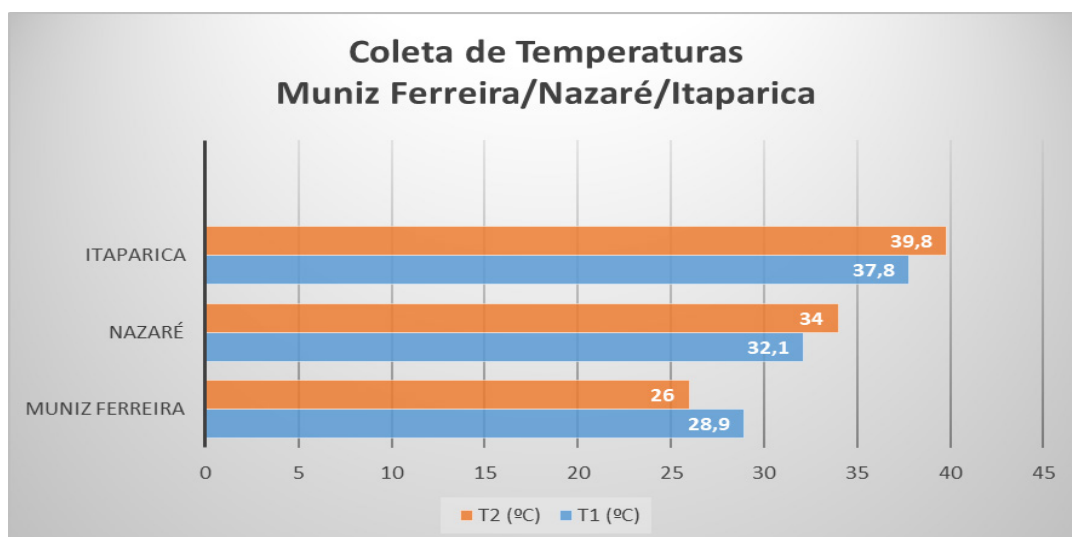


Gráfico 1 – Amostras de Temperaturas

Fonte: Pacheco (2018)

O gráfico 1 apresenta os seis pontos de temperaturas, sendo dois pontos em cada cidade (Muniz Ferreira, Nazaré e Itaparica). Verificou-se que as maiores temperaturas estão em Itaparica (39,8°C e 37,8°C), visto que a Ilha se encontra apenas a 2 m de

altitude em relação ao nível médio do mar (*n.m.m.*) e, portanto, com baixa altitude, altas temperaturas e elevada umidade. Ademais, é influenciada pela maritimidade apresentando portando temperaturas geralmente elevadas.

QUESTÃO 4: Na última parada de campo foi perceptível o tempo abafado indicando uma considerável umidade. Justifique esse tempo atmosférico com base nos seus conhecimentos teóricos e práticos de campo.

RESPOSTA Q4: A última parada deu-se em Itaparica que se divide em dois municípios: Vera Cruz e Itaparica. A ilha de Itaparica é umas das maiores da Baía de Todos os Santos, importante ponto turístico e, uma das praias visitadas foi a Mar Grande.

Em Itaparica predomina o clima tropical úmido, e por influência da maritimidade, deixa o tempo abafado, com nebulosidade em boa parte do dia, com alta umidade e geralmente está sobre a atuação de sistemas de alta pressão retirando umidade do oceano atlântico, e provocando níveis elevados de temperatura/unidade na área, com chuvas convectivas (rápidas e intensas).

QUESTÃO 5: Comparando a estrutura do rio Paraguaçu, com a estrutura da maioria dos rios do semiárido responda as seguintes perguntas. É possível afirmar que o rio Paraguaçu é um rio perene pelo fato dos sistemas atmosféricos que atuam na região proporcionarem fortes chuvas durante boa parte do ano? Os rios do semiárido, mais precisamente, os localizados sobre a região de Petrolina - PE e Juazeiro - sofre influência dos efeitos da maritimidade semelhantes ao rio Paraguaçu? Justifique sua resposta.

RESPOSTA Q5: Sim, é possível afirmar que o Rio Paraguaçu é perene, não apenas pelos sistemas atmosféricos (massas de ar e frentes) e influência da maritimidade, que atuam na região proporcionando fortes chuvas, mas também pelo despejo de águas oriundos dos seus afluentes que desaguam no mesmo durante o seu curso (nascente/foz), como por exemplo os rios Santo Antônio, Jacuípe, Tupim, Capivari, além de rios subterrâneos (lençóis freáticos) e da invasão de águas marítimas, nas áreas de manguezais (fazendo com que sua água passe a ser salobra).

Diferentemente, os rios do semiárido (localizados sobre a região de Petrolina/PE e Juazeiro/BA) sofrem influência da continentalidade, tendo um sistema atmosférico totalmente adverso do existente na região do rio Paraguaçu. Esse sistema atmosférico é responsável por criar um sistema de alta pressão (expulsor de massas úmidas), predominando massas secas e frentes quentes estacionárias, elevadas temperaturas, baixa umidade, pouca nebulosidade e baixos índices de pluviosidade anual, com chuvas escassas e mal distribuídas. Outrossim, os rios afluentes dos rios no semiárido geralmente são temporários e passam boa parte do ano sem ser retroalimentado pelas chuvas e pelos subafluentes.

QUESTÃO 6: As atividades econômicas desenvolvidas no Recôncavo Sul e Central tem ligação com os aspectos climáticos da região? Redija um pequeno texto relatando as principais atividades econômicas desenvolvidas entre Santo Antônio de Jesus e Muritiba associando ao clima da região.

RESPOSTA Q6: As atividades econômicas desenvolvidas no Recôncavo Sul e Central tem sim ligação com os aspectos climáticos da região, porque como diz Ayoade (2003) “A vegetação é espelho do clima”. Assim sendo, o que se cultiva em determinado território também é reflexo do clima do lugar, porque cada tipo de planta se adapta em determinadas condições climáticas.

Tanto em Santo Antônio de Jesus quanto em Muritiba é muito comum o cultivo de cacau, banana, cana-de-açúcar, café, laranja, limão, fumo, mandioca, milho, arroz, feijão, trigo entre outros. Os cultivos tropicais como o cacau por exemplo, exigem altas temperaturas o ano inteiro.

O café, banana e cana de açúcar são muito sensíveis as geadas. O trigo tem necessidade de baixas temperaturas e pode suportar temperaturas e congelamento durante longo período hibernal de dormência, tendo 3°C como temperatura crítica para ele. Já as frutas cítricas (como a laranja e o limão), e o algodão, a cana de açúcar e o arroz não crescerão bem se as temperaturas estiverem abaixo de 15°C.

Desse modo, é possível afirmar que o clima pode ser considerado um regulador da produção agrícola e um importante componente da qualidade de vida e de economia das populações. Assim, o efeito dos tipos de tempo sobre um espaço construído de maneira desigual gera problemas de origem climática também desiguais.

Segundo Ayoade (2003) o fator climático afeta a agricultura e determina a adequação dos suprimentos alimentícios de dois modos principais. Um é através dos azares climáticos (imprevistos) para as lavouras, e outro é através do controle exercido pelo clima sobre o tipo de agricultura praticável numa determinada área. Entre os elementos climáticos que influenciam a agricultura estão a radiação solar, a temperatura e a umidade, que além de influenciar nos cultivos, também influencia na pecuária, e na produtividade dos rebanhos dentro da zona climática, como é o caso de Muritiba que também produz carnes e seus derivados.

Portanto, os parâmetros climáticos exercem influência sobre todos os estágios da cadeia de produção agrícola, incluindo desde a preparação da terra, a semeadura, ao crescimento de cultivos, a colheita, o armazenamento, o transporte e a comercialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A climatologia é uma ciência muito ampla, contudo a climatologia moderna tem traçado uma análise dos elementos em conjunto, estabelecendo conexões entre os mesmos, já que no meio natural eles estão interligados.

Nesse sentido, Ayoade (2004) aborda sobre a importância do clima como recurso e

como mecanismo para a manutenção da vida, uma vez que, ele é capaz de oferecer todos os subsídios para as necessidades básicas dos seres vivos. Dependendo da intensidade das relações entre o homem e o meio, as consequências do clima podem ser tanto benéficas quanto malélicas. Sendo assim, tanto o homem quanto a sociedade são vulneráveis às variações climáticas e, o processo de resiliência, que segundo ele: “[...] é a habilidade de uma sociedade em “recuar” quando adversamente afetada por impactos climáticos [...]” (p. 288), não tem sido efetivada pelas sociedades atuais, pelo contrário, tem sido intensificado.

Corroborando com tal premissa, Lamarre e Pagney, (1999) advertem, para os riscos e limites inerentes à abordagem de fenômenos a meso e macroescalas, a temporalidades longas, bem como para o fato de que “a complexidade geográfica desafia a simplificação e, portanto, é muito relativa [...]” (p. 234) postulada pela modelização.

Por fim, as situações de risco estão ligadas diretamente às próprias atividades humanas, e os impactos se configuram na manifestação e repercussão dos riscos sobre os grupos humanos a ele submetidos, sendo que, a degradação físico-natural pode atingir condições de irreversibilidade, explicitando a impossibilidade de resiliência de um determinado ambiente. Por tudo isso, torna-se indispensável o conhecimento climatológico em seus aspectos gerais, visando a compreensão dos processos naturais e humanizados e suas respectivas consequências buscando desenvolver tecnologias para diminuir os efeitos dos impactos decorrentes, aumentando assim as formas de resiliências natural e humana.

REFERÊNCIAS

AYOADE. J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 10ª Ed. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2004.

CARACTERÍSTICAS METEOROLÓGICAS. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CEFALONIERE, Ulisses Eugênio Cavalcanti. **Variabilidade Climática, Vulnerabilidade Social e Saúde no Brasil**. Terra Livre, São Paulo, ano 19, v. 1, nº 20, p. 193-204, 2003.

FERNANDES, Rosali Braga; SANTO, Sandra Medeiros; SILVA, Nívia Maria Baêta da. **Zoneamento Ambiental dos Municípios de Santo Antonio de Jesus e Varzedo/BA, utilizando o Geoprocessamento como Recurso para Análise**. *Sitientibus*. Feira de Santana, n. 26, p. 79-93, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitentibus/pdf/26/zoneamento_ambiental.pdf. Acesso em: 20 dez. 2018.

FERREIRA, Nelson J.; RAMIREZ, Maria Valverde; GAN, Manoel Alonso. Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis que atuam na vizinhança do Nordeste brasileiro. In: CAVALCANTI, Iracema Fonseca de Albuquerque et. al. (org.) **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2017). Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/tabelas/regioes_geograficas_composicao_por_municipios_2017.xls. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

LAMARRE, D.; PAGNEY, P. **Climats et sociétés**. Paris: Armand Colin, 1999.

MELO, Anna Bárbara C. de; CAVALCANTI, Iracema F. de; SOUZA, Paula Pereira. Zona de Convergência Intertropical do Atlântico. In: CAVALCANTI, Iracema Fonseca de Albuquerque et. al. (org.) **Tempo e Clima no Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MENDONÇA, Francisco. **Clima, Tropicalidade e Saúde: uma perspectiva a partir da intensificação do aquecimento global**. Revista Brasileira de Climatologia, v. 1, nº 1, p. 100-112 2005. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/abclima/revista/vol_1/index.html. Acesso em: 10 fev. 2019.

SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Manguezal Ecosistema entre a Terra e o Mar**. São Paulo: *Caribbean Ecological Research*, 1995. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9983/1/tese_5170_Corpo%20de%20texto.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). Secretaria do Planejamento/BA. 2017. **Indicadores Municipais**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2922300.pdf. Acesso em: 17 fev. 2019.

SORRE, Maximilien. **El Hombre en la Tierra**. Barcelona: Labor, 1967.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - “Cinema, comunicação e regionalização” no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-439-9

